UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Programa de Pós-Graduação em História
Linha de pesquisa: Cultura e Poder
Orientadora: Profª. Drª. Fátima Regina Fernandes
Aluna: Eliana Ávila Silveira

CULTURA E PODER NA BAIXA IDADE MÉDIA CASTELHANA: O LIVRO DAS ARMAS DE D. JOÃO MANUEL (1282-1348)

Tese apresentada como requisito à obtenção parcial do grau de Doutor em História, pelo Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, Novembro de 2005.

AGRADECIMENTOS

Durante o período de elaboração deste trabalho, em meio a tantos desafios e inúmeras dificuldades, recebi sempre o apoio e o carinho de muitos amigos, familiares e colaboradores. A todos quero registrar aqui o meu mais profundo agradecimento.

À querida orientadora, Dr.ª Fátima Regina Fernandes, por sua notável competência acadêmica, por seu estímulo permanente e, sem dúvida, por ter dado acolhimento ao meu projeto de trabalho e vida. Esta pesquisa deve muito ao seu apoio decisivo e inestimável. Ao Dr. Renan Frighetto, especialmente por suas valiosas contribuições intelectuais, por sua cordialidade e incentivo constante ao trabalho. Ao Dr. Cássio Fernandes, quero agradecer suas pontuais e riquíssimas sugestões dadas à pesquisa, no decorrer da banca de qualificação. Aos demais membros do corpo docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pela excelência na qualificação acadêmica.

Ao Dr. Braz Augusto Brancato por representar sempre uma referência fundamental na minha vida profissional e, em especial, por sua prestimosa orientação nas primeiras pesquisas que realizei na área dos estudos ibéricos.

Ao Monsenhor Urbano Zilles, figura ímpar no incentivo e promoção da pesquisa acadêmica. Sua admirável capacidade de desbravar novos caminhos é exemplo de trabalho para todos. Ao Frei Arlindo Batisttel, por sua generosidade e seus conselhos sempre oportunos.

Ao Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Dr. Draiton Gonzaga de Souza, gostaria de registrar minha sincera gratidão e reconhecimento. Sem sua integridade de princípios, sem sua sábia intervenção nos momentos mais difíceis desta trajetória, certamente esta pesquisa não teria sido possível. Ao Dr. Luciano Marques de Jesus, colega e colaborador, com quem pude contar em todas as etapas deste trabalho. À Dr.ª Margareth Bakos, amiga generosa, que sabe conjugar excelência profissional e humanidade plena. À Dr.ª Sandra Lubisco Brancato, pelo estímulo e pelas tantas experiências de aprendizado.

Às queridas Gládis Wohlgemuth e Rose Marie Acosta Pignone, amigas e incentivadoras de todas as horas, que me ajudaram a superar os grandes desafios desta jornada. Sou imensamente grata pelo sincero e fraterno convívio. À Liane Levitan, amiga de tantos anos, amiga de sempre. Sua contribuição a este trabalho foi primordial, especialmente por ter tornado viável meu acesso aos ricos acervos bibliográficos e documentais da Alemanha. À Luciana de Oliveira, pela paciência e dedicação na digitação da tese. À Dr.ª Elizabeth Rochadel Torresini, pelo auxilio e sugestões na revisão do texto. À Janete Abraão, pela disponibilidade e trabalho no envio de textos imprescindíveis à continuidade do projeto de investigação. Aos queridos colegas da PUCRS, Ivonilda de Melo Hansen, Maria José Barreras, Elizabeth Kieling Pedroso, Sérgio Ricardo Streffling, Luciano de Abreu, Helder G. Silveira, Arnoldo W. Doberstein, Harry Bellomo. Aos colegas do curso de pós-graduação da UFPR, em especial, Renata Nascimento e José Carlos Jimenez. À Mariema Silva da Silva, Marli Cericoli, Ana Leslie Domingues, David e Leonardo Bragé. Aos integrantes do grupo de pesquisa em História Medieval, Heidi, Nara Lúcia Vieira, Tatiana Saggin, Gustavo Herscovitz e Josiane Munhoz. Aos acadêmicos do curso de História da PUCRS, Gerti Rutsatz Piantá, Geneci Oliveira, Ana Cristina Barcelos e Maria Cristina Bortollini.

À minha querida irmã Maria Eunice Ávila Teixeira, aos meus amados sobrinhos, Michele, Márcia, Cláudia e Wiliam. À tia Guilhermina e à Marley Remião Gonçalves, por tanto afeto e atenção. À Mariazinha Leão e à Vera Leão, parentes do coração. Aos meus avós, Luis Antônio de Ávila, Otília de Ávila, Florisbela Souza da Silveira e Pascoal da Silveira (*in memoriam*).À Guilhermina Campos de Ávila, minha bisavó, vigorosa educadora que ensinou muitas crianças e jovens(*in memoriam*).

“En el nombre de Dios: amén. Entre muchas cosas estrañas e marabillosas que nuestro Señor Dios fizo, tovo por bien de fazer una muy marabillosa; ésta es, que de quantos omnes en el mundo son, non a uno que semeje a otro en la cara; ca commo quier que todos los omnes an essas mismas cosas en la cara, los unos que los otros, pero las caras en si mismas non semejan las unas a las otras. Et pues en las caras, que son tan pequeñas cosas, ha en ellas tan grant de departimiento, menor marabillia es que aya departimiento en las voluntades e en las entenciones de los omnes. E assí fallaredes que ningún omne son se seneja del todo en la voluntad nine n la entençión con otro. E fazervos he algunos enxiemplos porque lo entendades mejor”.

RESUMO

O presente trabalho de tese doutoral busca abordar os ideais de conduta política e moral, propostos no interior dos círculos letrados da alta nobreza laica do reino de Castela e Leão, durante as primeiras décadas do século XIV. Trata-se de um estudo voltado à análise das práticas políticas e dos saberes inerentes à conformação de um modelo ético e virtuoso à conduta das elites nobiliárquicas e principescas da Baixa Idade Média. Para tanto, tomamos com base documental o estudo dos textos literários da prosa narrativa moralizante, compostos pelo escritor da alta nobreza hispano-catelhana, D. João Manuel (1282-1348). O trabalho de investigação privilegia, mais particularmente, a análise do Livro das Armas, obra composta por D. João Manuel, entre os anos de 1342-1345.

Palavras-chave: Nobreza – Cultura – Poder

ABSTRACT

The present doctoral thesis aims at approaching the moral and political conduct codes prevailing within the litterate circles of the secular nobility in Castela and Leão during the first decades of the XIV century. It comprises an analysis of the knowledge and political practices inherent to the conformation of an ethical and virtuous model aimed at the princely and noble elites of Early Middle Age. Our main source of information are the literary texts of the moralizing narrative of D. João Manoel (1282-1348), who belonged to the high Spanish aristocratic circles. The research project priviledges more specifically the analysis of a book entitled “O Livro das Armas”, written by D João Manoel between 1342 and 1345.

Key Words: Nobility – Culture – Power

SUMÁRIO

Introdução..... 10

Capítulo I

Contexto histórico: O Reino de Castela e Leão na Baixa Idade Média.... 22

1.1 – Forças sócio-políticas: a Nobreza..... 41

1.2 – Forças sócio-políticas: as Cidades..... 58

Capítulo II

D. João Manuel em seu contexto histórico: revoltas nobiliárquicas e poder régio..... 74

2.1 – Dados biográficos e primeiros anos de atuação política (1282-1312)..... 74

2.2 – D. João Manuel e a menoridade de Afonso XI: lutas políticas e tutorias régias (1312-1325)..... 105

2.3 – D. João Manuel e Afonso XI; os embates políticos de um grande senhor (1325-1348)..... 113

Capítulo III

O Livro das Armas e os modelos culturais de comportamento..... 135

3.1 – D. João Manuel em seu contexto cultural..... 135

3.2 – O Livro das Armas e os ideais de conduta..... 176

Considerações Finais..... 241

Apêndice Documental..... 247

Bibliografia..... 312

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar alguns textos da literatura moralizante da Baixa Idade Média hispânica, produzidos no decurso das primeiras décadas do século XIV, com o objetivo de analisar os ideais de conduta política e social, propostos no interior dos círculos letrados da alta nobreza laica do reino de Castela e Leão. Trata-se de um estudo voltado à análise das práticas políticas e dos saberes inerentes à conformação social de um modelo ético e virtuoso à conduta dos príncipes e das elites nobiliárquicas da sociedade peninsular cristã.

Dentre a diversidade de temas e enfoques, que caracterizam o atual estágio dos estudos historiográficos sobre a nobreza medieval, cabe considerar o papel assumido pelas abordagens[1] centradas na análise das relações entre a conduta aristocrática e os campos do saber. No âmbito das pesquisas direcionadas, mais particularmente, ao estudo da nobreza e da cultura aristocrática na sociedade medieval castelhana, os trabalhos de Isabel Beceiro Pita têm freqüentemente

[1] Dentro do âmbito das abordagens historiográficas sobre o papel e as características da educação aristocrática, na sociedade medieval hispânica, cumpre salientar alguns estudos importantes. Para tanto, ver: ALFONSO, Marta. Ramon Llull y Juan Manuel. *Perspectivas Paedagogicas,* Barcelona, v.6, n.13-15, p.108-121, 1964, BUENAVENTURA, Delgado. La literatura didactica medieval. In: *Historia de la educación en España y America. I: La educación en la España antigua y medieval.* Madrid: S.M., D.L., 1992, p.403-474 e, do mesmo autor, Pedagogos cristianos y sus escritos sobre educación. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España. I: Edades Antigua, Media y Moderna.* Madrid: BAC, 1995, p.99-127, CASTRO Y CALVO, José Maria. *La educación de Príncipes en la Edad Media según las obras de Juan Manuel.* Madrid: Faculdad de Filosofia y Letras da Universidad de Madrid, 1940. 4v, PALACIOS MARTÍN, B. La educación de los Principes. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España.* Madrid: BAC, 1995, p.315-325, SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Marciano. SÁNCHEZ RODRIGUEZ, Marciano. Programa educativo del Infante Don Juan Manuel. Historia de la Educación. *Revista Interuniversitária,* Salamanca, n.5, p.131-148, 1986, VICENTE PEDRAZ, M. Educación corporal y distinción nobiliária en el Libro de los Estados de Don Juan Manuel. *APUNTS*, Barcelona, n.43, p.13-22, 1996, LADERO QUESADA, Miguel-Angel. Marco histórico: Iglesia, sociedad y educación. In: H*istoria de la acción educadora de la iglesia en España. I. Edades Antigua, Media y Moderna.* Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p.105.

chamado a atenção acerca do importante lugar desempenhado por estes novos campos da investigação histórica[2]. Para a autora, em Castela, os séculos baixo-medievais registram o despertar de toda uma maior valorização e preocupação com os procedimentos educativos e o saber das elites nobiliárquicas. Como elemento crucial destas novas manifestações culturais, há que se considerar o amplo florescimento de uma literatura de caráter didático e sapiencial, que, desde o século XIII, destina-se preferencialmente à educação dos príncipes e à instrução modelar da nobreza.[3]

Ao tratar da Coroa de Castela, no século XIII, também Adeline Rucquoi tem procurado demonstrar as relações estabelecidas entre os fenômenos culturais e a dinâmica de funcionamento do sistema de poder dentro do reino peninsular. Em uma investigação bastante interessante e inovadora acerca desta problemática, a autora ressalta que, na época afonsina, reforça-se enormemente o papel dos saberes na constituição de uma ideologia de consolidação da autoridade monárquica. Conforme enfatiza Rucquoi:

> La cultura há desempeñado asi um papel predominante em la formación de uma ideologia de la monarquia castellana. Los reyes no llaman tan solo a su lado a juristas o cronistas capaces de elaborar um concepto que los situe em uma posición dominante

[2] BECEIRO PITA, Isabel. *Las vias de acceso a la instrucción en la Baja Edad Media.* Alcalá de Henares: Antonio Castillo Gómez, 1996. Da mesma autora: Educación y cultura en la nobleza (siglos XIII-XV). *Anuário de Estudos Medievales,* Madrid, n.21, p.571-590, 1991,

[3] Um estudo extremamente significativo acerca desta temática, pode ser visto também no artigo de: MENJOT, Denis. Enseigner la segesse. Remarques sur Moyen Age. In: GUGLIELMI, Nilda, RUCQUOI, Adeline (Coord.). *El discurso politico en la Edad Media.* Buenos Aires: Programa de Investigaciones Medievales – Consejo Nacional de Investigaciones Técnicas y Científicas – CONICET – Centre de la Recherche Scientifique, 1995, p.217-231.

> frente a sus súbditos, a los demás príncipes, al emperador y al papa. Al adoptar la sabedoria divina como atributo que fundamenta su poder en la tierra, los reyes de Castilla han sido investidos con la *sapientia* de Dios, que sola permite gobernar los pueblos, hacer leyes, impartir justicia, y que conlleva el deber de transmitir el conocimiento.[4]

No decurso dos séculos XIII e XIV, a promoção do conhecimento como base ideológica de afirmação do poder, passou a adquirir assim uma maior abrangência social, que incluía não somente os pressupostos políticos e atributos da realeza, mas difundia-se igualmente no interior dos costumes da nobreza.[5] É dentro deste contexto histórico que a cultura como elemento de reforço do poder social das elites nobres, começou a esboçar os seus primeiros contornos. Portadores de uma função eminentemente guerreira, certos membros da aristocracia de fins da Idade Média, no entanto, procuram agregar ao estilo da vida cavalheiresca um saber livresco. Eles constituem os *milites litterati*, os cavaleiros letrados, como os denominou Georges Duby.[6] Seu especial interesse pelo cultivo do saber acabou por converter certos expoentes dos círculos nobiliárquicos em verdadeiros promotores da educação aristocrática. Tais aspectos ensejam uma reflexão. As possibilidades de análise oferecidas por estas novas circunstâncias, que afetam o comportamento

---

[4] RUCQUOI, Adeline. El reye sabio: cultura y poder en la monarquia castellana medieval. In: *Repoblación y reconquista. Actas del III Curso de Cultura medieval*. Madrid: Centro de Estudios del Romanico, 1993, p.83. Sobre cultura e educação na Baixa Idade Média hispânica, veja-se também da mesma autora: Éducation et société dans la Péninsule ibérique médiévale*. Histoire de l'education,* n.69, Institut Nacional de Recherche Pádagogique, Paris, 1996, p.3. Studia generalia y pensamiento hispánico medieval. Relaciones. *Estudios de Historia y Sociedad*, México, n.75, p.243-280, 1998

[5] No que diz respeito ao campo dos saberes e seus vínculos diretos com o poder, Jacques Verger sublinha igualmente que, no decorrer dos séculos XIII e XV, aparecem "(...) um ou mais príncipes sábios que souberam se cercar de letrados a quem eles encomendaram as obras de ideologia de propaganda destinadas a favorecer seus esforços de modernização do Estado." VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média.* São Paulo: EDUSC, 1999, p.177.

[6] DUBY, Georges. *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade (980-1420).* Lisboa: Estampa, 1993, p.202.

aristocrático, evidentemente, são amplas e complexas. O objetivo de conhecer e delinear alguns dos seus traços mais característicos suscitou este trabalho.

Em vista disso, esta investigação tem como ponto de partida um olhar sobre os fundamentos sócio-morais e políticos desta pedagogia nobiliárquica, saída das altas cortes senhoriais do reino de Castela, e que encontrou grande vigor e carga de expressão nas obras literárias do período.

Para tanto, tomamos como fonte documental básica de investigação o estudo dos textos literários da prosa narrativa castelhana, compostos pelo escritor da alta nobreza hispânica, D. João Manuel (1282-1348). Pertencente aos círculos mais proeminentes de uma nova elite aristocrática letrada e cortesã, que no século XIV começava a despontar nas monarquias ibéricas medievais, foi D. João Manuel um nobre de ascendência régia, filho do Infante de Castela e Leão, D. Manuel e de D. Beatriz de Sabóia, neto do monarca Fernando III (1217/1230-1252), sobrinho de Afonso X (1252-1284) e primo de Sancho IV. O escritor teve uma destacada atuação nos grandes acontecimentos políticos da monarquia castelhana baixo-medieval.[7] A vida política conturbada de D. João Manuel transcorreu praticamente no decurso de dois reinados.[8] Desse modo, o recorte temporal de investigação aqui proposto contempla, mais precisamente, o período histórico compreendido entre o final do

[7] GERBET, Marie-Claude. *Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XIV*. Madrid: Alianza, 1997, p.138-144.
[8] PRETEL MARÍN, Aurelio. *Don Juan Manuel, señor de la llanura. Repoblación y gobierno de la Mancha Albacetense en la primera mitad del siglo XIV.* Albacete: CSIC, 1982, p.32-35.

reinado de Afonso X e a ascensão de Sancho IV ao trono (1284-1295) até o reinado de Afonso XI (1312-1350).

Como observa Maravall, a figura de D. João Manuel é uma representação típica do que se tem chamado de fenômenos de bifrontalidade histórica, na medida em que seu pensamento social e suas obras acusam o aparecimento de uma época de notáveis contrastes e progressivas transformações sócio-políticas e culturais, aspectos que marcaram fortemente as sociedades européias de fins da Idade Média. Elas estão inseridas num contexto de graves dissensões internas provocadas, em larga medida, tanto pelo processo de recrudescimento das tensões sociais urbanas quanto pelos embates políticos desencadeados entre a alta aristocracia e a Coroa castelhana. Segundo assinala o autor:

> (...) esos fenómenos de bifrontalidad a la manera del que nos pone de manifesto don Juan Manuel, se presintam con cierta generalidad. En la obra (...) del infante se nos revela como un espejo la sociedad tradicional y estática del medievo; pero advertimos ya en ella ondulaciones que alteran su superficie, empujada por el viento de una nueva época que amanece.[9]

Neste contexto sócio-histórico, as obras de D. João Manuel respondem às circunstâncias de um período de intensa crise política e mudança social. Preocupado com a alteração e o rebaixamento dos altos quadros nobiliárquicos da Coroa de Castela, sua obra literária encontra-se intensamente relacionada a uma realidade

[9] MARAVALL, José Antonio. *Estudios de Historia del pensamiento español*. Madrid: Cultura Hispánica, 1983, p. 457.

histórica, permeada pelos freqüentes distúrbios e desajustes da ordem social e política.

Com uma produção literária bastante rica e diversificada em suas modalidades de expressão e gênero, que compreende desde os manuais instrutivos de cavalaria ("Livro do Cavaleiro e do Escudeiro"), passando pelas obras de doutrinação política e social ("Livro dos Estados"), até a composição de contos de finalidade didática e educativa, seus textos constituem um importante inventário de fontes documentais imprescindíveis ao estudo das formas de representação cultural da vida aristocrática.[10]

Assim, o interesse na produção intelectual manuelina reside, principalmente, no fato de que seus escritos possibilitam uma visão mais abrangente dos processos modeladores dos costumes sociais e dos mecanismos de codificação ética da conduta política das elites dirigentes no decorrer da sociedade baixo-medieval.

Dentro do conjunto dos escritos manuelinos, centramos como ponto fulcral de nossa investigação, o estudo do "Livro das Armas". Esta obra de D. João Manuel, escrita por volta de 1342-1345, descreve, de maneira notável, a construção discursiva dos feitos exemplares dos ancestrais, que, na sociedade aristocrática, fundam a memória linhagística e dão proeminência político-moral à sua alta Casa nobiliárquica.

[10] BECEIRO PITA, Isabel. Op.cit., p.583.

No tocante ás investigações voltadas ao estudo e interpretação do “Livro das Armas”, cabe ressaltar algumas observações pontuais. Diferentemente do que ocorre com outras obras de D. João Manuel, como é o caso do “Livro dos Estados”, um dos textos que mais tem atraído a atenção da crítica literária e dos historiadores, há pouquíssimos estudos ou artigos em língua espanhola, que tratem especificamente do “Livro das Armas”.[11] Uma das primeiras referências a respeito desta obra de D. João Manuel, foi feita por Giménez Soler, nos inícios da década de trinta. Em sua biografia do escritor castelhano, de 1932, Giménez Soler procura destacar o excepcional valor da prosa manuelina, assinalando sua relevância literária e histórica. Para o autor:

> (...) como prosa histórica es lo mejor del siglo XIV. Todas las crónicas anteriores y posteriores, aun las del conciller Ayala resultan secas y desabridas comparadas con esta narración, que a pesar de ser tan corta toca muchos asuntos y no se decae en ninguno y en todos usa el lenguaje proprio, transmitiendo al lector la impresión que el autor sentía: no hay en su libro nada que no sea digno y que no puedan admirar asi el literato como el historiador”.[12]

Em seu ensaio “La realidad historica de España”, obra datada de 1954, Américo Castro tece igualmente alguns breves comentários sobre a prosa de D. João Manuel, salientando seu caráter de texto intimista e confessional. Segundo o autor, a obra do nobre castelhano representa: “(...) la primera pagina, intima y

[11] Uma ampla revisão bibliográfica sobre a obra de D. João Manuel pode ser visto em: DEVOTO, Daniel. *Introducción al estudio de Don Juan Manuel y en particular el Conde Lucanor. Una bibliografía.* Madrid: Castallia, 1972, p.201-226.
[12] GIMÉNEZ SOLER, *Don Juan Manuel. Biografia y estudio critico.* Zaragoza : La Académica, 1932, p.213.

palpitante de una confesión escrita en castellano, situada novelescamente en un tiempo y en un espacio."[13] Já ao final dos anos cinqüenta, R.B. Tate publica uma resenha do "Livro das Armas", na qual busca colocar em destaque basicamente o sentido "autopanegírico" assumido pela obra.[14]

As principais contribuições dadas ao estudo da obra de D. João Manuel são, contudo, da década de oitenta. Em relação a este importante texto da produção literária manuelina, podemos assinalar, portanto, os trabalhos de Germán Orduna, "El Libro de las Armas: clave de la justicia de Don Juan Manuel", de Francisco Javier Díez de Revenga, "El Libro de las Armas: algo más que un libro de história" e o de Alan Deyermond, "Cuentos orales y estructura formal en el Libro de las Três Razones". O artigo de Germán Orduna, publicado em 1982, todavia, é o primeiro estudo que traçou o texto manuelino em sua perspectiva histórica. Segundo a interpretação desenvolvida pelo autor, o livro de D. João Manuel apresenta um caráter essencialmente político e anti-dinástico.[15] Para Germán Orduna, a obra traduz uma forma de dissidência e vingança política contra o monarca Afonso XI, de Castela. No mesmo ano, Díez de Revenga, por sua vez, dirige o foco de sua análise, principalmente, para os aspectos literários e estilísticos encontrados na obra. Conforme o enfoque do autor: "(...) como en los demás libros de Don Juan Manuel, hay estilo que demuestra en el magnate castellano, ante todo, su deseo de ser

[13] CASTRO, A. *La realidad historica de España*. México: Porrua, 1954, p.369.
[14] TATE, Robert Brian Modern language studies. V.1, n.19, 1957, p.191-195.
[15] ORDUNA, Germán. El Libro de las Armas. Clave de la justicia de Don Juan Manuel. *Cuadernos de Historia de Espana,* 1982, p.268.

sobre lo demás, escritor".[16] Também Alan Deyermond, com uma análise centrada nos aspectos da estrutura formal do texto, procura abordar e demarcar o papel desempenhado pela tradição oral na escritura manuelina. De acordo com Deyermond, o "Livro das Armas" "parece haber nascido como una serie de cuentos orales narrados por Juan Manuel."[17]

Outro estudo bastante significativo que aborda, também, mais detidamente o "Livro das Armas" é o de Maria Cecília Ruiz. Em sua obra, "Literatura y política: el 'Libro de los Estados y el Libro de las Armas' de don Juan Manuel", a autora acentua as motivações políticas inscritas na proposta da obra. Conforme Maria Cecília Ruiz, o "Livro das Armas" constitui uma projeção das ambições políticas frustradas do nobre castelhano. Para a autora: "El *Libro de las armas* no es ni más ni menos que la proyección de su propio sueño frustrado de haber sido rey".[18]

A despeito destas contribuições, pode-se dizer que, no estudo da obra manuelina predominam os enfoques centrados numa perspectiva mais literária do que propriamente histórica. Assim, buscamos pautar nossa investigação a partir de outros referenciais.

Do ponto de vista metodológico e do enfoque interpretativo conferido a esta obra, importa circunscrever algumas questões essenciais. No que se refere à

---

[16] DÍEZ DE REVENGA, F.J."El Libro de las Armas" de Don Juan Manuel: algo más que un libro de Historia. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, P.103.
[17] DEYERMOND, A.D. *Historia de la literatura española. La Edad Media.* Barcelona: Ariel, 1971, p.83.
[18] RUIZ Maria Cecília. *Literatura y política: el Libro de los Estados y el Libro de las Armas de Don Juan Manuel.* Potomac-Maryland: Scripta Humanística, 1989, p.62.

metodologia, o estudo do “Livro das Armas” será conduzido através do emprego de uma abordagem transversal na análise dos principais temas e núcleos narrativos que compõe o texto. Tal procedimento implica em cotejar a obra tanto com outras fontes documentais do período, quanto em salientar sua relação de correspondência com os demais textos escritos pelo autor.

Para delinear melhor as características e o sentido da obra de D. João Manuel, convém também estabelecer certos elementos e conceitos norteadores, que oferecem referenciais analíticos importantes ao seu entendimento. Em seus aspectos de forma e conteúdo, podemos caracterizar o “Livro das Armas” como um texto pertencente à literatura genealógica medieval, mas que apresenta uma feição escritural do gênero “Espelho de Príncipes”. O conteúdo da obra coloca em relevo todo um código nobiliárquico de comportamento, que contrapõe virtudes e vícios, honra e desonra, apontando valores de exemplaridade ética, com o intuito de moralizar e modelar o conjunto das atitudes das elites dirigentes, conforme um ideal de comportamento virtuoso. Sobre este gênero da literatura normativa medieval, Jacques Le Goff esboça a seguinte concepção:

> O sistema cultural da Idade Média utilizou muito a imagem do espelho (*speculum*). Mais do que exprimir com isso a teoria, fundamental desde Santo Agostinho, do sinal ou do reflexo, cada realidade terrestre sendo apenas a réplica, mais ou menos bem sucedida, de um tipo, trata-se de mostrar que, ao contrário, a imagem no espelho é que é de fato a imagem ideal de realidade terrestre. Todo espelho é instrumento de verdade (...) mas, na maioria das vezes, o espelho renuncia a sua função metafísica, para

> tornar-se um gênero normativo ligado ao processo de moralização, de ilustração ética e cristã que se desenvolve no século XII e se generaliza durante a Idade Média tardia, a partir do século XII. Todo espelho se torna exemplar.[19]

Sob este ponto de vista, na abordagem e interpretação da obra manuelina, convém delimitar, ainda, outro aspecto fundamental. Do "Livro das Armas" é possível extrair um conceito de nobreza, que quer dizer tanto a configuração de um grupo societário, dotado de privilégios especiais, quanto pode significar uma categoria moral distintiva e superior, que se auto-representa através de um padrão ideal de conduta ética e virtuosa. Como propõe Gibello Bravo:

> Nobleza (...) proviene de una actitud "honesta", capaz de conferir una posición elevada con respecto a los restantes miembros de la sociedad, que se hace heredable, pero esto no será suficiente por si solo para mantener los privilegios, sino que habrá de ser acompañado por la imitación de esas normas de conducta establecidas, incluyéndose entre ellas, por supuesto, el valor.[20]

Em razão disso, na perspectiva da interpretação aqui levantada, entendemos a obra de D. João Manuel a partir de uma proposição essencial. No que diz respeito à sua funcionalidade ideológica, o "Livro das Armas" constitui um discurso político de caráter linhagístico, elaborado sob uma forma literalizada. Numa época de expansão da autoridade monárquica e de constantes deslocamentos nas

---

[19] LE GOFF, Jacques. *São Luis. Biografia*. São Paulo: Editora Record, 1999, p.360.

[20] GIBELLO BRAVO,Víctor M. *La imagen de la nobleza castellana en la Baja Edad Media*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones,1999, p.61.

posições sociais, a obra tem como finalidade maior garantir a legitimidade e a conservação do poder familiar linhagístico. O livro tem como fundamento subjacente ao exercício do poder, em especial, uma noção de nobreza enquanto categoria moral superior, conceito que justifica seu papel político ordenador e diretivo de toda a sociedade. A aprendizagem dos saberes sócio-morais revela-se, então, como complemento importante para a formação do comportamento proeminente, distintivo e modelar da camada social dirigente.

O "Livro das Armas" comporta assim uma forte intencionalidade política, que pretende assegurar estratégias de enquadramento dos costumes sociais. Vista sob o prisma do entorno da Corte castelhana baixo-medieval, a obra manuelina expressa um vigoroso embate político, cujas premissas básicas buscam limitar o exercício do poder social monárquico e dignificar moralmente os atributos da esfera nobiliárquica. Nela se cristalizam os desdobramentos das lutas políticas travadas entre poder real e poder nobiliárquico.

Para melhor delimitação e abordagem das questões propostas na investigação, o corpo do trabalho está sistematizado a partir de uma divisão em três capítulos. No primeiro capítulo, "Contexto histórico: o Reino de Castela e Leão na Crise da Baixa Idade Média", procuramos examinar o movimento de conflitividade social que caracterizou a monarquia castelhana, no decurso de uma larga etapa de revoltas e instabilidade na sociedade política, de fins do século XIII e inícios do século XIV. No segundo capítulo, "D. João Manuel em seu contexto histórico:

revoltas nobiliárquicas e poder régio" procuramos esboçar a biografia de D. João Manuel, evidenciando os contornos de sua ativa trajetória política nos movimentos nobiliárquicos, instaurados contra o poder régio, ao longo dos reinados de Fernando IV e Afonso XI. No terceiro capítulo, "O Livro das Armas e os modelos culturais de comportamento", consideramos, mais particularmente, os fundamentos sócio-morais e político-doutrinários que embasaram a tipificação dos modelos ideais de conduta.

I

CONTEXTO HISTÓRICO:
O REINO DE CASTELA E LEÃO NA BAIXA IDADE MÉDIA

Durante a Baixa Idade Média, as últimas décadas do século XIII e a primeira metade do século XIV, assinalam na história da Coroa de Castela e Leão, como de resto nas demais monarquias cristãs européias, o aparecimento de uma larga etapa de crise e perturbações políticas e sociais generalizadas. Em meio a um contexto de intensa instabilidade e turbulência política das forças sociais dominantes, os monarcas castelhanos conseguiram levar a cabo, no entanto, um conjunto de amplas reformas institucionais e uma importante obra de normatização jurídica da Coroa[1], medidas que acabaram por reforçar

[1] A historiografia hispânica tem freqüentemente chamado a atenção sobre as relações existentes entre a crise do baixo-medievo e o processo de centralização da instituição monárquica, em Castela. Embora não seja este o enfoque central de análise do nosso estudo, importa mencionar alguns enfoques importantes nesta linha de investigação. Assim, de acordo com Julio Valdeón Baruque: " La gran depressión que padeció tanto la Corona de Castilla como en general Europa occidental en el transcurso de los siglos XIV y XV, lejos de paralizar el processo de afianzamiento de un sistema político centralizado, ofreció condiciones idóneas para el mismo, aunque fuera por caminos indirectos". No âmbito das instituições políticas e administrativas, como evidencia também o autor: "Paralelamente hubo importantes avances en el terreno de las instituciones, y fuera en el ámbito de los oficiales de la Corte (cabe destacar en este sentido el papel de la cancilleria) o en el del gobierno del territorio (o las merindades tradicionales se añadieron, en el siglo XIII, los adelantamientos)". VALDEÓN BARUQUE, Julio. La victoria de Enrique II: los Trastámaras en el poder. In: *Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: Ambito, 1987, p.248-249. Quanto ao desenvolvimento das concepções jurídico-políticas medievais de caráter centralista, José Antonio Maravall também salienta a importância da legislação afonsina de meados do século XIII, particularmente o código legal das "Siete Partidas", como elementos significativos para a afirmação da soberania do poder real, em Castela. MARAVALL, José Antonio. Del regimen feudal al regimen corporativo en el pensamiento de Alfonso X. In: *Estudios de historia del pensamiento español.* Madrid: Cultura Hispánica, 1983, p.99-145. Mais recentemente, José M. Nieto Soria, por sua vez, tem contribuído com inúmeros trabalhos sobre ideologia e formas de representação do poder real no sistema político da monarquia castelhana. Para tanto, ver: NIETO SORIA, J.M. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI).* Madrid: Eudema, 1988. Igualmente do autor, veja-se: NIETO SORIA, José M. Origen divino, espírito laico y poder real en la Castilla del siglo XIII. *Anuário de Estudios Medievales.* Barcelona, 27/1, p.43-100, 1997. Sobre o programa de centralização política da monarquia castelhano-leonesa, especialmente na época de Afonso X, veja-se: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X, el Sabio. Historia de un reinado. 1252-1284.* Burgos: La Olmeda, 1999.

progressivamente a autoridade e o campo de atuação do poder real. O grande traço distintivo de todo esse processo de sistematização das instituições de mando da realeza medieval foi a implantação de práticas políticas voltadas à centralização do poder monárquico. Não obstante, até o advento da maioridade e do estabelecimento do reinado pessoal de Afonso XI, em 1325, a Coroa castelhano-leonesa atravessaria toda uma conjuntura de crescentes enfrentamentos políticos, de distúrbios sociais e conflitos aristocráticos emergentes. No âmbito dos movimentos de contestação à política de concentração do poder régio, como bem observa Marie-Claude Gerbet, de fato, o último quartel do século XIII demarca um grande período de inflexão na história das monarquias hispânicas. Segundo Gerbet, tanto na Coroa de Castela quanto na de Aragão e Navarra o fortalecimento da autoridade monárquica acarretou uma resistência vigorosa dos grupos nobiliárquicos[2]. Deste modo, um importante elemento balizador dos movimentos políticos e sociais desta época foi a luta violenta entre os monarcas e a nobreza.

Dentro do amplo quadro das relações de poder e dos movimentos que marcaram a sociedade política castelhana, no decorrer destes anos, podemos distinguir, contudo, a existência de três fases importantes, nas quais verifica-se uma grave crise política interna, e, como conseqüência imediata de uma circunstância histórica de extrema conflitividade social e lutas violentas pelo poder, a proliferação das grandes dissensões e sublevações nobiliárquicas

[2] De acordo com Gerbet, nas três coroas hispânicas, sem dúvida, este período mostra claramente o revigoramento das lutas nobiliárquicas face aos progressos da política de centralização monárquica. Em Aragão, por exemplo, os anos compreendidos entre 1265 (reunião das Cortes de Zaragoza) e 1275, foram caracterizados por uma série de sublevações do baronato aragonês e catalão contra a realeza. GERBET, Marie-Claude. *Las noblezas españolas en la Edad Media. Siglos XI-XV.* Madrid: Alianza Editorial, 1997, p.115-116. Sobre o agravamento das tenções internas entre a Coroa de Aragão e a aristocracia, ver também: MARTIN, J.L. *La Peninsula en la Edad Media.* Barcelona: Teide, 1993, p.504-505.

desencadeadas contra a autoridade real. De um modo geral, o processo de recrudescimento dos graves problemas sócio-políticos enfrentados pelo poder régio em Castela, desde as últimas décadas do século XIII até a primeira metade do XIV, apresenta como marcos temporais fundamentais, principalmente, os seguintes momentos históricos: o final do reinado de Afonso X (1281-1284) e o momento da ascensão ao trono de Sancho IV (1284-1286), etapa onde aflora a guerra civil e a grande crise da ilegitimidade dinástica do novo monarca; o reinado de Fernando IV (1295-1312), com o estabelecimento da segunda guerra civil e suas traumáticas e incontáveis revoltas da nobreza; e, finalmente, a fase de intensa turbulência política da longa menoridade de Afonso XI (1312-1325), época em que o reino de Castela e Leão parecia fragmentar-se novamente sob o influxo das lutas violentas existentes entre as diversas facções nobiliárquicas concorrentes, que disputavam acirradamente o controle político da tutoria régia.

Estas constantes intervenções políticas e militares da nobreza castelhana na sociedade peninsular de fins da Idade Média, baseavam-se freqüentemente na ação beligerante promovida pelos representantes das principais Casas nobiliárquicas do reino. Dessa maneira, foi precisamente no interior das linhagens mais antigas e proeminentes da alta nobreza dos “ricos-homens”, que sairiam os grandes protagonistas destes movimentos insurrecionais contra a realeza castelhana. De todo modo, atuando ao lado das facções dos altos círculos nobiliárquicos encontravam-se também neste ciclo endêmico de revoltas contra o poder da Coroa, os próprios membros da família real castelhana, tios, primos, infantes e irmãos secundogênitos dos monarcas, que procuravam garantir fundamentalmente meios de fortuna e um controle político mais incisivo sobre as

instituições de mando da administração central monárquica. O crescente movimento de conflitividade social e anarquia nobiliárquica, que marcou, em grande medida, a história política de Castela nesta época, apresentou também certas motivações e matizes peculiares. Nesta perspectiva, em uma análise bastante pontual acerca da natureza desses inúmeros distúrbios políticos e sociais que pautaram o comportamento das elites nobiliárquicas da sociedade castelhana baixo-medieval, Valdeón Baruque observa:

> Una sucesión sin fin de conflictos entre los más prominentes miembros de la nobleza castellana, particularmente acentuados durante las difíciles minoridades de Fernando IV y Alfonso XI. A veces se presentan como enfrentamientos entre los linajes más destacados del reino, otras son una pugna entre la autoridad monárquica y las apetencias nobiliarias. No hay otras noticias de Castilla salvo que el Rey e todos los otros entre si punnan por destroyrla que qui mas puede mas lieva e qui menos puede lazra e no saben que es justicia ni les place en ella, se lee en una carta de principios del siglo XIV dirigida al rey de Aragón, y que sintetiza con gran clarividencia los males que aquejaban al país a consequencias de las discórdias internas.[3]

Do ponto de vista político, parte destes conflitos têm suas origens diretamente associadas à grande crise da sucessão dinástica que caracterizou largamente o final do reinado de Afonso X a partir da sublevação promovida pelo seu filho secundogênito, o Infante D. Sancho.[4] A guerra civil castelhana instaurada nos anos de 1282-1284, em decorrência da traumática disputa sucessória que elevou Sancho IV ao poder, estabeleceu o padrão básico para o

[3] VALDEÓN BARUQUE, Julio. Las tensiones sociales em Castilla em tiempos de don Juan Manuel. In: MACPHERSON, Ian. (Ed.). *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Book Limited, 1977, p.181.
[4] MITRE, Emilio. *La España medieval. Sociedades. Estados. Culturas.* Madrid: Istmo, 1999, p.255.

desenvolvimento dos numerosos distúrbios e embates políticos protagonizados pela nobreza nas décadas seguintes. Para Gautier-Dalché, o pleito sucessório e o alçamento de D. Sancho contra seu pai, o monarca Afonso X, abriram uma crise dinástica de profundas conseqüências políticas para a manutenção da estabilidade do poder da realeza castelhana. A partir desse momento, criou-se um campo absolutamente fértil para as freqüentes sublevações da nobreza e o aparecimento de novos movimentos insurrecionais de caráter antidinástico[5]. Com efeito, a morte do primogênito do rei de Castela, em 1275, o Infante D. Fernando de Lacerda, o herdeiro de Afonso X, contribuiu decisivamente para desencadear uma intensa luta política pela sucessão ao trono real. O período que se segue, é marcado pela atitude rebelde e intransigente do Infante D. Sancho, o filho secundogênito do soberano, que, em detrimento dos herdeiros legítimos de D. Fernando de Lacerda, passa a reivindicar plenamente o seu direito de sucessão à Coroa de Castela e Leão. Nas Cortes de Segóvia, celebradas em[6] abril de 1278, após vários impasses e indecisões políticas, Afonso X procura controlar as tensões internas e dar uma solução definitiva ao grave problema sucessório: o Infante D. Sancho é reconhecido oficialmente como o herdeiro da Coroa. De qualquer maneira, a partir desta data, certos textos da chancelaria real, o apresentam como reinando em Castela ao lado de seu pai. Em vista do reconhecimento régio, a questão sucessória parecia totalmente solucionada. No

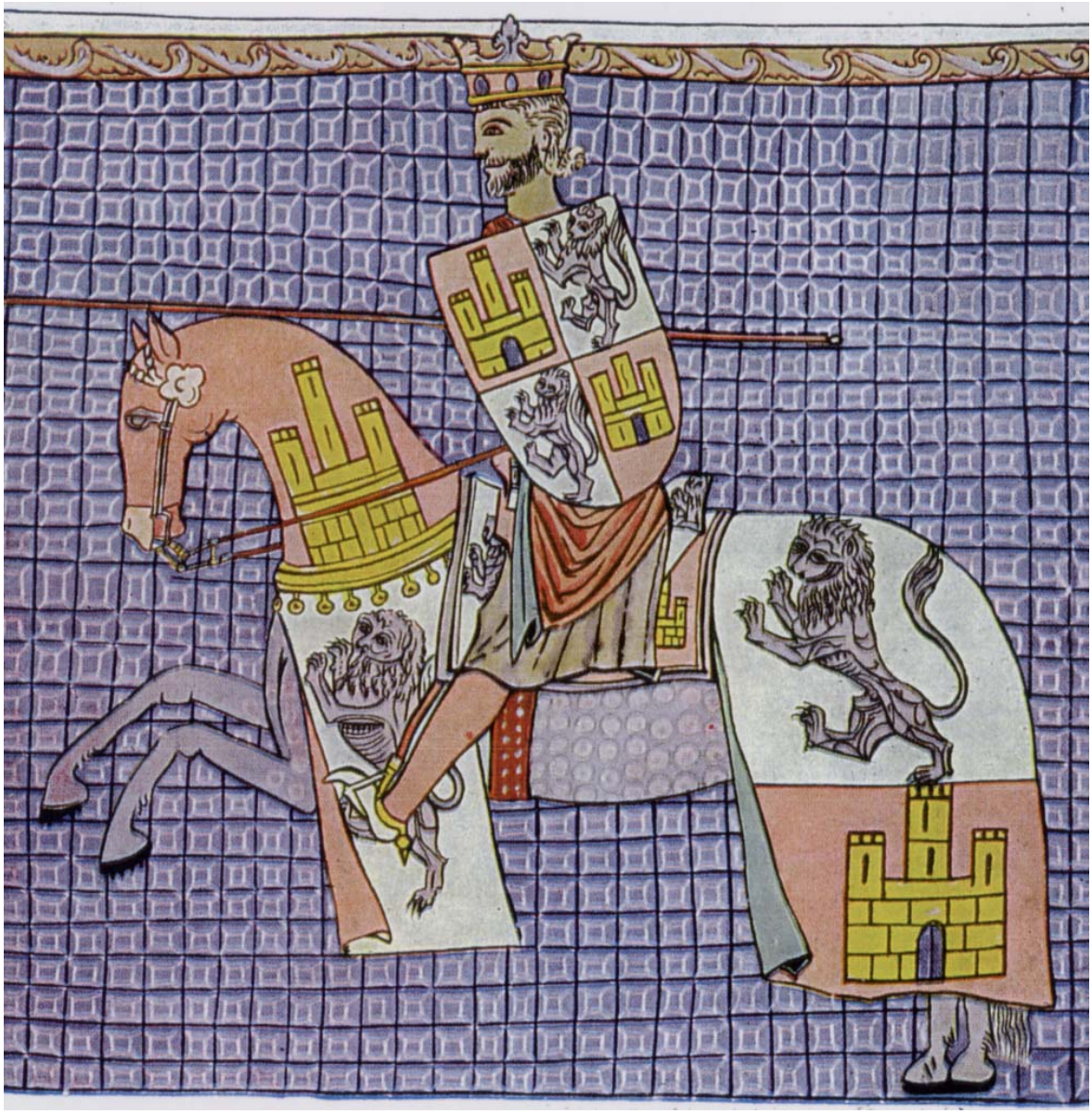
[5] De acordo com a interpretação esboçada por Gautier-Dalché, o problema sucessório e a vasta sublevação comandada pelo infante D. Sancho contra o rei Afonso X de Castela, certamente não constutuía apenas a manifestação de uma simples querela familiar. Porém, revestia-se de aspectos bem mais amplos e profundos, que traduziam a emergência de uma crise geral de grande amplitude histórica. Estas fortes comoções que agitaram a ordem política e social castelhana revelavam, aliás, um fenômeno bastante catacterístico da história política das monarquias européias da Baixa Idade Média. No caso espanhol, a crise sucessória do final do reinado de Afonso X, evidentemente, prefigurou as sublevações nobiliárquicas posteriores, cujo desfecho e similitude resultou na entronização da nova dinastia Trastâmara, durante a segunda metade do século XIV. GAUTIER-DALCHÉ, J. L'histoire castillane dans la premiére moitié du XIV siècle. *Anuario de Estudios Medievales,* Barcelona, n.7, p.40, 1970-1971.

[6] NIETO SORIA, J. M. *Sancho IV, 1284-1295.* Burgos: La Olmeda, 1994, p.41.

entanto, em dezembro de 1280, quando Afonso X torna a empreender uma política de contemporização, e resolve dotar a seus netos com alguns benefícios e concessões patrimoniais, legando como herança a D. Afonso de Lacerda o reino fronteiriço de Jaén e uma certa quantia em rendas da Coroa, sua atitude fez ressurgir ásperos conflitos. Suas decisões provocaram logo uma violenta reação por parte do infante secundogênito, que colocando-se numa posição de extrema hostilidade face à conduta régia, acabou por deflagrar um movimento de rebelião aberta contra seu pai.

A questão da ilegitimidade da sucessão dinástica envolvendo os chamados Infantes de Lacerda, sem dúvida, contribuiu enormemente para agudizar os problemas políticos da realeza, acentuando o habitual caráter faccioso da nobreza castelhana e preparando o terreno para a irrupção da guerra civil[7]. Entre os anos de 1281 e 1282, a cisão instalada no interior da Casa Real estendeu-se rapidamente ao conjunto das demais Casas nobiliárquicas do Reino, alimentando particularismos e reforçando antigas rivalidades linhagísticas.[8] Assim, é nesta sombria conjuntura de reiteradas perturbações internas, que durante o desenrolar do conflito a forte partidarização das forças políticas do reino terminou por acarretar o florescimento de grupos da aristocracia laica intensamente antagônicos, cuja direção achava-se sob os auspícios da autoridade direta dos membros mais destacados dos altos escalões nobiliárquicos.[9] A atuação política

[7] Ibidem, p.42-43.
[8] GERBET, Marie-Claude. *Las noblezas españolas em la Edad Media. Siglos XI-XV.* Madrid: Alianza Editorial, 1997, p.124.
[9] BECEIRO PITA, Isabel. Los domínios de la família real castellana. In: G*ênesis medieval Del Estado Moderno: Castilla y Navarra.* Valladolid: AMBITO, 1987, p.84-85.



Alfonso X. Rei de Castela

preponderante das facções da alta nobreza no quadro destas lutas intestinas, em que pese sempre o papel das defecções e as dificuldades encontradas para a manutenção das próprias alianças, responde basicamente aos interesses particulares de cada bando, especialmente no sentido de arregimentar partidários e afiançar seu apoio a um ou outro dos candidatos ao trono. Em decorrência disto, em torno dos pretendentes à sucessão real alinharam-se, por fim, duas importantes facções da alta nobreza castelhana, comandadas mormente pelos senhores das prestigiosas linhagens da Casa dos Lara e dos Haro.[10] A primeira, era conduzida pela figura de D. João Nunes de Lara, o poderoso senhor de Albarracim, e defendia os direitos sucessórios do infante D. Afonso de Lacerda. A segunda, sob a liderança do senhor da casa de Viscaia, D. Lopes Dias de Haro, sustentava amplamente o reconhecimento do infante D. Sancho como filho e herdeiro da Coroa. No entanto, é importante observar que as bases sócio-políticas de sustentação destes grupos aristocráticos rivais não eram exatamente equivalentes, como se verá ao longo do conflito.[11] De resto, era a facção que dava um endosso substancial à causa do infante D. Sancho, que, indubitavelmente, detinha o controle e a adesão de um contingente bem mais expressivo e numeroso de partidários em suas fileiras. Nela figuravam os nomes de representantes importantes dos principais clãs linhagísticos do reino, como os de D. Fernando Rodrigues de Cabreira, D. Ramiro Dias, D. Pedro Paes de Astúrias e D. Fernando Peres de Ponce, entre tantos outros. Como atesta largamente a documentação do período, também passariam a engrossar as

[10]GONZALEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X, el Sábio. Historia de un reinado (1252-1284).* Burgos: La Olmeda, 1999, p.192-193.
[11]NIETO SORIA, José Manuel. Op.cit., p.43.

fileiras do partido pró-sanchista, em especial, os membros das principais Ordens Militares do Reino castelhano, onde exerceriam papel de relevo na condução dos exércitos insurretos as figuras de D. Pedro Nunes, Mestre da Ordem de Santiago, seguido de D. João Gonzáles, Mestre da Ordem de Calatrava, e o prior da Ordem de São João do Hospital.[12]

Naturalmente, a menoridade dos herdeiros de D. Fernando de Lacerda contribuía também para justificar e dar sustentação as aspirações do Infante rebelde ao trono castelhano. Por volta de 1282, o secundogênito de Afonso X já passava a contar praticamente com o apoio majoritário das grandes forças políticas do reino. Assim, atuando na sustentação da causa pró-sanchista, encontravam-se os principais membros da família real castelhana, a maior parte da nobreza laica, o alto clero, os mestres das Ordens Militares e os representantes das vilas e cidades da Coroa.[13] Na busca de solidariedades e apoios suficientemente fortes para endossar a causa pró-D.Sancho, exerceria um papel bastante destacado seu irmão, o Infante D. João, que fora encarregado de congregar um leque de lealdades destinadas a assegurar o amplo respaldo político da nobreza e das várias cidades e vilas do reino ao movimento rebelde. Deste modo, em abril de 1282, durante a celebração das Cortes de Valladolid, o Infante secundogênito era contemplado com o reconhecimento oficial de suas pretensões ao trono de Castela.[14] A sentença que lhe reconhecia o direito à

[12] MARTÍN, José Luis. *La peninsula en la Edad Media.* Barcelona: Teide, 1993, p.471-472.
[13] NIETO SORIA, José Manuel. Op.cit., p.95.
[14] Para alguns historiadores, como Nieto Soria, por exemplo, as Cortes de Valladolid, que acordaram na deposição do soberano legítimo, representaram uma espécie de "conciliábulo" preparado pelos opositores de Afonso X, ainda que, de fato, a maioria das forças sociais do reino estivessem ao lado do infante rebelde.Neste sentido, coloca o autor: "La intensísima actividad de su cancilleria – de la que fué canciller mayor el infante don Pedro – durante los meses seguientes evidencia el amplio reconocimiento que había alcanzado dentro de su reino". NIETO SORIA, José Manuel., Op.cit., p.43.

dignidade ao trono real foi emitida pelo Infante D. Manuel, irmão do monarca castelhano. As cortes castelhanas de 1282 davam a D. Sancho todo o governo do reino, embora o título real só fosse propriamente usado pelo Infante após a morte de seu pai, em Sevilha, no ano de 1284.[15] O capítulo LXXVI da Crônica de Afonso X apresenta-nos um importante relato das circunstâncias que marcaram estes momentos decisivos do processo sucessório, que elevou Sancho IV ao poder. A esse respeito, importa destacar, especialmente, sua narrativa acerca dos principais acontecimentos ocorridos durante a reunião das cortes de Valladolid, onde se pode ver mais claramente o alinhamento das forças sócio-políticas do reino que apoiaram o príncipe rebelde:

> Et dende vénose el infante don Sancho para Valladolit el falló y a la reyna donna Violante su madre, que estaua y esperando. Et plaziél mucho por esta boz que tomara contra el rey don Alfonso, su marido. Et des que y llegó, fueron con él juntados todos los de la tierra et los ricos omnes que andauan fuera. Et acordaran todos que se llamase rey el infante don Sancho et que le diesen todos el poder de la tierra. Et él nunca lo quiso consentir que en vida de su padre se llamase él rey de los sus regnos. Et sobre esto ovieron su acuerdo et acordaron quel mandasen dar las fortalezas todas et quel diesen la justiçia et el aver de la tierra. E esta sentençia dio el infante Don Manuel, hermano del rey don Alfonso, estaundo en las Cortes en Valladolit.[16]

Em vista disso, há que se considerar fundamentalmente que na origem de todos estes apoios dados à causa sanchista, sem dúvida alguma, encontrava-se

[15] BALLESTEROS BERETTA, Antonio. *Alfonso X el Sábio.* Madrid: [s.e.], 1964, p.966-969.
[16] *Cronicas de los Reys de Castilla.Cronica del Rey Don Alfonso Decimo. Biblioteca de autores españoles. Desde la formación del língua hasta nuestros dias.* Madrid: Real Academia Española, 1953, p.61. Tomo Sexagesimo Sexto.

uma forte oposição das principais forças sociais da época à política real e aos novos propósitos do programa centralista da monarquia afonsina.[17] Em meados do século XIII, a monarquia medieval castelhana passava a transformar-se progressivamente em um sistema de poder mais unitário e concentrado, pautado num crescente programa político e ideológico de fortalecimento da autoridade real.[18] Os ideais políticos do monarca Afonso X de afirmar sua soberania plena, dar uniformidade à legislação do reino e ordenar todo o conjunto da sociedade, mediante a imposição de um poder altamente centralizador, certamente acabou por ampliar os focos de descontentamento social e reforçar a oposição à política régia. Como evidencia Gonzalez Jimenez:

> Se trataba de un programa ambicioso, nada ambiguo en sus planteamientos, que despertó desde el princípio, si no resistencias, sí al menos recelos generalizados, ya que eran muchas frentes las que atacava: la creación del Derecho a partir de las sentencias o fazañas de los jueces; la autonomía de la justicia forera o municipal y, en última instancia, a ruptura del equilibrio, característico del período anterior, entre el rey y la sociedad politica del reino. De esta forma, el rey dejaba de ser un simple guiador e cabdillo de las huestes, un príncipe que preside un puñado de vasallos ilustres y poderosos, de los que depende y a quienes teme, para erigir-se en Vicario de Dios, legislador único y juiz supremo sobre todos los del reyno. Para destacar la singularidad y la dignidad de su persona, Alfonso X no precisaba de ritos de consagración ni los queria, dado el carácter ambiguo de la unción régia.[19]

[17] MITRE, Emilio. Op.cit., p.251.
[18] MARAVALL, José Antonio. Del regimen feudal al regimen corporativo en el pensamiento de Alfonso X. In: *Estudios de Historia del Pensamiento Español.* Madrid: Cultura Hispánica, 1983, p.99-102.
[19] GONZALEZ JIMENEZ, Manuel. Op.cit., p.267.

De todo o modo, o conjunto dos pressupostos ideológicos do programa de centralização monárquica esboçada no pensamento político-jurídico da realeza afonsina[20], não foi descurado pelo novo soberano em seu reinado. Assim, após o turbulento episódio de seu alçamento contra Afonso X, ao tomar posse definitiva do trono real de Castela e Leão, em 1284, Sancho IV procurou igualmente instalar uma política voltada, sobretudo, à restauração e consolidação plena da autoridade monárquica. Para tanto, pautou grandemente sua ação de governo no sentido de promover o fortalecimento da justiça real e impor um controle político mais efetivo sobre as tendências autonômicas e particularistas da nobreza e dos Concelhos Municipais do reino.[21] Com efeito, para assegurar plenamente o exercício do poder soberano da realeza, o novo monarca deu continuidade ao projeto centralista da política afonsina, reafirmando em seu reinado o postulado da supremacia jurisdicional da Coroa.

Dessa maneira, tal como fora proposto substancialmente na legislação da época afonsina, durante a segunda metade do século XIII, especialmente no *corpus* jurídico das "Sete Partidas" e nos pressupostos políticos e morais contidos no "Espéculo", a política monárquica teve por base de orientação a noção crucial da soberania da justiça real, cuja expressão máxima pode ser resumida na seguinte formulação: "Emperadores o reyes son los más nobles homnes y personas, en honra y en poder, que todas las otras, para mantener e guardar las tierras en justicia".[22]

[20] MARAVALL, José Antonio. Op.cit., p.99-100.
[21] GERBET, Marie-Claude. Op.cit., p.126-127.
[22] NIETO SORIA, José Manuel. Op.cit., p.144.

Neste aspecto, teve também o novo monarca especial preocupação com a afirmação dos procedimentos coercitivos da justiça real, que passariam a ser largamente empregados como meios importantes de intervenção do poder central sobre a ingerência dos grandes senhores, a fim de coibir e subjugar o comportamento político buliçoso dos setores nobiliárquicos dissidentes da realeza. Do ponto de vista das ações de natureza punitiva emanadas da Coroa, a política real orientou-se pelo uso freqüente de expedientes extremamente rigorosos na aplicação das penalidades aos infratores da ordem pública, principalmente face aos casos de insubordinação contra a autoridade do rei, bem como nos delitos graves configurados como crimes de traição. Desde os momentos iniciais de seu governo, Sancho IV daria mostras de sua ação implacável contra a nobreza rebelde. Em Sevilha, um dos bastiões das forças que conservaram sua fidelidade a Afonso X, o monarca reprimiu violentamente um levante de nobres contra a Coroa. Os textos cronísticos da época atestam o rigor punitivo das sentenças emitidas pela intervenção do poder régio. Como evidencia o relato da crônica de seu reinado, o rei não descurou de seu papel fiscalizador e justiceiro:

> (...) é por los lugares que vênia facia justicia muy complidamente, en guisa que todas las gentes de los sus reinos lê obedescien lo que eran mandados. E porque falló que algunos andaban por la su tierra después que el reinará, faciendo ayuntamientos contra él é contra su señorio, fué contra ellos, é á los unos mato, é á los otros desheredó, é á los otros echó de la tierra, é los tomo cuanto avian, en guisa que todos los sus reinos torno asosegados.[23]

[23] *Cronicas de los Reys de Castilla. Cronica de Don Sancho El Bravo.* Op.cit., p.70.

De qualquer maneira, ao longo de praticamente todo o seu reinado, a política seguida pela Coroa não deixou de recorrer, em seus procedimentos mais incisivos e rigorosos ao uso das execuções sumárias, as emprego das punições violentas e a eliminação dos malfeitores e dissidentes da realeza.. Este foi o caso também do julgamento e da violenta eliminação de alguns importantes representantes das estirpes mais poderosas da alta nobreza castelhana, como a própria execução, em Alfaro, de D. Lopes Dias de Haro, seu privado na Corte e homem de grande influência política na sociedade castelhana, antigo aliado e seu fervoroso partidário nas lutas pela conquista do trono. Rigor justiceiro e apropriação dos bens patrimoniais dos principais opositores constituíram-se em importantes instrumentos de uma ação política voltada a garantir o fortalecimento das bases institucionais do poder monárquico.[24] No entanto seu curto período de reinado seria também marcado pelo aparecimento de inúmeras dissidências e conflitos exacerbados com a nobreza que voltou a rebelar-se contra o rigor da política régia. Sem desenvolver uma política propriamente antinobiliárquica, o soberano castelhano combateu, em particular, o poderio das principais facções nobres, a estirpe dos Haro e a Casa dos Lara.[25] Estas, com a eliminação de alguns dos seus mais importantes membros, acabaram por oferecer seu serviço militar aos soberanos aragoneses, tradicionais rivais da Coroa castelhana.

---

[24] GERBET, Marie-Claude. Op.cit., p.126-127.

[25] Como assinala Gerbet, apesar de adotar uma posição extremamente rigorosa face à nobreza, Sancho IV não foi de todo alheio aos interesses e privilégios da cavalaria do reino. De acordo com a autora, o monarca "(...) se dio cuenta que era preciso otorgar algunas satisfacciones. Como los nobles continuaban atribuyendo mucho valor a la caballería de espuela dorada, Sancho, armado caballero como su padre, decidió conceder algunos privilegios de caballeria. En las cortes de Haro de 1288 sus tropas personales y regulares de vassallos del rey recibieron la suma global de 2.431.133 maravedíes de sueldo anual a repartir entre: 18 ricos hombres, a los que se concedieron 1.764.545 maravedíes (que a su vez debían repartir entre sus acompañantes de armas); 73 infanzones, que recibieron 425.352 maravedíes; 73 mesnaderas retribuídas con 266.012 maravedíes, y, finalmente 13 caballeros de la frontera, que percibieron 36.224 maravedíes". GERBET, Marie-Claude. Op.cit., p.126.

Dessa maneira, os últimos anos do reinado de Sancho IV anunciavam novamente sérias dificuldades políticas para a consolidação do poder monárquico e a conservação da ordem interna do reino. No plano externo, as relações amistosas firmadas com os demais reinos cristãos peninsulares achavam-se também fortemente ameaçadas, devido à eminência dos conflitos fronteiriços entre a Coroa de Castela e a monarquia de Aragão. Apesar da assinatura do tratado de paz de Monteagudo, realizado entre Sancho IV e Jaime II de Aragão, em 29 de novembro de 1291, pelo qual os dois reinos acordavam uma aliança de ajuda mútua, o problema sucessório envolvendo os Infantes de Lacerda continuava atuando seriamente como uma fonte inesgotável de discórdias[26] e dissidências políticas tanto internas quanto externas. Com efeito, a monarquia de Aragão, que desde o reinado de Pedro III (1276-1285), tomara a defesa dos direitos sucessórios do Infante D. Afonso de Lacerda, vai iniciar uma violenta ofensiva militar contra o reino de Castela. Por outro lado, a questão da ilegitimidade da sucessão dinástica era agravada pelo próprio fato de que, o casamento de Sancho IV com Maria de Molina, de parentesco extremamente próximo e proibido pelos princípios jurídicos normativos do direito canônico, ter sido realizado sem o reconhecimento da autoridade da Cúria pontifícia. De fato, realizado sem o consentimento da dispensa papal, o matrimônio do casal real não apresentava o beneplácito da Igreja, o que poderia comprometer o futuro político de sua descendência e gerar sérios entraves ao reconhecimento legal do herdeiro

[26] Posteriormente, também Afonso III de Aragão adotaria uma posição política favorável aos Infantes de Lacerda. Em dezembro de 1288, Sancho IV teve que fazer frente a uma ampla coalizão constituída pelo monarca aragonês com D. Afonso de Lacerda, D. Diogo Lopez de Haro e D. Gaston de Bearne. Neste sentido, a política anticastelhana da Corte aragonesa revelara-se como uma ameaça constante à estabilidade da Coroa castelhana. Segundo afirma Gonzalez Minguez, evidentemente, todos estes conflitos entre os dois reinos traduziam igualmente uma luta vigorosa pela hegemonia política no contexto peninsular. Veja-se: GONZALEZ MINGUEZ, Cesar. *Fernando IV de Castilla (1295-1312). La guerra civil y el predomínio de la nobleza.* Valladolid: Universidad de Valladolid, 1974, p.98.

do trono, o Infante D. Fernando.[27] Para Sancho IV, a exemplo do intenso embate que travara no conflituoso encaminhamento da sucessão de Afonso X, essa mesma circunstância política extremamente desfavorável, agora poderia recair sobre seu sucessor. Segundo a colocação de Nieto Soria:

> En el Fuero Real se estabelecia que, a la muerte del rey, debía producirse el correspondiente homenaje al sucesor. No era este el caso, lo que no impidió que tal ceremonia tuviera lugar. El monarca era consciente de que la aceptación del príncipe recién nacido el día que faltase podía plantear serias y fundadas resistencias, teniendo en cuenta la falta de reconocimiento pontificio para su matrimonio y que la causa de los infantes de la Cerda parecía tomar de nuevo alas con el apoyo que ahora recebía de parte de Alfonso III. Por tanto, trató de allanar el camino de cara a una sucesión sin sobresaltos.[28]

Todavia, a morte repentina de Sancho IV, em abril de 1295, revelou-se como um fato especialmente crítico para o poder da Coroa de Castela. Em vista disso, apesar de todas as preocupações do monarca para assegurar uma sucessão sem sobressaltos a seu filho, logo após sua morte e, por conseguinte, à proclamação de Fernando IV, segue-se um período de grande instabilidade política para a realeza devido à menoridade do novo monarca. Tal fato acarretaria o aparecimento de um novo ciclo de graves distúrbios políticos e lutas nobiliárquicas pelo controle da regência da monarquia castelhana. A anarquia nobiliárquica e a irrupção de uma série de conflitos e enfrentamentos políticos – internos e externos – durante o breve período de reinado de Fernando IV (1295-1312), sem dúvida, contribuíram decisivamente para o estabelecimento de um

[27] NIETO SORIA, J.M. El pontificado medieval. In: *Cuadernos de Historia*. Madrid: Arco Libros, 1996, p.27-28.

[28] NIETO SORIA, José Manuel. Op.cit., p.74.

clima de guerra civil endêmica na monarquia castelhana baixo-medieval. Os problemas políticos pendentes do reinado anterior foram amplamente reforçados: a luta sucessória do infante Afonso de Lacerda, a questão da ilegitimidade dinástica de Fernando IV e os conflitos com a Coroa aragonesa.[29] A menoridade do rei e as dificuldades da regência de Maria de Molina serviram para dar maior amplitude à crise política da monarquia castelhana.[30] Todas estas circunstâncias foram habilmente aproveitadas pelo rei de Aragão, Jaime II, que resolve invadir o reino castelhano, em 1296, e afiançar a ocupação dos territórios fronteiriços do reino de Múrcia.[31] Desde este momento o monarca aragonês se converteu em decidido patrocinador da causa de Afonso de Lacerda. Em janeiro de 1296, ambos estabelecem tratativas a fim de firmar um acordo político, pelo qual o monarca de Aragão se comprometia a auxiliar a D. Afonso em sua luta contra Fernando IV.

O agravamento destes conflitos e a ameaça permanente de desagregação política da monarquia, como observa Isabel Beceiro Pita, favoreceram o assalto da nobreza ao poder real, e o desenvolvimento de um considerável movimento de apropriação dos bens de realengo. De acordo com a autora:

> La turbulencia política castellana se agrava en la guerra civil de 1296 a 1304, en la que se produce el mayor peligro de fragmentación política desde el reinado de Fernando III: la proclamación del Infante don Juan por sus partidarios como soberano de León y Galicia, y la de Alfonso de la Cerda como rey de Castilla, Toledo, Córdoba, Murcia y Jaén. La guerra

[29] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *La Edad Media en la Corona de Aragón.* Barcelona – Buenos Aires: Labor, 1930, p.150-156.
[30] GONZALEZ MINGUEZ, César. *Fernando IV de Castilla (1295-1312). La guerra civil y el predominio de la nobleza* .Valladolid: Universidad de Valladolid, 1974, p.98.
[31] BECEIRO PITA, Isabel. Op.cit., p.87.

> proporciona además a la aristocracia y a los infantes la ocasión para usurpar villas y rentas a costa del realengo, aunque, en buena parte, serán devueltas a la Corona.[32]

De todo modo, para o enfrentamento destas profundas dificuldades políticas a rainha Maria de Molina teve que contar freqüentemente com o auxílio material e o apoio das cidades do reino. Nestas circunstâncias, os Concelhos urbanos da Coroa de Castela passaram a desempenhar um importante papel político na realeza.[33] A participação mais efetiva dos procuradores das cidades nas cortes castelhanas atesta a importância adquirida pelas camadas médias na sociedade do período. As decisões emanadas das Cortes de Cuelar, em 1297, por exemplo, mostram o intenso crescimento da atuação política das cidades na vida do reino. Como afirma González Minguez:

> De entre los acuerdos tomados en las Cortes de Cuéllar destaca la aceptación por parte de Fernando IV de un consejo permanente integrado por doce hombres buenos que por tercios del año aconsejarían al rey, a la reina Doña Maria (…). La existencia de este consejo, que no se puede constatar para antes de 1297, es una prueba evidente de la importancia que han adquirido las ciudades y de una manera más general el estado llano pues hay que tener en cuenta que "hombres buenos" no sólo tenemos en las villas sino también en las aldeas. Este consejo pretende controlar la justícia, sin duda mal guardada en esta época de anarquia y arbitrariedades, y las rentas, pues era lógico que el pueblo que era quien pagaba los impuestos y servícios. Pero ello no hubiera sido posible si las ciudades,

[32] Idem.
[33] ASENJO GONZALÉZ, Manuel. La ciudad medieval castellana. Panorama historiográfico. *Hispania,* Madrid, n.175, p.793-808, 1990.

> sólidamente unidas (...) no hubieron alcanzado un alto grado de poder.[34]

Em decorrência disto, nesta época, muitos direitos e privilégios reais foram concedidos às municipalidades do reino. Dentre as quais destacam-se, especialmente: a afirmação dos foros de autonomia urbana, a ocupação de cargos na esfera administrativa da Coroa, o exercício da justiça, nomeamentos de merinos em Castela, Leão e Aragão e a tenência de castelos. Com efeito, a partir da proclamação da maioridade de Fernando IV, em 1301, a situação política de Castela se recompõe. Já ao final de seu reinado, a Coroa castelhana consegue retomar alguns domínios patrimoniais da nobreza e impor sua autoridade sobre as cidades e vilas do reino. No entanto, a morte de Fernando IV, em 1312, daria lugar a um cruento período de máxima turbulência política na sociedade castelhana. Os anos imediatos a morte do rei inauguram uma nova e difícil etapa de menoridade régia, marcada também por numerosas revoltas da nobreza, por um crescente movimento de anarquia e divisão das forças sócio-políticas do reino.[35] Neste contexto, a alta nobreza parte para um novo assalto ao poder real.

[34] GONZÁLEZ MINGUEZ, César. Op.cit., p.66.
[35] SANCHEZ-ARCILLA, Bernal. *Alfonso XI. 1312-1350.* Burgos: La Olmeda, 1995, p.12.

1.1 - Forças sócio-políticas: a Nobreza

No decurso da Baixa Idade Média, o aparecimento destas convulsões generalizadas de insubordinação dos grupos nobiliárquicos contribui de modo decisivo para revelar, mais claramente, a amplitude da crise política e o impacto das novas inflexões sociais surgidas no estrato superior da sociedade castelhana. Nesta perspectiva, devemos ressaltar que todos estes conflitos incessantes, que marcam a sociedade política da época refletem diretamente o surgimento dos primeiros sintomas mais evidentes das notáveis vicissitudes e dificuldades encontradas pela alta nobreza hispânica, para garantir a manutenção de sua posição privilegiada e preponderante no cume do sistema de estratificação social e de poder da Coroa de Castela. Assim, do ponto de vista da dinâmica social, ao referir-se especificamente à trajetória e à situação singular da nobreza castelhana na sociedade baixo medieval, Salvador de Moxó chama a atenção para a necessidade de se assinalar o largo fenômeno histórico de transformação e de renovação do quadro nobiliárquico, experimentando nos círculos aristocráticos mais elevados das monarquias hispânicas, no decurso do século XIV.[36] Segundo o autor, nesta época começa a delinear-se um processo contínuo de "estiolamento" e declínio da chamada nobreza velha de Castela, ao mesmo tempo em que se produz a entrada progressiva de novos segmentos sociais de uma nobreza menos titulada no mais seleto grupo da alta aristocracia do reino. Como propõe Moxó, trata-se de "un proceso visible de movilidad en el más elevado

[36] MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, S. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. *Cuadernos de Historia,* Madrid, n.3, p.2-3, 1969

estamento social".[37] Para melhor compreendermos estas mudanças ocorridas no interior da esfera nobiliárquica, é preciso primeiramente situar o conceito mesmo de nobreza velha, tal como este foi delimitado e empregado pelo autor na identificação desta categoria social. Outro ponto essencial a ser observado, é o da própria estrutura interna e composição social dos distintos escalões que integram o estamento nobiliárquico. Neste sentido, torna-se importante salientar também alguns aspectos fulcrais do processo de constituição histórica e consolidação da nobreza na ordem social, na medida em que tais balizamentos são fundamentais para que se possa apreender melhor seu movimento de inflexão. Assim, por nobreza velha, Moxó entende, mais particularmente:

> (...) aquella que se formó en la estapa más dinámica de la Reconquista, durante el período en que los guerreros castellanos y leoneses, avanzando hacia el sur desde el valle del Tajo, alcanzan el Guadalquivir con Fernando III, constituyendo en consecuencia la más viva expressión de tal nobleza las familias o linajes cuyos míembros ocupan puestos destacados o rectores durante los siglos XII y XIII, momento el de este ultimo siglo en que la repoblación nobiliária irá desplazando a anteriores fórmulas e instituiciones repobladoras, imponiendo su fisionomia (…).[38]

Portanto, de origem posterior aos núcleos da aristocracia primitiva astur-leonesa, que ocuparam as regiões do Norte da Península Ibérica, no decorrer da Alta Idade Média, e que os termos qualificativos dos diplomas reais da época designavam freqüentemente por *comites, patentes*, *optimates* e *meliores*, situa-se historicamente a nobreza velha de Castela, cujo processo de formação e

[37] Idem.
[38] Ibidem, p.3.

consolidação social esteve intimamente vinculado ao período de expansão e apogeu da Reconquista cristã, durante os séculos XII e XIII.[39] Época que abriria ao movimento de expansão das forças militares cristãs contra o Islão, praticamente todo o domínio territorial da Espanha meridional, notadamente a partir das fulgurantes campanhas empreendidas pelo monarca Fernando III, de Castela, (1217/1230-1252), cujos êxitos obtidos nas operações militares resultaram na ocupação de centros fulcrais do poder islâmico peninsular, como a conquista de Córdova (1236), de Jaén (1246), de Sevilha (1248), de Jerez (1248), de Medina Sidônia (1248) e de Múrcia, dentre outros territórios.[40] O Reino de Múrcia, todavia, só alcançaria sua ocupação efetiva, em 1257, como decorrência da política de povoamento adotada pelo monarca Afonso X.

Assim, aproximadamente, entre os anos de 1236 e 1248, as campanhas militares comandadas pelos exércitos castelhano-leoneses tinham conquistado praticamente todas as principais cidades e vilas do vale do Guadalquivir e da Extremadura.[41] Ademais, garantia-se também o controle dos territórios fronteiriços do Reino de Múrcia, que ficava submetido ao protetorado da Coroa castelhana. Deste modo, desde 1246 o rei de Granada, Muhammad I, passava a reconhecer o monarca de Castela como seu senhor, constituindo-se, pois, uma relação de subordinação contratual de natureza vassálica entre os dois reinos. Desde essa época, a vassalagem prestada pelo rei de Granada ao soberano de Castela rendia comumente ao tesouro da Coroa o pagamento anual de vultuosas somas em tributos, as chamadas *parias*. Em vista disso, reforçava-se uma política

[39] GERBET, Marie-Claude. Op.cit., p.24.
[40] GARCIA DE CORTÁZAR, José Angel. *La época medieval.* Madrid: Alianza, 1988, p.113.
[41] VALDEAVELLANO, Luis Garcia. *Historia de España Antigua y Medieval. Castilla y Aragon en el siglo XIII.* Madrid: Alianza, 1988, p.41.

fundamentada na ação militar, com uma política fiscal baseada na cobrança de tributos em moeda e lingotes de ouro. O sistema de *parias*, criado nos séculos anteriores era, então, colocado no centro de uma economia de guerra gerada pelo movimento de expansão da Reconquista.[42]

Evidentemente, todas estas conquistas foram realizadas mediante uma intensa mobilização da sociedade hispano-cristã, fato que asseguraria à nobreza castelhana medieval tanto o reforço de sua tradicional vocação guerreira quanto à incorporação sistemática de vastos domínios fundiários ao seu patrimônio. Nas circunstâncias de uma guerra quase que permanente, indubitavelmente, havia que se premiar, pois, a todos os que participavam dela ativamente nas campanhas contra os exércitos muçulmanos: as Ordens Militares, a alta nobreza e os cavaleiros da mais baixa extração social.[43] Neste sentido, logo após a conquista de centros fulcrais do poder islâmico tal como foi o caso da tomada e ocupação de Sevilha, em 1248, na distribuição das terras ocupadas, a monarquia castelhana seguiria, antes de tudo, uma política firmada num sistema de grandes doações de territoriais aos membros da alta nobreza e das Ordens Militares do reino (Santiago, Calatrava, São João, etc.). Como nota Teófilo Ruiz, a conquista de Sevilha, que assinalaria um dos momentos de apogeu da expansão cristã, acarretaria profundas conseqüências sócio-econômicas e políticas para a Coroa de Castela. Conforme mostra o autor:

> La toma de Sevilla, momento álgido de la reconquista de la región andaluza, fue mucho más que una victoria militar. La caída

[42] RUCQUOI, Adeline. Op.cit., p.231.
[43] FRANCO JUNIOR, Hilário. *Peregrinos, monges e guerreiros: feudo-clericalismo e religiosidade em Castela medieval.* São Paulo: HUICITEC, 1990, p.185.

> de la ciudad brindó a la ocupación de los castellanos el rico y bien cuidado Valle del Guadalquivir, escasamente poblado después de la ocupación cristiana. Al objeto de explotar estos territorios, se repoblaran con campesinos en su mayoria originarios de las zonas productoras de trigo del norte de Castilla, y esto tendria decisivas consecuencias para el desarrollo a largo plazo de la economia castellana. Y lo que es igualmente importante: la distribución de los territorios andaluces entre la nobleza castellana aumentó extraordinariamente su poder frente a los campesinos libres y, más especialmente, frente a la corona.[44]

Com efeito, a política de povoamento e ocupação territorial promovida pela monarquia castelhana, durante o século XIII, foi organizada institucionalmente a partir dos chamados *Repartimientos*. Tais procedimentos institucionais desenvolvidos pela Coroa de Castela consistiam basicamente na adoção de um sistema de divisão de terras entre conquistadores e povoadores, que fundamentava-se na ordem hierárquica de procedência procedência das principais categorias sociais beneficiadas com as doações. De acordo com os estudos de Manuel Gonzalez Jimenez, o *Repartimiento* de Sevilha estabeleceria o modelo de ocupação territorial adotado para todo o conjunto das terras da Andaluzia.[45] Elaborado por uma comissão nomeada diretamente pelo monarca Afonso X, em 1253, o *Repartimiento* sevilhano foi estruturado a partir da formação das juntas de *partidores*, que tinham o encargo principal de distribuir as terras e propriedades urbanas e rurais aos beneficiados, conforme alguns tipos básicos de concessões régias: os denominados *donadios maiores*, eram reservados aos círculos sociais dominantes, beneficiando os membros da família real castelhana

[44] RUIZ, Teófilo F. *Sociedad y poder real en Castilla.* Barcelona: Ariel, 1981, p.19.
[45] GONZALEZ JIMÉNEZ, Manuel. Repartimientos andalluces del siglo XIII. Perspectiva de conjunto y problemas. In: SANCHEZ MARTINEZ, M. (Ed.). *De Al-Anadalus a la sociedad feudal: los repartimientos bajomedievales.* Barcelona: CSIC, 1990, p.95-102.

(os infantes, a rainha, tios, sobrinhos, etc.) e os representantes da alta nobreza, laica e eclesiástica (ricos homens, bispados, Igrejas); os *donadios menores* eram, ao contrário, destinados aos oficiais dos escalões inferiores da administração real, mas também aos cavaleiros, fidalgos e peões. Dessa maneira, um dos efeitos imediatos da política de ocupação territorial implantada pela Coroa castelhana foi o de reforçar e consolidar uma estrutura econômica de concentração fundiária e o tradicional esquema de hierarquização social.

Tal disposição adotada no sistema de propriedade e de hierarquização social, pode ser vista na introdução deste texto que mostra, em particular, a forma de distribuição das doações régias:

> (...) com sabor e voluntad que ovo el muy noble e muy alto don Alfonso, por la gracia de Dios rey de Castilla e de León, e por honra del muy noble rey don Ferrando su padre, e por galardonar al infante don Alfonso, su tío, e a sus hermanos, e a sus ricos omes, e a sus Ordenes, e a sus fijosdalgo, e a todos aquéllos que le aydaron a ganar la muy noble ciudad de Sevilla, el servicio e el ayuda que ficieron al Rey don Ferrando su padre e al él en ganarla e conquerir la Andalucía… fizo sus donadíos muy buenos e muy grandes, e partiólo desta guisa: primeramente heredó al infante de Molina, su tío, e a sus hermanos, e a las reinas, e a sus ricos omes, e a obispos e as Ordenes e a monasterios e a sus fijosdalgo; e de sí a los de su campanna e a otros muchos omes muchos. E tomó heredamiento para sus galeas e para su cillero que fizo e para su almacén, e de sí heredó allí docientos caballeros fijodalgo en Sevilla e dióles herendamiento apartado. E todo el otro heredamiento fincó diólo al pueblo de Sevilla (…).[46]

Dentre os principais membros da família real castelhana e da alta nobreza, que foram amplamente agraciados com as ricas doações do *Repartimiento*

[46] *Cronicas de los Reys de Castilla. Cronica de Don Alfonso X.* Op.cit., p.44-45.

sevilhano, encontram-se os seguintes nomes: o Infante D. Afonso de Molina, tio do monarca Afonso X, a rainha D. Juana de Ponthieu, viúva de Fernando III, os Infantes D. Enrique, D. Felipe, D. Sancho, D. Fradrique e D. Manuel, irmãos de Afonso X, o Infante D. Pedro de Portugal, D. Afonso de Aragão, filho primogênito do monarca Jaime I, D. Diogo Lopes de Haro, senhor de Viscaia, D. Nuno Gonzalez de Lara, D. Rodrigo Afonso, D. João Garcia de Villamaior, D. Rodrigo Gonzalez Girón, D. Simon Ruiz, senhor de Cameros, D. Rodrigo Gomez de Galícia, D. Afonso Lopes de Haro, D. Afonso Teles de Menezes, D. Gutierre Suarez de Meneses, D. Fernan Ruiz de Castro, D. Rodrigo Froilaz, D. Rodrigo Alvarez de Astúrias, D. Rui Lopes de Mendonça, D. Maior Árias, o arcebispo de Santiago, os bispos de Segóvia, de Palência, de Cartagena e a Igreja de Sevilha.

Dessa maneira, foi no decorrer do movimento de expansão da Reconquista cristã, especialmente entre os séculos XI e XII, que se estabeleceram as condições sócio-históricas mais decisivas para o predomínio social e o amplo crescimento patrimonial das poderosas estirpes nobiliárquicas do reino de Castela. Nesta época, como adverte Gerbet, a nobreza hispânica alcançaria sua configuração mais plena como grupo sócio-jurídico de caráter hereditário e privilegiado na sociedade.[47] Além disso, outro aspecto sumamente importante a reter na conformação histórica e na caracterização da nobreza castelhana, diz respeito a seus diversos níveis internos de diferenciação social. Do ponto de vista de sua estrutura de funcionamento, a nobreza medieval castelhana, como também suas congêneres das demais monarquias ibéricas ou à dos reinos cristãos além-Pirineus, não possuía uma composição interna estritamente

[47] GERBET, Marie-Claude. Op.cit., p.71.

homogênea e uniforme.[48] Como assinala Mattoso, a heterogeneidade dentro da composição social do estamento nobiliárquico constitui um aspecto primordial no estudo da nobreza medieval. Para o autor:

> A relação com o poder econômico, político, militar e simbólico é já de si estruturante. Com efeito, uma das conseqüências da desigualdade de situações perante estas forças é justamente a repartição da nobreza em diversos estratos. A hierarquia dentro da classe é pois um aspecto fundamental desta matéria.[49]

Em função disto, como ocorria também freqüentemente nos demais estamentos nobiliárquicos das sociedades do Ocidente medieval, em Castela, a categoria dos nobres comportava diversas clivagens em seu interior que correspondiam basicamente a diversidade de fortuna, de sangue, de prestígio social ou de capacidade de mando político e militar. De qualquer forma, no interior da nobreza de Castela pode-se distinguir, seja por prestígio e antiguidade de linhagem, capacidade de riqueza patrimonial e meios de privança ou de acesso ao sistema de poder da Coroa, um conjunto variado de matizes sócio-econômicos e políticos.[50] Durante a Baixa Idade Média, a estratificação interna da categoria nobre compreendia a distinção entre o seleto grupo dos chamados ricos-homens, o dos cavaleiros de linhagens, os cavaleiros infanções. A categoria dos ricos-homens integrava o círculo social mais proeminente e superior da nobreza, ainda que, de fato, o seu número fosse bastante reduzido.[51] De todo modo, os ricos-homens constituíam o estrato social dominante e representativo da alta nobreza

---

[48] DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade. 980-1420.* Lisboa: Estampa, 1993, p.48-52.
[49] MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder.* Lisboa: Estampa, 1987, p.27.
[50] MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador. Op.cit., p.16-17.
[51] Ibidem, p.9.

hispânica, cujo poder de direção política da sociedade repousava fundamentalmente numa sólida base econômica e patrimonial. Enquanto camada social dominante do estamento nobre, aos ricos-homens eram reservados os mais altos postos e cargos de distinção na esfera da administração central da Coroa.

Ademais, à alta nobreza correspondia igualmente o controle dos principais postos da administração territorial do reino, como o importante cargo de Adiantado Maior de Fronteira e os de Merino Maior da Justiça nas distintas regiões da Coroa. Considerando ainda alguns dos traços mais peculiares e marcantes destas clivagens, que, de um modo ou outro, agiam fortemente na segmentação interna da nobreza hispânica, há que se ressaltar que o grupo social dos cavaleiros e infanções era bastante numeroso, sendo, porém, o âmbito de sua atuação territorial bem mais reduzido. Efetivamente, tal grupo era formado por indivíduos de extração social e econômica mais modesta e inferior a dos ricos-homens. Daí por conseguinte, ser também o raio de sua atuação política praticamente circunscrito ao nível local ou comarcal.

Os ricos-homens, ao contrário, enquanto elite nobiliárquica e partícipes do escalão social mais proeminente da nobreza castelhana, conforme a hierarquia de procedência e estirpe, vinham imediatamente após os membros da família real. De um modo geral, eram eles que detinham possibilidades bem mais amplas de projetar seu papel diretivo numa escala de atuação política mais abrangente,

intervindo decisivamente nos núcleos centrais da administração de corte.[52] Dentro dos ricos-homens, todavia, cabe também uma distinção a mais, concretizada no sangue, na dignidade e no estado. Ricos-homens de dignidade eram aqueles magnatas que desempenhavam os mais elevados ofícios dentro da administração do reino (Alferez, Mordomo, Adiantados Maiores e Chanceler).

Com efeito, antes de tudo, a categoria nobre é definida socialmente pelos atributos de qualificação produzidos pelo nascimento, pela honra do sangue ancestral, mas igualmente por sua destacada especialização funcional de caráter militar. A nobreza medieval tem na guerra e na riqueza patrimonial dela decorrente, os eixos básicos de sustentação de seu gênero de vida, de sua mentalidade social e de sua capacidade de dominação sócio-política sobre o restante da sociedade.[53]

Em linhas gerais, a historiografia hispânica, desde os estudos de Sanchez Albornoz, de Vicens Vives e de Salvador de Moxó, até os trabalhos mais recentes de Marie-Claude Gerbet, de Quintanilla Raso e de Beceiro Pita, é praticamente unânime em admitir que a guerra de Reconquista consolidou a expansão e o triunfo da nobreza na estrutura social da monarquia castelhano-leonesa medieval. Com relação a isso, apesar da diversidade de enfoques e de métodos de abordagem histórica empregados, em geral, para estes historiadores, as guerras contra o Islão constituíam-se em uma das principais fontes de fortuna patrimonial

[52] Ibidem, p.16-17.
[53] DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca.* Lisboa: Teorema, 1989, p.59.

e enobrecimento da camada guerreira.[54] Nas circunstâncias de uma guerra de fronteira, as expedições militares contra os exércitos muçulmanos acabaram por promover a concessão freqüente de benefícios e privilégios diversos ao grupo de combatentes. A esse respeito, é preciso não esquecer como as principais estirpes da nobreza velha castelhano-leonesa haviam incorporado as mais numerosas e importantes doações de vilas e domínios territoriais, juntamente com determinadas isenções e imunidades, fato que contribuiria enormemente para estabelecer e reforçar os diferentes níveis de diferenciação social interna da categoria nobre. Desde esta época, portanto, se consolidava consideravelmente também o papel das linhagens como instâncias privilegiadas de poder dentro das instituições de governo da Coroa castelhana. Neste sentido, observa Gerbet:

> El avance de la Reconquista habia favorecido el desarrollo de un grupo de magnates, aristócratas guerreiros enriquecidos pela guerra, las donaciones reales y las usurpaciones, quienes fueron criados en la corte, donde desempeñaron funciones domesticas o de gobierno, y se hicieron cargo de la administración local, ejerciendo sobre los hombres derechos que llegaban incluso hasta la usurpación del ban.[55]

---

[54] Para um maior detalhamento destas questões, veja-se: SANCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio. *Despoblación y repoblación del valle del Ducro.* Buenos Aires: Instituto de Historia de España, 1966. Também do mesmo autor: *España, un enigma historico.* Barcelona: EDHASA, 1981. 2v.; *En torno de las origenes del feudalismo.* Buenos Aires: Eudeba, 1974. 3v. Sobre um trabalho de síntese histórica da evolução da sociedade espenhola, veja-se: VIVES, Vicens. *História social y econômica de España y América.* Barcelona: Teide, 1957, p.118-119. Quanto às abordagens historiográficas de caráter prosopográficos acerca da trajetória das grandes linhagens da nobreza velha, veja-se: MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. *Cuadernos de Historia,* Madrid, n.3, p.1-210, 1969. Uma análise bastante interessante e pertinente da evolução histórica da nobreza hispânica, pode ser vista em: GERBET, Marie-Claude. *Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XV.* Madrid: Alianza, 1997. Para uma visão mais setorial acerca da posição preponderante ocupada pela nobreza como elite de poder veja-se: QUINTANILLA RASO, Maria Concepción. *Nobleza y señorios en el Reino de Córdoba. La Casa de Aguilar. (siglos XIV y XV).* Córdoba: Caja de Ahorros y Monte Piedad de Córdoba, 1980. Da mesma autora, ver também: Aportaciones de la historiografia reciente. *Anuario de Estudios Medievales,* Barcelona, n.XIV, 1984, p.613-642. No que se refere aos estudos de Beceiro Pita sobre a nobreza castelhana, veja-se: BECEIRO PITA, Isabel, CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana (siglos XII-XV).* Madrid: CSIC, 1990.

[55] GERBET, Marie-Claude. Op.cit., p.69.

Este período, pressupõe também a formação e a consolidação das estruturas sócio-econômicas de caráter predominantemente senhorial em Castela. Em função dos direitos que se sobrepunham à terra, o senhorio se impôs, portanto, como suporte fundamental do poder social exercido pela nobreza.[56] Para Moxó, de fato, nesta época, há uma intensa difusão de um largo processo de senhorialização e de suas práticas políticas coercitivas sobre os homens. Neste sentido, o autor afirma que:

> Numerosas concesiones de villas y lugares con las tierras de su término dieron lugar en el siglo XII a la formación de señoríos, aunque sus titular no adquirieran la jurisdicción, al menos en el diploma original. Con mayor frequencia que a la justicia hacen referencias los documentos a la potestad sobre los hombres-collazos solariegos-del señorío y a ciertos derechos, especialmente tributarios, que el señor pasa a ejercer y disfrutar en su nuevo dominio (…).[57]

Deste modo, pode-se dizer que, em Castela, os nexos essenciais das formas estruturantes de articulação social da vida rural basearam-se, principalmente, na dicotomia de uma ordem altamente senhorializada e militarizada, fundada no predomínio hegemônico da nobreza e nas relações verticais entre senhores e camponeses. Apesar de a Coroa castelhana procurar, paradoxalmente, contrabalançar o poderio senhorial, com a implantação de uma rede importante de cidades fronteiriças, a base angular de organização da vida social e econômica centrou-se na riqueza fundiária.[58] Em síntese, a categoria nobre se distinguia do restante da população, fundamentalmente, por sua

---

[56] FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média.* Lisboa: Ediççoes 70, 1987, p.36.
[57] MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, S. *Feudalismo, señorio y nobleza en la Castilla medieval.* Madrid: Real Academia de la Historia, 2000, p.151.
[58] GARCIA DE CORTÁZAR, José Angel. Op.cit., p.227-229.

situação social privilegiada no controle dos meios econômicos e na apropriação dos principais instrumentos de poder. Também como coloca Mattoso, um traço primordial na caracterização da nobreza, refere-se ao exercício das prerrogativas decorrentes do poder senhorial. Assim, para o autor:

> (...) nobreza significa, antes de mais nada, exercício efetivo das prerrogativas senhoriais, ou pelo menos direito a exercê-las. Quer dizer, portanto, desempenho de funções que nas sociedades modernas pertencem apenas, por direito, às autoridades públicas: exigir o serviço militar e lançar taxas ou impostos.[59]

Em vista disto, as terras da nobreza não só gozavam de imunidades face aos servidores reais, mas detinham também amplos poderes de comando político e militar. Seu serviço na guerra se vinculava também estritamente ao sistema de benefícios ou *Soldadas*, que recebia da Coroa. Do ponto de vista de seu estatuto jurídico, os nobres gozavam igualmente de uma indenização superior aos demais homens livres, seja por danos ou injúrias contra sua pessoa ou bens.

Todavia, o movimento de expansão social e econômica da sociedade aristocrática, tal como se configurou em Castela não foi linear, apresentando fases de amplo crescimento e momentos de acentuado recuo. No final do século XIII e XIV, assiste-se a um processo de debilitamento das forças das famílias mais proeminentes da antiga nobreza castelhana.[60] Com efeito, terminada a fase de grande expansão territorial de meados do século XIII, tem início um período de enfraquecimento do poderio político e da pujança econômica das mais altas e

[59] MATTOSO, José. Op.cit., p.21.
[60] MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador. Op.cit., p.201.

destacadas estirpes linhagísticas dos círculos nobiliárquicos do reino. Neste sentido, o refluxo das operações bélicas da Reconquista cristã, acarretou sérias dificuldades para a manutenção do poder político e econômico da nobreza velha castelhano-leonesa. Assim, superada a fase do grande vigor expansionista e guerreiro das forças cristãs, impulsionado pelas guerras da Reconquista, que garantiram a ocupação e a incorporação definitiva da Andaluzia Bética, a alta nobreza castelhana assiste ao arrefecimento de suas antigas glórias militares e ao próprio estancamento de suas maiores fontes de fortuna e engrandecimento patrimonial.[61] Somente em algumas áreas mais vulneráveis e residuais dos territórios de fronteira do Reino de Múrcia, nas áreas ocupadas pelas possessões granadinas, ao longo do Estreito de Gibraltar e no Norte da África, subsistem ainda focos importantes de atração guerreira, que continuam a alimentar e a canalizar esporadicamente as energias militares e os ideais cruzadistas da nobreza castelhana. Com a decomposição acelerada do poder islâmico nos territórios ibéricos, são estas as principais regiões, que oferecem novas possibilidades de glória militar, de acesso ao botim, à riqueza e às aspirações de continuidade dos ideais de guerra santa. Iradiel chama a atenção para estas importantes inflexões, que caracterizaram a sociedade castelhana da Baixa Idade Média. Segundo o autor:

> La sociedad castellana de los siglos XIV y XV continuó escuchando los gritos de guerra santa , de cruzada contra los musulmanos. La realidad, con todo, era bien distinta de los siglos anteriores. Superada la etapa de las grandes conquistas, la actividad reconquistadora se paraliza. Algunos esfuerzos esporádicos, algunas campañas aisladas, aunque importantes,

[61] GERBET, Marie-Claude. Op.cit., p.70.

> hacen que la lucha contra el infiel aparezca intermitente en algunos reinados fuertes. Mitad preocupación religiosa, mitad acciones de canalización de las energías militares de la nobleza y de recuperación de la iniciativa política de la monarquía, sierve al menos para manter viva la consciencia de Cristandad y de unidad de la fe frente al Islam, además de constituir nuevas oportunidades para aumentar los domínios de los poderosos. Pero las energías principales se desvían (…).[62]

Dentro deste contexto, toda uma série de dificuldades internas que haviam se desenvolvido já ao final do século XIII foram largamente reforçadas, sobretudo, após o estancamento das grandes campanhas militares da Reconquista. As vicissitudes econômicas e sociais que se seguiram a este período, bem como a perda do influxo político exercido pelas antigas linhagens da alta nobreza nos órgãos centrais da administração régia, sem dúvida, contribuíram para o declínio social e político das antigas estirpes. Para Valdeón Baruque, seguindo a abordagem de Salvador de Moxó, a guerra civil fratricida do reinado de Pedro I, e, a conseqüente entronização da dinastia de Enrique de Trastâmara, em 1369, assinalam um momento importante no processo de abertura dos círculos nobiliárquicos dominantes a um novo segmento da nobreza castelhana. A partir daí, elementos da extração social mais modesta irão penetrar, de modo decisivo, nos novos quadros burocráticos da realeza. De acordo com o autor, a subida de Enrique II ao poder representou uma mudança nas bases sociais da monarquia:

> Enrique II supo sacar partido de esta situación. El sector social en el que él busco fundamentalmente apoyo fue la denominada “nobleza nueva” (...). Esta nobleza nueva estaba

[62] IRADIEL, Paulino. Poder monárquico y regimen institucional en tiempos de crisis: Castilla-León y Navarra, 1252-1474. In: IRADIEL, Paulino, MORETTA, Salustiano, SARASA, Esteban. *Historia Medieval de la España cristiana.* Madrid: Cátedra, 1995, p.394.

> integrada por algunos linajes de viejo cuño, pero el núcleo principal de la misma lo componíam famílias aupadas recientemente a la ricahombría, gracias ante todo al concurso que habían prestado al Trastâmara. Entre esa gente busco Enrique II a sus nuevos colaboradores, de ahíla denominación que en ocasiones se ha dado a esse grupo de "nobleza de servicio".[63]

Algumas das principais famílias das linhagens dos ricos-homens de Castela, especialmente o grupo daquelas que se desgarraram do tronco principal, foram gradativamente perdendo seu poder econômico, seu prestígio social e sua influência política preponderante na sociedade. A debilidade biológica das tradicionais famílias nobiliárquicas, em decorrência, muitas vezes, das práticas endogâmicas, que caracterizaram fortemente sua política matrimonial, certamente contribuiu também para provocar o estiolamento das grandes Casas da antiga nobreza.[64] Afora isso, um longo período de sublevações e guerras civis internas, também acabaria por exercer um peso considerável na redução do número das antigas estirpes nobiliárquicas dominantes em Castela. Ademais, soma-se a isso o próprio desenvolvimento de estruturas políticas mais centralizadas no âmbito das instituições políticas e administrativas da monarquia castelhana, fato que abalaria a posição hegemônica dos antigos setores da nobreza nos órgãos de poder da Coroa. Nesse sentido, já a partir do reinado de Afonso XI, mas sobretudo após a entronização dos Trastâmaras, pode-se perceber mais claramente o ingresso e a atuação de novos segmentos sociais nas funções administrativas e burocráticas da realeza, que, nestas circunstâncias, começam a

[63] VALDEÓN BARUQUE, Julio. La victoria de Enrique II: los Trastámaras en el poder. In: *Gênesis medieval del Estado moderno: Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: Ambito, 1987, p.253.
[64] MOXÓ ORTIZ DE VILAJOS, Salvador. Op.cit., p.200-201.

produzir o deslocamento das antigas estirpes nas estruturas políticas da monarquia castelhana.

1.2 - Forças sócio-políticas: as Cidades

No âmbito da sociedade política castelhana, a par destas importantes inflexões surgidas na esfera das relações de poder entre o estamento aristocrático e a realeza, veio somar-se a este cenário de crise e intensas dificuldades internas, a emergência dos interesses específicos e conflitantes das novas forças sociais representadas nas cidades e vilas do reino.[65]

Em linhas gerais, as relações estabelecidas entra as cidades baixo-medievais e a Coroa castelhana mostram uma evolução bastante complexa e flutuante, que tem seu curso de desenvolvimento permeado pelas características sociais do meio e pelas circunstâncias políticas específicas de cada momento histórico. Em vista disso, tanto em sua dinâmica de organização social interna quanto em suas formas de relacionamento externo com as demais instâncias de poder, as cidades desta época refletem o contexto das disputas políticas onde se inserem. A esse respeito, Teófilo Ruiz oferece-nos uma interessante abordagem historiográfica sobre a complexidade e a amplitude política do fenômeno urbano, no curso da Idade Média. Segundo o autor:

> Movidos por el afán de simplificar la labor, la tendencia general de los medievalistas ha consistido en describir la

[65] No que diz respeito às investigações sobre a história das cidades medievais ibéricas, pode-se contar com uma abundadante bibliografia. Tal temática tem representado um eixo importante da pesquisa histórica. De todo modo, atualmente, são estudados inúmeros aspectos do urbanismo medieval hispânico. As investigações vão desde o estudo dos temas centrados numa perspectiva mais econômica e social até os enfoques pautados na história cultural ou mesmo na história política das cidades. Para tanto, ver: ASENJO GONZÁLEZ, Maria. La ciudad medieval castellana. Panorama historiográfico. *Hispania,* Madrid, n.175, p.793-808, 1990. Também da mesma autora: Sociedad y vida política en las ciudades de la Corona de Castilla. Reflexiones sobre un debate. *Medievalismo,* n.5, p.89-125, 1995. Um estudo clássico sobre o tema encontra-se em: GAUTIER-DALCHÉ, Jean. *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII).* Madrid: Siglo XXI, 1979. Outro trabalho importante sobre as cidades medievais castelhanas é o de: LADERO QUESADA, M.A. *Las ciudades de la Corona de Castilla en la Baja Edad Media (siglos XIII al XV).* Madrid: Arcos Libros, 1996.

> sociedad urbana en la Edad Media como uma entidad monolítica frente a otros estamentos de la sociedad: nobleza, clero y población rural. La realidad histórica, sin embargo, es muy distinta.(...). Esta cuestión constituye, naturalmente, un problema complejo. En el medioevo cada centro urbano tuvo que afrontar problemas peculiares de su región, contingentes en su mayor parte a la proximidad o ausencia del poder real y de otros poderes seculares en la zona (...).[66]

No que tange à organização das funções de governo, a estrutura política e administrativa das cidades castelhanas estava fortemente ancorada na atuação dos Concelhos Municipais, instituições dirigidas e controladas frequentemente pelas oligarquias locais dos chamados homens bons.[67] Na ordem política mantida pela maioria das cidades hispânicas, entre os séculos XII e XIII, foram estas camadas dirigentes oligárquicas, que passaram assim a monopolizar grande parte das magistraturas públicas, assumindo o domínio efetivo das decisões[68] de poder nos Concelhos Municipais. Na verdade, era para esta elite política que convergia praticamente o controle do sistema de governo da comunidade citadina, fato que lhe permitia exercer um papel crucial como instância intermediária entre a Coroa e as populações locais.[69] Em meados do século XIII, especialmente durante os períodos prolongados de conflitos entre a aristocracia e o poder monárquico, os Concelhos Municipais alcançariam uma posição política de relevo nas relações com a Coroa castelhana. De todo modo, nestes momentos, diante das numerosas revoltas e das constantes pressões exercidas pela nobreza sobre a realeza, os soberanos catelhanos buscaram substancialmente afiançar uma base importante

[66] RUIZ, Teófilo. Op.cit., p.97.
[67] VALDEAVELLANO, Luis Garcia de. *Curso de historia de las instituciones españolas. De los orígenes al final de la Edad Media.* Madrid: Revista de Occidente, 1973, p.419-421.
[68] SILVEIRA, Eliana. Urbanismo e religiosidade na Idade Média. *Estudos Ibero-Americanos,* Porto Alegre, v.XXIV, n.1, 1998, p.174.
[69] RUCQUOI, Adeline. Pouvoir royal et oligarchies urbaines d'Afonse X à Fernando IV de Castille. In: *Génesis medieval del Estado Moderno: Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: AMBITO, 1987, p.173-174.

de apoio político nas associações urbanas e nos procuradores dos Concelhos Municipais do reino.[70]

A afirmação de um novo interlocutor social com poder régio, evidentemente, era o resultado de todo um amplo movimento de transformação econômica e social, nascido no interior das camadas médias, e experimentado inicialmente nos espaços urbanos constitutivos da sociedade do período. Em sua evolução, a cidade baixo-medieval castelhana não deixou, pois, de assistir ao extraordinário desenvolvimento de modelos de organização política e social mais intrinsecamente hierarquizada e seletiva, baseados no predomínio econômico exclusivo dos membros das elites dirigentes locais, que procuravam garantir a posse dos meios de fortuna e o controle dos principais instrumentos de poder. Num artigo bastante elucidativo, onde aborda a natureza das relações entre o poder real e as cidades castelhanas, durante a primeira metade do século XIV, Casado Alonso oferece-nos uma análise importante sobre o papel exercido pelos grupos oligárquicos locais na direção política das comunidades urbanas hispano-medievais. Como observa o autor:

> Las ciudades en esta época fueron el resultado de las aspiraciones que a lo largo de su evolución impusieron sus grupos dirigentes (...). Al igual que la alta nobleza o el alto clero, el consejo medieval castellano ejerció sobre los territórios a su cargo un domínio jurisdiccional através de qual obtenía rentas. La autoridad se efectúa en nombre de toda la comunidad, pero se

[70] MARTÍN, José Luis. *La Península en la Edad Media.* Barcelona: Teide, 1993, p.478-479.

> realiza al servicio del que controla su vida política: la oligarquia urbana.[71]

Por conseguinte, como observa também Adeline Rucquoi, o estudo das relações de poder entre as cidades e a realeza no decurso da Idade Média, deve contemplar necessariamente uma abordagem da dinâmica política e das relações de força estabelecidas entre a Coroa e os grupos oligárquicos locais.[72] Para tanto, faz-se igualmente necessário apreender os principais elementos históricos que configuram a base do sistema de estratificação social e as especificidades internas das formações sociais urbanas.

De origens e características diversas, respondendo muitas vezes a modelos distintos de uma ampla tipologia, quer por sua especial localização geográfica, quer por sua singular morfologia, evolução e funções que comumente desempenharam, as cidades hispano-medievais, exerciam, contudo, um importante papel no processo de ocupação e povoamento dos territórios do reino castelhano-leonês. No tocante aos principais fatores históricos, que contribuíram para a formação e o desenvolvimento da rede de povoamento urbano, em Castela, dois aspectos primordiais devem ser considerados. Do ponto de sua conformação histórica e características mais gerais, o movimento urbano teve sua estruturação estreitamente vinculada ao surto de crescimento das atividades econômicas e comerciais dos séculos XI e XII, ao progressivo aumento demográfico dos núcleos de povoamento primitivo e, sem dúvida, a aparecimento de uma nova forma de estratificação social, baseada nas ascensão das camadas

[71] CASADO ALONSO, Hilário. Las relaciones de poder real-ciudades en Castilla en la primera mitad del siglo XIV. In: *Génesis medieval del Estado moderno: Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: Ambito, 1987, p.193.
[72] RUCQUOI, Adeline. Op.cit., p.174.

médias.[73] Não obstante, em suas origens mais remotas, algumas cidades hispânicas eram uma decorrência direta das velhas circunscrições administrativas ou das *antiguas civitates* da herança urbana latina. Outras, ao contrário, marcadas fortemente pelas transformações econômicas e pelo renascimento comercial acabaram por definir um gênero de vida e grupos sócio-profissionais predominantemente voltados às operações mercantis e burguesas, com estatutos jurídicos e políticos de caráter mais ou menos autônomo. Como coloca Garcia de Valdeavellano:

> Es indudable que el renacimiento comercial del siglo XI hubo de contribuir en la España cristiana, como en los demás países del Occidente europeo, a la restauración y crescimiento de las antiguas civitates, al desarrollo en castros y villas de nuevos centros urbanos de población, a la constituición de ciudades y poblados en Concejos y, con ello, a la formación de grupos sociales que poco a poco se fueron diferenciando del resto de la población por su peculiar condición jurídica y social, por sus actividades profesionales, su género de vida y su cualidad ciudadana o burguesa, esto es, de residentes en una ciudad o villa organizada en un Município más o menos autônomo.[74]

Numa das fases de maior expansão e crescimento das cidades medievais peninsulares, encontram-se os importantes núcleos de povoamento ligado originariamente ao ciclo compostelano das grandes peregrinações religiosas. É necessário observarmos aqui que inúmeras cidades e vilas hispânicas ou, pelo menos, foram revigoradas, mais plenamente, a partir do século XI, ao longo das principais rotas de peregrinação que conduziam aos sítios religiosos de Santiago

[73] MARTÍN, José Luis. Op.cit., p.478.
[74] VALDEAVELLANO, Luis Garcia de. *Orígenes de la burguesia en la España medieval.* Madrid: Espasa-Calpe, 1991, p.107-108.

de Compostela, nas regiões da Galícia. Assim, localizadas nas áreas setentrionais da Península Ibérica, estas cidades estavam amplamente disseminadas por uma extensa faixa de terras, que compreendia o conjunto dos territórios circunscritos aos reinos de Navarra, Castela, Leão, Aragão e o norte de Portugal. Ali, nestas regiões, numerosas aglomerações populacionais urbanas conheceram um notável período de crescimento econômico, que foi constantemente alimentado pelo fluxo mercantil que animava as principais vias de passagem dos peregrinos.[75] Durante os séculos XII e XIII, achavam-se já bem integradas a esta larga rede de núcleos urbanos e de ativos mercados, instalados mormente em torno do caminho de Santiago, especialmente as localidades de Lugo, Estela, Nájera, Pamplona, Burgos, Logronho, Padrón, Silos, Barbastro, Leão, Valdefuentes, Catrojariz, Fromista, Astorga, Rivadavia, Roncesvales, Osma, Gerona, Portomarín, Ferreiros, Pontevedra, dentre outras.[76] Todavia, o caminho compostelano não produziu apenas a intensificação da vida econômica e social dentro dos limites dos territórios dos reinos cristãos peninsulares, mas acabou por adquirir também um especial significado como foco de atração permanente de mercadores, de artesãos e cambistas ultrapirenaicos. Tal foi o caso do importante papel econômico desempenhado pelos comerciantes francos que contribuíram para promover, nestas regiões, o incremento das cidades e o assentamento de um florescente eixo de comércio e de circulação monetária.

A estrutura social destas novas comunidades urbanas, surgidas sob o influxo crescente das correntes de peregrinação da rota jacobéia, colocava

[75] GAUTIER-DALCHÉ, J. *História urbana de León y Castilla en la Edad Média, siglos IX-XIII.* Madrid: Siglo XXI, 1979, p.165-175.
[76] VALINA SAMPEDRO, E. *El camino de Santiago. Estúdio histórico-jurídico,* Madrid: Instituto Enrique Flórez, 1971, p.42-43.

claramente em evidência a diversificação dos contingentes humanos, acentuando a presença e os interesses específicos do setor mercantil emergente.[77] O processo de desenvolvimento da vida econômica nesses territórios, ensejaria, assim, a constituição de prósperas comunidades de mercadores e burgueses, que logo se converteriam em focos ativos de tensões e descontentamentos contra o poder jurisdicional das autoridades eclesiásticas locais. No decorrer das primeiras décadas do século XII, os comerciantes estabelecidos em Carrión, Sahagun, Lugo e Santiago, foram protagonistas de uma série de revoltas anti-senhoriais contra o poder dos bispos e abades, que controlavam a vida política local.[78] Dessa maneira, atuando basicamente em função da defesa de suas liberdades e franquias jurisdicionais, rebelando-se contra a ingerência e o arbítrio dos poderes senhoriais, as cidades do caminho compostelano, sem dúvida, revelavam a tentativa de afirmação dos interesses dos novos grupos sociais. Tal foi o caso da própria comunidade dos burgueses compostelanos que, entre 1116 e 1117, desencadeou uma violenta rebelião contra o arcebispo da cidade, D. Diego Gelmirez. De acordo com Garcia de Valdeavellano:

> (...) la ciudad del Apóstol, que debió su crescimiento demográfico, su expansión urbana y su prosperidad econômica a la constante afluência de peregrinos, a la abundancia de sus tiendas y de sus talleres artesanos y al establecimiento, junto a a la población eclesiástica de la ”civitas” episcopal, de comerciantes forasteros, de menestreles y de cambistas, los cuales pronto fornaron uma comunidad de burgueses, que no tardo en entrar en conflicto con la potestad señorial del Obispo y

[77] MITRE, Emílio. Op.cit., p.218-219.
[78] DÍAZ-PLAJA, Fernando. *La vida cotidiana en la España medieval.* Madrid: Editorial EDAF, 1995, p.53-54.

> de tratar de imponerse como grupo social ciudadano por médio de la violência y de la rebelión[79].

Diferentemente do perfil apresentado por estes grupos sociais de caráter mercantil e burguês mais acusado, que integravam a população de alguns centros importantes do norte de Castela, outras regiões hispânicas adaptariam sua estrutura urbana e social a um modelo funcional de cidades predominantemente militares.[80] Nos territórios das regiões fronteiriças do reino de Castela e Leão, foram precisamente os grupos pertencentes às milícias de cavaleiros urbanos não nobres, que constituíram a categoria social preponderante no corpo da sociedade citadina. Portanto, uma característica bastante[81] peculiar às cidades medievais hispânicas foi a forte presença de um grupo social de cavaleiros sem fidalguia, saídos do meio urbano, e que representavam a chamada cavalaria vilã.

No que se refere[82] a esse tipo de formação urbana, alguns aspectos históricos e profundamente circunstanciais contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento destas importantes milícias de cavaleiros não fidalgos, que marcariam tão estreitamente os horizontes sociais da vida citadina castelhana. Dessa maneira, um aspecto fundamental a ser considerando no processo de instalação e expansão do movimento urbano, nos territórios das monarquias cristãs ibéricas, especialmente em Castela, diz respeito ao importante papel militar assumido pelas cidades durante a Reconquista. Há que se evidenciar, pois, que a formação e o desenvolvimento de numerosos núcleos urbanos do reino de

---

[79] VALDEAVELLANO, Luis Garcia de. Op.cit., p.169.
[80] RUIZ, Teófilo. Op.cit., p.53
[81] LOMAX, Derek. *The reconquest of Spain.* London: Longman, 1978, p.86.
[82] PESCADOR, Carmela. *La caballeria popular en Leon y Castilla.* Buenos Aires: Cuadernos de Historia de España, 1963, p.173-180.

Castela refletiam fundamentalmente as próprias circunstâncias históricas decorrentes das guerras da Reconquista cristã. Com relação a isso, a própria política de repovoamento do território seguida pela Coroa castelhana, durante este período, como assinala Adeline Rucquoi, estava também intensamente associada às prementes necessidades de defesa militar impostas a todo momento pela guerra permanente contra os mouros.[83]

Dentro destas circunstâncias, as freqüentes campanhas militares empreendidas pelos exércitos cristãos contra as forças muçulmanas acabaram por imprimir à fixação de um tipo bastante característico de ocupação humana das terras conquistadas, que baseava-se, principalmente, no estabelecimento de guarnições avançadas de fronteira fortemente militarizadas e fortificadas.[84] No decurso da Reconquista, estas áreas atuariam tanto como importantes baluartes de defesa militar dos territórios ocupados pelos guerreiros da aristocracia castelhana quanto funcionariam como focos de atração de cavaleiros de baixa extração social, de camponeses e povoadores de distintas condições.[85] Desde meados do século XI, as peculiaridades militares do avanço do movimento reconquistador castelhano-leonês abririam, paralelamente, novas possibilidades para a expansão do próprio processo repovoador.[86] Com efeito, a ofensiva militar das forças cristãs sobre as regiões da Extremadura, e, posteriormente, o fulgurante alargamento da fronteira castelhana até as áreas meridionais da

[83] RUCQUOI, Adeline. *Historia medieval de la Península Ibérica.* Liboa: Estampa, 1995, p.240.
[84] DEODATO, Victor. *Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média.* São Paulo: Itatiaia, 1990, p.45.
[85] MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador. *Repoblación y sociedade n la España cristiana medieval.* Madrid: Rialp, 1979, p.30-45.
[86] Idem.

Península, possibilitaram uma ampliação considerável dos espaços de ocupação territorial.

Desde a tomada de Toledo pelos exércitos cristãos, comandados por Alfonso VI, em 1085, até aproximadamente os meados do século XIII, todo o esforço dos monarcas castelhanos se concentrou basicamente no sentido de intensificar a ocupação e a organização política e militar dos territórios recém-conquistados. Com relação à tarefa de defesa e à administração dos territórios de conquista, a Coroa procurou aumentar os contingentes militares das zonas fronteiriças e promover o assentamento sistemático de povoadores[87], reforçando o emprego do sistema de concessão de franquias locais ou cartas de povoamento, os fueros. Todas estas medidas adotadas pelo poder régio visavam, antes de tudo, assegurar o domínio efetivo das terras, ao mesmo tempo em que estabeleciam uma importante retaguarda defensiva, guarnecendo os novos limites fronteiriços mediante a atração de um fluxo contínuo de novos povoadores. Conforme observa Valdeón Baruque:

> Estos exitos militares, particularmente la ocupación de Toledo, possibilitaron la repoblación del território situado entre el Duero y el Sistema Central. La zona se hallaba praticamente despoblada, pues en el mejor de los casos só habían permanecido “in situ” algunos grupos residuales, lo que no invalida la hipótesis de uma desertización general del território. La llegada a Toledo permitió reforzar la retaguardia, convertiéndose

[87] PASTOR DE TOGNERI, R. Poblamiento, frontera y estructura agraria en Castilla la nueva (1085-1230). *Cuadernos de Historia de España,* n.47-48, 1968, p.187-189.

> de esa forma el Sistema Central en la nueva línea fronteriza del reino castellano-leonés.[88]

São estas as principais circunstâncias históricas que explicam, mais particularmente, o processo de surgimento das chamadas cidades-fortalezas das regiões de fronteira. O caráter militar das cidades hispânicas foi um fenômeno bastante freqüente e característico das formações sociais urbanas das regiões limítrofes da Península Ibérica. Em Castela, constituíram-se, portanto, numerosas cidades-fortalezas, que nasceram sob o forte influxo de uma política empreendida pelo poder monárquico, que concebia os núcleos urbanos das regiões fronteiriças do reino, especialmente como pontos cruciais de apoio estratégico para o controle militar dos territórios e garantia de defesa das populações locais. Em decorrência disto, as regiões compreendidas entre o Douro e o Tejo, desde meados do século XI, começam a despontar como áreas privilegiadas para o estabelecimento de importantes aglomerações urbanas de caráter acentuadamente militar. Este foi o caso do processo de formação das importantes cidades-fortalezas castelhanas de Segóvia, Ávila, Soria, Valadolid, Salamanca e Palência, dentre outras.

De qualquer maneira, com a instalação desta rede de cidades fortificadas tratava-se, portanto, de assegurar o funcionamento de uma linha defensiva mais uniforme e integrada sobre os vastos espaços territoriais do reino, facilitando sobremaneira os esforços de proteção militar, garantindo a segurança local e criando obstáculos às investidas mais imediatas dos ataques das tropas inimigas. Nesse sentido, as milícias urbanas poderiam atuar ativamente como forças complementares dos efetivos bélicos da nobreza e das Ordens Militares do Reino.

[88] VALDEÓN BARUQUE, Julio. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV).* Barcelona: Labor, 1982, p.20-21.

Fato que, sem dúvida, resultaria numa aproximação mais estreita entre as forças sócio-políticas emergentes das cidades e a monarquia. De acordo com Adeline Ruqcuoi, na perspectiva do poder real, as milícias urbanas poderiam significar efetivamente "... instrumentos de controle do espaço mais facilmente manobráveis do que a nobreza, fosse ela laica ou eclesiástica". Desse modo, para a autora:

> Nos séculos XII e XIII, os soberanos portugueses, castelhanos e aragoneses preocuparam-se, pois, em criar redes urbanas nas regiões profundamente rurais: os reis de Leão e de Castela estabeleceram *fueros*, na segunda metade do século XII, que incitaram os habitantes das regiões fronteiriças a reunir-se em aglomerações facilmente defensáveis.[89]

Com isso, o poder monárquico pretendia aumentar o seu raio de ação política e militar afirmando a presença das instituições régias naquelas regiões de maior vulnerabilidade às investidas dos exércitos inimigos. De fato, em Castela, o crescimento destes núcleos citadinos fronteiriços possibilitam a utilização de um importante mecanismo de controle militar e de afirmação mais efetiva da autoridade monárquica sobre amplos espaços territoriais. Nestas circunstâncias, os soberanos castelhanos empreenderam toda uma política de povoamento urbano de significativas conseqüências políticas e sociais. De uma maneira geral, a adoção destas estratégias políticas de povoamento, por parte da realeza, naturalmente, criava também condições mais favoráveis para contrabalançar o imenso poderio territorial dos grandes senhorios mantidos pela alta nobreza, laica e eclesiástica. Assim, nos reinos hispano-cristãos da Reconquista, foram as necessidades políticas, militares e econômicas de povoamento das terras que

[89] RUCQUOI, Adeline. Op.cit., p.281.

tornaram bastante freqüentes o uso das concessões forais, a outorga de privilégios e de isenções de tributos para os novos povoadores instalados nestas regiões fronteiriças.

Em vista disso, localizadas em territórios com uma base econômica eminentemente agrária, de caráter pastoril e militar, o setor social predominante na população destes núcleos fortificados de fronteira dividia-se fundamentalmente entre guerreiros a cavalo e combatentes a pé, cavaleiros vilões e peões que viviam das atividades agrícolas, da criação de gado e dos freqüentes despojos e saques das campanhas militares empreendidas pelos exércitos cristãos. Com efeito, nos inícios do processo de repovoamento, a estratificação social básica destas aglomerações urbanas militarizadas de fronteira, caracterizou-se, principalmente, pela presença de homens livres, de pequenos proprietários rurais e de pastores, cujas condições econômicas e sociais permitia-lhes a posse de um cavalo, a aquisição de armas e meios suficientes para o exercício das funções guerreiras. De todo modo, nos inícios do movimento de implementação da vida urbana, não existiam grandes desnivelamentos sociais e uma diferenciação econômica acentuada entre os habitantes das regiões fronteiriças, sendo o próprio modo de ingresso nos contingentes militares da cavalaria vilã relativamente aberto.

Nestas formações sociais de fronteira, a situação sócio-econômica e política da cavalaria vilã conheceria, no entanto, um processo de grandes transformações. Seus integrantes passaram a distinguir-se amplamente dos demais habitantes da comunidade citadina assumindo o controle político e social

no espectro das relações de poder dentro dos principais organismos diretivos das comunidades[90].

Durante os séculos XII e XIII, como afirma Casado Alonzo, iria se desenvolver uma intensa oligarquização da camada social dos cavaleiros. De um modo geral, enriquecidos com o crescente espólio das guerras e com a posse de numerosos rebanhos, constitui-se um grupo bastante reduzido de combatentes que, distanciando-se nitidamente do restante da população urbana, passou a monopolizar o controle das magistraturas públicas nos Concelhos Municipais locais. De todo modo, como nota Casado Alonzo:

> Este ejercicio de poder por dichas oligarquias caballerescas de hizo patente a partir de mediados del siglo XIII. El estancamiento del proceso reconquistador supuso para ellas la crisis de su economia de frontera y, por tanto, de las posibilidades de botín. Situación en la que también se encontraron los miembros de la nobleza y las ordenes militares, que de la misma manera vieron caer dicha fuente de ingresos y, en consecuencia, pasaron a entrar en competência con estas clases dirigentes concejiles por el domínio de nuevas rentas que pudieron paliar en parte sus cada vez más precárias economías. A ello vino sumarse los efectos de los primeros sintomas de la crisis bajomedieval. Toda esta situación hizo que los caballeros villanos sintieran como un hecho apremiante, para garantizarse su

[90] Em uma análise centrada na história urbana de Burgos, Teófilo Ruiz tece algumas considerações bastante significativas sobre o crescente processo de diferenciação sócio-econômica e política verificado na cavalaria vilã desta importante cidade castelhana. De acordo com o autor: "Como los patrícios de la mayor parte de ciudades de la Europa medieval, los caballeros villanos de Burgos trataron de restringir su número y de consolidar y conservar sus ganacias. Su conciencia de pertenecer a un específico grupo social los llevó a fundar hermandades (confradias), de las que quedaban excluidos todos aquellos que no poseyeran caballos ni armas. Tales hermandades reflejan de manera incontrovertible las concretas líneas de diferenciación que separam los caballeros villanos de otros grupos dentro de la ciudad". RUIZ, Teófilo. Op.cit., p.170.

> preeminência y reproducción social, tener absolutamente controlado los concejos y sus respectivas jurisdicciones (...).[91]

Em vista disso, para garantir sua posição social privilegiada e o monopólio do poder público urbano, muitos Concelhos Municipais adotaram estratégias políticas pautadas na aproximação com o poder régio. Durante o final do século XIII, o desenvolvimento das *Hermandades* colocava em evidência esta aproximação das forças políticas urbanas com a realeza. As *Hermandades* do reino surgiram em 1282, sob a proteção de Sancho IV, que naquele momento procurava fortalecer sua posição política frente a Afonso X. A fim de garantir uma base política de maior envergadura na disputa pela sucessão régia, Sancho IV procurou atender algumas das reivindicações dos setores urbanos, como foi o caso do reconhecimento do direito de livre associação. Porém, uma vez criadas, estas associações tentaram logo manter sua autonomia política e independência de ação diante do próprio monarca. Assim, logo após assumir o trono, em 1284, Sancho as suprimiu. Em 1295, sob o influxo da autoridade da rainha Maria de Molina, elas passariam a exercer novamente um papel importante na própria sustentação política da realeza. Durante a menoridade de Fernando IV, nos anos 1295 e 1301, face às numerosas revoltas da nobreza contra a realeza, elas comprometeram-se a guardar os direitos do novo monarca castelhano. Assim, em troca deste reconhecimento, o soberano se comprometia a guardar foros, usos, franquias e privilégios e autorizara os Concelhos a unir-se para manter seus direitos.[92]

---

[91] CASADO ALONSO, Hilário. Op.cit., p.199.
[92] MARTÍN, José Luis. Op.cit., p.479.

No século XIV, no entanto, Afonso XI, em seu propósito de centralização do poder real, estabelece uma reforma das instituições municipais através da criação do *Regimento,* medida que estabelecerá um controle maior da Coroa sobre as cidades. A partir desta época, a realeza consolida o controle definitivo das liberdades urbanas, suprimindo a autonomia política dos Concelhos Municipais que, nas épocas de crise e anarquia nobiliárquica, constituíram-se em uma das principais forças de sustentação do poder da realeza castelhana.[93]

[93] CASADO ALONSO, Hilário. Op.cit., p.201-202.

II

D. JOÃO MANUEL EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO: REVOLTAS NOBILIÁRQUICAS E PODER RÉGIO

2.1. Dados biográficos e primeiros anos de atuação política (1282-1312)

No decorrer da Baixa Idade Média hispânica, mais particularmente, na primeira metade do século XIV, a figura proeminente do aristocrata castelhano, D. João Manuel, o poderoso senhor de Vilena e Penafiel, constitui uma das mais vigorosas e notáveis personificações das lutas políticas consubstanciadas nas relações conflitivas entre poder nobiliárquico e poder régio.[1] Nobre de personalidade multifacetada, em D. João Manuel convergem, não sem grandes ambivalências e marcadas contradições, o político extremamente ambicioso, o homem astuto e sagaz dos altos círculos da corte real, o guerreiro de uma empreitada da Reconquista cristã, que se esfumaça em fins da Idade Média, e, sem dúvida alguma, a figura do aristocrata letrado, ideólogo de uma camada social mal adaptada às vicissitudes e mudanças de seu tempo. Como afirma Afonso Sotelo, a expressiva atuação política e intelectual de D. João Manuel

[1] Para Salvador de Moxó, dentro do quadro nobiliárquico hispânico da Baixa Idade Média, a figura política de D. João Manuel se impôs de maneira preponderante. Segundo Moxó, D. João Manuel: "desbordó a sus contemporáneos de la nobleza – incluso a Juan Nuñez de Lara, su cuñado – tan solo resulta equiparable a la del próprio rey Alfonso XI, cuyas relaciones reflejan la tensión Monarquía – Nobleza feudal en este reinado". MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. *Cuadernos de Historia,* Madrid, n.3, p.1-210, p.190, 1969.

pressupõe uma eloqüente representação de um importante membro da alta aristocracia castelhana que esteve, antes de tudo:

> (...) comprometido con los difíciles problemas de la sociedad clase social a la que pertenecia, uma nobleza que iba perdiendo progressivamente sus privilégios y poder político (...). Don Juan Manuel se convierte así en el representante del mundo noble de su tiempo y consciente de la crisis que atravesaba la Idad Media que caminaba hacia su ocaso.[2]

Nascido no castelo da vila de Escalona, em Toledo, no dia 5 de maio de 1282, no momento de intensificação da guerra civil, que garantiu a Sancho IV o trono real, o escritor foi partícipe e liderança ativo das principais lutas nobiliárquicas que marcaram intensamente os horizontes políticos conturbados da monarquia de Castela, durante as primeiras décadas do século XIV.[3] Melhor começar, então, pelo texto revelador de uma existência vivida no seio das grandes revoltas nobiliárquicas destes anos. No "Livro dos Estados", obra escrita entre os anos de 1328 e 1330, o próprio escritor colocaria na fala de Júlio, um dos personagens centrais de sua narrativa, o relato de suas experiências de vida e de sua intensa atuação nas lutas políticas do período. Sobre os grandes enfrentamentos políticos que protagonizou contra os monarcas e grandes senhores de sua época, escreveria:

> (...) le fallé en grandes guerras, a vezes con grandes omnes de la tierra et a vezes con el rrey de Aragon et a vezes con el rrey de Granada, et a vezes con amos. Et agora, quando de allá partí, estava en muy Grant guerra con el rrey de Castiella, que solía ser

[2] JUAN MANUEL, Don. *Libro de los enxiemplos del Conde Lucanor e de Patronio.* Alfonso Sotelo (Ed.). Madrid: Cátedra, 1993, p.23.
[3] DEVOTO, Daniel. *Introducción al estúdio de Don Juan Manuel y en particular de El Conde Lucanor: uma bibliografia.* Madrid: Castalia, 1972, p.201.

> su sennor.Et por las grandes guerras que acaesçieron et por muchas cosas que vio et que pasó departiendo entre él et mí (...).[4]

Com relação à organização destes dados de sua memória, Germán Orduna observa que em certas passagens da obra de D. João Manuel vislumbra-se a construção do que pode-se denominar de autobiografia literária de seus escritos.[5] De todo modo, para um entendimento mais amplo e abrangente da trajetória política e intelectual de D. João Manuel, é importante considerar alguns aspectos fundamentais de sua biografia e de sua inserção no contexto histórico peninsular.[6] A esse respeito, Giménez Soler, seu primeiro biógrafo, já destacava em suas obras a dificuldade de se abordar, em toda sua complexidade, a biografia de D. João Manuel, principalmente, pelo fato de este importante aristocrata de fins do século XIII e inícios do século XIV, ter tido uma existência bastante turbulenta e agitada, marcada por suas constantes intervenções na vida política, social e cultural de uma época de grandes transformações históricas. De acordo com Giménez Soler, estas dificuldades se somam: "cuando se trata de un hombre como Don Juan Manuel, de agitada vida, movediza, señor de pueblos muy alejados entre si y en relación personal con reyes de varios reinos y magnates de

---

[4] MANOEL, Don Juan. Libro de los Estados. In: *Goyangos, Pascual de (Ed).* Madrid: Atlas, 1952, p.289.

[5] Evidentemente, como observa o autor, na interpretação das obras de D. João Manuel, como de resto nos textos literários, é preciso evitar as simplificações psicológicas, baseadas na identificação fácil entre os personagens e a figura do escritor. Para o autor: "Aunque compartimos lo expresado por Mercédes Gaibrois de Ballasteros 'puede decirse que sus libros son como unas memórias en que, abierta o encubiertamente, se encuentra incorporada la biografia del autor', queremos evitar los riesgos de la crítica psicológica, cuyo paso a la reconstrcción biográfica és fácil y peligroso. (...) no obstante, debemos admitir que negar que la experiência personal directa puede aflorar en la inspiración o en la creación del autor y, en conseqüência, desentenderse de ella es errar la vía para una correcta valoración crítica". ORDUNA, Germán. La autobiografia literária de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Múrcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso XI el Sábio, 1982, p.245-258.

[6] VALDEÓN BARUQUE, Julio. Las tensiones sociales en Castilla en tiempos de Don Juan Manuel. In: MACPHERSON, J. (Ed.). *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1981, p.181-185.Op.cit., p.181-185.

Castelo de Escalona

Castelo de Penafiel.

toda España".[7] Porém, como assinala também Flory, para uma compreensão mais aproximada da obra e da figura de D. João Manuel torna-se imprescindível um estudo de suas circunstâncias históricas. É no cenário das lutas políticas intestinas que agitavam as estruturas de poder da sociedade linhagística e aristocrática de seu tempo, que podemos apreender melhor os contornos de sua figura. Conforme propõe Flory:

> Es sumamente difícil obtener una impresión definida de la fisionomia intelectual y espiritual de Don Juan Manuel sin contar con las circunstancias históricas de su época. Casi todos los personages principales de la política que fue el siglo XIV en España estaban emparentadas con él, y las guerras intestinas de la época fueron en realidad una amarga lucha familiar. El poder y la posición del Príncipe eran tan grandes que inevitablemente se vio envuelto en un período muy turbulento.[8]

A sua enorme riqueza patrimonial e a importância de sua linhagem no quadro nobiliárquico da monarquia castelhana, o convertia em um dos nobres mais influentes de seu tempo. Com efeito, pertencia D. João Manuel a uma poderosa linhagem de estirpe régia. Era filho do segundo matrimônio do Infante D. Manuel Fernandez e de Beatriz de Sabóia, neto do monarca Fernando III de Castela, e sobrinho do rei Afonso X, o Sábio. Descendente de uma proeminente linhagem nascida do tronco régio de Castela, pelo lado paterno, e, da prestigiosa nobreza condal de Sabóia, pelo lado materno, D. João Manuel integrava o alto escalão das principais Casas nobiliárquicas hispânicas, vinculadas diretamente à

[7] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *Don Juan Manuel. Biografia y estúdio crítico.* Zaragoza: La Académica, 1932, p.6.
[8] FLORY, David A. *El Conde Lucanor: Don Juan Manuel en su contexto histórico.* Madrid: Pliegos, 1995, p.13.

família real.[9] Seu pai, o Infante D. Manuel era filho do rei Fernando III de Castela (1217-1252) e de Beatriz de Suábia, princesa alemã descendente da não menos poderosa família imperial dos Hohenstaufen. Desde a morte do rei Fernando III, em 1252, que seu pai, o Infante D. Manuel, passaria a viver na Corte castelhana sob a influência política direta de seu irmão, o rei Afonso X.[10] Durante todo o reinado afonsino, D. Manuel desempenharia importantes funções políticas dentro da alta administração do reino de Castela. Na condição de Infante exerceu o alto posto de Mordomo Maior do Reino e o cargo de Adiantado Maior de Fronteira.

Em 1256, em decorrência da política de pacificação levada a cabo pelo rei Afonso X, cujo móvel fundamental era assegurar o estreitamento de suas relações com o monarca Jaime I de Aragão, como estratégia de negociação entre os soberanos ibéricos, era proposto o matrimônio do Infante D. Manuel com a princesa aragonesa. No mesmo ano, em Soria, após o estabelecimento dos acordos de paz entre as duas Coroas, firmava-se o pacto matrimonial entre D. Manuel e a Infanta aragonesa D. Constança, filha de Jaime I de Aragão.[11] Desta união matrimonial do Infante de Castela com Constança de Aragão nasceriam dois filhos: Afonso Manuel, que viria a falecer posteriormente, e D. Violante Manuel.[12] Em 1275, viúvo de D. Constança, o Infante Manuel contraiu seu segundo matrimônio, agora, com uma nobre italiana, a condessa D. Beatriz, filha de Amadeu IV, conde de Sabóia (1198-1253).[13] No decurso do ano de 1281, o Infante receberia de Afonso X importantes concessões patrimoniais, das quais

[9] GIMÉNÉZ SOLÉR, Andrés. Op.cit., p.6.
[10] LOMAX, Derek W. El padre de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Uniiversidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.193-197.
[11] PRETEL MARÍN, Aurélio. *Don Juan Manuel, señor de la Llanura. Repoblación y gobierno de la Mancha Albacetense en la primera mitad del siglo XIV.* Albacete: CSIC, 1982, p.31.
[12] LOMAX, Derek. Op.cit., p.163.
[13] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. Op.cit., p.1.

destacava-se a prestigiosa vila toledana de Escalona, onde, um ano mais tarde, nasceria D. João Manuel, seu filho e herdeiro da grande Casa linhagística dos Manuel. No “Livro dos Estados”, em um trecho bastante expressivo e nitidamente autobiográfico,[14] Don João Manuel evoca com orgulho a identidade de sua linhagem familiar e sua origem castelhana.. Sobre seu nascimento e primeiros anos de criação, expõe:

> Yo só natural de una tierra que es muy alongada desta vuestra, eta aquella tierra é nombre Castiella. El seyendo yo ý más mancebo que agora, acaesçio que nasçió un fijo a un infante que avían nombre don Manuel, et fue su madre donna Beatriz, condesa de Saboya, mujer del dicho infante, et lê pusieron nombre don Johan. Et luego quel el ninno nasçio toméle por criado e ten mi guarda. Et desque fue entendudo alguna cosa punné yo en le mostrar et le acostumbrar lo más et lo mejor que yo pude.[15]

As fontes documentais do período lançam pouca luz sobre esta fase de sua existência. Apesar das informações expressas em sua obra, os dados de que dispomos sobre a infância de D. João Manuel são ainda bastante esparsos. De todo modo, exceto estas informações acerca das circunstâncias de seu nascimento, bem como os relatos de sua educação e de sua primeira formação ao lado da mãe e de seus aios, não contamos com dados mais detalhados e precisos sobre este período de sua vida.[16] Com relação aos seus primeiros anos de infância, seus textos nos informam, principalmente, que teve uma educação bastante esmerada, primeiro, sob a orientação da figura materna e a influência dos oficiais de confiança de sua Casa, e, posteriormente, junto à própria corte

[14] ORDUNA, Germán. Op.cit., p.246-247.
[15] MANUEL, Don Juan. Op.cit., p.19.
[16] PRETEL MARÍN, Aurélio. Op.cit., p.36.

castelhana. Em fins de 1283, no entanto, ao morrer seu pai, em Penafiel, ficava D. João Manuel, um menino de menos de dois anos de idade, aos cuidados e à educação de sua mãe, a condessa D. Beatriz, e sob a tutela do rei de Castela.[17] Ao tempo de sua morte, o infante D. Manuel deixava um testamento, no qual ordenava, como era costume comum à época, que, tanto a proteção de sua família como a guarda dos bens patrimoniais e a tutela do filho herdeiro deveriam ficar a cargo do Infante D. Sancho, seu sobrinho. Como mostram as disposições testamentárias de D. Manuel:

> (...) sobre esto todo pongo a mio segnor et mio sobrino don Sancho por guardador et defendidor de la mia fazienda del cuerpo e del alma et de la condesa mi muger et de don Johan mi fijo, su creado, que el tomo para criar et leuarle a bien, et ruegol et pido por merced, por los seruicios et las aiudas que yo fiz en leuar su fazienda a bien quanto yo put et senaladament despues de la muerte de don Ferrando, su Hermano primero.[18]

Fato que não deixou de entrever a existência de uma certa animosidade entre a mãe de D. João, D. Beatriz, e a Coroa castelhana. Nos altos estratos nobiliárquicos da sociedade medieval, a preocupação preponderante dos progenitores das grandes Casas, especialmente com a conservação da fortuna patrimonial e a manutenção do poderio linhagístico, sem dúvida alguma, revelam alguns dos traços primordiais das estruturas familiares do período. De acordo com Beceiro Pita e Ricardo de La Llave, a transmissão do patrimônio e dos poderes inerentes às linhagens de maior influxo político e riqueza fundiária, constitui um

[17] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. Op.cit., p.2.
[18] TORRES FONTES, Juan. El testamento del infante don Manuel. *Miscelânea Medieval Murciana,* Murcia, n.VII, 1981, p.20-21.

dos problemas centrais nas relações de parentesco nas grandes Casas aristocráticas da sociedade hispano-castelhana. De acordo com os autores:

> El problema de el reparto de la herencia es mucho mas arduo. Tanto los testamientos como las normas jurídicas e referencias más tangenciales hablan del acceso de todos los hijos a los legados paternos y maternos y de la citada participación en las pertenencias de los parientes sin fijos (...) es probable que, al menos en la alta aritocracia se produjera un desequilíbrio, de hechó, a favor del primogênito.[19]

Segundo as últimas determinações estabelecidas pelo Infante D. Manuel acerca de sua herança familiar e partilha de bens, tal como estas encontram-se expostas nas disposições legais de seu testamento, ao herdeiro varão correspondia igualmente a possibilidade de manter o controle e a ascendência senhorial sobre os bens patrimoniais atribuídos aos demais beneficiados da herança paterna. As cláusulas testamentárias que dispõem e condicionam a concessão de benefícios, rendas e propriedades aos outros herdeiros do Infante, mostram claramente o peso atribuído ao filho varão na partilha da herança.[20] O Infante D. Manuel, como chefe de linhagem, procurou regular e hierarquizar a transmissão do seu patrimônio no sentido de favorecer a posição do seu sucessor varão. A herança de D. Violante Manuel, a irmã de D. João, evidencia amplamente a existência deste forte dispositivo de regulação do regime de transmissão dos bens.[21] Dessa maneira, na gestão de sua herança, D. Manuel, como tantos outros cabeças de linhagem de Casas nobiliárquicas proeminentes, deixava para D. João, a base de seus domínios e à Violante Manuel, sua filha, as

[19] BECEIRO PITA, Isabel, CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana, siglos XII-XV.* Madrid: CSIC, 1990, p.53.
[20] TORRES FONTES, Juan. Op.cit., p.17-18.
[21] Ibidem, p.354-355.

possessões de Elda e Novelda, mas sob certos condicionamentos e com uma relação de dependência jurisdicional diante de seu irmão.[22]

Em Castela, a mulher das altas camadas aristocráticas poderia participar na herança familiar, porém, em muitos casos, o recebimento dos bens legados era feito mediante certas condições e cláusulas restritivas. Com efeito, para salvaguardar a conservação da riqueza patrimonial da estirpe e o poder de mando do filho sucessor e cabeça de linhagem, garantindo sua autoridade e ascendência sobre amplos conjuntos territoriais, o testamento de D. Manuel comportava importantes disposições reguladoras da herança em seu texto. Sobre os bens recebidos por D. Violante Manuel e a posição preponderante que assumia D. João no controle da herança paterna, o testamento do Infante castelhano evidenciava:

> (...) que ella et todos aquellos que della venieren que estos logares ouiren de heredar que nunca sean ni ueyan con el poder destos legatos contra mio fijo don Johan, mio heredero mayor, nin contra aquellos que del uenieren que heredaren el segnorio de Elche et de Uillena et de los otros logares que yo he en el regno de Murcia. Et questos logares de Elda et de Nouella con sus castiellos non los puedan dar nin uender nin enagenar a orden nin a ome de religion nin a otro ninguno que sea de fuera del sennorio de los regnos de Castiella ey de tierra de Murcia nin a omne que sea mas poderoso que don Johan, mio fijo, o de los que del uenieren que fueren sus herederos en aquello que heredaren de mi tierra de Murcia. Et si por auentura mia fija donna Yolante et los que della uniessen que heredassen estos logares lo quisiessen uender que los non puedan uender si non a

[22] MOLINA MOLINA, A.L. Los domínios de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Múrcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.218-219.

> mi fijo don Johan o a sus herederos... et que las alzadas de los pleytos destos logares que las aya a Elche assi commo agora las a net que la justiçia destos logares que la aya mio fijo don Johan.[23]

De todo o modo, os procedimentos adotados pelo Infante castelhano em seu testamento contribuem para mostrar não apenas o tipo de regime habitual de herança vigente na nobreza, mas a preocupação dos grandes senhores com a manutenção dos vínculos de coesão da estrutura familiar linhagística, aspecto que caracterizou largamente o funcionamento econômico e o poder da Casa nobiliárquica dos Manuel. Como mostra este documento, D. Manuel ao tomar estas medidas testamentárias, assegurava para a sua estirpe e a seu herdeiro varão, as bases de sua riqueza e os fundamentos de seu poder senhorial. Nestas circunstâncias, D. João herdava de seu pai, um extraordinário patrimônio de base senhorial, que incluía, especialmente, além de importantes cargos e atribuições de mando na alta administração da Coroa, vastas porções territoriais, diversos privilégios, benefícios e direitos jurisdicionais, vários povoados, castelos, vilas e fortalezas dispersas por amplas regiões do reino de Castela e Leão.[24]

Em linhas gerais, os numerosos domínios e as principais possessões fundiárias de D. João Manuel estendiam-se geograficamente por quatro grandes regiões do território castelhano, a saber: Castela a Nova, Castela a Velha, terra de Vilena e o Adiantamento de Murcia. Em Castela a Nova, os domínios de D. João incluíam importantes vilas e castelos, como: Galbe de Sorbe, Palazuelos, Ledanca, Cifuentes, Val de San García, Trillo, Brihuega, Salmerón e Alcocer,

[23] TORRES FUENTES, Juan. Op.cit., p.356.
[24] PRETEL MARÍN, Aurélio. Op.cit., 37.

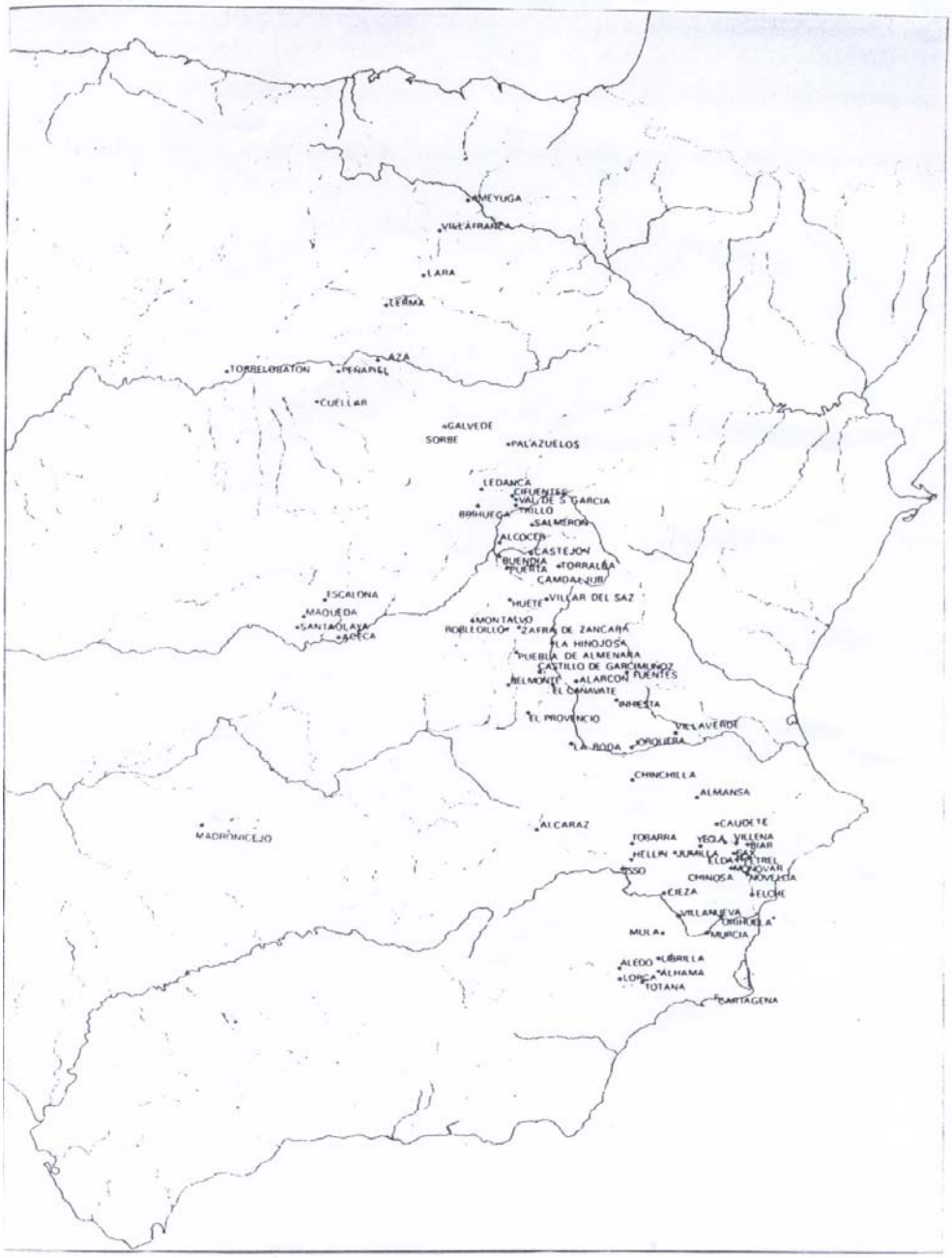
Escalona, Maquedam Torralba, Buendia, Huete, Montalvo, Alarcon e Belmonte, dentre outras. Nas regiões de Castela a Velha, suas principais possessões incluíam, em especial, Vila Franca, Lerma, Lara, Aza, Penafiel e Cuelar. O grande domínio senhorial de Vilena, um de seus mais importantes domínios, estava integrado igualmente por inúmeros povoados, fortificações e vilas, como: Chinchilla, Vilena, Almansa, Hellín, Tobarra, Yecla, Jorquera e La Roda.[25]

O Adiantamento murciano, que compreendia enormes áreas territoriais nos limites fronteiriços do chamado reino de Murcia, implicava também o exercício da importante função de comandante de fronteira e jurisdição ampla sobre as localidades de Aspe, Novelda, Elche, Elda, Crevillente. De toda maneira , a sua herança paterna compreendia tanto o exercício de funções de privança na Corte Real quanto o direito de titularidade e sucessão nos altos ofícios públicos da administração territorial do reino. O cargo de Adiantado de Fronteira ocupado durante largos anos por seu pai, ao longo do reinado de Afonso X, seria assim incorporado ao conjunto de suas principais prerrogativas no exercício das funções públicas.

Em virtude disso, como herdeiro de um imenso patrimônio, com a morte da condessa de Sabóia, em 1290, órfão aos oito anos de idade, ficava D. João Manuel, então, aos cuidados dos servidores de sua Casa e sob a tutela e a guarda oficial da família real castelhana. Durante todo este período de sua

[25] MOLINA MOLINA, A.L. Op.cit., p.221.

LOCALIZAÇÃO DOS DOMÍNIOS E SENHORIOS DA LINHAGEM MANUEL



Fonte: ***Don Juan Manuel. VII Centenário.*** **Murcia: Universidad y Academia Alfonso X, el Sábio, 1982, p.223.**

Os domínios de D. João Manuel

Castelos de Alarcón e Belmonte

Castelo de Vilena

menoridade, a administração de seus domínios e o exercício do cargo de comandante de fronteira ficaram sob a responsabilidade dos servidores da Coroa, nomeados diretamente pelo rei Sancho IV. Dessa maneira, até aproximadamente o ano de 1288, o importante posto do Adiantamento de Fronteira foi ocupado por representantes do poder régio, que assumiram provisoriamente o controle militar e jurisdicional dos territórios até a maioridade de D. João. Somente em 1294, antes de atingir os seus doze anos, que D. João irá tomar posse de suas terras e assumir definitivamente as prerrogativas jurisdicionais de seu poder senhorial e de sua herança. Até esta data, no entanto, quase nada se sabe a respeito destes anos da menoridade de D. João. As informações sobre este período de sua vida são bastante ralas e imprecisas. A maior parte dos registros que dispomos deste período são referentes aos anos da invasão aragonesa em seus territórios, durante a turbulenta menoridade do rei Fernando IV de Castela.

No decorrer do breve reinado de Fernando IV (1295-1312), num contexto marcado por grandes distúrbios na ordem política peninsular[26], tem início praticamente a vida pública de D. João Manuel. Serão seus primeiros anos de experiência política mais efetiva, e de participação nos assuntos de governo da Casa Real castelhana.[27] Neste período, D. João Manuel assume também de modo quase permanente o exercício de importantes atribuições de mando na administração territorial do reino. A situação política de Castela nessa época não podia ser, contudo, mais conturbada. A anarquia nobiliárquica e a irrupção de

[26] Um estudo monográfico bastante detalhado acerca do movimento político e das grandes lutas nobiliárquicas, durante o reinado de Fernando IV de Castela, pode ser visto em: GONZÁLEZ MINGUEZ, César. *Fernando IV de Castilla (1295-1312). La guerra civil y el predomínio de la nobleza.* Vitoria: Universidad de Valladiolid, , p.102.

[27] DEVOTO, Daniel. *Introducción al estudio de Don Juan Manuel y en particular de El Conde de Lucanor: una bibliografía.* Madrid: Castalia, 1972, p.202-203.

uma nova série de conflitos e enfrentamentos políticos – internos e externos – sem dúvida, contribuíram decisivamente para o estabelecimento de um clima de guerra civil endêmica na monarquia castelhana baixo-medieval.[28] Os problemas políticos pendentes do reinado anterior de seu pai, o monarca Sancho IV, foram amplamente reforçados: a luta sucessória empreendida pelo Infante D. Afonso de Lacerda, a questão da ilegitimidade dinástica de Fernando IV e os conflitos externos com a Coroa aragonesa. A menoridade do rei Fernando IV e as dificuldades da regência de Maria de Molina[29] serviram para dar ainda maior amplitude à crise política interna da monarquia castelhana. No plano externo, todas estas circunstâncias foram habilmente aproveitadas pelo rei de Aragão, Jaime II[30], que decide invadir o reino castelhano, em 1296, e afiançar a ocupação dos territórios fronteiriços da Coroa de Castela, nas regiões do reino de Múrcia.[31] Desde este momento, o monarca aragonês se convertia em decidido patrocinador da causa de Afonso de Lacerda, amparando e dando sustentação política à nobreza rebelde castelhana. Nesta época, Jaime II de Aragão (1291-1327) lançava as bases de um "projeto de expansão e reestruturação" das fronteiras territoriais de Aragão com o reino de Castela, que visava garantir o domínio das regiões limítrofes do reino de Múrcia.[32] Assim, aproveitando as desordens internas do reino castelhano, o monarca de Aragão começa imediatamente a empreender sua ofensiva militar contra Fernando IV de Castela, concentrando

---

[28] MARAVALL, José Antonio. *Estudios de historia del pensamiento español.* Madrid: Ediciones Cultura Hispánica del Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1993, p.457-458.
[29] GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes. *Maria de Molina, tres veces reina.* Madrid:Espasa-Calpe, 1936, p.9-15.
[30] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *La Edad Media en la Corona de Aragón.* Barcelona: Labor, 1939, p.165-173.
[31] TORRES FUENTES, Juan. Del Tratado de Alcaraz al de Almizra. De la tenencia al señorio (1243-1244). *Miscelánea medieval Murciana,* Murcia, n.XIX-XX, 1995-1996, p.279-302.
[32] BENITO RUANO, Eloy. El problema sucesorio de la Corona de Castilla a la muerte de Don Fernando de la Cerda. In: *VII Centenario del Infante don Fernando de la Cerda. 1275-1975.* Madrid: Instituto de Estudios Manchegos, 1976, p.217-225.

seus exércitos nas regiões fronteiriças de Múrcia.[33] Nestas circunstâncias de uma guerra eminente entre os dois reinos peninsulares, D. João Manuel que, à época, detinha uma parte considerável de suas possessões territoriais nestas regiões, bem como o próprio exercício da titularidade do cargo de Adiantado de Fronteira,[34] logo veria se abater sobre as terras de seus domínios os exércitos das forças inimigas da Coroa aragonesa. De fato, possuindo grandes extensões de seus senhorios, implantados numa região de fronteira fortemente ameaçada, com uma disputa acirrada entre Castela e Aragão pelo seu domínio, D. João, bem cedo enfrentaria os sérios problemas decorrentes de um território geograficamente sempre exposto e vulnerável aos ataques das investidas externas. Como enfatiza González Minguez:

> Desde el siglo XII hasta finales del XV, ya en el reinado de los Reyes Católicos, Murcia es (...) encrucijada de la Reconquista. En el reino murciano, chocaran durante los siglos XII y XIII los afanes reconquistadores de Castilla y Aragón. La primera buscando una salida al Mediterráneo, el segundo tratando de aumentar su extensión territorial, hacia el sur para evitar ser ahogado por Castilla.[35]

Na verdade, Múrcia revelava-se como um território extremamente vulnerável e exposto, não apenas por sua proximidade com as regiões limítrofes da Coroa de Aragão, mas também por constituir uma fronteira instável e perigosa com o Islão granadino, sempre sujeita às constantes investidas militares dos

---

[33] GARCIA FERNÁNDEZ. La política internacional de Portugal y Castilla en el umbral de la Baja Edad Media. Nuevas reflexiones sobre viejos sistemas de alianzas dinásticas peninsulares (1279-1357). *Revista de Ciencias Historicas,* Porto, n.14, 1999, p.61-80.

[34] MOLINA, Ángel Luis. Los dominios de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Múrcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sábio, 1982, p.219.

[35] GONZÁLEZ MINGUEZ, Cesar. *Fernando IV de Castilla (1295-1312). La guerra civil y el predomínio de la nobleza.* Vitoria: Universidad de Valladiolid, 1974, p.95.

muçulmanos.[36] Em vista disso, seu território apresentava-se como uma região difícil de ser mantida e protegida militarmente.[37] A segurança militar das terras de D. João Manuel esteve sempre profundamente ameaçada pela presença destes grandes focos de tensão e perigo externo permanentes. Por outro lado, a crise política interna da monarquia castelhana em fins do século XIII e inícios do XIV, contribuía enormemente também para produzir intensos reflexos nesta região de fronteira.[38] A nobreza rebelde de Castela terá ali um local privilegiado para buscar refúgio, obter apoios e firmar coligações políticas e militares contra os monarcas de Castela.

Em 1296, quando o rei de Aragão, Jaime II, resolve amparar e dar sustentação política às facções dos nobres rebeldes, que integravam o partido pró-Afonso de Lacerda, tem desenvolvimento uma intensa mobilização militar na fronteira castelhana. Neste mesmo ano, é confirmado um acordo político entre as forças rebeldes, pelo qual o monarca aragonês se comprometia a auxiliar militarmente o Infante de Castela contra o rei Fernando IV.[39] Tendo em vista o apoio desta coligação de forças políticas, D. Afonso de Lacerda confirma a doação do Reino de Múrcia a Jaime II.

---

[36] TORRES FONTES, Juan. Murcia y don Juan Manuel: tensiones y conflictos. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.385-395.
[37] PRETEL MARÍN, Aurelio. Op.cit., p.44.
[38] GONZÁLEZ MINGUEZ, Cesar. Op.cit., p.94-95.
[39] Na verdade, este acordo consistia numa revalidação da aliança política, estabelecida, em 1289, entre o rei Afonso III de Aragão e o Infante D. Afonso de Lacerda. Conforme refere o documento: "Sepan quantos esta carta uieren como nos Don Alfonso por la gracia de Dios rey de Castella de Leon, de Toledo, de Galicia, de Seuilla, de Cordova, de Murcia, de Jahen et del Algarue, catando el gran debdo de amor et de parentiesco, el qual nos Don Alfonso por essa misma gracia rey de Aragon, de Mayorgas, de Valencias e cuende de Barcelona mio cormano auedes conmigo et catando otrosi las razones muchas que me diestes et me dades en aiudarme a ganar mis reynos los quales menos de vuestra aiuda por otra manera auer non podria, poniendo sobresto vuestro cuerpo et vuestros vassallos et vuestras gentes et vuestros reynos a muyt grandes periglos. Desi poniendo a muyt grant proveyto mio et los mios vuestros tesoros et todo lo vuestro. Por esto yo Don Alfonso de Castiella por mi et por todos mios succesores quiero e do e otorgo a uos dicho rey de Aragon e a los vuestros succesores por a agora et por a todos tiempos el reyno de Murcia todo entregamente e la senyoria daquel reyno con la cibdad de Murçia e con la de Cartagena e con todos los castiellos e villas e los lugares del dicho reyno (...). GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *Don Juan Manuel. Biografia y estudio critco. Colección diplomática.* Zaragoza: La Académica, 1932, p.221-222.

Os conflitos políticos internos de Castela e a guerra com a Coroa de Aragão, evidentemente, iriam causar profundas conseqüências políticas para a manutenção dos territórios fronteiriços sob o controle de D. João Manuel.[40] Com efeito, a partir da invasão das tropas aragonesas em Castela, Jaime II inicia a conquista militar de Múrcia apoderando-se de grandes extensões de terras, incorporando inúmeras vilas e castelos mantidas por D. João Manuel nestes territórios. Tal foi o caso do domínio militar aragonês sobre as localidades de Alicante, Orihuela, Elda, Novelda, Aspe, Petrel, Crevillente, Callosa, dentre outras. Foi em decorrência desta guerra de fronteira, portanto, que o nobre castelhano perderia a importante jurisdição do território de Elche e de várias terras alicantinas.[41] Em 1296, sitiado pelos exércitos aragoneses comandados pelo visconde de Caltellnou, em Elche, D. João Manuel buscou refúgio e proteção militar nas regiões mais interiores do território de Castela. Refugiando-se em Chinchilla, tenta organizar o comando da sua cavalaria. Durante o período de ocupação da fronteira murciana por Jaime II de Aragão, orientado por seus conselheiros e oficiais de sua Casa, D. João resolve negociar uma capitulação com os exércitos inimigos. Neste sentido, desde os inícios das operações de guerra, procura enviar ao rei de Aragão alguns dos seus homens de confiança, como Pedro Lopes de Ayala, Gomes Fernandes e outros cavaleiros, para negociar a fixação de um tratado de capitulação. No dia 27 de julho de 1296 D. João Manuel firmava um acordo com o rei de Aragão, em detrimento dos próprios interesses da Coroa castelhana. Tratado este que, traindo os ditames da jurisdição régia e os propósitos políticos da monarquia de Castela, deixava

[40] PRETEL MARÍN, Cesar. Op.cit., p.43-45.
[41] GONZÁLES MINGUEZ, Cesar. Op.cit., p.56.

importantes territórios da Coroa em soberania dos exércitos invasores. Com este pacto de rendição, o nobre assegurava, no entanto, a paz em seus domínios e a possibilidade de conservação de outras concessões patrimoniais dentro da fronteira murciana.

A capitulação de Elche prescrevia a fixação de uma paz por sete anos entre os beligerantes, período no qual D. João Manuel comprometia-se a não pegar em armas contra Jaime II.[42] O acordo de paz realizado com Aragão, assegurava também o reconhecimento dos direitos de D. João sobre os territórios de Múrcia, quando este atingisse a idade de vinte anos.

Usando de suas prerrogativas oficiais do cargo de Adelantado, num gesto bastante claro de sobreposição de seus poderes senhoriais sobre suas competências públicas no governo monárquico, D. João Manuel vai determinar ao Concelho Municipal de Elche, que reconheça a autoridade do rei de Aragão. De todo modo, agindo em detrimento do poder da Coroa Real de Castela, sua ação política e militar nas cidades de fronteira vai revestir-se de forte caráter senhorial. Como mostra a correspondência do Concelho de Elche, em 5 de agosto de 1296:

[42] O teor do acordo de trégua entre o nobre castelhano e o rei de Aragão foi expresso nos seguintes termos: “Sepan quantos esta carta veran que ante nos don Jayme por la gracia de Dios Rey de Aragon de Mayorcas de Valencia e de Murcia e Conde de Barcelona seyendo en el sitio de Elch con la nuestra gent vinieron los honrados Gomez Ferrandez e Alfonso Garcia conselleros e procuradores del noble don Johan fijo del noble infante don Manuel, que fue, recontantes a nos los buenos e grandes deudos que el dicho don Johan a con nos e la su edat en que agora es. E nos querientes aquellos buenos deudos guardar como se deve fazer abiniemos nos con ellos en nome e en uoç del dicho don Johan en la manera que de suso se sigue es a saber que nos damos tregua por nos e por todos nuestros vanallos e de todas las tierras de nuestro senyorio a todos los lugares villas castiellos que el dicho noble don Johan a en el Reyno de Murcia e a los habitantes en aquellos a buena fe e senes enganyo de ou dia viernes veyt e seys dias andados del mês de julio present entro quel dicho don Johan sea de edat de vint aynos e di adelant por un ayno primero avenidero e continuament cumplido (...). JIMÉNEZ SOLER, Andrés. Colección diplomática. Op.cit., p.231.

> Sepan quantos esta carta vieren. Como nos el Conçeio de Elche otorgamos et conosçemos et mandamos a vos Pedro Martines el repostero e Gonçalo Martines alcalles de nuestro logar e Pedro de Çuera e Bonanat Marti jurados et Alfonso Paes, Guillem Marti, Guillem de Montserrat, Pedro daulesa, Reyner Conventi et a Per Yannes scrivan deste mismo lugar que por nos e por vos e por todo el Conçeio general mientre fagades luego pleyto e omenage e jura al noble don Jaymes Rey de Aragon e quel reçibades por nuestro sennor sin condiçion ninguna. Et esto vos mandamos porque Don Johan nuestro sennor nos enbio mandar por su carta que fiçiesemos pleyto e omenage e jura al dicho Rey segunt Alfonso Garcia de Pampliega vassallo del dicho Don Johan nos dixiesse. Et el dixonos que lo ficiessemos asi como nos a vos lo mandamos de que tenemos su carta seellada con su seello (...).[43]

O tratado estabelecido com a Coroa de Aragão, como assinala Pretel Marin, colocaria D. João Manuel numa posição de grande ambigüidade política nas relações entre os reinos de Castela e Aragão. De acordo com o autor:

> La equívoca actitud de don Juan Manuel, qua había aceptado el pacto con los invasores , le convertía en garante del equilibro alcanzado en la comarca en un momento de gran confusión política y administrativa. El mismo experimentaba en su persona y en sus dominios toda la ambigüedad e internidad de la nueva situación. No podía gobernar el adelantamiento de Murcia, ocupado por los enemigos, pero tampoco podía luchar contra estos, en virtud del acuerdo firmado.[44]

De todo modo, vivendo em uma circunstância de forte ambivalência política, num contexto de tensão permanente entre as monarquias de Castela e Aragão, D. João atua freqüentemente com o propósito fundamental de

[43] Idem.
[44] PRETEL MARÍN, Aurélio. Op.cit., p.44.

salvaguardar seus interesses sócio-políticos senhoriais mais imediatos. Depois dos acordos firmados com o reino de Aragão, em fevereiro de 1297, dirige-se para a reunião das Cortes de Cuellar, nas quais busca garantir novas concessões territoriais da Coroa.[45] No ordenamento destas cortes, D. João Manuel figura como um dos importantes assistentes das reuniões. Nelas, encaminha suas principais petições no sentido de compensar a perda de seus domínios territoriais em Múrcia. Em Cuellar, portanto, solicita da rainha regente Maria de Molina uma compensação especial pelos prejuízos sofridos com a ocupação militar do território de Elche pelos exércitos aragoneses. Em função dos estragos provocados pela invasão aragonesa, D. João Manuel vai obter a concessão das terras de Alarcon.[46] A partir disto, sua atuação no governo de Castela desenvolve-se tanto na esfera das instituições do poder central da Coroa quanto nas suas próprias bases políticas locais. Com efeito, é dessa constante mobilidade de articulação entre os interesses e as necessidades emergentes nas regiões de domínio senhorial local, e às possibilidades de ganhos pessoais nas instâncias da Corte Real, que D. João Manuel vai adquirindo progressivamente uma posição preponderante na vida política da realeza castelhana.

Dessa maneira, o agravamento dos conflitos nobiliárquicos internos e externos e a ameaça permanente de desagregação política da monarquia, como observa Beceiro Pita, favoreceram o assalto da nobreza ao poder real, e o

[45] GONZÁLEZ MINGUEZ, Cesar. Op.cit., p.67.
[46] PRETEL MARÍN, Aurelio. Op.cit., p.42.

Mapa do Reino de Aragão

desenvolvimento de um considerável movimento de apropriação dos bens e rendas da Coroa. De acordo com a autora:

> La turbulencia política castellana se agrava en la guerra civil de 1296 a 1304, en la que se produce el mayor peligro de fragmentación política desde el reinado de Fernando III: la proclamación delinfante don Juan por sus partidarios como soberano de León y Galicia, y la de Alfonso de La Cerda como rey de Castilla, Toledo, Córdoba, Murcia y Jaén. La guerra proporciona además a la aristocracia y a los infantes la ocasión para usurpar villas y rentas a costa del realengo aunque, en buena parte, serán devueltas a la Corona.[47]

Todo este processo reflete o peso considerável exercido pelas distintas forças políticas em jogo naquele momento. Diante dos avanços e das crescentes pressões mantidas pelas forças nobiliárquicas, a Coroa castelhana procura empreender uma estratégia de aproximação política com os setores sociais das oligarquias urbanas. Face a isso, para o enfrentamento destas profundas dificuldades políticas internas, mormente àquelas referentes aos avanços dos poderes autonômicos locais e às usurpações crescentes da alta nobreza, a rainha Maria de Molina teve que contar freqüentemente com o apoio das cidades do reino. Nestas circunstâncias de crise e desestabilização do governo monárquico, os concelhos urbanos passaram a desempenhar um importante papel de contrapeso político na realeza.[48] A participação mais efetiva dos procuradores das cidades nas cortes castelhanas atesta a importância adquirida pelas camadas médias na sociedade do período. As decisões emanadas das Cortes de Cuellar, em 1297, por exemplo, mostram também o intenso

[47] BECEIRO PITA, Isabel.
[48] CASADO ALONZO, Hilario.

crescimento da atuação política das cidades na vida institucional do reino. Como afirma González Minguez:

> De entre los acuerdos tomados en las Cortes de Cuellar destaca la aceptación por parte de Fernando IV de un consejo permanente integrado por doce hombres buenos que por tercios del año aconsejarían al rey, a la reina Doña Maria (...). La existencia de este consejo, que no se puede constatar para antes de 1297, és una prueba evidente de la importancia que han adquirido las ciudades y de una manera más general el estado llano pues hay que tener en cuenta que "hombres buenos" no sólo tenemos en las villas sino también en las aldeas. Este consejo pretende controlar la justicia, sin duda mal guardada en esta época de anarquía y arbitrariedades, y las rentas, pues era lógico que el pueblo que era quien pagaba los impuestos y servicios. Pero ello no hubiera sido posible si las ciudades, sólidamente unidas (...) no hubieron alcanzado un alto grado de poder.[49]

Em decorrência disto, nesta época, muitos direitos e privilégios foram concedidos às municipalidades do reino, tais como, em especial: a afirmação dos foros de autonomia urbana, a ocupação de cargos na esfera administrativa da Coroa, o exercício da justiça, nomeações de merinos em Castela e Leão e a tenência de castelos.

No decurso desta crise pela qual passava o reino castelhano, a Coroa teve que assegurar formas de mediação política entre as aspirações nobiliárquicas, de um lado, e, os interesses suscitados pelos representantes das cidades, de outro. Com efeito, apesar da persistência dos tumultos provocados pela ação dos

[49] GONZÁLEZ MINGUEZ, Cesar. Op.cit., p.96.

bandos nobiliárquicos, a partir do advento da maioridade de Fernando IV, em 1301, a situação política de Castela começa a se recompor.

Por esta época, vivendo na fronteira, afastado das querelas da corte régia, D. João Manuel concentrava seus esforços na administração dos seus senhorios. Casado desde fins de 1299, com a Infanta de Mallorca, Dona Isabel, união que parece ter sido encomendada, anos antes, pelo rei Sancho IV. Em janeiro de 1300, receberia a Infanta de Mallorca na localidade de Requena. As capitulações do casamento com D. Isabel estipulavam que D. João Manuel receberia 15.000 marcas de prata, enquanto este obrigava-se a garantir à Infanta parte das rendas de seus territórios de Almansa, Yecla, Hellín, Alarcón, Vilena e Sax.[50] Em dezembro de 1301, porém, a morte repentina de Isabel de Mallorca deu-lhe oportunidade para afirmar relações mais estreitas com Jaime II de Aragão. Ao lado do monarca aragonês, D. João tornava-se, como assinala Pretel Marin, "porta voz do partido de Afonso de Lacerda". Com isso, o nobre castelhano granjeava uma vantajosa aliança política, como base para a afirmação de suas ambições pessoais diante do monarca aragonês. Segundo Pretel Marín:

> (...) supo aprovechar bien el peso que le daba la representación del partido de La Cerda para obtener ventajas personales, pues, entre los asuntos más generales y de política

[50] As negociações para a realização das boda de D. João Manuel com D. Isabel, ficaram sob a responsabilidade de seus principais oficiais e conselheiros, como: João Fernandez de Rojas, Rodrigo Fernandez de Viscaia e Sanches de Ayala, seu mordomo.Como refere a documentação: Poder otorgado por Don Juan Manuel a Juan Fernández de Rojas, Fernando Ibañez de Pantoja, Pedro de Arguesqueça y Rodrigo Fernández de Vizcaya para tratar su matrimonio con la infanta D.ª Isabel de Mallorca: «Actum est hoc apud Pennam fidelem quinto idus octobris anno Domini millesimo CC, nonagesimo nono, presentibus testibus domino Aldefonso infante Portugalie et domino de Marbau et de Portalegre, Domino Gundisalbo Dei gratia Toletano electo, domino Aria Petri Ferrando Martini Archidiacono majoricensi et magistro Arnaldo sacrista Perpiniani et Johanne Sancii de Ayala, majordomo dicti domini Johannis, Alfonso Garcia de Pampliega. Didaco Lupi de Montoya, Lupo Didaci de Montoya, Roderico Velasci de Embia.». GIMÉNEZ SOLER, Andrés. Colección diplomática. Op.cit., p.241.

> internacional que se trataron se aseguró una tregua indefinida entre Aragón y su tierra, y la promesa de que, si Fernando IV le embargase sus rentas y derechos e Castilla, recibiría en el otro reino compensación no mejor.[51]

No prosseguimento de suas relações com Jaime II, D. João Manuel buscou imediatamente assegurar, de modo mais efetivo, sua posição pessoal na Corte Real aragonesa. Hábil e previdente negociador, para consolidar amplamente sua posição diante do novo senhor de Múrcia, D. João propõe ao monarca de Aragão o seu enlace matrimonial com a Infanta D. Constança, a filha menor do soberano. O casamento do nobre castelhano com a Infanta aragonesa, logo se converteria em importante trunfo político para afiançar novos apoios e novas alianças no quadro das demais monarquias peninsulares. Tal fato contribui para evidenciar o acentuado caráter extra-territorial da nobreza medieval ibérica, que atua, em grande medida, como mostra Moxó, através de parâmetros sócio-políticos, firmados em vínculos de sangue e proeminência linhagística, bem como por relações pessoais de natureza vassálica. De todo modo, esta parece ser a estratégia comumente empregada por D. João Manuel. No plano interno, a união matrimonial com a filha de Jaime II possibilitaria ao senhor de Vilena e Penafiel, o recebimento de vultuosas somas em rendas, bem como a incorporação definitiva de suas antigas possessões territoriais que haviam sido conquistadas pela Coroa de Aragão, no decurso das guerras de fronteira. A pedra angular deste acordo matrimonial, celebrado em Játiva, em 9 de maio de 1303, foi a imposição de garantir ao rei Jaime II o seu reconhecimento como rei de Múrcia. As cláusulas do acordo que atestam a amplitude destas negociações e montante das concessões régias feitas a D. João Manuel, mostram que:

[51] PRETEL MARÍN, Cesar. Op.cit., p.48.

> Prometió el de Aragón que de la fiesta de Pentechostés próxima a ocho años, entregaría su hija Constanza a Don Juan como mujer legítima y con ella cinco mil marcos de plata, además de devolverle íntegramente Elche, el puerto de Santa Pola, Aspe, Chinosa, Monóvar y los otros lugares del reino de Murcia que habían sido de Do Juan, a condición todo esto de que el Papa dispensara el parentesco entre los contrayentes y que el novio reconociera a su presunto suegro como rey de Murcia. El rey se comprometía a procurar que la dispensa se obtuviera antes de tres años, y obtenida, si Don Juan quería tener su mujer en su casa aunque no hubieran pasado los ocho años, el suegro se le entregaría, pero siempre reconociendo antes a Don Jaime como soñor de Murcia. Si el Papano consentía durante el plazo señalado en la celebración del matrmonio, recobraban las dos partes su libertad completa, entendiéndose que se daba por nulo todo lo referente al matrimonio, mas no lo que atañía a otros asuntos.[52]

Em decorrência disso, como se pode observar nos principais termos do compromisso contratual firmado entre Jaime II e D. João Manuel, de fato, o requisito básico que sustentou o cerne das negociações de Játiva, foi o amplo reconhecimento da jurisdição real aragonesa sobre os territórios de Múrcia. De acordo com o referido documento:

> Por contemplación del proyectado matrimonio prolongaba por esos ocho años el incorporar a su corona los logares de Don Juan en Murcia, que por no haber éste reconocido al primero como a Rey en el plazo puesto en el primer convenio (que había expirado el día de San Juan Ante Portam Latinam en el mes de Mayo) no obstante haberlo prorrogado hasta Pascua de

[52] GARCIA FERNÁNDEZ, Manuel. La política internacional de Portugal y Castilla en el umbral de la baja edad media. Nuevas reflexiones sobre los vijos sistemas de alianzas dinásticas peninsulares (1279-1357). *Revista de Ciências Históricas,* Porto, v.XIV, 1999, p.70.

> Pentecostés, habían pasado de hecho y de derecho a la jurisdicción y dominio reales. En este tiempo Don Juan cobraría las rentas y pondría bailes, pero si reconocía a Jaime II la cualidad de rey de Murcia antes de los ochos años, todos esos lugares de serían entregados íntegros.[53]

O casamento de D. João Manuel com a filha do Rei de Aragão, de fato, assinalaria um marco decisivo em sua trajetória ao cume do sistema de alianças matrimoniais e políticas que, sem dúvida, conformavam meios de especiais prerrogativas nas relações de poder. Sua efetiva proximidade com o soberano aragonês, sua presença e inserção nas relações de parentesco no seio da Casa Real, evidentemente, iriam reforçar e dar sustentação plena ao seu poder, aumentando sua esfera de influência e intervenção tanto no reino castelhano quanto nas relações com as demais monarquias cristãs peninsulares. Nesse sentido, pode-se dizer que o matrimônio do senhor de Vilena com a Infanta aragonesa serviu para garantir seu poder de intervenção nas relações internas de Castela e externas entre esta e Coroa de Aragão. Além disso, como observa Torres Fontes:

> Su deseo de protagonísmo, su poder, ambición y carácter arbitrario, tan tenaz como orgulloso, hacen que su intervención origine una mayor confusión, pues de modo activo participa dirigiendo o contradiciendo todo cuanto le afectaba o tiene lugar entonces en el reino de Murcia, en cujo haber también cuentan la ambivalencia de sus señoríos, aragoneses y castellanos, de igual forma que su proceder, relaciones familiares y políticas, ubicación de sus propriedades y otros factores personales que son elementos que influyen (...).[54]

---

[53] Idem.
[54] TORRES FONTES, Juan. Op.cit., p.355.

De qualquer maneira, D. João terá um papel amplamente destacado nas negociações de paz, que conduzirão os acordos políticos da Sentença Arbitral de Torrelas, em agosto de 1304, quando serão definidas as fronteiras territoriais entre os dois importantes reinos hispânicos. Por sua situação política peculiar de nobre fronteiriço, por seu poderio e ascendência social, o senhor de Penafiel desempenhará um papel político proeminente nas relações entre as duas Coroas peninsulares. Também como observa Pretel Marin:

> A sus veintiún años no cumplidos, don Juan se presentaba ya como un astuto negociador y un ambicioso político. Ni al más ingênuo observador podría escapar su intención de utilizar como trampolín las luchas civiles de Castilla y la rivalidad de este país con Aragon, para crear un estado interpuesto, tan grande como un reino, y dividido entre ambas soberanias, al objeto de apoyarse alternativamente en uma u outra, según conviniera a sus planes.[55]

Em vista disso, até os anos finais do reinado de Fernando IV, D. João Manuel vai assumindo uma posição cada vez mais ativa e cada vez mais influente na vida política da Coroa de Castela. Com efeito, a morte de Fernando IV, em 1312, daria lugar a um cruento período de máxima turbulência política na sociedade castelhana. Os anos imediatos à morte do rei inauguram uma nova etapa tumultuada de menoridade real, marcada também por numerosas revoltas da nobreza, por um crescente movimento de anarquia e divisão das forças sócio-políticas do reino. Neste contexto, D. João Manuel ocupará um lugar preponderante nos movimentos insurrecionais desencadeados pela alta nobreza castelhana.

[55] PRETEL MARIN, Aurélio. Op.cit., p.50.

2.2. D. João Manuel e a menoridade de Afonso XI: lutas políticas e tutorias régias (1282-1312)

A formação de um governo de regência e a questão da tutoria do rei constituem o fulcro central da nova crise política castelhana instalada com a morte de Fernando IV, em 1312. O monarca deixava como sucessor, Afonso XI, um menino de pouco mais de um ano de idade. De forma semelhante ao que ocorrera no processo sucessório de Afonso X, o problema consistia, fundamentalmente, no fato de que, na legislação castelhana em vigor, não constar uma regulamentação clara e precisa sobre a designação dos tutores ou a indicação da guarda do rei menor.[56]

Neste sentido, em Castela, como de resto nos regimes monárquicos marcados por fases sucessivas de menoridades reais, a escolha dos tutores para a regência da Coroa e a guarda do jovem príncipe, colocavam seguidamente sérios obstáculos à gestão estável do governo monárquico. Em decorrência disso, à morte repentina dos monarcas sucediam-se, em geral, intrincados problemas políticos e uma luta acirrada pelo controle do trono. Com efeito, a larga menoridade de Afonso XI (1312-1325), abria uma nova luta pelo poder entre os nobres e um ciclo de revoltas das linhagens secundárias da família real.[57] Neste período, verificou-se o enfraquecimento da influência política exercida pelas linhagens da antiga nobreza castelhana, especialmente a dos membros das estirpes dos Lara e dos Haro. A partir desse momento, irão assumir um papel

[56] ARCILLA BERNAL, José S. *Alfonso XI (1312-1350).* Diputación Provincial de Palencia: La Olmeda, 1995, p.47-48.
[57] Marie-Claude. *Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XIV.* Madrid: Alianza, 1997, p.129-130.

mais decisivo na vida política do reino, especialmente os integrantes da família real, os infantes e seus descendentes. São eles que irão comandar as principais facções nobiliárquicas e as freqüentes sublevações, contra a realeza. No decurso da menoridade de Afonso XI, distinguem-se duas fases bem marcadas no sistema de regência e tutorias reais.[58]

A primeira fase da regência (1312-1319), foi caracterizada por uma intensa luta política entre o Infante D. João, irmão de Sancho IV e o Infante D. Pedro, irmão de Fernando IV. A divisão das forças políticas do reino castelhano se expressava, então, pela formação de dois bandos nobiliárquicos que apoiavam um ou outro dos aspirantes ao cargo de tutor do rei. O Infante D. João contava inicialmente com o apoio da parcialidade da rainha, D. Constança, e com a adesão de uma facção da alta nobreza encabeçada por D. João Manuel. O segundo aspirante à tutoria, oInfante D. Pedro, por sua vez, recebia o apoio da turbulenta facção nobiliárquica de D. João Nunes de Lara.

Assim, enquanto Castela, Leão e Galícia eram partidários da tutoria do Infante D. João, Toledo e praticamente toda a Andaluzia davam seu apoio à causa do Infante D. Pedro. A fim de solucionar o grave impasse provocado pelas disputas políticas entre os aspirantes à tutoria real, reuniram-se em diversas ocasiões as Cortes do reino. Nelas estariam representados os três estamentos sociais: o clero, a nobreza e os procuradores das cidades.[59] As Cortes de Palencia, celebradas em abril de 1313, revelavam, porém, a profunda divisão política do reino castelhano, pois, enquanto os partidários da tutoria do Infante D.

[58] MARTÍN, José Luis. *La Península en la Edad Media.* Barcelona: Teide, 1993, p.625-626.
[59] ARCILLA BERNAL, José S. Op.cit., p.48

Pedro se reuniam em assembléia na Igreja de São Francisco, os favoráveis à causa de D. João, ao contrário, concentravam-se em reunião paralela na de São Paulo. Somente nas reuniões de Palazuelos, realizadas em agosto de 1314, após a morte da rainha D. Constança, seria firmado um acordo dispondo sobre a designação dos tutores do monarca. Pelo convênio de Palazuelos ficava determinado o sistema de uma tutoria compartilhada entre os dois Infantes da Casa Real, D. Pedro e D. João, e a rainha-avó Maria de Molina, que deveria arcar com a criação do rei menor. Conforme refere a crônica do período:

> (...) fué puesto el pleito entra ellos en esta manera. Acordaron que el Rey que lo cobrasen, et la crianza del que la oviese la Reina doña Maria su agüela, et non otro nenguno: et que la Chancillería del Rey que estoviese con el Rey, et que non usasen de aquellos sellos que traian, et que los quebrasen; et que tomase cada uno cartas blancas para los pleytos que librasen en las villas, onde cada uno dellos faese tutor, et que cada uno dellos usasen en las villas á do lo tomaron por tutor. E esto fué porpuesto et firmado por todos los Concejos de la uma parte et de la outra, et por los Prelados que eran y. Et movieron luego la Reina Doña Maria, e tel Infante Don Pedro et Don Joan con ellos para Ávila para cobrar al Rey. El desque y llegaron et vieron que el acuerdo era de todos, el obispo de Ávila et los de la ciubdat dieron el Rey a la Reina su agüella.[60]

Em fins de junho de 1319, no entanto, com a morte dos Infantes Don Pedro e D. João, em campanha militar contra as tropas muçulmanas do reino de Granada, reacendiam-se as lutas políticas pelo controle do reino. Novos

[60]*Crónicas de losReys de Castilla. Cronica de Alfonso el Onceno. Biblioteca de Autores Españoles. Desde la formación del lingua hasta nuestros dias.* Madrid: Real Academia Española, 1953, p.197. Tomo Sexagesimo Sexto.

protagonistas da Casa Real passavam a disputar o poder da monarquia: o Infante D. Felipe, irmão de Fernando IV e D. João Manuel.[61]

Durante a época de formação e estabelecimento da segunda tutoria de Afonso XI (1319-1325), D. João Manuel vai ocupar um dos lugares mais destacados na cena política e nas grandes disputas empreendidas pela nobreza castelhana em seu propósito permanente de dominação social e conquista das instituições centrais de poder da realeza. Efetivamente, é dentro da conjuntura que marca o advento da segunda tutoria, que podemos vislumbrar também, mais claramente, o peso considerável de sua atuação política e social nos rumos da vida interna da Coroa de Castela. Estes anos assinalam uma etapa privilegiada em sua trajetória política, tendo em vista sua ascensão direta ao controle do poder central, e inserção preponderante na esfera dos altos cargos da realeza. Já em 1319, aproveitando o vazio de poder da Coroa, logo após ser informado da morte dos tutores do rei e dos reveses militares sofridos pelas tropas de Castela, em Granada, João Manuel, apressa-se em obter seu reconhecimento como tutor do jovem monarca Afonso XI.[62]

Neste ano dirigindo-se à cidade de Valadollid, o nobre castelhano propõe à rainha Maria de Molina o exercício de uma tutoria compartilhada, para a administração do reino. Com este firme propósito, apoiando-se em algumas importantes cidades e concelhos do reino, como os de Madri, Sepúlveda, Ávila e

[61] MARTÍN, José Luis. Op.cit., p.625-627.
[62] Sobre o interesse político imediato de D. João Manuel pelo controle da tutoria real, a crônica de Afonso XI registra: "(...) ca luego que el infante Don Joan fijo del Infante Don Manuel, que era en regno de Murcia, que avia entrado a tierra de Moros dos veces en el tiempo que los Infante Don Joan et Don Pedro eran el la frontera, et sopo en como eran muertos estos dos Infantes, luego tovo ojo por la tutoría toda, teniendo que non avia y nenguno para ello sinon él". *Crónicas de losReys de Castilla. Cronica de Alfonso el Onceno.*Op.cit., p.184.

Cuelar, procura consolidar sua atuação política na administração central da monarquia. O reconhecimento apressado de D. João Manuel como tutor de Afonso XI foi tomado pelo Infante D. Felipe, como um ato de insubordinação e rebeldia. O enfrentamento entre estes dois grandes senhores parecia levar o reino novamente à guerra civil. D. João Manuel imediatamente reuniu um poderoso contingente de cavaleiros e peões para combater a posição de seus adversários políticos na luta pelo controle da pessoa do rei. Com efeito, por esta época, em Cuellar atuando juntamente com o cabeça de linhagem da Casa nobiliárquica dos Haro, D. Lopes, e com o apoio de alguns dos procuradores dos Concelhos Municipais da região da Extremadura castelhana, D. João Manuel instala um vigoroso movimento de apropriação das funções públicas da Coroa, passando a controlar o exercício da justiça e os principais encargos da administração central.[63] Dessa forma, assumindo a liderança política e militar de parte significativa dos territórios do reino, o poderoso senhor de Vilena e Penafiel criava uma nova Chancelaria e um novo selo real a fim de institucionalizar mais plenamente o seu poder de mando na administração da realeza. De acordo com o registro cronístico:

> En este tiempo estava en Cuéllar Don Joan fijo del Infante Don Manuel, et eran con él Don Lope fijo de Don Diego, et algunos de los Concejos de Estremadura; et fizo un sello nuevo del Rey, et llamóse tutor del Rey. Et cuando lo sopreron los Concejos , et los Prelados, et los omnes bonos de la tierra, extrañaronlo mucho, teniendo que non podia facer sello, aviendo el Rey su Chancilleria et sus sellos complidos. Et por este sello comenzó a usar á dar ofícios, et tierras, et librar pleytos, et tiro los pleytos que non veniesen ante el Rey, nin á las alzadas, nin

[63] Ibidem, p.185-187.

> acogiesen al Rey nin á la Reina en las villas á do le tomaron por tutor, salvo ende sons u amo et con su ama, et con sus oficiales et sin armas, et non con otro nenguno.[64]

Diante do notável fortalecimento político de D. João Manuel, que procedia como verdadeiro governante de Castela, às expensas de qualquer autoridade superior, a rainha avó, D. Maria de Molina, temendo uma total desagregação da realeza, num novo esforço de mediação política e contemporização, confere a D. João Manuel o ofício de Mordomo Maior do Reino. Por outro lado, o Infante D. Felipe, percebendo a superioridade militar das forças comandadas por D. Juan Manuel, resolve estabelecer novas negociações com vistas a um acordo de interesses. Em decorrência desta aproximação entre os dois senhores, estabelece-se um acordo de conveniências para o exercício de uma tutoria compartilhada entre D. Juan Manuel, D. Felipe e D. Maria de Molina.

Em face dessa coligação das forças políticas dominantes, um outro aspirante ao exercício da tutoria real, D. João, o Torto, proclama-se igualmente regente do reino de Castela. Neste contexto, cada facção da alta nobreza, liderada pelos Infantes da Casa Real castelhana, assumia o poder em suas distintas comarcas e áreas de influência política.

Deste modo, cada um dos tutores contando, principalmente, com o apoio militar de suas parcialidades e, com efeito, atuando em suas respectivas regiões de domínio senhorial, passava a exercer o controle das administrações territoriais. D. João Manuel controlava o reino de Múrcia e recebia alguns importantes

[64] Ibidem, p.186.

Concelhos da Extremadura castelhana; D. João, o Torto, ficava com o domínio de Castela, a Velha, e, finalmente, o Infante D. Felipe controlava as regiões da Galicia. Em um reino praticamente todo dividido, enfraquecido pelas violentas lutas, D. Maria de Molina, que detém a custódia do rei menino, procurava atuar como mediadora entre as distintas facções políticas.

Alfonso XI

2.3. D. João Manuel e Afonso XI: os embates políticos de um grande senhor (1325-1348)

Diante do quadro de intensa desordem social e anarquia política em que se encontrava o reino castelhano durante a época das tutorias, Afonso XI proclama a sua maioridade, em agosto de 1325, assumindo o governo pessoal da Coroa. Em vista disso, D. João Manuel estabeleceu uma política de convivência amistosa com o soberano castelhano, não oferecendo praticamente nenhuma resistência às novas determinações da Coroa. Assim, após a proclamação da maioridade de Afonso XI, escreve aos procuradores de Múrcia, para comunicar o fim de suas atribuições públicas como tutor do monarca. Nesta correspondência, datada de 5 de setembro de 1325, D. João Manuel conclamava também o Concelho da cidade a colocar-se a serviço do rei de Castela. Conforme as palavras do Senhor de Vilena:

> (...) acordamos que pues el rey havia ya cumplidos XIII annos et era entrado en los XV que non avia mester tutor ninguno e quel dexasemos la tutoria et fisiemos lo asi. Et dexamos gela lo mas a su serviçio que nos podiemos ante partida de los procuradores que eran y connusco de los mas logares de las nuestras tutorias (...). Et por quanto por nos avedes fecho que vos faga mucho bien et mucha merçed. Et que vos guarde vuestros fueros e privillegios e franquesas e libertades que avedes. Porque vos ruego que embiedes luego vuestros porcuradores al rey e todas las cosas que entendades en que el Rey vos pueda fazer merçed enbiadmelo desir e mostrar por ellos e ayudar vos he con el rey porque vos faga assy como fare por lo mio mesmo.[65]

[65] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. Colección Diplomática. Op.cit., p.512-513.

Terminava assim a longa e conturbada fase de menoridade do monarca, época em que a Coroa de Castela esteve profundamente dividida e a mercê das distintas facções da nobreza, comandadas, na maioria das vezes, pelos tutores do rei, que mostravam-se mais decididos a garantir sua posição política pessoal que em administrar propriamente o reino. A divisão das forças políticas nobiliárquicas estendia-se a praticamente quase todas as cidades e vilas do reino de Castela, onde proliferavam tumultos e distúrbios de toda a ordem, provocados quase sempre pelos partidários de um ou outro dos tutores. Já no decurso das Cortes Gerais de Valadollid, em 1325 os procuradores dos Conselhos Municipais da realeza apresentavam ao monarca várias queixas e petições, nas quais solicitavam o restabelecimento imediato da justiça real e a afirmação da paz interna do reino. Em Valadollid, durante a reunião das Cortes, foram denunciadas as inúmeras arbitrariedades e violências cometidas especialmente pelos ricos-homens e cavaleiros. O clima de intranqüilidade pública, de roubos e desordens de todo o tipo transparece claramente nos escritos da crônica de Afonso XI. Ela descreve de forma bastante detalhada o profundo estado de desordem e insegurança social que vigorava no reino castelhano:

> (...) avia muchas razones et muchas maneras en la tierra, porque las villas del Rey et todoslos otros logares de su regno rescebian muy grand daño, et eran destroidos: ca todos los Ricos-omes, et los Caballeros vivian de robos et de tomas que facian en la tierra, et los tutores consentíangelo por los aver cada uno de ellos en su ayuda. Et quando algunos de los Ricos-omes et Caballeros partían de la amistad de alguno de los tutores, aquel de quien se partian destroíale todos los logares et los vasallos que avía, diciendo que lo facia á voz de justicia por el

> mal que feciera en quanto con él estovo: lo qual nunca les estrañaban en quanto estaban en la su amistad. Otrosi todos los de las villas cada unos en sus logares eran partidos en vandos, tan bien los que avian tutores, como los que los non avian tomado. Et en las villasque avian tutores, los que mas podian apremiaban á los otros, tanto porque avian á catar manera como saliesen de poder de aquel tutor, et tomasen otro, como porque fuesen desfechos e destroidos sus contrarios.

Dentro deste quadro de desordem política e social em Castela, desenvolveu-se largamente o fenômeno da chamada "bandidagem senhorial", que se expressava, então, pelo uso da violência, pela cobrança excessiva de altos tributos e imposições ilícitas sobre a camada camponesa. Além disso, o recurso constante às armas e a crescente debilidade da autoridade dos poderes públicos, acabaram por desencadear também violentas rebeliões, por parte das classes subalternas.[66] Em regiões onde o vazio de poder era mais acentuado, a violência dos lavradores se abateu drasticamente sobre os opressores. Como atestam as fontes cronísticas:

> Et algunas villas que non tomaron tutores, los que avian el poder tomaban las rentas del Rey, et mantenian con ellas grandes gentes, et apremiaban los qe poco podian, et echaban pechos desaforados. Et en algunas villas destas á tales levantábanse por esta razon algunas gentes de labradores á voz de comun, et mataron algunos de los que los apremiaban, et tomaron et destroyeron todos sus algos. Et en nenguna parte del regno non se facia justicia con derecho; et llegaron la tierra á tal estado, que non osaban andar los omes por los caminos sinon armados, et muchos en una compaña, porque se podiesen defender de los robadores.[67]

[66] GERBET, Marie-Claude. Op.cit., p.131.
[67] *Crónicas de losReys de Castilla. Cronica de Alfonso el Onceno.*Op.cit., p.197.

Em vista disso, uma das primeiras medidas adotadas por Afonso XI ao assumir o trono foi a de coibir energeticamente as desordens públicas, afirmar a justiça e reorganizar a Corte e o Conselho Real. No âmbito das principais reformas políticas e administrativas da Coroa, para o exercício das funções públicas, o monarca rodeou-se de servidores com amplos conhecimentos jurídicos, formação intelectual e preparo para as atividades burocráticas.[68] Em seu reinado efetiva-se assim a ascensão política e social de um grupo de letrados, que passaria a desempenhar importantes funções administrativas na Corte Real, como D. Pedro Gomes Barroso, um dos mais expressivos conselheiros eclesiásticos do monarca, João de Campo, e o arcebispo Gil de Albornoz que foi também um dos seus colaboradores mais próximos, Fernando Sanchez de Valadolid, Juan Martínez de Leiva, Fernando Rodriguez de Valbuena e Gonzalo Martínez de Oviedo. Como sublinha Salvador de Moxó:

> En el reinado de Alfonso XI, Monarca de personalidad mucho más acusada y de vida y reinado más dilatados que su padre, aumenta el influjo de los expertos oficiales de la Corte regia en la esfera política. El mayor autoritarismo del Soberano – consciente de sus objetivos – y su deseo de controlar y regular la vida del país, conducía invitablemente a ello, a causa de la necesidad de disponer de ciertas personas de consfianza con las que se actuara con mayor desenvoltura de la que era posible con los ricos-hombres y de la conveniencia de contar con administradores, juristas o diplomáticos expertos, ya que es bien sabido que no sólo a la guerra dedicó aquel notable Monarca sus esfuerzos, sino también a procurar mejor organización y administración del Reino, a facilitar la transformación en territorial

[68] SÁNCHEZ HERRERO, José. Las relaciones de Alfonso X con el clero de su época. In: *Génesis medieval del Estado moderno. Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: AMBITO, 1987, p.27-30.

> del antiguo Derecho local castelhano. (...). A causa de ello le vemos rodearse de personajes de relieve, que aparecen dotados de adecuada preparación para las funciones que se les encomiendan dentro del círculo cortesano-administrativo. La oportunidad en la elección resultaba transcedental en un momento en que la administración se hacía más compleja, siendo tal circunstancia un factor a considerar en el auge experimentado por los "letrados" durante el siglo XIV.[69]

A incorporação de uma nova elite de letrados às principais tarefas administrativas e burocráticas da Corte régia, associa-se diretamente ao movimento de renovação dos quadros nobiliárquicos, que colocaria nos mais altos cargos da realeza os indivíduos de estirpes mais modestas que a das antigas linhagens preponderantes no decurso dos séculos XII e XIII. Também a ascensão de servidores saídos das camadas médias urbanas aos altos postos da administração real se constituirá, sem duvida, em uma das causas centrais da oposição nobiliárquica às novas medidas de centralização da política real. Sánchez Herrero coloca:

> (...) Afonso XI se dio cuenta que tales cargos opuestos podían recaer en personas que no fueron ni capaces ni adictas y se podían convertir en títulos honoríficos, que honorificamente paseaban las personas con ellos agraciados. La solución de Alfonso XI fue desligar el titulo, en ya se habían convertido algunos de los cargos administrativos en si mismo (...) es decir a los mejores preparados ya a los más fieles, y esto sin tener en cuenta si eran nobles o no (...).[70]

[69] MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de. La promoción política y social de los letrados en la Corte de Afonso XI. *Hispania,* Madrid, n.129, 1975, p.7.
[70] SÁNCHEZ HERRERO, José. Op.cit., p.41-42.

No momento crucial de estabelecimento das novas diretrizes de reorganização da vida política e administrativa da Coroa, a designação de Alvar Nunes de Osório e de Garcilaso da Veiga, por Afonso XI, para o exercício de privança régia[71], produziu, no entanto, um clima de profunda apreensão e intranqüilidade na casa real castelhana. Tradicionais adversários políticos de D. João Manuel e de D. João, o Torto, durante a época da tutoria, o triunfo dos novos servidores da realeza que ascenderam à privança do rei, contribuiria enormemente para fomentar velhas querelas e tensões no círculo cortesão da realeza.[72] A partir daí, pode-se demarcar o desenrolar dos violentos enfrentamentos protagonizados por D. João Manuel e por D. João, o Torto, contra a monarquia.[73] De fato, afastados dos altos postos de comando da administração central da Coroa, os antigos tutores logo manifestariam sua forte oposição à política régia.[74] Efetivamente, tanto o senhor de Vilena quanto D. João, o Torto, o poderoso senhor da Casa de Viscaia, receavam igualmente toda a sorte de agravos e represálias por parte dos novos conselheiros reais.[75]

---

[71] Como homem de privança da corte castelhana, neste período, pode-se destacar também, por exemplo, o nome de D. Yucaf, almoxarife da Coroa, figura que desfrutou de grande proximidade com o monarca. Todavia, foi Alvar Nunes Osório, em primeiro lugar, que, conforme salienta a crônica real, gozou de maior confiança e prestígio diante do soberano. De fato, nestes inícios do governo pessoal, ele foi o poderoso privado de Afonso XI. Assim, juntamente com Garcilaso de la Veja, terá um papel político destacado nos começos da maioridade do rei.

[72] SANCHEZ-ARCILLA, B.J. *Alfonso XI. 1312-1350.* Palência: La Olmeda, 1995, p.130.

[73] Para Gimenez Soler, o comportamento hostil de D. João Manuel face à conduta do monarca, pelo menos neste primeiro episódio de confronto do governo pessoal, na verdade, era injustificável do ponto de vista de suas motivações, pois carecia de uma sólida base de causas reais. Segundo o autor: "Pues en nada fué Don Juan agraviado por las Cortes ni por el rey; no le pidieron cuentas de su gestión , le fueron devueltos los ofícios y honores de que gozaba mientras fueron regentes los infantes Don Juan y Don Pedro (…)". GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *Don Juan Manuel. Biografía e estudio critico.* Zaragoza: La Académia, 1932, p.7. De nossa parte, contudo, consideramos que, a ascensão de seus adversários ao poder, bem como a própria perda de seu influxo político num espaço tão central e importante quanto o da corte, certamente foram fatores primordiais para o seu rompimento com a Casa Real castelhana.

[74] GAUTIER-DALCHÉ, Jean. Alphonse XI-A-T'il voulu la mort de Don Juan Manuel? In :*Don Juan Manuel. VII Centenario.* Múrcia : Universidad de Murcia - Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.135-137.

[75] *Crónicas de los Reys de Castilla. Cronica de Alfonso el Onceno.* Op.cit., p.199.

Deste modo, já nos momentos iniciais do governo pessoal de Afonso XI, alijados do centro das decisões políticas da monarquia, os dois turbulentos senhores da alta nobreza, passaríam a ver, com grande desconfiança e hostilidade, os novos conselheiros da Casa Real. Como refere a crônica do período:

> Don Joan et Don Joan ovieron sospecha que aquellos caballeros que eran en la privanza del Rey, et el judio con ellos, porniam al rey, que les mandase facer algun mal; ca aquellos caballeros siempre fueran contrario (…). Et por esto, et otrosi por algunos de los otros que el rey tomára para su casa, à quien el rey non llamaba tantas veces nin tan afincadamente en sus fechos, ovieran sospecha (…).[76]

Portanto, foi precisamente em torno destas modificações verificadas no preenchimento de postos políticos chaves da corte, como era o caso do exercício da privança régia, que o papel jogado pelos novos conselheiros da política real contribuiu amplamente para realimentar as velhas tendências facciosas da aristocracia e precipitar os acontecimentos. Diante deste quadro, em 1325, D. João Manuel e o senhor de Viscaia prontamente deixaram a vila de Valladolid, dispostos a organizar um novo levante contra a Coroa.

Insatisfeitos com as escolhas políticas do soberano, abandonaram o entorno da corte castelhana, dirigindo-se então para a localidade de Cigales, onde trataram logo de firmar ali uma poderosa aliança de ajuda mútua contra a realeza. Em Cigales, o pacto nobiliárquico foi selado mediante o estabelecimento de um acordo matrimonial entre a filha do senhor de Vilena, a jovem Constança Manuel,

[76] Idem.

e D. João, o Torto. Com base nos termos deste acordo, e seguindo os moldes de organização das ligas nobiliárquicas tipicamente feudais, como se pode observar nos registros da crônica de Afonso XI, os dois senhores reuniram todas as suas forças: "(...) con villas et con castiellos et vasalos contra el rey e contra todos los otros que quisiessen ser contra elles".[77] O alcançamento dos nobres acarretava, portanto, amplas conseqüências políticas para a estabilidade da monarquia nestes momentos iniciais do governos pessoal de Afonso XI. Nele, conjugavam-se assim o poderio e a proeminência social e econômica de duas grandes linhagens da alta nobreza castelhana. Evidentemente, do ponto de vista de sua análise e interpretação, este contrato matrimonial não deve ser compreendido apenas como uma simples querela de corte, como elemento dissociado dos costumes linhagísticos e das vivências históricas da sociedade do período.[78] A instituição do casamento na sociedade medieval constituía então uma das pedras angulares de todo o sistema de organização social e política. Com efeito, no âmbito das estruturas de parentesco da sociedade aristocrática da Idade Média, os convênios matrimoniais funcionavam como uma importante estratégia de coesão e afirmação da pujança de uma Casa[79], revelando-se freqüentemente como um suporte indispensável à constituição e fortalecimento das alianças políticas no seio das demais famílias nobres. De resto, estas eram características bastante comuns nos costumes sociais das camadas dominantes. Sobre esta problemática, os trabalhos de Duby nos lembram constantemente o fato de que,

---

[77] Idem.
[78] CASEY, James. *A história da família.* São Paulo: Ática, 1992, p.90-91.
[79] Naturalmente, convém observar que a solidariedade linhagística nem sempre atinge sua consolidação plena no interior da família aristocrática. Pois, segundo afirma Henri Bresc: "a competição e os ódios florescem entre parentes próximos, entre irmãos, entre tios e sobrinhos, como atesta a história dos partidos dinásticos e das famílias reais ou senhoriais dos séculos XIV e XV". BRESC, Henri. A Europa das cidade e dos campos (séculos XIII a XV). In: BURGUIÈRE, E. et al. *História da família. Tempos medievais: Ocidente, Oriente.* Lisboa: Terramar, 1997, p.109-138.

nestes meios sociais, a nupcialidade constituía então "a política das linhagens nobres", seja no controle rigoroso das partilhas sucessórias, seja na forte preocupação dos chefes das estirpes em garantir o estabelecimento e o enraizamento de suas próprias casas e dinastias.[80] Em seus estudos sobra a família e a dinâmica das relações de parentesco que vigoravam no seio da nobreza medieval castelhana, Isabel Beceiro Pita e Ricardo Cordoba de La Llave também procuram assinalar o lugar e a importância substancial ocupado pelas alianças matrimoniais nos círculos aristocráticos. Segundo o enfoque de abordagem dos autores:

> Debido a las destacadas motivaciones económicas y políticas de esta clase social, el valor del matrimonio contraído por cada uno de sus miembros de hizo muy especial y la decisión acerca de quien había de ser la pareja escogida se tornó más transcendente que en otros sectores sociales porque afectaba, no sólo a la felicidad y al desarrollo vital de uno de los componentes del grupo familiar (…), sino al auge o receso, fortuna o desgracia, de los estados, rentas y señorios, de la riqueza y del poder político de los linajes implicados.[81]

Assim, concebido como expressão máxima dos objetivos e interesses do poder linhagístico, o acordo matrimonial do D. João, o Torto, com Constança Manuel, ao congregar duas das mais importantes casas nobiliárquicas de Castela, representava, antes de tudo, o aparecimento de uma considerável força de desestabilização e corrosão da autoridade monárquica.[82] Para compreender melhor o alcance desta união, convém traçar, pois, um rápido esboço da posição

---

[80] DUBY, Georges. O modelo cortês. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (Dir.). *História das mulheres do Ocidente. A Idade Média.* Porto: Afrontamento, 1993, p.370-371. 2v.
[81] BECEIRO PITA, Isabel, CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. Op.cit., p.125.
[82] MARTÍN, José Luis. *La Península en la Edad Media.* Barcelona: Teide, 1993, p.626-627.

ocupada por D. João, o Torto, no quadro nobiliárquico hispânico. Pelo lado materno, como cabeça de linhagem de uma prestigiosa família da antiga nobreza hispânica, e, pelo lado paterno, como figura de relevo de uma estirpe de ascendência régia, era este senhor o primogênito do Infante D. João, um dos filhos do monarca Afonso X, e de Maria Lopes de Haro, a rica herdeira da grande linhagem da Casa dos Haros, um dos senhorios mais extensos e influentes do Reino de Castela desde o século XII. Em sua investigação centrada no estudo das grandes famílias da alta nobreza castelhana, Salvador de Moxó chama a atenção para o papel singular desempenhado pela linhagem dos Haro nos assuntos políticos do reino. De acordo com o autor, a Casa dos Haro representava o seleto grupo das estirpes mais destacadas do círculo dos ricos-homens de Castela. Ao lado das grandes casas da alta aristocracia, como a dos Lara e a dos Castro, a linhagem dos Haro teve um papel primordial na evolução da história nobiliárquica da monarquia medieval hispânica. Desde os inícios do século XII, especialmente a partir da atuação de Diego Lopes de Haro, figura que ocupou relevante posto de governo, durante a época da rainha Urraca, que a linhagem dos Haro assume uma posição de primeiro plano na vida política da realeza castelhana. Deste modo, pode-se dizer que, do século XII ao XIV, os grandes representantes da linhagem exerceram ofícios importantes na administração régia. Foi, porém, no século XIII, que a Casa de Haro conheceu o seu período de apogeu político nos quadros da realeza.[83] O núcleo fundamental da vasta fortuna patrimonial mantida pelos membros da linhagem dos Haro

[83]Como observa Moxó: "El tronco familiar encarnado bajo San Fernando por el dicho Diego López, represante de la rama primogénita (…), continúa con su hijo y sucesor, el aún más célebre Lope Díaz de Haro III, conquien el linaje alcanza su máximo poderío e influjo político a causa de su privanza con Sancho IV, de quien fue Mayordomo y Alférez Mayor , llegando hasta alcanzar el rango de Conde (…)." MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. *Cuadernos de Historia,* Madrid: Instituto Jerônimo Zurita, n.3, p.49-50, 1969.

situava-se nas regiões do Norte de Castela, e sua singularidade no conjunto das demais estirpes desta época, residia, particularmente, no fato de esta Casa constituir então um dos "estados nobiliárquicos" de maior extensão e continuidade territorial. Tal característica estrutural da riqueza fundiária da família, configurava o patamar essencial para a afirmação da pujança política de sua linhagem. Sua aliança com a estirpe Manuel implicava, portanto, num decisivo alargamento das bases do poder senhorial em detrimento da própria força política da realeza.[84]

Em vista disso, pode-se dizer que o poderio destas grandes Casas nobiliárquicas coligadas se manifestava, assim, pela considerável amplitude de seus domínios, pela sua volumosa riqueza e meios de controle sobre uma vastíssima área de terras, de castelos e fortalezas, que se estendia desde os territórios do norte do Reino castelhano, em torno dos principais domínios do senhor de Viscaia, até as terras meridionais de fronteira, controladas por D. João Manuel, especialmente nas regiões mais limítrofes do Reino de Múrcia.[85] Além disso, o controle destes territórios correspondia, naturalmente, ao enquadramento de populações de condições sociais diversas, mas nas quais se incluiam também grandes contingentes de homens de armas, com suas companhias de cavaleiros, de fidalgos de menor extração social, ligados e subordinados a seus senhores por laços de vassalagem e de fidelidade pessoal.[86] Não se pode ignorar, portanto, o alcance desta rede de poderes e de subordinações vassálicas, estruturada sob a forma de vínculos sócio-políticos feudais.

---

[84] MOLINA MOLINA, A.L. Op.cit., p.215-226.
[85] TORRES FONTES, J. Op.cit., p.353-383.
[86] MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador. *Feudalismo, señorio y nobleza en la Castilla medieval.* Madrid: Real Academia de la Historia, 2000, p.50-55.

Em função destas circunstâncias, numa manobra de grande astúcia e sagacidade política, os membros do Conselho Real de Afonso XI, prevendo a gravidade dos problemas que este pacto poderia acarretar, principalmente, para o equilíbrio da ordem pública e estabilidade do poder monárquico, procuraram neutralizar e desfazer esta perigosa aliança dos nobres. Portanto, para evitar os males de uma nova guerra civil e impedir o florescimento de uma ampla coalizão das forças nobiliárquicas, a realeza propõe um vantajoso acordo de conciliação com o senhor de Vilena.

Nesta perspectiva, a estratégia empregada pelos privados da corte de Afonso XI, para provocar o rompimento do pacto nobiliárquico, não foi, todavia, diversa daquela seguida pelos próprios nobres dissidentes da Coroa. Pois, consistia ela também basicamente numa astuciosa oferta de casamento entre Constança Manuel e o monarca Afonso XI. Como afirma Giménez Soler, "esta manera de sellar sus pactos fue lo que sugirió a los consejeros del rey la idea de ganar a Don Juan Manuel por idénticos procedimientos".[87] Em vista disso, foram lançados os principais procedimentos para a oferta desta vantajosa contra-proposta ao senhor de Vilena. O compromisso das bodas de D. Constança, agora, com o próprio monarca de Castela reinvertia o jogo das alianças políticas. Situada no ápice da hierarquia das conveniências matrimoniais forjadas nas estruturas linhagísticas, as bodas de D. Constança Manuel com o soberano castelhano, surgia, naturalmente, como o pomo da discórdia e a garantia de separação eminente entre os dois poderosos senhores do reino.

[87] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. Op.cit., p.80.

Tratava-se, portanto, fundamentalmente, de neutralizar qualquer tentativa de insurreição armada organizada por estes importantes representantes da alta nobreza castelhana, que, com efeito, o monarca Afonso XI considerava "los mas poderosos omes de su regno".[88]

A partir de então, o rei de Castela procurou encaminhar rapidamente os procedimentos do pacto de conciliação com D. João Manuel. No decorrer das negociações, Afonso XI enviou secretamente um emissário da Coroa para tratar do assunto do casamento, e expor ao senhor de Vilena os termos fundamentais do acordo nupcial. De resto, a mensagem do soberano dirigida a D. João Manuel colocava em relevo que, o contrato matrimonial de D. Constança, além de garantir a concessão de inúmeros outros benefícios e privilégios, dava também ao senhor de Vilena amplos poderes e o reconhecimento da sua autoridade de mando em "grand parte de los oficios del regno".[89]

Em vista disso, rompendo com o acordo feito anteriormente com D. João, o Torto, e diante da possibilidade de usufruir de tantas benesses, especialmente da promessa auspiciosa de ver sua filha ocupando o trono de Castela, D. João Manuel não tardou em responder afirmativamente à proposta do monarca. A crônica revela esta atitude do nobre castelhano, com o seguinte relato:

> Et Don Joan, desde que oyó esta mandadería que el rey queria casar con su fija, plógole mucho con ella, et dixóle: que le placia de fazer lo que el rey le enviaba mandar, et que él cataria manera por que se fuése luego de allí á la villa de Peñafiel, que

[88] *Crónicas de los Reys de Castilla. Cronica de Alfonso el Onceno.* Op.cit., p.199.
[89] Ibidem, p.200.

> era suya, et el rey enviase y sus mandaderos con poder para esto, et que firmarian el pleyto del casamiento, et él que se vernia luégo allí á Valladolid á la merced del rey.[90]

Assim, importa ressaltar as importantes concessões materiais que o contrato matrimonial de D. Constança com o rei de Castela, renderíam ao senhor de Vilena. As bodas de sua filha asseguravam a D. João Manuel a concessão de inúmeros privilégios, mercês e ofícios administrativos da Coroa, além dos castelos de Huete, de Lorca e do Alcazar de Cuenca. D. João Manuel receberia também a confirmação do cargo de "Adelantado de Frontera". O testemunho das fontes desta época, permite que se reconheça detalhadamente o teor dos termos acordados no contrato matrimonial do monarca de Castela. Muito nitidamente pode-se distinguir os passos do convênio de casamento, desde a gestão da parentela dos nubentes até a fixação dos termos do compromisso firmado. Conforme os registros documentais:

> Desque el Rey sopo por su mandadero la respuesta que Don Juan le enviaba, fabló el fecho desta casamiento con el Infante Don Felipe su tio; et sopo cómo Don Joan era ido á Peñafiel, et envióle sus mandaderos con procuraciones et recabdo cierto porque podiesen firmar el casamiento. Et firmáronlo en esta manera: Que Don Joan toviese en rehenes, fasta que el Rey oviese fijo en Doña Constanza, el Alcazar de Cuenca, et el castiello de Huepte, et el castiello de Lorca; et desque oviese fijo, que ge le entregase. Et firmado el casamiento en esta manera, el rey rogó al Infante Don felipe su tio, et a Doña Margarida su mujer, que fuesen á Peñafiel por Doña Constanza; ettraxiéronla á Valledolit muy honaradamiente, et veno con ella Don Joan su padre, et fecieron las bodas.[91]

[90] Idem.
[91] Idem.

Em outubro de 1325, logo após a realização do enlace matrimonial, D. João Manuel enviava uma carta ao rei Jaime II, seu sogro, notificando as bodas de sua filha, e relatando os principais acordos estabelecidos em torno do casamento real:

> Sennor bien sabedes en como uos enbie desir que me yua paral Rey paral dexar su tutoria. E sabed que a la ora qu a el ll (...) dexe luego su tutoria segund que uos lo auia enbiado (...). Et por algunos quel dixieron algunas cosas ouo des (...) entre nos. Et porque en tales pleitos como estos a muchos mo[v]imientos et por (...) non era çierto de todos estos pleitos a lo que auien de venir non uos quis enbiar desir ninguna cosa desto. Et agora sennor todos los dela tierra ayuntaronse en vno sobresto e veyendo que no podien fallar manera porque la tierra de (...) fuesse guardada et el Rey fuesse meior seruido acordaron (...) Rey que cassasse con donna Constança mi fija vuestra nieta (...)ron lo assi con el Rey e a el plogol desto. E este pleito es ya firmado por cartas e por arrehenes. Et sennor todo esto uos enbio desir porque so çierto que nos lasera e porque tengo que es muy grand derecho que todas las cosas que acaesciesen en mi fasienda et demas esto que lo sepades vos.[92]

Durante a celebração das Cortes de Valladolid em 28 de novembro de 1325, as bodas do rei com D. Constança Manuel eram proclamadas solenemente. No mesmo ano, com o intuito de demonstrar o estreitamento dos laços de amizade com o monarca de Castela, D. João Manuel enviava também uma correspondência aos cavaleiros e homens-bons do Concelho da cidade de Múrcia, comunicando o casamento de sua filha:

[92] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. Colección Diplomática Op.cit., p.317.

> De mi don Johan fijo del infante don Manuel adelantado mayor por el rey em la frontera et em el regno de Murçia. Al Conçelo de la cibdat de Murçi. Salut como a caualleros et omnes buenos que amo e en quien mucho fio et para quien querria buena ventura. Fago vos saber que por algunos que dixieron al rey algunas cosas de mi que ouo desabenencia entre nos et el rey con consejo de los de la corte. Et entendiendo que era su serviçio et que por esto seria mejor servido et la su tierra mas guardada acorde que casase con donna Constaça mi fija.[93]

Concluídos os acordos matrimoniais de sua filha com o monarca Afonso XI, satisfeito com sua posição extremamente privilegiada de progenitor da nova rainha de Castela, D. João Manuel prepara-se para uma nova expedição militar contra os mouros de Granada. Tendo se tornado uma das figuras mais destacadas da corte castelhana, com as vantagens decorrentes das bodas de Constança Manuel com o rei de Castela, ele se volta então para as campanhas de guerra de Reconquista. O sucesso militar é, naturalmente, um elemento essencial para consolidar o prestígio social do estrato dominante da aristocracia guerreira. Desse modo, como sinal de coroamento de sua fulgurante trajetória ao centro do poder e ao topo da hierarquia nobiliárquica, D. João Manuel procura assegurar a conquista de brilhantes feitos de armas.De fato, em outubro do mesmo ano, nas proximidades dos territórios do reino de Granada ele obteria expressiva vitória contra os exércitos muçulmanos, fato que lhe granjeou glória militar e popularidade nos meios cavalheirescos.

No entanto, as relações amistosas mantidas entre D. João Manuel e Afonso XI, não chegaram, de fato, a frutificar. O novo monarca dando mostras de

[93] Ibidem, p.318.

seus dotes de governante, adota uma política altamente repressora e de combate à nobreza rebelde. Afonso XI vai desencadear uma série de medidas austeras contra todo o nobre insubmisso que se alçasse contra a autoridade régia. A conseqüência imediata desta disposição da Coroa não tardou em pôr-se de manifesto em suas relações com a aristocracia guerreira. Desde os inícios de seu reinado, intensifica-se o uso dos julgamentos por alta traição à realeza. Deste modo, no período que se segue ao restabelecimento das boas relações entre D. João Manuel e Afonso XI, o monarca castelhano, num claro esforço de subjugação da nobreza insubmissa manda executar a D. João, o Torto. O episódio da morte deste importante rico-homem da alta aristocracia de Castela, tal como nos é apresentado nos registros da Crônica Real, evidencia alguns dos procedimentos importantes adotados à época nos julgamentos e condenações por crimes de traição à Coroa. Segundo a descrição dos registros cronísticos acerca da morte de D. João, o Torto, podemos apreender melhor não só os traços característicos da política austera seguida por Afonso XI face à nobreza, como também os próprios elementos formais presentes na ritualística da justiça real à época. O relato da Crônica do período de reinado de Afonso XI descreve aspectos extremamente importantes do ritual que compõe a proclamação da sentença régia. O episódio da execução de D. João e seus seguidores em 1325, é retratado nesta documentação do seguinte modo:

> Et el Rey avia muy grand voluntad de matar á Don Joan por las cosas que avia sabido, las cuales cuenta çla estoria. Et otro dia que Don Joan entró en Toro, que fue dia de la fiesta de todos Sanctos, el Rey mandó lo matar: et murieron y con él dos caballeros sus vasallos, que decian al uno Garci Fernandez sarmiento, et al otro Lope Aznarez de Fermosiella; et presieron á

> Juan Alvarez de Osorio. Et el Rey mandó llamar á todos los que eran allí con él, et asentóse en un estrado cobierto de paño prieto, et dixoles todas las cosas que avia sabido e que andaba Don Joan en su servicio, lo uno por se alzar en el regno contra él, et lo otro faciendo fablas con algunos en su deseredamiento (...).[94]

É a partir do caráter extremamente implacável e incisivo desta sentença punitiva, que deu fim a um dos homens mais poderosos e influentes da alta nobreza castelhana, que Afonso XI vai definindo seu programa monárquico de centralização do poder e da afirmação da justiça real. Dessa maneira, mal tinha subido ao trono de Castela, o novo soberano já procurava dar mostras de sua vontade em sedimentar as bases de sua ação política disciplinar e punitiva, refreando drasticamente os movimentos insurrecionais da aristocracia guerreira. Como bem observa Marie Claude Gerbet, "empreendendo uma política de medidas punitivas, mandando executar se preciso fosse, os infantes e grandes do reino, o soberano buscou coibir a anarquia dos grupos nobiliárquicos dominantes".[95]

Ademais, a sentença de crime de traição aplicada a D. João, o Torto, teve também o caráter de ação política exemplar. Ela contribuiria amplamente, portanto, para servir como advertência e exemplo a todos os nobres que, habituados freqüentemente às constantes assonadas e levantes contra o poder real, criavam sérios obstáculos à ordem interna do reino. Preocupado em aumentar e estender consideravelmente o poder real, bem como em garantir a integridade e a unidade dos domínios territoriais da Coroa, Afonso XI promoveu

[94] *Crónicas de los Reys de Castilla. Cronica de Alfonso el Onceno.* Op.cit., p.203.
[95] GERBET, Marie-Claude. Op.cit., p.131.

também o confisco das terras e de todos os bens do magnata caído em alta pena de traição. De acordo com o registro cronístico, logo após a execução do nobre castelhano, uma ação importante tomada pelo monarca foi apropriar-se imediatamente dos grandes domínios do senhor de Viscaia: “Et porque Don Joan avia muchas villas e muchos castiellos et muchas heredades em muchas partes del regno, entretanto que el rey iba a tomar lo uno, enviaba los sus oficiales e los de su casa que entrasen et tomasen lo outro em su voz et para él”.[96]

Desembaraçado deste nobre rebelde, o monarca castelhano pensou que D. João já não oferecia mais nenhum perigo imediato e que, por isso, sua aliança não podia trazer-lhe maiores benefícios. Em decorrência disso, proclamou nulos o seu acordo matrimonial com D. Constança e procurou sedimentar uma aliança política com o rei de Portugal mediante o seu casamento com a Infanta D. Maria, filha de Afonso IV.

De certa maneira, a morte de D. João, o Torto, por ordem de Afonso XI, produziria forte impressão em D. João Manuel, que passou a perceber mais claramente tanto as manobras do monarca quanto as dos seus conselheiros reais. Em virtude disso, quando em 1327, foi confirmado o matrimônio de Afonso XI com a infanta portuguesa, D. Maria, D. João Manuel entrou imediatamente em rebelião aberta contra o monarca castelhano. Em abril de 1327, escreve ao rei de Aragão, Jaime II, pedindo auxílio para levantar guerra contra o monarca Afonso XI de Castela. Nesta correspondência ao monarca aragonês, D. João Manuel esclarece os motivos de sua contenda contra o rei castelhano, anunciando seus

[96] *Crónicas de losReys de Castilla. Cronica de Alfonso el Onceno.* Op.cit., p.203.

planos para vingar sua honra ofendida, ao mesmo tempo que solicita reforços e ajuda militar:

> Sennor yo Don Johan fijo del infante Don Manuel adelantado mayor de la frontera e del regno de Murcia por mio sennor el Rey don Alfonso beso vuestras manos e me acomiendo en la vuestra gracia como a padre e a sennor para que cobdiçio mucha vida e mucha salud e a qui he muy grand voluntad de servir en todas las cosas que mandasedes e por bien touiesedes. Sennor bien sabedes quantas vegades vos he enviado desir los fechos daca e a pedirvos por merced que escriviesedes (...) estos omnes que tienen el Rey en poder fasen quanto pueden por le comentir que contra mi pues non pudieron complir lo que avian pensado (?) falsamente. E sy por aventura como es moço e non vee nin oye nin sabe faser sino lo que ellos mandan los quisiesedes vos que fallase yo defendimiento e ayuda en vos e en la vustra tierra. E así como lo envie decir a vos esso mismo envio decir al ainfat dos Alfonso vuestro fijo con Sancho Sanches de Monton mio vasallo. Et el enviome respuesta con el decho Sancho Sanches de la qual me yo tengo por pagado. Et como quier que dante vos era yo tenudo por vos servir agora me ha (...) muy grand carga por faser por el cuerpo e por los vasallos e por quanto en el mundo he todas las cosas del mundo que vuestro servício sean e su pro e corra del e de los otros vuestros fijos. Porque vos pido por merced señor que gelo enviedes mucho gradescer e quel dedes a entender que vos plase mucho de quanto bien me lo envio a decir e que lo faga assy. Et que pues con el su cuerpo e con lo que oviere me quiere ayudar que me ayude con los de la vuestra tierra (...)[97]

Suas impressões e juízos morais sobre a conduta desleal e afrontosa do rei Afonso XI, jamais serão alteradas. Como coloca em seus livros era um desses

[97] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. Op.cit., p.539.

homens que “son para ser muertos, mas não desonrados”.[98] No mesmo ano, ao ser informado do confinamento de sua filha, D. Constança no Alcazar de Toro, por ordem do monarca Afonso XI, rapidamente proclamava-se apartado do reino:” por si e por todos sus amigos e vasallos e por todos los que oviesen de ayudar”. Com efeito, depois deste episódio, imediatamente se desnaturalizou do reino de Castela e declarou guerra contra o monarca Afonso XI. Posteriormente, enviaria seus emissários a diversos locais do reino conclamando sua rede de vassalagem a unir-se contra o rei castelhano. Conforme sua correspondência ao alcaide do castelo de Lorca:

> (...) Del infante Don Manuel a uos Pero Martines Calviello mio vasallo e alcayade por mi em el castiello de Lorca salut (...). Et a lo que decides en rraçon Del pleito de Lorca (...) enbio i carta al Conçeio em que lês enbio deçir que bien saben en commo yo tengo este lugar en rehenes por el casamiento del Rey et de la Reyna mi fija e del pleito e omenage e jura que me fiçieron em me guardar todas aquellas cosas que entre el Rey e yo fueron puestas en esta rraçon. Et agora que el Rey que ha puesto su casamiento con la fija del Rey de Portugal e que tiene presa a la Reyna mi fija e que les ruego que por quan mal lo ho tratado el Rey contra mi en esto que se quieran sentir ende et guardarme el pleito et jura que me fiçieron e que crean a vos los que les dixierdes en esta rraçon. (...) que mas cumple porque todo mio derecho sea guardado pues el Rey me ha quebrantado las posturas que avia conmigo en esta rraçon así commo yo fio et so çierto de uso que lo faredes.[99]

A ruptura política com Afonso XI levou D. João Manuel a estabelecer pactos de amizade com os mouros de Granada. Dessa maneira, ao mesmo tempo em

[98] MANUEL, Juan. *Libro de los Estados.* Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, 1952, p.332-333.
[99] Ibidem, p.552.

que tomava medidas para confirmar apoios políticos em Castela e em Aragão, enviava também emissários seus ao soberano do chamado reino de Granada a quem oferecia apoio militar e uma aliança contra o rei Afonso XI. Desde os seus castelos e fortalezas dos territórios de fronteira, D. João Manuel passou a conspirar uma grande ofensiva militar de ataque às forças da Coroa. Além disso, em 1329, após a morte de D. Constança de Aragão, ainda, em plena contenda com a Coroa de Castela, a fim de afiançar uma sólida base política de apoios internos contra o rei Afonso XI, D. João Manuel contrai novo matrimônio. A escolhida, D. Branca de Lacerda, nobre de ascendência régia, era filha de D. Fernando de Lacerda e de Joana Nunes de Lara, uma das herdeiras da grande Casa linhagística dos senhores de Viscaia. Junto à Casa de Lara, o aristocrata castelhano liderou suas contínuas campanhas contra a realeza. A contenda com Afonso XI durou até 1330, quando se estabeleceu a concórdia entre ambos. Posteriormente, com Afonso XI, participou na Batalha do Salado em 1340 e na tomada de Algeciras em 1344. Nos últimos anos de sua vida afastou-se da vida pública retirando-se em seu castelo de Garcia Munhoz, onde desenvolveu intensa vida literária. Do casamento com Branca de Lacerda, deixou um filho varão e herdeiro, D. Fernando, e D. Joana Manuel, mais tarde rainha de Castela, devido ao casamento com o bastardo de Afonso XI e Leonor de Gusmão, o Infante D. Enrique de Trastâmara. Mas, D. João não chegou a presenciar as bodas de sua filha, nem sua entronização, em 1369.[100] A data exata de sua morte[101] tem sido motivo de polêmica entre os historiadores. O mais provável é que tenha morrido em fins de 1348, na cidade de Córdova.

---

[100] VALDEÓN BARUQUE, Julio. La victoria de Enrique II: Los Trastámaras en el poder. In: *Génesis medieval del Estado Moderno: Castilla y Navarra(1250-1370).* Valladolid: AMBITO, 1987, p.245.
[101] GÁRCIA, L.R. La fecha de la muerte de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VI Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia-Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.325-336.

III

O LIVRO DAS ARMAS E OS MODELOS CULTURAIS DE COMPORTAMENTO

3.1. D. João Manuel em seu contexto cultural

Por sua relevância histórica e riqueza documental, a obra literária de D. João Manuel constitui fonte importante para a compreensão das estratégias culturais, que fundamentaram o sistema de valores e os ideais sócio-políticos da nobreza castelhana na sociedade aristocrática da Baixa Idade Média.[1]

Com base nisso, importa ressaltar que os textos mais importantes da vasta atividade literária do escritor, senão sua grande maioria, giram em torno da difusão de preceitos normativos de conteúdo ético voltados, principalmente, ao aprimoramento moral do comportamento social aristocrático. Sua pedagogia nobiliárquica comporta igualmente uma série de regras e prescrições de moral

---

[1] De acordo com Luciana de Stefano, a obra de D. João Manuel contribui de modo decisivo para dimensionar aspectos importantes das representações sócio-históricas da sociedade estamental castelhana da Baixa Idade Média. Conforme propõe a autora: "Desde la perspectiva de su tiempo y de su vida, las obras de D. Joao Manuel nos recuerdan esos retablos medievales que unem a la sencillez ingenua grandes pasiones y cuyas figuras, agrupadas armónicamente, refeljan una concepción estática de la sociedad, que a la vez aparece como reflejo del orden divino". STEFANO, Luciana de. La sociedad estamental en las obras de Don Juan Manuel.*Nueva Revista de Filologia Hispânica*, Venezuela, n.3-4,p.354. Com relação às representações literárias da sociedade castelhana baixo-medieval, veja-se também: MARAVALL, J.A. *Estúdios da historia del pensamiento español.* Madrid: Ediciones de Cultura Hispânica del Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1993.

prática destinadas à constituição de um modelo ideal de comportamento político para as elites principescas dirigentes.

A produção intelectual do autor desenvolvida no decorrer da primeira metade do século XIV compreende, notadamente, a "Crônica Abreviada" (anterior a 1325), o "Livro de Caça" (1325-1326), o "Livro do Cavaleiro e do Escudeiro" (1326-1327), o "Livro dos Estados" (1327-1330), o "Livro dos Exemplos do Conde Lucanor e de Patrônio" (1330-1335), o "Livro dos Castigos e Conselhos ou Livro Infinito" (1336), o "Livro das Armas" (1342-1345) e o "Tratado de Assunção da Virgem Maria" (posterior a 1345).[2] De todas estas obras do escritor castelhano, atualmente, se conservam apenas cinco manuscritos: dois na Biblioteca Nacional de Espanha, que estão classificados com o número 6376 e um na Academia de História, sendo os demais registros existentes partes integrantes de acervos particulares, como os que pertenceram a D. Pascoal de Gayangos e ao Conde Puño, em Rostro.

---

[2] Sobre a composição e o número exato de suas obras, encontram-se certas discrepâncias notórias. De acordo com o Prólogo do "Livro dos Exemplos do Conde Lucanor e de Patrônio", D. João Manuel apresenta a seguinte listagem de seus livros: a "Crônica Abreviada", o "Livro dos Sábios", o "Livro da Cavalaria", o "Livro do Infante", o Livro do Cavaleiro e de Escudeiro", o "Livro do Conde", o "Livro de Caça", o "Livro dos Engenhos" e o "Livro dos Cantares". No Prólogo Geral, que redigiu por volta de 1342, no entanto, o escritor estabelece uma outra enumeração, onde constam os seguintes títulos: o "Livros das Armas", o "Livro dos castigos e Conselhos ou Livro Infinito", o "Livro dos Estados", o "Livro do cavaleiro e do Escudeiro", o "Livro de Cavalaria", a "Crônica Abreviada", a "Crônica Comprida", o "Livro dos Engenhos", o "Livro das Cantigas", e "Regras Como se Devem Trovar". Para Gimenez Soler, as diferenças existentes entre uma lista e outra se devem ao fato de que, na melhor das hipóteses, D. João Manuel tenha elaborado duas compilações de seus livros. Segundo o autor: "(...) los manuscritos conservados proceden de ambas; creo más razonable suponer escrito cada prólogo en época diferente, y cada uno para una compilación, que achacar a un copista el capricho de abreviar el general delante del libro del conde Lucanor y de alterar igualmente por capricho títulos de libros, omitir otros y cambiar su orden". De qualquer maneira, embora algumas de suas obras não se tenham conservado, como o "Tratado de Guerra" e as "Composições Trovadorescas", outros textos do autor poderiam também ter passado por um processo de refundição, procedimento bastante comum à época. Assim, teriam sido agregadas ao corpo textual algumas de suas obras. Sobre esta problemática, ver: GIMENEZ SOLER, Andrés. *Don Juan Manuel. Biografia y estudio critico.* Zaragoza: Tipografia Acadêmica, 1932, p.148-150. Quanto à cronologia das obras do escritor, utilizou-se a datação proposta por: BLECUA, José Manuel. *Don Juan Manuel. Obras completas.* Madrid: Gredos, 1982, p.161-175.

Estes importantes códices documentais, porém, não apresentam a totalidade das obras escritas por D. João Manuel. Pois, alguns de seus textos não foram conservados, tendo sido perdidos ou extraviados. Na própria enumeração feita pelo autor, de suas obras, especialmente, no Prólogo do Conde Lucanor e no Prólogo Geral, têm-se referências a muitos outros livros que escreveu, como: o "Livro dos Sábios", o "Livro dos Engenhos", o "Livro de Cavalaria", a "Crônica Comprida" e o "Livro dos Cantares". De todo modo, desconhece-se praticamente toda a sua obra poética, bem como um outro livro de crônicas históricas e seu tratado sobre artefatos de guerra e arte militar.

Dentre todas as influências culturais que confluíram diretamente para a formação da obra literária de D. João Manuel, certamente um dos seus elementos mais decisivos foi o vasto e excepcional legado da produção intelectual do reinado de Afonso X, o Sábio, durante a segunda metade do século XIII.[3] Como bem observa Márquez Villanueva, o modelo cultural afonsino exerceu um papel axial na constituição e desenvolvimento da novelística de D. João Manuel. Para o autor:

> Bajo una perfecta comprensión de los parâmetros dela lengua y estilo alfonsíes, don Juan Manuel los consolidaba con una mirada no

[3] Com relação à forte influência desempenhada pelo movimento cultural da época de Afonso X, na obra literária e na formação intelectual de D. João Manuel, importa destacar alguns estudos importantes. Para tanto, ver: MÁRQUEZ VILLANUEVA, Francisco. *El concepto cultural alfonsí.* Madrid: Mafre, 1995, p.249.; ORDUNA, Germán. El exemplo em la obra literária de Don Juan Manuel. In: MACPHERSON, I. *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1977, p.119-142. CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, Diego, Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí: el testimonio de la Crónica Abreviada. In: MACPHERSON, I. *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1981, p.17-51; CASTRO Y CALVO, José Maria. *El arte de gobernar en las obras de Don Juan Manuel.* Madrid: CSIC, 1945; BENITO Y DURÁN, Angel. *Filosofía del Infante Don Juan Manuel.* Alicante: Excma. Diputación Provincial de Alicante, 1972.

> menos atenta ala etapa anterior de traducciones de la ficción didáctica oriental. Su novelística iba a mostrarse capaz de construir sobre el legado técnico de ésta para llevar por su vez primera a una lengua vulgar el sentido de la ambientácion, el análisis de las motivaciones humanas y el manejo decididamente artístico del hilo narrativo.[4]

Ao lado dos contributos essenciais da tradição geral cristã, é, precisamente no contexto cultural da época afonsina que devemos, portanto, buscar e localizar as principais influências, que contribuíram para a modelação do pensamento intelectual de D. João Manuel.[5] O notável ritmo do movimento cultural deste período, impulsionado pelo monarca Afonso X (1252-1284), que abarcava uma gama diversificada dos campos do saber medieval, como o direito, a língua, a literatura, a história, a teologia, a música e as ciências, sem dúvida alguma, lançaria as bases primordiais para o extraordinário florescimento da vida intelectual na corte castelhana.[6] Para Luciana de Stefano, o período baixo-medieval tem nas figuras de Afonso X, o Sábio e D. João Manuel os expoentes mais representativos do saber enciclopédico característico das elites letradas da sociedade européia.[7]

---

[4] MÁRQUEZ VILLANUEVA, Francisco. *El concepto cultural alfonsí.* Madrid: Mafre, 1995, p.251.

[5] Sobre a notável abrangência e o significado da atividade cultural da época de Afonso X, diz González Gimenez: "Amante de los saberes, escodriñador de sciencias y requeridor de doctrinas, como dice de él un texto de la época, Alfonso X se nos presenta, en una Europa abierta a todo tipo de influencias, como un enamorado de la sabidúria, interessado tanto por los cálculos astronómicos como en hacerse traducir del árabe o del latín cuantos libros pudieron satisfacer su curiosidad universal". GONZÁLEZ JIMENEZ, Manuel. *Alfonso X (1252-1284).* Burgos: Diputación Provincial de Palencia, La Olmeda, 1999, p.354.

[6] Como propõe Angel Benito y Durán, a herança cultural afonsina e o peso axial exercido pela tradição cristã constituíram-se em patamares básicos para alimentar e impulsionar a escrita literária manuelina. BENITO Y DURÁN, Angel. *Filosofía del Infante Don Juan Manuel. Sus ideas, su cultura, su espírito filosofico.* Alicante: Excma. Diputación Provincial, 1972, p.86-87.

[7] Segundo Luciana de Stefano: "Este mundo medieval que aún no había fraccionado en estados nacionales y cuyo saber se alimentaba de una fuente común. Por ello, un acercamiento a la personalidad literaria de don Juan Manuel, en este caso, no puede partir de la parcela literaria nacional sino de un ámbito mayor, el de la tradicción occidental (...)". STEFANO, Luciana de. Don Juan Manuel y el pensamiento medieval. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X, el Sábio, 1982, p.337.

No decurso da época afonsina, podemos destacar inicialmente o intenso trabalho[8] de elaboração dos grandes códigos da legislação castelhana, que visavam assegurar maior coesão e uniformidade jurídica, baseada no poder do rei, como o "Foro Real" (1254 – 1255), o "Espéculo" (1255) e as "Sete Partidas" (1256). Estas obras que compõem o grande *corpus* do direito castelhano medieval da época afonsina, especialmente as "Sete Partidas", ultrapassam, em grande medida, seu conteúdo meramente jurídico, pois atuam como um verdadeiro "tratado político e moral", na medida em que representam uma importante integração enciclopédica de inúmeros saberes, reunindo definições, comentários filosóficos e doutrinais, prescrições de conduta e normas gerais de ordenamento de toda a vida política, social e cultural. Com relação ao amplo significado assumido pelas "Sete Partidas" no campo político e doutrinal, López Estrada assinala que:

> La obra obtuvo pronto un aprecio unánime, más como tratado doctrinal que como libro de leyes; en su preparación afluyeron los derechos canónico romano y lombardo-feudal, las glosas de los libros de derecho, los comentarios de los sabios antiguos (Aristóteles, Séneca, Cicerón, Vegecio, Boecio, etc.) y los fueros de las costumbres locales. El resultado es un libro que sobrepasa la condición meramente jurídica y realiza las funciones propias de un tratado político y moral; vale también como espejo de príncipes y fundamenta la teoría de la virtud caballeresca de la nobleza, al

[8] Conforme afirma González Jiménez, toda esta obra de normatização legislativa traduzia, evidentemente, o propósito primordial de efetivar o processo de centralização do poder real, em Castela e Leão. A codificação do Foro Real, por exemplo, consistia numa "ley municipal a través de la qual se pretendía conseguir la unificación juridíca de Castilla y las Extremaduras, los dos territorios del reino más alejados de los presupuestos jurídicos del Rey Sábio. Este era, sin duda, uno de los objetivos previstos, lo mismo que hacer valer el proncípio fundamental del monopólio legislativo de la corona". GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Op.cit., p.339.

> tiempo que es un libro de estrategia militar y se ocupa de la organización del comercio por tierra y por mar, y de la constitución de escuelas; en su conjunto abarca la ordenación de la vida de los hombres en una entidad social justa.[9]

Com a redação das crônicas históricas, representadas respectivamente na "Historia de Espanha", iniciada por volta de 1270 e na "Historia Geral" (1272 – 1275), passando pela composição das obras poéticas, como as monumentais "Cantigas de Santa Maria", iniciadas em 1275, um dos repertórios marianos mais importantes da Europa cristã, até as numerosas traduções orientais de obras de cunho científico, como as "Tábuas Astronômicas" (1272), o "Livro das Cruzes" e o "Lapidário" (1250), configurava-se na corte castelhana um movimento cultural de grande amplitude e de caráter enciclopédico no âmbito de suas distintas realizações.[10]

No século XIII, em Toledo, na confluência cultural das tradições do Oriente e do Ocidente, Afonso X reorganizaria novamente a chamada escola dos tradutores, reunindo lado a lado, sábios cristãos, judeus e muçulmanos, que foram encarregados de verter para a língua castelhana uma série de obras filosóficas, literárias e científicas.[11] Com o novo impulso dado pelo soberano castelhano, a cidade voltou a desempenhar o papel de importante centro cultural, onde se desenvolveu uma intensa atividade de tradução e compilação das obras de Aristóteles, de Ptolomeu,

---

[9] LÓPEZ ESTRADA, F. *História de España. Siglos XI al XIII.* Madrid: Espasa-Calpe, 1995, p.87.
[10] MARQUEZ VILLANUEVA. Francisco. Op.cit., p.73.
[11] BENITO Y DURÁN, Angel. Op,cit., p.89-91.

de Galeno e de Avicena, dentre outros.[12] Na tradução das obras de astronomia e astrologia destacaram-se, por exemplo, os sábios árabes e judeus, como: Judá ben Mosé, Isaac Ben Sid, Bernardo, o arábico, Abrahan, Rabiçag de Toledo e Samuel Levi. Outros nomes importantes do círculo cultural de letrados da Corte Real afonsina foram João de Cremona e João de Mesina. Na elaboração das obras jurídicas atuaram Fernando Martinez, Jacob Ruiz e João Afonso. Afora todo este labor intelectual, grande interesse teve também a tradução da coleção de contos exemplares orientais denominada de Calila e Dina, que assinalou um momento importante no desenvolvimento do relato ficcional na literatura hispânica.[13]

Um dos aspectos mais originais e renovadores do movimento cultural levado a cabo por Afonso X, durante a segunda metade do século XIII, foi o de ter utilizado amplamente a língua romance castelhana como um importante veículo de expressão do pensamento.[14] Seguindo uma tendência geral do processo de emergência das línguas vernáculas européias, que em longo prazo iriam substituir o latim, Afonso XI deixou uma volumosa produção literária, emanada tanto de suas próprias criações quanto das compilações e traduções executadas sob a sua direção. Fato que não deixa de evidenciar também o lento despertar de um movimento de secularização da vida política e cultural. Sobre o papel das iniciativas afonsinas, coloca Márquez de Villanueva:

---

[12] MARTINEZ GROS, Gabriel. A primeira história andaluza das ciências. In: CARDAILLAC, Luis. *Toledo, século XII-XIII: muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p.176.
[13] JACQUART, Danielle. A escola de tradutores. In: CARDAILLAC, Luis. Op.cit., p.155.
[14] DEYERMOND, A.D. Op.cit., p.154-158.

> Por encima de lagunas y vicisitudes adversas a su terminación, como las encontradas por el monarca en sus últimos años, el concepto cultural alfonsí deberá considerarse como un gran experimento coronado en su conjunto por el éxito. En cuanto tal impartió un sabor propio y de altura a la baja Edad Media peninsular. (...). A titulo de logro definitivo, su contribución al desarrollo de la lengua permanece básica hasta el dia de hoy. La obra ingente del rey Sabio desequilibró para siempre en favor del vulgar la ecuación de poder entre éste y el latín, lo mismo que la del castellano respecto a los demás dialectos iberorrománicos.[15]

Situada, assim, numa fase de maior expressividade e expansão escritural da língua romance, a obra de D. João Manuel, como observa Deyermond, registra todos estes avanços da prosa narrativa castelhana, escrita nos meios da cultura leiga aristocrática.[16] Na primeira metade do século XIV, com uma produção literária de tom doutrinal marcadamente sóbrio, o escritor hispânico vai condensar e aperfeiçoar em sua obra todo o legado das práticas culturais forjadas na rica tradição afonsina.

De todo modo, pode-se dizer com segurança que D. João Manuel, desde os primeiros anos de sua juventude, manteve um contato muito estreito com a herança cultural da corte de seu tio, o monarca Afonso X.[17] Suas relações bastante próximas e familiares com os membros da Casa Real castelhana, sem dúvida alguma, permitiram-lhe um conhecimento mais apurado do repertório das obras afonsinas. Embora o escritor tivesse recebido sua primeira educação nos castelos de sua

---

[15] MÁRQUEZ VILLANUEVA, Francisco Op.cit., p.249.
[16] DEYERMOND, Op.cit., p.240-245.
[17] KINKADE, Richard P. Sancho IV: Puente literário entre Alfonso el Sabio y Juan Manuel. *Publications of the modern language association of America*, n.87, 1972, p.1038-1051.

propriedade, bem cedo estabeleceu relações domésticas e de grande proximidade com os reis castelhanos, especialmente com o sucessor de Afonso X, o rei D, Sancho IV, seu primo e tutor. Para Kinkade, Sancho IV atuaria como um "monarca de no pequeñas capacidades y cuya persona podería considerarse un puente literario entre el rey Sabio y su sobrino don Juan Manuel".[18] Segundo o autor, também este soberano castelhano, apesar das grandes dificuldades políticas de seu reinado, manteve a preocupação com a continuidade das atividades culturais da Coroa. Em vista disso, seu reinado foi marcado igualmente por "un deseo de definir y poner limites a los conocimientos transmitidos, o sea, concebir un sistema didáctico pero controlado de divulgar o presentear la información (...) que da lugar a un arte de clasificación ético-didáctica."[19]

Em diferentes passagens de sua obra, D. João Manuel nos oferece informações bastante valiosas acerca de seus hábitos de leitura e de seu contato com o acervo de livros existentes na Casa Real castelhana. Estes dados nos permitem entrever melhor a forte influência que exerceu a obra cultural de Afonso X na sua formação intelectual. De fato, D. João Manuel não chegou a conhecer pessoalmente a seu tio, pois contava apenas com dois anos de idade, quando este veio a falecer, em Sevilha no ano de 1284. Porém, sua presença constante na Corte de Castela, bem como suas estreitas relações com Sancho IV lhe deram a oportunidade de conhecer mais de perto o acervo bibliográfico e as grandes

[18] Idem.
[19] Idem.

Livro de Caça

tendências que marcaram a criação cultural na época de seu tio.[20] No prólogo do "Livro de Caça", obra escrita entre 1325-1336, o escritor nos deixou um registro bastante elucidativo a esse respeito. O "Livro de Caça" testemunha claramente estas influências da obra afonsina. Neste livro o autor reitera, em diversas ocasiões, sua admiração pelas frutuosas realizações do rei Sábio nos diferentes campos do saber, tecendo elogios exaltados à sua pessoa e à sua obra. O escritor chama a atenção, em especial, sobre o importante papel das traduções realizadas por Afonso X, para a expansão do conhecimento no reino de Castela[21]. Assim, das iniciativas culturais de seu tio, D. João Manuel destaca, inicialmente, a tradução para o castelhano de toda a espécie de obras, principalmente às referentes ao conhecimento das ciências liberais, da teologia e do direito, bem como os textos sagrados do islamismo e do judaísmo. Como refere o escritor:

> Entre muchos conplimientos e buenas cosas que Dios puso en el rrey don Alfonso, fijo del sancto e bien aventurado rrey don Ferrando, puso en el su talante de acrecentar el saber quanto pudo, e fizo por ello mucho, assi que non se falla que del rrey Tolomeu aca ningun rrey nin otro omne tanto fiziesse por ello commo el. El tanto cobdiço quelos de sus reanos fuesen m[u]y sabiadores que fizo trasladar en este lenguaje de Castiella todas las sçiençias, también la teología como la lógica e todas las siete artes liberales commo toda la arte que dicen mecánica. Otrosí fizo trasladar toda la sectoa de los moros, porque paresçiesse por ella los errores en que Mamad el su falso propheta les puso e en que ellos están oy en día. Otrosí

[20] ORDUNA, Germán. El ejemplo en la obra literaria de Don Juan Manuel. In: MACPHERSON, I. *Don Juan Studies.* Londres: Tamesis Books, 1981, p.120.
[21] BIZZARI, Hugo. Reflexiones sobre la empresa cultural del Rey Don sancho IV de Castilla. *Anuario de Estudios Medievales,* 31/1, 2004, p.

> fizo trasladar toda la ley de los judíos e aun el su talmud. E otra sçiençia que an los judíos muy escondida a que llaman cabala... Otrosí rromançó todos los derechos ecclesiásticos e seglares, qué vos dice?, non podría decir ningún omne quánto bien este noble rey fizo señaladamente en acrecentar e alumbrar el saber.[22]

A leitura e o conhecimento das crônicas e das obras didáticas de Afonso X acabaram tendo um peso decisivo na sua formação literária.[23] A própria redação do "Livro de Caça", uma das primeiras obras que escreveu, nasceria basicamente da influência exercida pela leitura dos tratados do rei Sábio. Todos estes saberes relacionados ao universo cultural da vida senhorial e cavaleiresca, desempenharam um papel importante em sua formação intelectual. De acordo com as palavras de D. João Manuel:

> Et porque don Johan su sobrino, fijo del infante don Manuel hermano del rrey don Alfonso, se paga mucho de leer en los libros de falla que compuso el dicho rrey e fizo escriuir algunas cosas que entendia que cunplía para el de los libros que fallo que el dicho rrey abia conpuesto, señaladamente en las Crónicas de España et en otro libro que fabla de lo que pertenece a estado de caualleria, e quando llego a leer en los dichos que el dicho rrey ordeno en razon de la caça, por que don Johan es muy caçador, ley mucho en ellos e fallo que eran muy bien ordenados ademas (...).[24]

Ainda no mesmo livro, e de maneira bastante similar, o escritor explica as formas de atuação do patrocino régio dispensado aos letrados no meio cortesão.

---

[22] JUAN MANUEL, Don. Libro de la caza. In: BLECUA, J. M. *Obras Completas*. Madrid: Gredos, 1982, p.88.
[23] CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, Diego. Op.cit., p.26.
[24] JUAN MANUEL, Don. Libro de Cazas. Op.cit., p.88.

Alfonso X de Castela e sua Corte de Sábios -

Cantigas de Santa Maria (séc. XIII).

Neste sentido, D. João Manuel ressalta, especialmente, o papel do soberano na criação de um ambiente favorável ao estudo e a produção de livros na Corte Real castelhana, que congregava, então, um grupo bastante expressivo de letrados, de tradutores e sábios, voltados inteiramente às atividades intelectuais. Sobre a promoção do conhecimento e dos letrados na Corte de Afonso X, diz D. João Manuel:

> Lo al, que avía en su corte muchos maestros de las ciencias et de los saberes, a los quales él fazía mucho bien et por levar adelante el saber et por noblescer suos regnos; - Ca fallamos que en todas las ciencias fizo muchos libros et todos muy buenos – et lo ál, porque avía muy gran espacio para estudiar en los materias de que quería conponer algunos libros; Ca morava en algunos logares en anno et dos et más et aun, segunt dicen los que vivían a la su merced, que fablavan con él los que querían et quando el quería et ansí avia espacio de estudiar en lo quel quería fazer para sí mismo et aun para veer et exterminar las cosas de los saberes quel mandava ordenar a los maestros et a los sabios que traía para esto en su corte... porque don Johan su sobrino sse pagó mucho desta su obra et por la saber mejor...[25]

De um modo geral, a expansão dos saberes e das atividades culturais no período afonsino, terminaram por ensejar o amplo florescimento da chamada

[25] Idem.

literatura didática, cuja proposição maior vinculava-se diretamente à difusão de saberes instrutivos e morais, destinados ao aprimoramento da conduta social.

Para a demarcação dos traços mais marcantes e substanciais da produção literária e intelectual de D. João Manuel, é preciso, pois, situá-la dentro do conjunto das grandes tendências das obras de caráter didático-doutrinal, que caracterizaram largamente o contexto cultural de sua época.[26] Em vista disso, torna-se necessário explicitar algumas noções básicas, que contribuem para definir toda a literatura de conselhos e exemplaridade ética, produzida no decorrer deste período. Com efeito, por obras didáticas entende-se aqui, em especial, todos aqueles textos de conteúdo moral, que foram escritos comumente com uma finalidade educativa e doutrinal, utilizando-se de variados recursos narrativos, como as historietas de exemplos, os "catecismos político-morais", a trama novelesca, o esquema dialogal de perguntas e respostas, o sermão religioso, as sentenças, os contos e os apólogos. Todos estes textos têm em comum o objetivo essencial de orientar o comportamento social e moralizar a conduta humana. Por esta razão, como assinala Buenaventura, estão freqüentemente ajustados às características e peculiaridades funcionais de um meio social e de um determinado público. A esse respeito, observa Buenaventura que, nesta época, ler e ensinar são operações totalmente equivalentes:

---

[26] HARO CORTÉS, Marta. Los compendios de castigos del siglo XIII: técnicas narrativas y contenido etico. *Revista Cuadernos de Filologia,* Valéncia, n.XIV, Universidad de Valencia, 1995, p.16. Como observa Deyermond: "La prosa literaria de estos doscientos años cae en su mayor parte dentro de las tres categorías de composiciones didácticas, crónicas y ficciones. Estas distintas categorías se translapan en cierta medida y se dan dentro de ellas importantes grupos subsidiarios, tales como el de la biografía, libros de viaje y tratados políticos". DEYERMOND, A.D. *Historia de la literatura española. La edad Media.* Barcelona: Ariel, 1999, p.241.

> La literatura medieval hispana posee una calidad humana de la que carecen los libros científicos. Generalmente está destinado a um publico concreto con el que el autor pretende comunicarse (...). Leer equivale en Berceo, en Don Juan Manuel y en otros muchos a enseñar.[27]

Nesta perspectiva analítica, conforme tem mostrado grande parte da crítica literária e histórica dedicada ao estudo do autor, suas obras enquadram-se na vertente do chamado didatismo doutrinal e moralizante, que tão forte influência exerceu no desenvolvimento da cultura hispânica da Baixa Idade Média. Para Ramón Menéndez Pidal, as obras de D. João Manuel constituem o apogeu de toda uma ampla tradição didática, que teve um dos seus marcos mais decisivos durante o final do século XII e, mais especialmente, na segunda metade do século XIII, no reinado de Afonso X.[28]

Dentre a série de obras que integram o *corpus* documental e literário do didatismo doutrinal, pode-se destacar: o "Livro dos Doze Sábios ou o Tratado da Nobreza e Lealdade", "Barlaan e Josafat", "História da Donzela Teodor", "Calila e Dina", "Sendebar", "Infante Epitus ou Diálogo entre o Imperador Adriano e Epíteto", "Poridade das Poridades", "Livro dos Bons Provérbios", "Livro dos Cem Capítulos", "Flores da Filosofia", "Os Castigos de Sancho IV, o Lucidário" e o "Livro do Conselho e dos Conselheiros de Maese Pedro".

---

[27] BUENAVENTURA, Delgado. La literatura didactica medieval. In: *Historia de la educación en España y America. I: La educación en la España antigua y medieval.* Madrid: S.M., D.L., 1992, p.403.

[28] MENENDEZ PIDAL, Ramón. De Alfonso a los dos Juanes. Auge y culminación del didactismo (1252-1370). *Studia Hispánica in honorem R. Lapasa,* Madrid, v.1, p.63-73, 1972. Também Germán Orduna chama a atenção para este grande traço distintivo e característico de toda a obra literária de D. João Manuel. Para tanto, ver: ORDUNA, Germán. El exemplo em la obra literária de Don Juan Manuel. In: MACPHERSON, I. *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1977.

Dentro da literatura didática medieval, tem-se, pois, um conjunto bastante diversificado de obras. Além disso, como o caráter doutrinal e moral perpassa a maioria dos textos medievais, devido aos valores religiosos estruturantes da sociedade cristã, Marta Haro Cortés estabelece uma tipificação mais pormenorizada destas obras. Assim, a autora propõe uma tipologia de classificação destes textos a partir de três grupos fundamentais: a) as obras que participam deste caráter doutrinário (próprio do medievo), porém, que não foram concebidas com uma finalidade exclusivamente didática; b) aqueles textos nas quais a doutrinação é implícita (as obras hagiográficas e religiosas, historiográficas, científicas, legais, de recreação, etc.); c) todas aquelas manifestações destinadas a reger e modelar a conduta e o perfil humano do indivíduo.[29] Sob este enfoque tipológico, pode-se dizer que a obra de D. João Manuel pertence, mais particularmente, a este último grupo.

De um modo geral, estas obras da prosa narrativa didática medieval são em sua maioria anônimas e não dispõem de uma datação precisa.[30] Muitas têm origem nas coleções de contos orientais, árabes e indianos, traduzidos para a língua castelhana. No decurso dos séculos XII e XIII, sofreram então um processo de adaptação e cristianização, como foi o caso de “Barlaan e Josafat” e “Sandebar”. Evidentemente, o propósito maior destas obras era o de transmitir valores cristãos e sabedoria para a vida prática. Algumas destas obras são dirigidas tanto aos príncipes quanto aos clérigos e leigos em geral. Outras, destinam-se, mais particularmente, à

[29] HARO CORTÉS, Marta. Op.cit., p.14.
[30] MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Op.cit., p.65-71.

instrução e moralização das elites nobiliárquicas. Estas obras apresentam, assim, um forte caráter sapiencial, pois visam, antes de tudo, a formação do homem sábio, prudente e piedoso.[31] Como se pode apreender na obra "Flores da Filosofia":

> Con el saber conosce el omne el bien e la merced que Dios le fase, e gradescergelo ha. E la mejor cosa que el sábio puede aver es que faga lo que el saber le manda, ca el saber es lunbre e claridad. E porende aprende el saber – dice dirigiéndose al lector – ca en aprendiêndolo faz'omne seruiçio a Dios. E todo omne que fabla en saber es dono que dió sanctus spiritus.[32]

Outras obras, ainda, estão mais estreitamente vinculados à moral religiosa dos textos produzidos pelos Padres da Igreja, ou pelos escritos greco-latinos cristianizados. O papel da Igreja é fundamental neste processo de expansão do didatismo cultural. No século XIII, assume especial relevância didática as obras saídas das coleções de exemplos, elaboradas pelas novas Ordens Religiosas, franciscana e dominicana, que buscavam intensificar o processo de evangelização da populações urbanas e rurais e combater os movimentos heréticos.[33] Assim, a revitalização dos procedimentos da pregação religiosa representa um dos fatores primordiais para o desenvolvimento da literatura didática medieval. O crescimento desordenado das cidades e o avanço dos movimentos heréticos acabaram por reorientar os procedimentos tradicionais de ação da Igreja medieval sobre o conjunto

---

[31] MENJOT, Denis. Enseigner la segesse. Remarques sur Moyen Age. In: GUGLIELMI, Nilda, RUCQUOI, Adeline (Coord.). *El discurso politico en la Edad Media.* Buenos Aires: Programa de Investigaciones Medievales – Consejo Nacional de Investigaciones Técnicas y Científicas – CONICET – Centre de la Recherche Scientifique, 1995, p.217-231.

[32] BUENAVENTURA, Delgado. *Historia de la educación en España y América: la educación en la Hispania Antigua y Medieval.* Madrid: Morata, 1992, p.405.

[33] VAUCHEZ, Andrés. São Domingos, "o mal amado". In: BERLIOZ, Jacques. *Monges e religiosos na Idade Média.* Lisboa: Terramar, 1996, p.263-269.

dos fiéis. Assim, tendo em conta uma percepção direta das novas circunstâncias sociais geradas pelo crescimento desordenado das cidades da Cristandade, as novas ordens realizaram um trabalho pastoral distinto, que ultrapassava, em grande medida, o campo de ação dos especialistas tradicionais da fé: o religioso secular, o padre e o monge.

Assim, os mecanismos de atuação e a amplitude do campo de abrangência das novas ordens na religiosidade cristã contribuíram para conferir uma mudança significativa nos procedimentos da comunicação mística, tanto em suas formas exteriores de manifestação, quanto pelo conteúdo das mensagens evangélicas transmitidas ao novo público citadino. Nesta perspectiva, uma das funções mais importantes da nova pastoral dos frades mendicantes foi decorrente da necessidade de moralizar o comportamento das populações urbanas, dar sentido a uma pedagogia simplificada das virtudes cristãs e, fundamentalmente, despertar o valor da consciência caritativa no meio social e econômico produzido pelas novas estruturas emergentes.[34]

Os traços que definiram o novo modelo de espiritualidade dos mendicantes no século XIII, traduziram basicamente a ênfase num conjunto de concepções e práticas religiosas abertas ao mundo. As novas ordens religiosas almejaram revitalizar os propósitos de uma espiritualidade cristocêntrica expressa nos ideais de restauração da vida apostólica.. A vida de Cristo e dos apóstolos revelava-se como um dos

---

[34] MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média.* Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.181-184.

pontos de centralidade de uma espiritualidade purificada e humanizante que, rompendo com o isolamento da vida religiosa no claustro , voltou-se para um projeto de evangelização abrangente destinado à espiritualização de todo o corpo social. Dessa maneira, atuando de forma distinta e rompendo com o isolamento espiritual do monasticismo tradicional, que situava a instância superior da religiosidade cristã na vivência do claustro, os irmãos pregadores dirigiam o seu olhar aos homens e á obra divina da criação presente no universo. Segundo Jacques Le Goff, estas clivagens operadas no interior da Cristandade desencadearam o desenvolvimento de novos instrumentos de pregação religiosa. Para o autor:

> A pregação – tentando adaptar-se às condições socioprofissionais e bebendo na vida quotidiana – orienta-se para uma eloqüência nova, mais horizontal que vertical e mais aberta à historicidade. Recorria cada vez mais intensamente – ao lado das autoridades tradicionais (a Bíblia e os Padres da Igreja) – aos raciocínios que lhe eram fornecidos pelo novo método escolástico e aos exempla: historietas recreativas e edificantes (...).[35]

De qualquer maneira, muitas destas obras configuraram verdadeiros "Espelhos de Príncipes" (*speculum principium*). Tal é o caso das obras "Calila e Dina", do "Livro dos Doze Sábios" e do "Livro dos Castigos de Sancho IV".[36] Neste sentido, elas estão voltadas praticamente para a formação do príncipe perfeito em virtudes morais, afastado das más ações e dos vícios.[37]

---

[35] LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval.* Lisboa: Estampa, 1994, p.286-269.
[36] HARO CORTÉS, Marta. Op.cit., p.14-16.
[37] BIZZARRI, Hugo. Reflexiones sobre la empresa cultural del rey don Sancho IV de Castilla. *Anuario de Estudios Medievales,* 31/1, 2001, p.433-434.

Desde fins do século XIII e meados do século XIV, os “Espelhos de Príncipes” assumem um papel cada vez mais significativo nas práticas culturais, destinadas à educação das altas camadas sociais e dos setores dirigentes da sociedade. D. João Manuel constitui figura proeminente neste movimento intelectual. Segundo afirma Ladero Quesada, o escritor teve um papel bastante relevante no desenvolvimento destas novas tendências do didatismo cultural do período. Para o autor:

> Las diversas formas de expresión literária siguieron proporcionando un apoyo apreciable a la instrucción religiosa y moral de algunos sectores de la sociedad. La literatura didática alcanzó su mejor época en el siglo XIV con figuras señeras como Don Juan Manuel, Juan Ruiz, arcipreste de Hita y Pedro López de Ayala, y tuvo algunos continuadores en el XV, en especial Iñigo Lopez de Mendoza, marqués de Santillana. Los “espejos de príncipes” de diversos tipos continuaron ejerciendo influencia educadora.[38]

De uma maneira geral, grande parte das obras produzidas por D. João Manuel foram concebidas com uma clara orientação moralizante e instrutiva, através da qual emergem nitidamente os fundamentos axiológicos essenciais de um campo exclusivo de normatividade da conduta social. Nelas transparece todo um sistema bastante seletivo de valores sociais e um conjunto amplo de ensinamentos práticos plenamente ajustados ao modo de vida aristocrática. Neste sentido, o autor corporifica em suas obras um verdadeiro programa educativo para a formação da nobreza. Seus livros funcionam tanto como uma espécie de guia prático de normas

---

[38] LADERO QUESADA, Miguel-Ángel. Marco histórico: Iglesia, sociedad y educación. In: BARTOLOMÉ MARTINEZ, Bernabe (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España. Edades Antigua, Meida y Moderna.* Madrid: Bibioteca de Autores Cristianos, 1995, p.127.

de comportamento social quanto assumem igualmente a forma de um ideário de educação religiosa e política.

As inúmeras e detalhadas referências normativas, que os textos manuelinos propõem sobre a arte do bom comportamento e do bom governo, sem dúvida alguma, convertem seu autor em um dos grandes representantes da pedagogia nobiliárquica medieval. Toda a sua formulação discursiva de caráter moralizante tem assim uma dimensão eminentemente pedagógica e instrutiva, que visa garantir e reforçar o estabelecimento de uma estreita relação de pertença da nobreza à alta posição hierárquica de seu estado social. Numa época de crise e afrouxamento dos laços sociais, a intencionalidade didática dos textos manuelinos atendia, pois, a necessidade primordial de ordenação e ajustamento da categoria nobre a um padrão disciplinar de excelência moral.

De acordo com Huizinga, a literatura surgida em fins da Idade Média reflete amplamente estas aspirações de conservação da ordem, nascidas no interior do extrato social da nobreza. Para o autor, os homens deste período, avessos a todo o tipo de evolução e transformação da vida política e social: "persistiam em considerar a nobreza como a mais elevada força social e atribuíam-lhe uma exageradíssima importância, desvalorizando o significado social das classes mais baixas".[39] De todo o modo, tratava-se de afirmar os fundamentos de uma hierarquia moral, como forma

[39] HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média.* Lisboa: Ulisséia, 1960, p.53-54.

de referendar os atributos e noções fundamentais de toda uma ordem social.[40] Em última instância, buscava-se sancionar moralmente os componentes hierárquicos e distintivos de um sistema de estratificação social baseado na ordem estamental. Tais aspectos servem de base para configuração de um *ethos* aristocráticos, que atua como forte fator de diferenciação social das elites nobiliárquicas face aos demais membros da sociedade. No âmbito particular das concepções imobilistas da sociedade baixo-medieval castelhana, como assinala também Luciana de Stefano:

> Pertenecer plenamente a un estamento significaba adquirir, hasta fundirlas con la própria sangre, por así decir, unas determinadas formas de vidas, más exigentes cuanto más alto era el estamento o el grado que se ocupaba dentro de él. Estas formas eran la configuración de un ethos, y se adquiriam mediante una educación orientada, no tanto a la aquisición de conocimientos objetivos cuanto a la formación de una personalidad dotada de un sentimiento aristocrático, en el sentido originário de la palabra.[41]

Em decorrência disso, a educação da nobreza constitui tema recorrente e matéria literária preponderante em seus escritos. No "Livro do Cavaleiro e do Escudeiro", por exemplo, o autor elege como centro da sua narrativa os ensinamentos transmitidos por um velho cavaleiro a um jovem e inexperiente escudeiro. O livro consiste basicamente numa breve exposição dos principais conhecimentos e valores morais constitutivos do modelo ideal do cavaleiro cristão. Neste texto, a figura do cavaleiro ancião desempenha, portanto, a função de orientar

---

[40] MARAVALL, J.A. Op.cit., p.458-459.
[41] STEFANO, Luciana de. La sociedad estamental en las obras de Don Juan Manuel.*Nueva Revista de Filologia Hispânica*, Venezuela, n.3-4,p.347-348.

e conduzir o ritual iniciático de aprendizagem do escudeiro nas virtudes e normas peculiares à Ordem de Cavalaria. Segundo D. João Manuel, a cavalaria representa o estado social mais honrado entre os leigos. Tal fato é decorrente do alto ideal que permeia sua atuação no corpo da sociedade, pois ao cavaleiro é atribuída a nobre missão de defender os demais membros da Cristandade. Sua superioridade na ordem social e política deve-se também, como observa D. João Manuel, "porque deste estado son los reys et los grandes sennores".[42] Para o autor, ao cavaleiro cristão corresponde um tipo específico de instrução, pois enquanto protetor da fé cristã e defensor dos povos, sua missão exige boa conformação física e conduta moral virtuosa.

O livro manuelino contém, assim, um resumo enciclopédico de saberes, que compreende desde princípios religiosos, noções de astronomia e de ciências naturais, ao lado de normas sociais e regras de cavalaria.[43] Para a elaboração desta obra, D. João Manuel teve como inspiração e modelo, especialmente, o Livro da Ordem de Cavalaria, de Ramon Llull, texto escrito entre os anos de 1279 e 1283.[44] Sobre a composição e o valor instrutivo de sua obra, diz D. João Manuel:

> Et commo quiere que este libro fizo don Johan en manera de fabliella, sabet, sennor infante, que es muy buen libro et muy aprouechoso. Et todas las razones que en el se contienen son dichas por muy buenas palabras el por los mas fermosos latines que yo

---

[42] JUAN MANUEL, Don. Livro do Cavaleiro e do Escudeiro. In: CASTRO Y CALVO, José Maria, RIQUER, Martín de. *Obras de Don Juan Manuel.* Barcelona: CSIC, 1955. p.13.
[43] STEFANO, Luciana de. Op.cit., p.338-340.
[44] LLUL, Ramon. *O Livro da Oedem de Cavalaria.* Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Giordano, 2000, p.XXV.

> nunca ou dezir en libro que fuese fecho en romance; et poniendo declarada mente et conplida la razon que quiere dezir, pone lo en las menos palabras que pueden seer.[45]

No "Livro Infinito", D. João Manuel esboça também um verdadeiro guia prático de conduta, destinado agora à instrução de seu filho, D. Fernando. Na obra, o escritor castelhano expõe toda uma série de conselhos de intenções moralizantes que estão voltados a orientar o comportamento político e social do jovem nobre.

Já o Livro dos Estados é uma das obras de maior relevância teórica e significação doutrinal dentro de toda a produção literária manuelina. O livro apresenta-se igualmente como uma obra de educação principesca e nobiliárquica, ao mesmo tempo em que constitui um notável tratado político-teológico e moral de doutrinação geral da sociedade cristã, escrita por um leigo.[46] "No Livro dos Estados" o autor desenvolve suas principais concepções teóricas sobre os pressupostos básicos de funcionamento da ordem social e política salientando suas idéias relativas ao governo dos príncipes e à organização das instâncias de poder. Os assuntos que mais preocupam a D. João Manuel nesta obra, vinculam-se diretamente a alguns

---

[45] Ibidem, p.9.

[46] O Livro dos Estados é uma das obras mais estudadas da produção intelectual de D. João Manuel. A obra tem sido considerada como um dos tratados doutrinais de maior significação para o entendimento das relações sociais na Baixa Idade Média castelhana. Sobre os traços primordiais que caracterizam e identificam a natureza teórico-doutrinal do Livro dos Estados. Ver: ARALUCE CUENCA, José Ramón. *El Libro de los Estados. Don Juan Manuel y la sociedad de su tiempo.* Madrid: Jose Porrua Turanzas, 1976. Outras obras importantes que abordam o amplo significado sócio-histórico do Livro dos Estados são: RODRÍGUES PUÉRTOLAS Julio. *Literatura, historia, alienacion.* Barcelona: Labor, 1976; STEFANO, Luciana de. La sociedad estamental en las obras de Don Juan Manuel.*Nueva Revista de Filologia Hispânica*, Venezuela, n.3-4, p.330-354; RUIZ, Maria Cecília. *Literatura y política: el Libro de los Estados y el Libro de las Armas de Don Juan Manuel.* Potomac-Maryland: Scripta Humanística, 1989; VICENS PEDRAZ, M. *El imaginário de la excelência corporal en el Libro de los Estados: cuerpo y sociedade e n la obra política de Don Juan Manuel.* Buenos Aires: Fundación Archipélago, 2002; LIDA DE MALKIEL, Maria Rosa. Três notas sobre Don Juan Manuel. In: *Estúdios de literatura española y comparada.* Buenos Aires: EUDEBA, 1966, p.92-133.

aspectos sócio-históricos característicos da sociedade baixo-medieval. Eles vão desde os aspectos referentes ao problema da salvação e à hierarquização da vida social até as questões relacionadas à formação moral dos Infantes e à instrução da conduta política dos governantes.

O "Livro dos Estados" é formado a partir de uma estrutura novelesca. O enredo da narrativa está centrado nas relações estabelecidas entre um rei pagão, Moravan, seu filho e herdeiro, o Infante Johas, Turin, o preceptor do príncipe, e Júlio, um pregador cristão. O curso da narrativa gira em torno de uma exposição detalhada da doutrina cristã, cuja finalidade primordial é a salvação da alma e a cristianização do jovem príncipe pagão. Ao lado destes preceitos de edificação religiosa, o texto expõe também uma série de ensinamentos práticos, destinados à preparação do Infante Johas nas funções de governo.

A obra, escrita entre os anos de 1327 e 1330, numa época de máxima turbulência política na vida de D. João Manuel, como sublinha Diego Catalán, precisa ser entendida a partir de sua estreita conexão com os violentos conflitos[47] que, por esta altura, o escritor travou com a monarquia castelhana. Durante estes anos, encontrava-se D. João Manuel sob o forte impacto de uma guerra permanente com o monarca Afonso X de Castela. Ultrajado profundamente em seu sentimento de honra senhorial, em virtude do episódio do abandono de sua filha pelo rei, o escritor não deixaria de refletir em sua atividade literária estas amargas experiências políticas e

[47] CATALÁN MENDENDÉZ PIDAL, Diego. Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí: el testimonio de la Crónica Abreviada. In: MACPHERSON, I. *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1981, p.17-51.

pessoais com a realeza castelhana.[48] No prólogo do “Livro dos Estados”, o próprio autor ressaltou as circunstâncias penosas em que escreveu a obra. Na dedicatória que redigiu ao Arcebispo de Toledo, D. João Manuel expressou, em tom confessional, as dores e os dissabores sofridos num tempo triste, de profundas e constantes mudanças. Conforme as palavras do nobre castelhano:

> Hermano senor don Johan arzobispo de Toledo: yo don Johan, fijo del infante don Manuel, adelantado mayor de la frontera et del regno de Murcia, me encomiendo en la vuestra gracia et en las vuestras sanctas oraciones. Hermano señor: vos sabedes que los tiempos et las cosas que en él nos acaescen mudan los fechos; et todos los filósofos et los profetas, et después los sanctos, segunt las cosas que lês acaescieron en cada tiempo, así decian et facian sus dichos et sus fechos, et aun todos los homes en este nuestro tiempo de agora así lo facen; ca segun lês acaesce en los fechos, así han de facer et de decir. Et por esta manera ogaño fiz un libro que vos envio, et fallaredes que los demás es fecho segund las cosas que entonce acaescieron ó que eran acaescidas (...). Por ende segun el doloroso et triste tiempo en que yo lo fiz, cuidando como podría acertar en lo mejor et mas seguro, fiz este libro que vos envio; et porque los homes non pueden tambien entender las casas por outra manera como por algunas semejanzas, compus este libro(...).[49]

Estas manifestações de uma sensibilidade de profundo pesar e infortúnio, que emanam fortemente do texto literário manuelino refletem, ao lado do seu sentido circunstancial e imediato de uma amarga experiência pessoal, a existência de todo

---

[48] Sobre a crise política da Coroa castelhana da primeira metade do século XIV e a obra literária de D. João Manuel, ver: RODRÍGUES-PUÉRTOLAS, Julio. *Literatura, historia, alienación.* Barcelona: Labor, 1976, p.49.
[49] JUAN MANUEL, Don. Libro de los Estados. In: PASCUAL DE GOYANGOS, Don. *Biblioteca de Autores Españoles.* Madrid: Atlas, 1952, p.282.

um amplo sentimento coletivo de pessimismo e insatisfação vivido socialmente pela nobreza européia em fins da Idade Média.[50] Naquele contexto de importantes transformações na ordem da sociedade, de insegurança e ameaças à posição hegemônica da aristocracia, acelerava-se um processo de crise e instabilidade geral. A reestruturação do poder monárquico e a emergência de novos grupos sociais no cenário político constituíram-se em fatores cruciais para acelerar as transformações sócio-históricas do período.[51]

Ao traçar o quadro das mudanças e dos desajustes sociais que marcaram o declínio da sociedade medieval, Huizinga chama a atenção acerca destes sentimentos de pesar e melancolia, que pautaram o comportamento, o quadro mental e a sensibilidade das elites aristocráticas desta época. No âmbito mais geral de suas manifestações culturais e mentais, tal sensibilidade encontrou grande eco e expressão nas obras dos cronistas e poetas laicos, que viviam nos ambientes dos círculos aristocráticos das cortes européias.[52] Para Huizinga, as freqüentes lamentações sobre a mudança dos tempos e os pesares do mundo são temas estruturantes e recorrentes em toda a literatura dessa época. Segundo o autor, certamente devia predominar na mentalidade da nobreza desses séculos uma ampla "disposição para a melancolia".[53] De acordo com Huizinga:

---

[50] HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média.* São Paulo: Verbo, 1978, p.33-35.
[51] Veja-se também: RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, Julio. Op.cit., p.45-46.
[52] No quadro sócio-histórico da monarquia castelhana, tal conjuntura de crise que atravessa a sociedade nobiliárquica baixo-medieval, corresponde ao que Salvador de Moxó qualifica de agonia da nobreza velha, processo que irá se prolongar até o advento da dinastia Trastâmara, em 1369. MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. *Cuadernos de Historia,* Madrid, n.3, 1969, p.14.
[53] HUIZINGA, Johan. Op.cit.,p.34-36.

> Tudo o que conseguimos saber do estado moral dos nobres revela uma necessidade sentimental de adornar a alma com as roupagens do pesar. È raro encontrar em que não venha afirmar que só vê misérias durante a sua vida (...). É curioso notar a variação de significados que a palavra melancolia apresenta no século XIV. As idéias de tristeza, de reflexão e de fantasia encontram-se misturadas neste termo.[54]

Partindo de uma investigação histórica ancorada, fundamentalmente, no estudo das fontes literárias, o autor nos oferece vários exemplos ilustrativos deste tipo de manifestação de tristeza e desgosto encontrado na sensibilidade do homem aristocrático da sociedade baixo-medieval. Nos séculos XIV e XV, na corte refinada dos duques de Borgonha e nos círculos dos escritores laicos do reinado de Carlos VII, estas constantes lamentações sobre um mundo que se transforma e se decompõe constituem temas importantes do movimento cultural do período. Conforme Huizinga, na corte francesa, o poeta Jean Meschinot escreveu, em tom profundamente pessimista:

> Tempo de dor e de tentação, / Idade de lágrimas, de inveja e de tormento, / Tempo de desânimo e de danação, / Idade que conduz ao aniquilamento, / Tempo cheio de horror que tudo produz falsamente, / Idade mentirosa, cheia de orgulho e de inveja, / Tempo sem honra e sem juízos, / Idade de tristeza que encurta a vida.[55]

---

[54] Ibidem, p.34.
[55] Ibidem, p.33.

As composições poéticas e cronísticas redigidas no decorrer destes séculos, mostram claramente estas percepções sobre os males da existência e da sociedade. De acordo com as observações levantadas por Huizinga:

> Georges Chastellain, o historiógrafo dos duques de Borgonha e chefe da escola de retórica borgonhesa, fala assim também no prólogo de sua crônica: 'Eu, homem triste, nascido num eclipse de escuridão e em densos nevoeiros de lamentações'. (...) O mundo de Deschamps, é como um velho caído na demência. Começou por ser inocente, depois foi sensato muito tempo, e justo, virtuoso, forte: 'Agora [o mundo] é covarde, decadente, velho ambicioso; não fala que se entenda/ só vejo mulheres e homens loucos.../ o Fim aproxima-se, na verdade/ tudo vai mal'.[56]

No que se refere à emergências destas formas de expressão dos sentimentos de pesar e de pessimismo na cultura aristocrática, deve-se observar que, no caso dos textos dos escritores da corte de Borgonha e da Casa Real francesa, estes pesares da vida cotidiana nada têm de um conteúdo propriamente religioso. Por conseguinte, não são frutos de uma moral ascética de piedade devocional e de renúncia à vida mundana. Na análise desta questão, nos propõe Huizinga:

> O pessimismo desta espécie nada tem que ver com a religião. Deeschamps apenas dá um leve significado piedoso às suas reflexões. Desânimo e tristeza são o que se encontram no fundamento delas, não piedade. Um desprezo pelo mundo, que é dominado pelo medo dos trabalhos e dos desgostos, da doença e da idade, nasce, por ascetismo do homem fatigado, da desilusão e da

[56] Ibidem, p.35.

> sociedade. Nada tem de comum com a religião a não ser a terminologia. Assim, sempre e por toda a parte, na literatura da época, encontramos uma confissão de pessimismo.[57]

Neste último aspecto, no entanto, o texto castelhano apresenta uma peculiaridade e uma conotação diversa dos escritos saídos da corte borgonhesa, pelo menos naqueles registros literários enfocados e explorados por Huizinga em sua análise. No caso da obra castelhana, evidentemente, o sentido religioso e doutrinal é um dos seus elementos estruturantes.[58] Do ponto de vista de sua forma e estrutura, o 'Livro dos Estados" é um tratado didático-moralizante.[59] Nesta perspectiva, o livro reflete amplamente a intencionalidade política e moral do autor.

Com efeito, é dentro de circunstâncias extremamente adversas que, em 1327, em profunda dissidência política com o rei Afonso X, perseguido pela Coroa e refugiado junto a seu Castelo de Garcia Munhoz, D. João Manuel, após escrever o "Livro do Cavaleiro e do Escudeiro", dá início ao "Livro dos Estados".[60] Assim, longe de apresentar uma elaboração intelectual simplesmente casual, esta obra é portadora de um aguçado sentido político e de fortes elementos teóricos-doutrinais. De fato, a instrumentalização política de sua escritura, sem dúvida alguma, constitui um aspecto fundamental da obra do aristocrata castelhano. Em sua dimensão de estratégia político-literária, o Livro dos Estados corresponde a uma tentativa de

---

[57] Ibidem, p.36.
[58] SAVOYE DE FERRERAS, J. Forma dialogada y visión del mundo en el "Libro de los Estados" de Don Juan Manuel. *Criticón*, n.28, Institut d'Etudes Hispaniques et Hispano-Americains, Université de Toulouse, 1984, p.18.
[59] BENITO Y DURÁN, Angel. *Filosofia del Infante Don Juan Manuel.* Alicante: Excma. Diputación Provincial de Alicante, 1972, p.58.
[60] CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí: el testimonio de la Cronica Abreviada. In: MACPHERSON, J. (Ed.). *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1981, p.18-20.

reconstrução da imagem e da honra senhorial do escritor. Como propõe Maria Cecília Ruiz, em sua interpretação do texto manuelino:

> Habiendo sido deshonrado, la guerra fue uno de los recursos de que diponía don Juan Manuel para recuperar la honsra; obviamente escribir fue se segundo recurso. El Libro de los Estados cumple la función de restaurar su honra, recoger y levantar su imagen caída, reproduciéndola en su entereza, firmeza y gloria, al estabelecerse como autoridad de la matéria que maneja (don Juan Manuel, autor), y como ejemplo y modelo que seguir, introdociéndola como tal en su propoa obra (don Juan Manuel, personaje).[61]

Com efeito, o "Livro dos Estados" constitui uma formulação discursiva de D. João Manuel para salvaguardar a posição política proeminente de seu estado social, diante das ameaças do poder monárquico e do quadro de instabilidade da sociedade em que vivia. Neste sentido, a obra do aristocrata castelhano responde a um desejo profundo de ordem e de afirmação do sistema tradicional de organização da hierarquia social. A estrutura de composição da obra é reveladora destes objetivos políticos e sociais do escritor.[62]

O "Livro dos Estados' está dividido em duas partes fundamentais.[63] A primeira,

---

[61] RUIZ, Maria Cecília. *Literatura y política: el Libro de los Estados y el Libro de las Armas de Don Juan Manuel.* Potomac-Maryland: Scripta Humanística, 1989, p.16.
[62] MARAVALL, José Antonio. Op.cit., p.28.
[63] No que se refere à composição e ao modo de sistematização dos assuntos enfocados na obra, ver: GIMENO CASALDUERO, J. El "Libro de los Estados" de Don Juan Manuel: composición y significado. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.149-161. De acordo com o autor, este texto de D. João Manuel evidencia todo um trabalho de organização dos assuntos tratados. Para Casalduero: "Mediante un plan y con un diseño se ha construido el Libro de los Estados. En efecto, la obra se compone de dos libros; pero, en realidad, éstos se distribuyen en tres partes: los cien capitulos del primer libro; los cincuenta del segundo; y un capitulo más que el libro segundo incluye: el 51. La parte primera trata de las distintas leyes (religiones) y de los estados laicos; la segunda, también de las distintas leyes y de los estados de los clérigos seculares; la tercera, de los estados de los clérigos que pertenecen a las órdenes religiosas. Además presenta el libro (...) una obra dentro de otra; es decir, lo que escribe el autor y lo que escribe Julio, el personaje".

apresenta uma descrição detalhada dos diferentes estados sociais, que correspondem precisamente à esfera de atuação dos leigos na sociedade. A segunda, ao contrário, está direcionada exclusivamente a abordar o papel do estamento eclesiástico na ordem social. Sobre a estrutura de composição da obra e dos assuntos nela tratados, diz D. João Manuel:

> Este libro compuso don Johan, fijo del muy noble infante don Manuel, adelantado mayor de la frontera et del reino de Murcia, et fabla de las leyes et de los estados en que viven los homes, et ha nombre el Libro del Infante, ó el Libro de los Estados, et es puesto en dos libros: el primer libro fabla de los estados de los legos, e tel segundo fabla de los estados de los clérigos, e tel primero ha cient capítulos, e ten el segundo ha cincuenta capítulos.[64]

A finalidade maior da obra é apresentar e correlacionar a ordem divina e o problema da salvação com a hierarquia social constitutiva da sociedade terrena. A teoria dos estados está fundamentada precisamente nas determinações religiosas e morais, que definem a cada homem uma posição social e sua integração a um determinado estamento particular da sociedade. A própria utilização do termo "estado", à época, comporta duas acepções básicas.[65] Elas referem diretamente aos seguintes sentidos: estado, enquanto indicativo de situação, circunstância ou modo de estar; estado na acepção de um grupo ou categoria social. Em sua obra, D. João Manuel emprega o termo nas duas acepções, no primeiro caso, especialmente quando diz: "(...) la primera cosa que yo entiendo que vós devedes fazer para salvar

---

[64] JUAN MANUEL, Don. Libro de los Estados. Op.cit., p.278.
[65] STEFANO, Luciana. Op.cit., p. 331.

el alma et ponerla en buen estado, es que ayades ley en que creades". Na segunda acepção, quando afirma, por exemplo, que: (...) fablé primeramente en los estados de los fijos dalgo, que son los nobles defensores".[66]

Em conformidade com a cosmovisão teocêntrica da sociedade medieval, D. João Manuel elabora toda uma argumentação em defesa de uma estrita ordenação da vida social. Tomando por base uma série de correspondências e paralelismos entre a ordem da Providência divina e os pressupostos de manutenção da ordem terrena, o autor propõe um modelo de sociedade totalmente hierarquizado e seletivo. Neste âmbito, D. João Manuel utiliza-se de um esquema teórico de classificação e interpretação da ordem social comum às diversas sociedades européias do Ocidente medieval. A obra enquadra-se, pois, na chamada ideologia da trifuncionalidade social, como a definiu o historiador Georges Duby.[67] Assim, no Livro dos Estados, D. João Manuel apresenta uma exposição doutrinal baseada na concepção ideal de uma sociedade dividida harmônica e hierarquicamente em três estados fundamentais: os defensores, os oradores e os lavradores. Embora o autor identifique também a outros estados na escala hierárquica das funções sociais, estes são considerados os mais importantes. Segundo D. João Manuel, "(...) dígovos que todos los estados del mundo se encierran en três: al uno llaman defensores et al otro oradores et al otro labradores".[68]

---

[66] JUAN MANUEL, Don. Libro de los Estados. Op.cit., p.337.
[67] Para uma compreensão mais pormenorizada dos pressupostos ideológicos da concepção trifuncional do medievo, ver: DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo.* Lisboa: Estampa, 1982, p.18.
[68] JUAN MANUEL, Don. Libro de los Estados. P.336.

Estes três estados são definidos a partir de um critério eminentemente funcionalista e organicista da sociedade. Os defensores devem exercer a função diretiva da sociedade, assumindo o exercício das armas e o papel de governo. Os oradores devem desempenhar a função dedicada a salvação da comunidade e os lavradores ocupam-se do trabalho e da sustentação da vida material da sociedade. Nesta concepção funcionalista, a sociedade é representada como um verdadeiro corpo onde, cada membro atuando em sua respectiva função, contribui para a condução harmônica da vida social. Esta formulação tripartida da sociedade segundo a qual cada membro deve cumprir com as obrigações e deveres da sua ordem se converteu em lugar comum nas formulações ideológicas da Idade Média.[69] Desenvolvida desde os séculos X e XI pelos membros do clero, a concepção da trifuncionalidade social foi reincorporada e adaptada por D. João Manuel à sociedade de sua época. A partir desta construção ideológica, o aristocrata castelhano elabora toda uma argumentação em defesa de uma estrita ordenação dos papéis sociais. Conforme observa Araluce Cuenca:

> La razón para conformarse con un estado o con otro es que de esa manera la obtención de la vida eterna está asegurada por la conduta en la tierra. Se nos asegura repetidas veces que la conformidad con el próprio estado no solo nos traerá la felicidad humana, sino que al conformarmos de esta manera con la voluntad divina tendremos el premio correspondiente en la vida eterna.[70]

---

[69] DUBY, Georges. Op.cit., p.15-18.
[70] ARALUCE CUENCA, J. R. *El Libro de los Estados. Don Juan Manuel y la sociedad de su tiempo.* Madrid: Jose Porrua Turanzas, 1976, p.42.

Evidentemente, trata-se do estabelecimento de uma justificação ético-religiosa para a manutenção de um rígido sistema de estratificação social. Neste sentido, o "Livro dos Estados" de D. João Manuel corresponde aos seus ideais de conservação da ordem social e política, que garantia aos altos círculos nobiliárquicos um lugar diretivo e proeminente na sociedade do período.

Outra obra extremamente significativa de D. João Manuel é o seu livro de contos moralizantes e instrutivos do comportamento sócio-moral, o "Livro do Conde Lucanor".[71] No âmbito geral das obras da prosa manuelina, o "Livro dos Exemplos do Conde Lucanor e de Patrônio" constitui um dos textos mais importantes e de maior expressividade narrativa e literária, compostos na primeira metade do século XIV. Impresso pela primeira vez em 1575, sob os auspícios de uma bela edição organizada por Argote de Molina, o "Livro do Conde Lucanor", como é conhecido, mais particularmente, o texto literário do escritor tem sido uma de suas obras mais lidas, destacando-se, assim, por sua notável ressonância cultural.[72]

Desse ponto de vista, o livro contribui também, de maneira decisiva, para situar o escritor castelhano entre os grandes contistas da literatura européia medieval, ao lado de figuras como a do inglês Geoffrey Chaucer, com os seus "Contos da Cantuária". E a de Giovanni Boccaccio, com o célebre "Decameron". Já

---

[71] Os estudos de cunho literário e histórico sobre o "Livro dos Exemplos do Conde Lucanor e de Patrônio" comportam uma vastíssima bibliografia. Para tanto, ver: DEVOTO, Daniel. *Introducción al estudio de Don Juan Manuel y en particular de El Conde Lucanor: una bibliografía.* Madrid: Castalia, 1972, MACPHERSON, I. Los cuentos de un gran Señor: la doctrina de el Conde Lucandor. In: RICO, Francisco. (Dir.). *Historia y critica de la literatura española.* Barcelona: Crítica, 1980, p.197-201.

[72] DEYERMOND, A.D. *Historia de la literatura española. La Edad Media.* Barcelona: Ariel, 1999, p.241.

Marcelino Menéndez y Pelayo, em sua obra “Orígenes de la novela”, sublinhava o importante papel ocupado pela prosa manuelina na história da literatura européia, com os seguintes comentários: “La obra capital de Don Juan Manuel, la obra maestra de la prosa castellana del siglo XIV, la que comparte con el Decamerón la gloria de haber criado la prosa novelesca en Europa (...).[73]

De modo bastante distinto, porém, dos temas de sátira social e dos traços acentuadamente picantes, que caracterizam boa parte das obras destes importantes contistas da Baixa Idade Média, a prosa de D. João Manuel esteve praticamente orientada pela austeridade dos seus quadros narrativos de que serve para atingir seus altos propósitos edificantes e de edificação moral do comportamento social. Ainda que não se possa excluir de todo a existência de uma certa dose de humor e leveza, em alguns de seus contos, o “Livro do Conde Lucanor” é marcado, principalmente, pela sobriedade narrativa.

A obra compreende basicamente uma coleção de cinqüenta e um contos, além de um conjunto variado de apólogos, de provérbios e sentenças morais de rico conteúdo sapiencial. O eixo da narração gira em torno da personagem do Conde Lucanor e da figura de seu conselheiro Patrônio. O desenrolar de cada historieta apresentada por D. João Manuel tem como ponto de partida o enunciado de uma questão específica de conduta social. Dentro dessa disposição, o autor trata de inscrever a essência das lições de caráter sapiencial que pretende ressaltar,

[73] MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino. *Orígenes de la novela. Nueva biblioteca de autores españoles.* Madrid: Bailly/Bailliere, 1925, p.35.

concluindo cada conto com uma breve sentença moral. Na figura do sábio conselheiro manifesta-se a intenção do autor em proporcionar uma série de ensinamentos sócio-morais e religiosos de máxima utilidade para a perfeita condução da vida prática. Sobre essa finalidade da obra, o escritor expõem claramente no texto:

> Este libro fizo don Johan, fijo del muy noble infante don Manuel, deseando que los omnes fiziessen en este mundo tales obras que les fuesen aprovechosas de las onras e de las faziendas e de sus estados, e fuesen más allegados a la carrera porque pudiesen salvar las almas. E puso en él los enxiemplos más aprovechosos que él sópo de las casas que acaecieron, por que los omnes puedan fazer esto que dicho es.[74]

Tal é o caráter didático e exemplar expresso nas historietas narradas no corpo do texto. Em função disso, como ocorre com freqüência na maioria das obras de natureza instrutiva produzida neste período, o autor utiliza-se de uma forma de exposição narrativa baseada no emprego de estratégias retóricas corporificadas no exemplo.[75] Este, ao possibilitar mais facilmente a demonstração de noções e princípios gerais, através de comparações e argumentos concretos, se converte num dos meios didáticos fundamentais para ensinar moralidades e questões práticas para dirigir a vida cotidiana. De qualquer maneira, levando também em conta o baixo nível de instrução geral apresentado pela nobreza em sua época, D. João Manuel procura cercar-se de todos os recursos disponíveis e mais apropriados a melhor transmissão

---

[74] FLORY, David A. *El Conde Lucanor: Don Juan Manuel en su contexto historico.* Madrid: Pliegos, 1995, p.40.
[75] DEVOTO, Daniel. Op.cit., p.150-153.

e compreensão dos ensinamentos propostos. É em relação a estes aspectos de ordem instrutiva e cultural, que a preocupação do autor com os procedimentos formais da escrita literária torna-se mais evidente. D. João Manuel concebe estes elementos escriturais como pontos imperativos no trabalho de composição se suas obras. De qualquer modo, pode-se dizer que seus esforços estão dirigidos também a melhor formação intelectual do grupo social a que pertence. Como assinala Flory:

> Don Juan Manuel, hombre inteligente que se vale del ejemplo como médio de expresion, necessariamente se preocupa por los muchos problemas de la vida dentro de la sociedad. Uno de los deberes exigidos por su estado y fe cristiana fue la dirección, osea la ejemplaridad. Como ya hemos visto, se sentía autorizado a participar en la instrucción de legos, y mientras si desculpaba por su falta de educación en la filosofia.[76]

Neste sentido, a orientação didática que encontramos em suas obras está diretamente associada também à precariedade dos meios culturais de sua época, onde o predomínio do setor letrado permanece ligado às fileiras do clero e, onde as dificuldades da leitura e da aprendizagem são fenômenos peculiares à sociedade européia. O interesse do autor por essas questões pode ser visto amplamente em seus textos, conforme suas próprias palavras:

> E porque cada omne aprende mejor aquello de que se más paga, por ende el que alguna cosa quiere mostrar a outro, devegelo mostrar en la manera que entendiere que será más pagado el que lo ha de aprender. E porque a muchos omnes las cosas sotites non les

[76] Ibidem, p.41.

> caben en los entendiemientos, porque non las entienden bien, non toman plazer en teer aquellos libros, nin aprender lo que es escripto en ellos. E por que non toman plazer en ello, non lo pueden aprender nin saber así como a ellos cumplía. Por ende, yo don Johan, fijo del infante don Manuel, adelantado mayor de la frontera e del regno de Murcia, fiz este libro compuesto de las más apuestas palabras que yo pude, e entre las palabras entremetí algunos enxiemplos de que se podrían aprovechar los que los oyeren.[77]

Nesta obra são expostas, assim, as linhas mestras pelas quais o escritor consolida definitivamente seu interesse pelos temas instrutivos e sua vocação de educador da nobreza, que alia o sentido doutrinal com o gosto estético na expressão das idéias e dos ensinamentos propostos para a vida social. Como se pode observar no quadro abaixo, o autor recolhe e seleciona em sua obra um rico conjunto de ditos sapienciais de sentenças e provérbios voltados à orientação da conduta individual e social a partir de contextos e situações vivenciais diversas.

Provérbios do Conde Lucanor	**Página**
En las cosas que há muchas sentencias, non se puede dar regla geral.	314
El más complido de los omnes es el que cognosce la verdat e la guarda.	314
Más val omne andar desnuyo, que cubierto de malas obras.	316
Quien ha fijo de malas maneras e desavergonzado e non recibidor de buen castigo, mucho le seria mejor nunca haver fijo.	316
Mejor sería andar solo que mal acompañado.	316
Más valdría seer omne soltero, que casar con mujer porfiosa.	316
Sabio es el que sabe soffrir e guardar su estado en el tiempo que es turbio.	316
El que más segue la voluntad que la razón, trae el alma e el cuerpo en grand periplo.	316
Qual omne es, con tales se acompaña.	317

[77] JUAN MANUEL, Don. *Libro de los enxiemplos del Conde Lucanor e de Patronio*. Alfonso Sotelo (Ed.). Madrid: Cátedra, 1993, p.71-73.

Mejor es perder faziendo derecho, que ganar por fazer tuerto, ca el derecho ayuda al derecho.	317
Por riqueza, nin pobreza, nin buena andanza, nin contraria, non debe omne pararse del amor de Dios.	317
Quanto es mayor el subimiento, tanto es peor la caída.	318
La mayor desconosciência es quien non conoce assí, pues cómo conozráa otri?	318
El que es sabio sabe ganar perdiendo, e sabe perder ganando.	318
El que sabe, sabe que non sabe; el que non sabe, cuida que sabe.	318
El rey rey, reina; rel rey non rey, non reina, mas es reinado.	319
Espantosa cosa es eseñar el mudo, guiar el ciego, saltar el contrecho; más lo es decir buenas palabras e fazer malas obras.	319
Venturado e de buen seso es el que fijo caer a su contrario en el foyo que fiziera para en que él cayesse.	319
Quien quiere que sus casa está firme, guarde los çimientos , los pilares e el techo.	319
El mejor pedazo que ha en él omne es el corazon; esse mismo es el peor.	319

JUAN MANUEL, Don. *Libro de los enxiemplos del onde Lucanor e de Patronio.* Alfonso Sotelo (Ed.). Madrid: Cátedra, 1993.

EL CONDE LVCANOR.

Compuesto por el excelentissimo principe don Iuan Manuel, hijo del Infante don Manuel, y nieto del sancto rey don Fernando.

Dirigido

Por Gonçalo de Argote y de Molina, al muy Illustre señor DON PEDRO MANVEL Gentil hombre de la Camara de su Magestad, y de su Consejo.

Impresso en Seuilla, en casa de Hernando Diaz. Año de 1575.

CON PRIVILEGIO REAL.

Conde Lucanor

(Primeira impressão tipográfica)

3.2. O Livro das Armas e os ideais de conduta

O “Livro das Armas” é essencialmente uma narrativa histórico-novelesca, que se integra a todo um amplo conjunto de obras da literatura nobiliárquica medieval, cuja mensagem fundamental destina-se a reforçar o poder e a conferir maior prestígio social aos membros das casas aristocráticas. Em linhas gerais, como observa Duby, o estabelecimento destes escritos de base genealógica corresponde, freqüentemente, ao anseio político das elites aristocráticas de dar sustentação e legitimidade a um poder linhagístico. Afora isso, toda essa literatura mostra também uma forte preocupação com a transmissão e a conservação da honra senhorial conferida às grandes estirpes nobiliárquicas. Segundo o autor, “não há linhas, não há casas nobres antes que a honra se torne francamente hereditária”.[78]

Neste sentido, o “Livro das Armas” de D. João Manuel é construído sob a forma de um discurso eminentemente laudatório da honra e do padrão de

---

[78] Em seu texto “Observações sobre a literatura genealógica em França, nos séculos XI e XII”, George Duby chama a atenção sobre a importância que tem o estudo da literatura genealógica, principalmente, para o conhecimento da mentalidade e das relações de parentesco na aristocracia. De acordo com o autor: “Os antepassados revestem-se assim de outra aparência na consciência de seus descendentes. Não somente transmitiram os títulos de poder político, mas também uma herança de glória, uma ‘honra’ – tomemos desta vez a palavra no sentido moderno do termo – de que os herdeiros devem mostrar-se dignos. Ao tornar-se exemplar, esta literatura insere-se perfeitamente no clima de concurso permanente que banha, em torno do príncipe, o ambiente dos jovens. Contribui para a construção de sua moral peculiar. O estudo deste gênero de escritos mostra-se também suscetível de trazer um útil contributo para a história da ética da cavalaria e para a formação de uma consciência de classe cujo papel é fundamental na evolução, nesta época, da noção de nobreza”. DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca.* Lisboa: Teorema, 1989, p.165-168. Sobre a literatura aristocrática desenvolvida na sociedade medieval ibérica, veja-se: MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder.* Lisboa: Estampa, 1980. Também a compilação de textos: MATTOSO, José. *Narrativas dos livros de linhagem.* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983 (seleção, introdução e comentários). Para uma abordagem da cultura aristocrática hispânica, veja-se: BECEIRO PITA, Isabel. *La conciencia de los antepasados y la gloria del linaje en la Castilla bajomedieval. Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna. Aproximaciones a su estudio, obra compilada por Reyna Pastor.* Madrid: CSIC, 1990, p.329-349.

exemplaridade ética da conduta da estirpe Manuel. A obra atua, portanto, em defesa de um modelo idealizado de comportamento, que outorga um papel sócio-político proeminente aos altos escalões da sociedade aristocrática linhagística. Do ponto de vista histórico e literário, o "Livro das Armas" tem sido valorizado também como um importante texto autobiográfico, onde o autor integra à narrativa suas próprias experiências pessoais. Mas, como adverte Giménez Soler, se trata de uma construção autobiográfica de caráter altamente glorificador. Para o autor, o texto manuelino constitui:

> (...) una especie de autobiografia; pero escrita em su própria glorificación; don Juan Manuel se siente em ella nieto de San Fernando y superior a cuantos descendían Del mismo tronco; don Juan Manuel contrapone las bendiciones y herencia que su padre don Manuel recibió del suyo a las maldiciones que recibieron los hermanos de su padre y que el linaje transmitió a sus herederos.[79]

Dentro do âmbito da literatura genealógica medieval, o núcleo temático e os relatos da obra manuelina evidenciam, contudo, algumas especificidades escriturais bem marcantes. Em primeiro lugar, porque a obra não apresenta a configuração de uma linha de sucessão genealógica formal dos antepassados do escritor. A obra não é, portanto, um livro propriamente de linhagens, no sentido de apresentar um esquema formal de genealogias, pois, não contém a abrangência de um nobiliário de sucessão familiar. Entretanto, o livro insere-se também visceralmente no sistema de valores da cultura aristocrática, que tem na valorização da procedência nobre de

[79] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. Op.cit., p.213.

linhagem e nas relações de parentesco, os seus eixos básicos de referência social.[80] A memória familiar reconstituída no texto manuelino baseia-se na recordação das histórias narradas por membros de sua parentela ou por pessoas ligadas estreitamente à esfera privada de sua casa. O autor restringe o campo de sua narrativa a um reduzido número de figuras de especial prestígio social e poder de mando dentro do sistema político dos reinos ibéricos. O texto compõe-se basicamente de relatos breves, centrados na memória de episódios da história familiar e política dos monarcas hispânicos e de alguns representantes da alta nobreza, notadamente os infantes e figuras proeminentes da Casa Real de Castela e da Coroa de Aragão.[81] O processo de construção e transmissão da memória linhagística, tal como se encontra exposto na obra de D. João Manuel, manifesta-se, pois, de modo bastante recortado e restritivo. Este aspecto da obra nada tem, contudo, dos incessantes lapsos do esquecimento que toda memória individual ou coletiva pode comportar. [82] Não se trata, portanto, propriamente de esquecimento, mas de um critério de seletividade posto em vigor pelo autor, no momento de composição da obra. É necessário sublinhar que D. João Manuel re-elabora sua história familiar em função de sua identidade social, de seus interesses específicos em demonstrar a relevância de sua estirpe e a importância de sua posição na sociedade das figuras retratadas no texto e que compõem a base da sua narrativa.

---

[80] MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder.* Lisboa: Estampa, 1980, p. 26.
[81] RUIZ, Maria Cecilia. Op.cit., p.
[82] A esse respeito, ver: CUESTA BUSTILLO, Josefina. *Memoria e história.* Madrid: Marcial Pons, 1998, p.12-16. Além desta obra pode-se consultar também: LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: UNICAMP, 1992, p.451.

Nas obras da literatura familiar da Idade Média, o lugar da memória linhagística é também o lugar do poder e da proeminência social das relações de parentesco.[83]

Afora isso, o "Livro das Armas" se distingue de outros textos da literatura aristocrática medieval, porque ao mesmo tempo em que evidencia um forte sentimento de consciência social de linhagem, assinala também o surgimento de um processo crescente de individuação e singularização na descrição das figuras históricas retratadas.[84] No que se refere, mais precisamente, à concepção de linhagem em D. João Manuel, é preciso reportar-se também a outros textos de sua produção literária. Em virtude disso, como expressão máxima desta forte consciência de estirpe, cabe ressaltar que o próprio escritor procura assinalar no "Livro Infinito" a noção de linhagem, salientando a importância e o significado da coesão das relações parentais, para a sua manutenção do poderio das grandes Casas. A esse respeito, suas observações acerca do significado dos vínculos estreitos que devem reger as relações internas no seio das estruturas linhagísticas são bastante esclarecedoras.[85]

---

[83] DUBY, Georges. Op,cit., p.168-169

[84] Para Beceiro Pita e Cordoba de La Llave, os séculos XIII e XIV indicam o desenvolvimento de uma forte consciência de linhagem nas famílias aristocráticas castelhanas. Segundo os autores: "desde los años centrales del siglo XIII se hace explícita la conciencia de linage. Se atestiga, em primero lugar, en la mención del término en los textos narrativos y jurídicos. Se encontra (…) con relativa abundancia a partir de los años centraes de la centuria, y fundamentalmente en los códigos alfonsinos y en la obra de Don Juan Manuel", p.73.

[85] Segundo mostra Rodríguez Puértolas, no quadro das relações sócio-políticas de caráter ainda fortemente feudal, tanto fora como no interior das estirpes, constitui condição importante para a sobrevivência e conservação da vida senhorial. Para o autor: "Dentro de este esquema de sospecha y sobressaltos, y dentro también Del sistema de relaciones feudal, es de fundamental valor contar com parilentes, allegados y amigos que se agrupen em torno al gran señor. PUÉRTOLAS-RODRIGUEZ, Julio. *Literatura, historia, alineación*. Barcelona: Editorial Labor, 1976. p. 56.

Nelas, o escritor reitera sua preocupação com a rede de solidariedade intragrupal, aspecto que constitui fator basilar para assegurar a estabilidade e o poder social das grandes casas nobiliárquicas. Conforme D. João Manuel:

> La segunda manera, de amor de linage, es quando omne á linage con otro [et] conviene quel ame por la linaje, [et quanto el linaje] es mayor et más acercado, tanto debe ser el amor mayor. Et este nombre de linaje es sacado [de linha], ca linaje quiere decir tanto commo linna de generación. Et commo quier que naturalmente los que son de un linaje se deven amar, porque a las vezes non lo fazen todos commo devríen, conséjovos que por muy pariente que sea, que ante provedes lo que tenedes en él [ante que] mucho vos aventuredes por él. Et desque lo oviéredes provado, obrad con él commo biéredes quél obra convusco, toda vía faziendo vos más por él, que él por vos, porque finquedes dél siempre sin verguença. Et la prueba desto es que qualquier que esto fizo se falló ende bien et el contrario.[86]

A partir disso, pode-se dizer que o escritor desenvolve uma percepção bastante clara de que, junto aos importantes imperativos do parentesco de sangue[87], outros elementos das trocas afetivas e da convivialidade, devem associar-se para

---

[86] JUAN MANUEL, Don. Libro Infinido. In: BLECUA, J.M. *Don Juan Manuel. Obras completas.* Madrid: Gredos, 1982, p.129.

[87] De acordo com Beceiro Pita e Ricardo Córdoba da la Llave, a literatura baixo-medieval proporciona informações e dados significativos para o conhecimento dos modos de expressão dos afetos e da sensibilidade. Porém, como observam os autores: "El estudio de la sensibilidad colectiva y sus manifestaciones y, más concretamente, del ámbito de las relaciones afectivas es uno de los que plantea más problemas al historiador. Para la época medieval se hace particularmente evidente. A la dificultad para sistematizar el sentimiento en cualquier época, por su carácter aleatorio, hay que unir las propias del investigador inmerso en un sistema de valores diferentes, como es el actual, y las limitaciones impuestas por el número y tipología de las fuentes documentales. En efecto, algunos historiadores consideran el sentimiento familiar como algo propio de la sociedad contemporánes. Inconscienyemente, se da en ellos una sobrevaloración de la época actual y de nuestra concepción del afecto como la única válida".

cimentar a solidez e a unidade da estrutura familiar linhagística. Conforme assevera o escritor, quanto mais alta a posição da linhagem, maior deve ser a amizade entre seus membros. Evidentemente, D. João Manuel manifesta uma aguda consciência das discórdias e querelas que engendram a conflitividade familiar e ameaçam a estabilidade das estirpes. A consciência genealógica produz assim uma nova sensibilidade aristocrática face ao papel dos laços afetivos e dos valores dentro das próprias estirpes. Tais elementos contribuem para dar uma marca mais psicológica às relações familiares.

Com efeito, para a manutenção da força de cada estirpe tornava-se necessário o reforço permanente de um sistema moral apto a regular as relações dentro do grupo familiar. Além disso, a sólida formação moral dos membros de uma alta Casa nobiliárquica atendia também aos imperativos e anseios de projeção social externa da linhagem.[88]

Em vista de todos estes aspectos, a obra manuelina tem uma importante função normatizadora e educativa, na medida em que a linhagem familiar constitui tanto um poder quanto um meio, por excelência, na transmissão de valores, e atitudes compatíveis com a honra familiar. Embora a noção de estirpe tenha sua estrutura basilar, no sentido de pertença a um agrupamento de sangue e de sustentação hereditária, o Livro das Armas evoca largamente o binômio: nascimento e cultivo dos bons costumes. A obra dá ênfase, portanto, aos imperativos morais e

---

[88] FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Lisboa: Estampa, 1992, p.23-24.

aos deveres que o nobre deve ter para com a conservação da honra da linhagem ancestral.

O propósito principal da obra de D. João Manuel é o de exaltar a superioridade moral, o poder e a proeminência de sua linhagem face aos membros da família Real de Castela (reis, rainhas, infantes). Neste sentido, o "Livro das Armas" é portador de um discurso político-moral, que procura afirmar o poder de sua Casa nobiliárquica, mediante a descaracterização ética e política da autoridade régia da coroa castelhana,[89] especialmente a partir da linha de sucessão dinástica saída de Afonso X.

O "Livro das Armas" foi uma das últimas obras produzidas por D. João Manuel. Escrito entre os anos de 1342-1345, o texto responde historicamente às intermináveis preocupações políticas do aristocrata castelhano com a manutenção do seu estado social e a estabilidade do poder de sua linhagem. Por esta época, embora já estivesse reconciliado com o rei Afonso XI de Castela, o escritor não deixou de alimentar suas antigas desconfianças e os ressentimentos acumulados ao longo dos anos contra o monarca.[90] Dentro deste quadro, pode-se dizer que o estabelecimento de relações amistosas com o rei castelhano, na verdade, não

---

[89] Os estudos mais significativos sobre o Livro das Armas estão centrados, fundamentalmente, numa abordagem de âmbito literário. De um modo geral, os estudiosos da obra concentram suas análises e investigações nos aspectos estilísticos e formais do texto manuelino. Sobre estas questões, veja-se: DEYERMOND, Alan. Cuentos orales y estructura formal en el Libro de las Tres Razones (Libro de las Armas). In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.75-87; REVENGA, Francisco Javier Díez de. El Libro de las Armas de Don Juan Manuel: Algo más que un libro de historia. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.103-116.
[90] PRETEL MARÍN, Aurélio. Op.cit., p.99.

representou, de fato, a instauração efetiva de uma paz honrosa para o nobre. De acordo com as palavras de Giménez Soler:

> Don Juan Manuel había querido una vez más hacer pagar al Rey los agravios recibidos y una vez más había triunfado el Rey; ahora no pudo gloriarse como antes de haber logrado una paz vantajosa; materialmente conservaba sus bienes, pero en Escalona, villa donde nació y en tres de sus fortalezas los alcaides eran vasallos del Rey y no suyos; uno de los castillos de Peñafiel, de aquellos que labró con dineros de Don Sancho, había arrasado y estas mermas de su poder mermaron considerablemente su influencia y lo sometieron para lo sucesivo al poder real. (...) no vió en el nuevo monarca un hombre enérgico, sin escrúpulos morales, amante de su autoridad.[91]

Nesse sentido, a obra manuelina revela-se como um notável prolongamento ideológico de suas lutas políticas contra o monarca castelhano. Assim, o "Livro das Armas" constitui também uma obra onde o autor utiliza amplamente a escritura literária, como importante instrumento de desforra e combate político, através do qual pretende estabelecer um ataque virulento contra os desregramentos e vícios de conduta apresentados pelos reis da Coroa de Castela. D. João Manuel constitui uma figura de caráter marcadamente ambíguo e controvertido, entre sua vida política e seus altos ideais morais manifestados em toda a sua obra literária, sem dúvida, afloram constantemente profundas contradições. Se em suas primeiras obras literárias teve na figura de Afonso X um exemplo de sabedoria e de monarca letrado,

---

[91] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *Don Juan Manuel. Biografía y estudio Crítico.* Zaragoza: La Académica, 1932, p.110.

no “Livro das Armas” a imagem do rei castelhano torna-se a pedra angular para representar todos os desatinos e vícios da Coroa. Conforme assinala Luciana de Stefano:

> Don Juan Manuel se presenta como figura controversial si queremos abarcar conjuntamente dos imágenes tan opuestas como son su vida publica, marcado por el signo Del orgullo y sagacidad política dirigida al acrecentamiento de su poderío, y la de hombre de letras. Pero también dentro de su misma actividad literaria presenciamos as tendencias antagónicas propias del medievo; en sus obras doctrinario-didacticas vierte su visión del mundo, común al pensamiento medieval, (...): búsqueda de claridad y acercamiento al lector común, y al mismo tiempo un deseo de oscuridad retórica propia para iniciados; apego al saber tradicional libresco y simultáneamente al orgullo y seguridad que le otorga su experiencia persona vivida en carne propia (...).[92]

No que se refere à composição do “Livro das Armas”, os acontecimentos circunscritos no entorno da narrativa apresentam um marco temporal bastante preciso. Os episódios narrados por D. João Manuel situam-se entre o nascimento de seu pai, o infante D. Manuel, em 1234, e a morte de seu primo, o monarca Sancho IV, em 1295. Para apreender, mais plenamente, o sentido dessa obra, é preciso remetê-la ao entorno das cortes régias ibéricas. Pois, as principais figuras retratadas no “Livro das Armas” são reis, rainhas, princesas, infantes e nobres das Coroas de Castela e Aragão: o rei Fernando III, o Santo e D. Beatriz de Suábia, os avós do

[92] STEFANO, Luciana de. Op.cit., p.338.

escritor, Afonso X e a rainha Violante, Jaime I de Aragão e Violante da Hungria, o rei Sancho IV, os infantes D. Manuel e D. Enrique e a princesa D. Constança.

Com relação aos elementos constitutivos e característicos das principais fontes e influências doutrinais que marcaram a composição do "Livro das Armas", pode-se destacar, primeiramente, os aportes do pensamento cristão, veiculados pelos pregadores da Ordem Dominicana e as expressivas referências e alusões aos textos da Sagrada Escritura.[93] Em segundo, deve-se ressaltar também que o "Livro das Armas" recebeu vários elementos saídos do campo legendário e dos contos da rica tradição cultural do folclore europeu, à qual o autor agrega freqüentemente tanto a sua própria experiência pessoal quanto os relatos de histórias memoráveis narradas pelos membros de sua família ou pelos servidores e oficiais de sua Casa nobiliárquica. Neste sentido, a obra se inscreve numa importante rede de oralidade, que teve forte influência no processo de formação da cultura européia.[94] O uso das fontes orais foi um recurso de especial relevância na construção textual do "Livro das Armas". Como vimos anteriormente, a obra também é um livro de memórias. Todas

---

[93] Como refere Benito y Durán, os escritos da produção manuelina são bastante marcadas pelo espírito bíblico, sobretudo pelos textos neotestamentais. De acordo com o autor: "La conclusión, a que se puede llegar, es que don Juan Manuel conoció no pocos autores cuyas obras, en el siglo XIV, constituían los fondos bibliográficos de las bibliotecas monásticas, catedralicias y estudios universitarios o de Palacio; pero sin que ello signifique una organización de lecturas al modo como hoy trabajamos. El se dirigía a personas que no habían podido llegar a esos medios intelectuales para darles a conocer lo que en los mismos, personalmente, había acumulado y asimilado". BENITO Y DURÁN, Angel. Op.cit., p.87.

[94] De fato, a tradição oral constitui um dos principais traços característicos do sistema cultural presente na sociedade medieval. De um modo geral, neste período, todo o ato de escrita e toda a atividade de leitura pressupõe uma fase de oralidade. Sobre o importante papel ocupado pela oralidade na Idade Média, diz Paul Zumthor: "(...) a atividade desses homens da pena, orgulhosos de sê-lo, deixa para o ouvido e a voz um papel que pode ser determinante na constituição da escrita. As representações de copistas nas miniaturas valorizam quase sempre o ouvido. Em parte, escrever depende ainda da ordem da oralidade, e essa dependência, longe de se atenuar, torna-se manifesta depois de 1200: a cópia direta, sem intermediação de um leitor, às vezes praticada numa época mais antiga, pouco convém a uma produção desde então relativamente acelerada". ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz. A "literatura" medieval.* São Paulo: Companhia das Letras, [s.d.], p.102.

as histórias narradas evocam sempre alguma recordação familiar, relembradas por um membro de sua estirpe ou por alguém de suas relações. Os principais eixos narrativos do livro integram comumente uma história ouvida pelo autor ao longo de sua vida. D. João Manuel foi, sobretudo, um exímio contador de histórias ao mesmo tempo em que cultivou, numa sociedade ainda impregnada pela cultura oral, como um dos seus hábitos mais apreciados, a audição de leituras em voz alta de livros instrutivos ou de recreação. A respeito do importante papel desempenhado pela tradição oral na obra de Don João Manuel, observa Deyermond:

> Juan Manuel se refiere varias veces a las vantajas de escuchar la lectura de libros de instrucción o de entretenimiento: "cada que só en algún cuidado, fago que me lean algunos libros o algunas estorias por sacar aquel cuidado del coraçón". Si los ejemplos del Lucanor se basan en la memoria de tales lecturas en voz alta, o hasta en las conversaciones con amigos, no es de extrañar que parezcan pertenecer hasta cierto punto, a la tradición oral. Non se trata tan sólo de los cuentos: la doctrina religiosa y moral contenida en las obras de Juan Manuel parece a menudo provenir de fuentes orales, y sobre todo de conversaciones con los amigos dominicos del autor.[95]

Dessa maneira, uma fórmula bastante utilizada pelo autor no começo de cada narrativa apresentada no "Livro das Armas" consistiu, particularmente, em introduzir os temas tratados mediante o uso de expressões, como[96]:

---

[95] DEYERMOND, Alan. Cuentos orales y estructura formal en el Libro de las Tres Razones (Libro de las Armas). In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.75-87

[96] Como assinala também Duby, esta forma de emprego da memória oral reflete um costume cultural de especial relevância na Idade Média, o de ouvir e contar histórias que circulavam nas Cortes régias ou nos círculos aristocráticos. DUBY, Georges. Op.cit., p.167.

> Et oý dezir a Alfonso García et a otros omnes de casa Del infante don Manuel, mio padre (...) Et oý dezir a Martín Martines de Faças, que alcançé yo muy biejo, que fuera montero de mi padre (...) Et oý decir a otros (...) Et aún me dixieron.[97]

Do ponto de vista dos procedimentos escriturais e doutrinários, a corrente dominicana constitui uma das referências mais importantes e basilares na obra de D. João Manuel. Na verdade, desde o momento da fundação da Ordem por Domingos[98] de Gusmão (1170-1221), que os pregadores dominicanos passaram a exercer uma influência considerável na orientação espiritual de toda a família real castelhana.

No decurso deste período de estruturação da nova Ordem religiosa, no século XIII, todos os monarcas castelhanos, especialmente o rei Fernando III, tiveram por confessores alguns membros importantes da corrente dos irmãos dominicanos. O soberano Fernando III contou com a orientação espiritual do dominicano Pedro González, que foi escolhido como confessor do rei, em 1236. Um dos filhos do próprio monarca, o Infante D. Felipe, foi enviado por seu pai, para estudar em Paris com São Alberto Magno, o mestre de São Tomás de Aquino, e um dos intelectuais mais ilustres e representativos da Ordem. Também o rei Afonso X, o Sábio, teve por confessores o frei Raimundo Lozano e o frei Rodrigo González de Leão. Igualmente

---

[97] JUAN MANUEL, Don. Libro de las Armas. In: CASTRO Y CALVO, José Maria, RIQUER, Martín. *Obras de Don Juan Manuel.* Barcelona: CSIC, 1955, p.

[98] Domingos de Gusmão, originário da Calaruega, uma localidade de Espanha, fervoroso adepto da espiritualidade apostólica, empreendeu os primeiros esforços num programa intenso de conversão das populações heréticas marcadas pelo catarismo. O religioso multiplicou o movimento de ação apostólica atuando, principalmente, no trabalho de conversão das comunidades heréticas do Languedoc e de Provença. Ligado a Casa Real castelhana, logo seria amparado pelos monarcas.

os soberanos Sancho IV e Afonso XI[99] continuaram mantendo esta tradição elegendo sempre a um dominicano como confessor e conselheiro na Corte Real. Seguindo estas diretrizes religiosas conservadas pela Coroa castelhana, o Infante D. Manuel legou também a seu filho a mesma orientação espiritual. De acordo com Benito y Duran:

> Puede afirmarse que el Infante castellano, por la misma tradición familiar y por el propio concepto que de su estirpe real tenía, había forzosamente de estar ligado, muy íntimamente, a aquella Orden que formó en el espíritu a San Fernando, a Alfonso X, a Sancho IV, a Fernando IV y al propio Alfonso XI. Don Juan Manuel estaba vinculado subjetivamente a la realeza castellana de tal modo que había de mirar con los mismo ojos que dichos monarcas a la Orden fundada por Santo Domingo de Guzmán.[100]

Tanto D. João Manuel quanto seu pai, manifestaram, pois, desde cedo, um grande apreço pelos dominicanos. Como expressão de sua adesão e simpatia pelos princípios religiosos da Ordem, D. João Manuel ordenou a fundação do Convento de São João e São Paulo de Penafiel, em 1320.[101] Em seu último testamento, o nobre castelhano deixaria também uma série de recomendações a seu filho, D. Fernando, para que cuidasse da conservação e manutenção desta casa religiosa. Neste testamento o nobre castelhano expressaria ainda sua grande devoção ao santo

---

[99] Sobre a atuação dos dominicanos na Coroa castelhana durante o reinado do monarca Afonso XI, veja-se: SÁNCHEZ HERRERO, José. Las relaciones de Alfonso XI con el clero de su época. In: *Génesis medieval del estado moderno: Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: Ambito, 1987, p.23-47.

[100] BENITO Y DURÁN, Angel. Op.cit., p.127.

[101] Segundo Martín, em decorrência de uma petição feita por D. João Manuel, em agosto de 1318, o papa de Avignon, João XXII, autorizaria a criação do convento de Penafiel. No documento, redigido em latim, D. João Manuel fazia sua profissão de fé, elegendo "como valedor ante Dios a Domingo de Guzmán a cuya Orden hace entrega de unas casas nuevas". MARTÍN, José. Don Juan Manuel. Fundador del Convento de San Juan y San Pablo de Peñafiel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X, el Sabio, 1982, p.178-179.

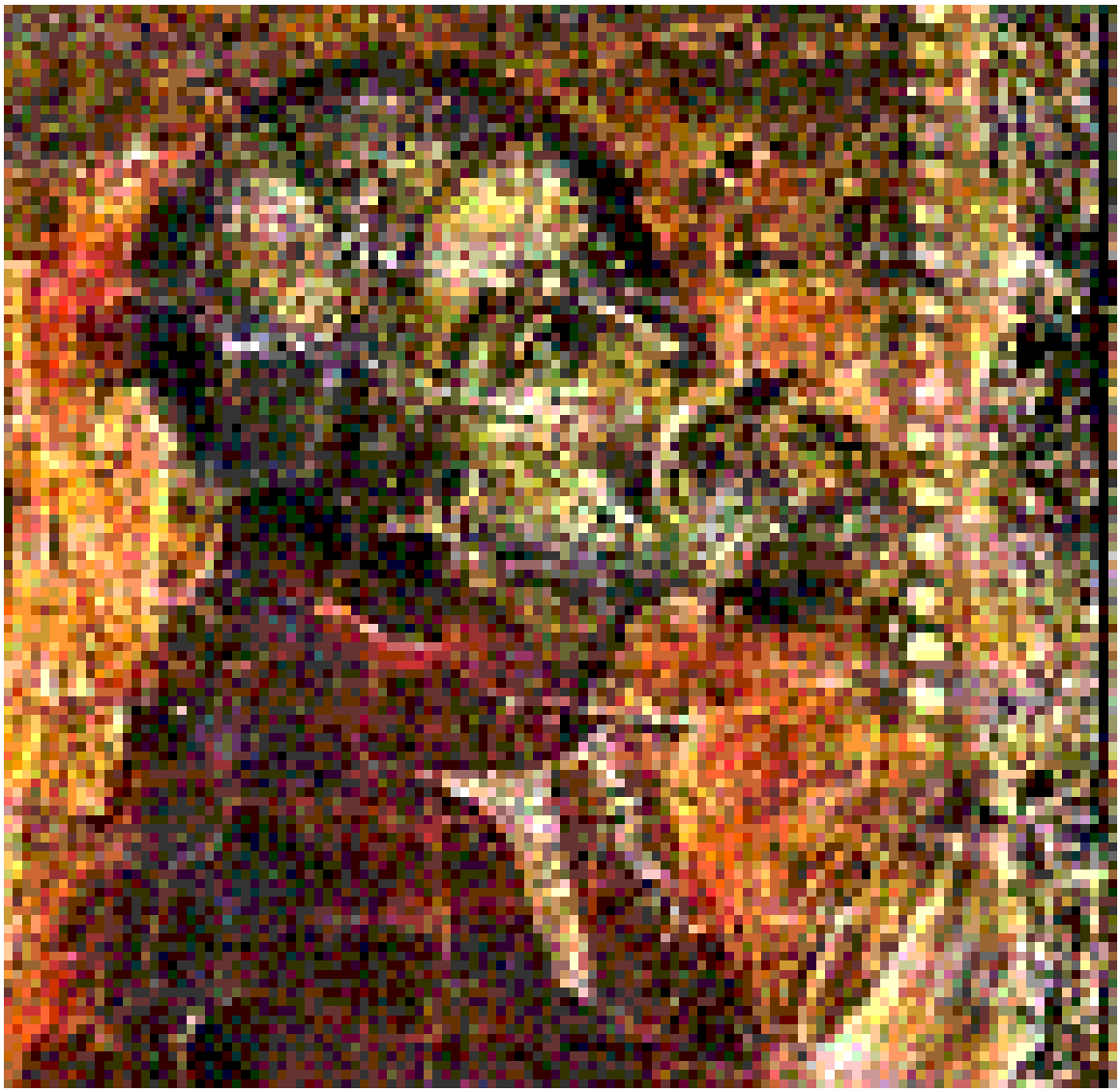
padroeiro da Ordem, especialmente ao manifestar seu desejo último de ser sepultado no altar maior do convento de Penafiel. Como refere a documentação:

> Sepan quantos esta carta vieren cómmo yo don Johan, fijo del infante don Manuel et dela condesa donna Beatriz de Saboya, fago mi testamento enesta guisa. Primera mente acmjendo la mj alma a nuestro senor Dios quela crió, et pidol por merced que me perdone et que non quiera entra en juicio conmigo. (...). Otrossi acomiendo mi cuerpo que sea enterrado enel monesterio delos frayes Predicatores que yo fiz en Peñafiel, enel mj alcáçar en la eglesia nueua ante el altar mayor. (...). Otrosi mando que ayan çinco mill mr. Para aniuersarios et quelos ayan enla martinjega de Peñafiel cada anno. Et mando para el dicho monesterio çient marcos de plata dela que yo tengo labrada, para lámparas et para cálices et para onrramjento del altar et todos los mjs pannos de seda et de oro et destajos et pannos de pared et estrados de seda o de oro o de lana.[102]

O papel de relevo que D. João Manuel concede aos dominicanos deve-se, principalmente, ao fato de que esta ordem religiosa esteve fortemente vinculada à defesa vigorosa da fé cristã e à consolidação da doutrina ortodoxa da Igreja[103]. Seu empenho em combater as heresias e os desvios da doutrina cristã, certamente contribuiu para expandir o seu número de adeptos e à devoção ao santo fundador da ordem. Além disso, os dominicanos não eram apenas os grandes defensores da Igreja romana, mas atuavam também no sentido de salvaguardar os fundamentos hierárquicos da ordem social, em oposição aos movimentos heréticos, que

---

[102] GIMÉNEZ SOLER, Andrés. Op.cit., p.696.
[103] VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental. Séculos VIII a XIII.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p.134-139. Sobre esta questão, veja-se também: FALBEL, Nachman. *Heresias medievais.* São Paulo: Perspectiva, 1977, p.36-45.



D. Joao Manuel em atitude orante

Retábulo de Barnabe de Modena
Catedral de Múrcia – meados do século XIV.

propunham a renúncia da propriedade individual dos bens em benefício da comunidade evangélica.[104] Outro aspecto bastante significativo para a afirmação do prestígio da Ordem Dominicana prende-se, especialmente, ao importante lugar que concedeu à formação intelectual de seus membros.[105]

Com efeito, a Ordem Dominicana estimulou a preparação intelectual dos noviços, enfatizando com rigor os estudos teológicos e o conhecimento dos métodos de exposição racional das Escrituras, como meios indispensáveis à eficácia da pregação evangélica.[106] A conseqüência destas orientações diretivas de âmbito cultural, foi o desenvolvimento de uma ordem de intelectuais, de doutores, dentre os quais destacaram-se, em especial, Alberto Magno e São Tomás de Aquino, os dois grandes representantes da escolástica.[107]

Neste sentido, a influência espiritual e intelectual exercida pelos frades dominicanos no pensamento político e social de D. João Manuel revelou-se como um elemento de considerável importância em sua obra. A estrutura e a disposição extremamente ordenada dos seus textos revela, particularmente, estas influências. Sob este aspecto faz-se necessária uma observação acerca dos procedimentos metodológicos e escriturais presentes na obra do escritor.

---

[104] FALBEL, Nachman. Op.cit., p.36-39.
[105] VAUCHEZ, André. Op.cit., p.134-137.
[106] BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé. *Historiografia eclesiástico-pedagógica.* In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé. *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España. I: Edades Antigua, Media y Moderna.* Madrid: BAC, 1995, p.3-10.
[107] GILSON, Etiènne. *A filosofia na Idade Média.* São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.624-682.

Para Gimeno Casalduero, D. João Manuel adota em muitas de suas obras uma técnica de exposição dialogada dos assuntos, que têm forte influência escolástica.[108] O pensamento escolástico difundido pelos frades dominicanos pautou-se, em grande medida, no uso desta técnica dialogada de perguntas e respostas, como meio de facilitar a transmissão e a compreensão dos ensinamentos. Tal sistema de ensino e pregação marcaria profundamente a pedagogia da Ordem ao longo da Idade Média. A ligação intelectual de D. João Manuel com os dominicanos manifestou-se de diferentes formas.[109] No "Livro das Armas", por exemplo, o interlocutor que propõe o diálogo com o autor, é o frade João Afonso, um pregador da Ordem Dominicana, do mosteiro da Vila de Penafiel. De toda maneira, situado dentro do movimento da literatura didática, o escritor empregou neste texto, a forma dialogal para facilitar tanto a compreensão dos assuntos quanto para despertar o interesse em torno das histórias narradas.[110]

Quanto à estrutura narrativa da obra, o "Livro das Armas" comporta uma divisão em três partes ou razões, como as denominou o autor. Esta forma de composição trinária usada no texto é, no entanto, notavelmente articulada mediante o emprego de alguns diálogos norteadores básicos, que conduzem todo o desenrolar da narrativa. São perguntas lançadas pelo interlocutor ao autor. Este procedimento tem uma finalidade essencialmente didática. Como observa Araluce Cuenca, o

---

[108] Com relação a estes métodos de composição textual, veja-se: GIMENO CASALDUERO, Joaquín. El Libro de los Estados de Don Juan Manuel: Composición y significado. In: *Don Juan Manuel. Vii Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X, el Sabio, 1982 p.149.
[109] BENITO Y DURÁN, Angel. Op.cit., p.127-157.
[110] DARBORD, Bernard. Acerca de las técnicas de la expression alegorica en la obra de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.51-61.

escritor insere comumente em suas obras alguma personagem “ávido de saber”,receptivo as suas idéias ou às de um sábio ou filósofo, que passa a desempenhar, então, o papel de “porta voz” para a transmissão de suas doutrinas e concepções.[111]

Deste modo, para analisar o conteúdo do texto manuelino optamos por uma sistematização do livro, conforme os eixos narrativos delimitados pelo próprio autor. Dentro do esquema de exposição empregado por D. João Manuel, a narrativa é construída a partir de três perguntas ou razões fundamentais. De acordo com o texto manuelino, o diálogo introdutório da narrativa é expresso da seguinte forma:

> Frey Johan Alfonso, yo don Johan paré mientes al ruego et afincamiento que me fiziestes, que vos diesse por scripto tres cosas que me avíadesóydo, por tal que se vos non olvidassen et las pudiésedes retraer quando cumpliese, et las tres cosas son: [por qué fueron dadas] estas mis armas al infante don Manuel, mío padre; la otra, por qué podemos fazer cavalleros yo et míos fijos legítiomos non seyendo nos cavalleros, lo que non fazen ningunos fijos nin nietos de infantes; la otra, cómmo passó la fabla que fizo comigo el rey don Sancho en Madrit, ante que finase, esyendo ya çierto que non podría quaresçer de aquella enfermedat nin bevir luenga[mente].[112]

---

[111] ARALUCE CUENCA, José Ramón. Op.cit., p.47. De fato, em grande parte das obras literárias de D. João Manuel, o diálogo entre os personagens centrais constitui um elemento importante. Assim, tanto no “Livro dos Estados” quanto no “Livro do Cavaleiro e do Escudeiro”, o método de perguntas e respostas revela-se como o fio condutor das histórias narradas.
[112] JUAN MANUEL, Don. Libro de las Armas. Op.cit., p.45.

A primeira parte da obra destina-se, pois, a esclarecer o significado das armas, que simbolizam e expressam a identidade nobiliárquica da linhagem Manuel. Para o autor, elas traduzem os altos ideais cristãos e a herança gloriosa do poderio da estirpe. Seu pai ocupa aqui um lugar preponderante na narrativa como figura exemplar de uma estirpe vocacionada para a defesa da justiça e dos altos valores morais e espirituais da Cristandade.[113] O início do "Livro das Armas" procura, portanto, demarcar claramente as origens e os primeiros momentos constitutivos da linhagem Manuel.[114] Evidentemente, o autor quer realçar a superioridade da sua origem linhagística, remontando ao excepcional nascimento de seu pai. Na realidade, pode-se dizer que a obra se inicia com o relato descritivo da formação de sua estirpe. O nascimento excepcional da figura paterna lança as bases para o destino frutuoso e glorioso da linhagem. A construção literária destes primeiros momentos de formação da estirpe remete, portanto, a um aspecto primordial na definição social da alta nobreza: o nascimento elevado do chefe de linhagem. A disposição e a ordem de colocação dos assuntos abordados, é bastante precisa, pois, primeiro, em função de uma ordem bem estabelecida de relevância, o autor situa o nascimento do pai, depois descreve os símbolos heráldicos, que identificam socialmente a superioridade linhagística da Casa Manuel. Com isso, o escritor quer mostrar que a posse das armas e a outorga das distinções honoríficas dependem, fundamentalmente, do alto nascimento. Complementam-se assim, dois elementos importantes na afirmação da hierarquia linhagística, e que configuram a representação social desta mesma

---

[113] Ibidem, p.45-46.

[114] Com efeito, a origem das estirpes nobiliárquicas apresenta-se como um tema recorrente em toda a literatura genealógica produzida ao longo da Idade Média. Para tanto, veja-se, em especial: MATTOSO, José. *Narrativas dos livros de linhagens.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

posição de superioridade na sociedade. De qualquer modo, o lugar dado ao nascimento constitui aspecto fundamental de toda a literatura aristocrática de caráter genealógico.[115] Naturalmente, a preocupação do autor é remontar ao fundador da Casa Manuel, a fim de explicar e corroborar a distinção de sangue e a dignidade de procedência da estirpe. Como observa Duby, é em torno de uma memória da filiação da linhagem, que se organizam todas estas narrativas da literatura aristocrática.[116]

Com efeito, O tema do nascimento ilustre representa um dos eixos basilares para a construção das estruturas narrativas da literatura medieval. A narrativa consagrada ao nascimento do Infante Manuel constitui um dos trechos de maior expressividade do "Livro das Armas". Nela o autor assegura o destino excepcional de sua linhagem, colocando-a moralmente acima de todas as demais estirpes do reino de Castela, inclusive a da própria família real. Para a construção da imagem modelar da figura paterna, D. João inicia a primeira razão descrevendo um sonho premonitório que teve a rainha Beatriz, sua avó, quando estava grávida de D. Manuel, seu pai. Segundo o relato do escritor, D. Beatriz sonhou que por aquele filho e por sua linhagem seria vingada a morte de Jesus Cristo. Conforme o relato manuelino:

> Dígovos que a estos sobredichos oý que quando la reyna donna Beatris, mi abuela, era en çinta de mío padre, que sonnara que por aquella criatura et por su linage avía a ser vengada la muerte de Jesucristo. [117]

---

[115] DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens. Do amor e outros ensaios.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.
[116], Ibidem, p.110-115.
[117] JUAN MANUEL, Don. Libro de las Armas. Op.cit., p.76.

Dom João Manuel expressa aqui nesta[118] passagem do texto uma reatualização dos valores cristãos da aristocracia guerreira, forjados na sociedade feudo-clerical[119] pelos ideais de Guerra Santa da Reconquista ibérica. Evidentemente, a luta contra os muçulmanos significava o comprometimento com os valores éticos plasmados na figura do Soldado de Cristo (*militia Christi*). Com isso, operava-se uma ressignificação do modelo ético-cavaleiresco de comportamento,[120] que associava intimamente, ao lado dos atributos da coragem, da proeza e da valentia, os princípios cristãos fundamentados nas virtudes teologais (fé, esperança e caridade) e nas cardinais (justiça, fortaleza, prudência e temperança). A grandeza da linhagem Manuel nascia assim por uma vocação guerreira especial. Mais do que isso, o autor credita à sua linhagem um destino religioso-messiânico superior ao acentuar que, particularmente por sua estirpe seria vingada a morte de Cristo. De acordo com Maria Cecília Ruiz:

> (...) El aristócrata basaba en gran parte su autovaloración en el grade en que contribuía a esta empresa religiosa de dimensión universal. Al identificar su persona con su grandeza, el aristócrata se auto-engrandecía, y también justificaba así su existencia noble.

---

[118] Conforme assinala Garate Córdoba, a própria legislação afonsina demarcava os princípios e as razões do direito de guerra. Sendo que alguns desses pressupostos não deixam de incitar a uma retificação do conceito de Guerra Santa, noção já fortemente ancorada na mentalidade cristã hispânica. De acordo com o autor: "Insistia el Rey en la gravedad de la decisión bélica, compareciéndole poco las prevenciones anteriores: 'Mover guerra es cosa en que deben parar mucho mientes los que la quieren hacer, para que la hagan con razón y derecho'. Que de esto nacen tres grandes bienes: - Que ayuda Dios; - Que ellos se esfuerzan más en sí mismos por el derecho que tienen; - Que los que lo oyen, si son sus amigos, ayúdanlos de mejor voluntad, y si enemigos, recélanse más de ello". GARATE CÓRDOBA, José Maria. *Espiritu y milícia en la España medieval.* Madrid: Publicaciones Españolas, 1967, p.280.

[119] FRANCO JUNIOR, Hilário. *Peregrinos, monges e guerreiros. Feudo-clericalismo e religiosidade em Castela medieval.* São Paulo: HUICITEC, 1990, p.155-157.

[120] FLORES ARROYUELO, Francisco J. *El caballero: hombre y prototipo.* Murcia: Departamento de Historia Medieval – Universidad de Murcia, 1982, p.99.

> Según el planteamiento del *Libro de las Armas*, Dios eligió al linaje de los Manueles para dar nacimiento al que habría de acabar esta misión, la más importante, la de vengar la muerte del hijo de Dios. Habría sido difícil concebir honor más alto que éste para el guerrero cristiano.[121]

A imagem da linhagem Manuel corporificava assim uma missão messiânica e um conjunto de valores que tipificavam e justificavam um modelo de conduta militar sublimado e ideal. Dentro do contexto da Reconquista cristã ibérica, este ideal era decorrente de um longo processo de vários séculos de teologização da guerra.[122] Segundo mostra Flores Arroyuelo:

> La nobleza pasó a apropiarse de la idoneidad Del Caballero se adueño Del modelo cultural que representaba y lo coloco em um lugar al que ahora se llegaba a través de unas condiciones y um ritual em que ya solo podían tomar parte los elegidos, ellos, que también ponían las reglas.[123]

Tal modelo de caráter ético-teológico configurava-se, pois, a partir da junção e complementação das virtudes guerreiras com os ideais místicos de fé. Neste sentido, percebe-se que o escritor pretende reavivar o espírito e a legitimidade moral da função guerreira revestindo-a de um alto ideal ético. Como assinala também Huizinga:

> Mas o pensamento medieval não permitia formas ideais de nobreza independentes da religião. Por essa razão a piedade e a

---

[121] RUIZ, Maria Cecília. Op.cit., p.79.
[122] FRANCO JUNIOR, Hilário. Op.cit., p.155-158.
[123] FLORES ARRYUELO, Francisco. Op.cit., p.99.

> virtude têm de ser a essência da vida do cavaleiro. A cavalaria, porém, nunca virá a realizar perfeitamente esta função ética. A sua origem terrena impede-lho. Porque na origem da idéia cavalheiresca está o orgulho que aspira á beleza, e o orgulho formalizado dá lugar à concepção da honra, que é o cerne da vida nobre.[124]

No prosseguimento deste primeiro relato, o escritor introduz também no texto uma comparação entre o nascimento de seu pai e o do primogênito do rei Fernando III, o futuro monarca Afonso X. Segundo D. João Manuel, o sonho da rainha Beatriz, quando estava grávida de seu pai, foi acompanhado por uma mensagem divina, trazida por um anjo: "Angel que fue mesajero a la reyna quando sonno el suenno que desuso es dicho".[125] Já as circunstâncias do nascimento do rei Afonso X, segundo D. João Manuel, foram totalmente distintas:

> (...) et ella díxolo al rey don Fe[r]rando, su marido; et oý dezir que dixera el rey quel pareçia este suenno muy contrario del que ella sonnara quando estava en çinta del rey don Alfonso, su fijo, que fué después rey de Castiella, padre del rey don Sancho; pero, pues así era, que parase mientes en lo que naçeria et que rogassen a Dios que lo endereçase al su serviçio.[126]

Com esta estratégia literária, o autor esboça seu primeiro ataque político à linhagem real castelhana. Pelo relato do escritor, a linhagem Manuel desde o nascimento de seu pai, já contava com o favorecimento dos sinais da eleição divina.

---

[124] HUIZINGA, Johan. Op.cit., p.65.
[125] JUAN MANUEL, Don. Libro de las Armas. Op.cit., p.76.
[126] Idem.

Esta dimensão política que assume a narrativa manuelina[127], especialmente, ao propor o paralelismo entre o nascimento do Infante D. Manuel e o de Afonso X, como mostra Díez de Revenga, contém uma formulação de natureza carismática:

> Aunque del sueño que la reina experimentó al nacer Afonso nada se dice ni de su contenido, hemos advertido con claridad la diferencia marcada, lo que al propósito político-personal de don Juan Manuel viene muy bien. Ero más nos interesa el ambiente de leyenda que se respira e que se va traduciendo en la formulación de un cierto carácter carismático que don Juan quiere para su padre y para su estirpe. El sueño ya es un elemento muy literario y tradicional a la hora de atribuirle un carácter premonitorio, relacionable, como señala Devoto con "la lista de presagios embarazosos de Hecuba en adelante", tradición literaria cuya evidencia nos exime de un comentario más detallado.[128]

De acordo com a narrativa, fica claro que a intenção política de D. João Manuel era a de equiparar o pai ao patamar e a posição proeminente de um verdadeiro monarca de origem divina. Naturalmente, o exercício do poder político se justifica aqui pelo cumprimento de uma missão divina superior. Com efeito, os pressupostos teológicos representam um dos primeiros elementos de justificação

---

[127] Dentre os principais autores que têm assinalado esta aspecto da obra literária manuelina, vale destacar: CASTRO Y CALVO, José Maria. *El arte de gobernar en las obras de Don Juan Manuel.* Madrid: CSIC, 1945, ORDUNA, Germán. El ejemplo en la obra literária de Don Juan Manuel. In: MACPHERSON, J. (Ed.). *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1981, p.119-142, RUIZ, Maria Cecília. *Literatura y política: el Libro de los Estados y el Libro de las Armas de Don Juan Manuel.* Potomac-Maryland: Scripta Humanística, 1989.

[128] DÍEZ DE REVENGA, Francisco Javier. El Libro de las Armas de Don Juan Manuel: Algo más que un libro de historia. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.110.

moral da autoridade dos reis.[129]

No pensamento político e doutrinal de D. João Manuel, os reis são *feitura* de Deus.[130] Como afirma Nieto Soria, a fundamentação sobrenatural da monarquia castelhana baixo-medieval, também encontrava formas de expressão importantes nas concepções e crenças do messianismo régio. Para o autor:

> Como manifestaciones del messianismo regio se pueden catalogar aquellas situaciones en las que un monarca en reconocido como un elegido por la divinidad para realizar un plan positivo para sus súbditos concebido desde la propria divinidad, advirtiéndose signos supuestamente tangibles e incuestionables de este caráter mesiánico. Si el plan a realizar suele tener una significación eminentemente política, casi siempre es susceptible de recibir una valoración religiosa.
>
> El mesianismo regio que se puede encontrar en el pensamiento político castellano bajomedieval, por lo general, presenta (...) níveles de manifestación: crencia en un rey esperado que realice una empresa política ampliamente anhelada, convicción de que se ha producido una elección divina a favor del monarca (...).[131]

A integração dos pressupostos sacros na ordenação dos poderes da realeza, sem dúvida, constituiu o fundamento axial das concepções políticas da sociedade

---

[129] Como propõe Kantorowicz: "A conjugação de duas esferas aparentemente heterogêneas, contudo, exercia uma atração peculiar em uma era ávida de reconciliar a dualidade deste mundo e do além, das coisas temporais e eternas, seculares e espirituais. Basta pensar na mistura de monge e cavaleiro postulada nas ordens da cavalaria espiritual para captar o padrão dos ideais que podem ter motivado aquele período. (...) o que importa aqui é apenas a persona mista na esfera política-religiosa, onde era representada principalmente pelo bispo e o rei, e onde a mistura referia-se à mescla de poderes e faculdades espirituais e seculares unidas em uma só pessoa. KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei. Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 49.

[130] JUAN MANUEL, Don. Libro del Caballero e del Escudero Op.cit., p.

[131] NIETO SORIA, J.M. *Fundamentos ideologicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XIV).* Madrid: EUDEMA, 1988, p.70.

medieval.[132] Esta narrativa evidencia também um aspecto fundamental da retórica manuelina. Assim, como o seu pai é elevado a uma posição superior face aos membros da família real, devido às circunstâncias especiais de seu nascimento, o primogênito de Fernando III com Beatriz de Suábia, o monarca Afonso X, é rebaixado pelas mesmas circunstâncias, pois, seu nascimento não foi distinguido por nenhum sinal particular de eleição divina.

Outro sinal político-messiânico distintivo do poder paterno residia na escolha de seu próprio nome: Manuel. Nesta passagem do texto, o escritor busca uma fundamentação etimológica e simbólica no Evangelho de São Mateus (1, 23), do qual recolhe e incorpora todo o sentido messiânico expresso no nome Manuel. De acordo com a narrativa:

> Et quando fue cumplido el tiempo e que la reyna ovo acaecer fue en carión, et vieron que nació fijo (...). Et pues que bieron que era fijo varón, el rey et la reyna començaron a cuydar qué nombre le pornían; et acaesçió que era y connellos el obispo de Segovia, que avía nonbre don Remón, que fué despues arçobispo de Sevilla, [et] era muy buen omne et de muy sancta vida et amávanle mucho el rey et la reyna et fiavan mucho en él, et acordaron que era bien que este obispo de Segovia batease al infante et quel pusiesse nombre. Et el obispo, sabiendo el suenno que la reyna sonnara por voluntad de Dios, dixo al rey et a la reyna que si por bien toviesen, que era bien de poner no[n]bre que fiziesse a lo que dava a entender aquel suenno. Et por ende quel pusiessen nonbre Manuel, en que à dos

[132] GARCIA-PELAYO, Manuel. *El Reino de Dios, arquetipo político.* Madrid: Revista de Occidente, 1959, p.143. Com relação aos fundamentos teológicos, que embasaram os pressupostos ideológicos das monarquias medievais, veja-se também: KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

> cosas, la una [que] es uno de los nonbres de Dios, la otra que Manuel quiere dezir "Dios conusco", pues dase a entender que si tanto bien avía de venir en la cristandad et en la nasçencia deste infante, que era poder del nonbre de Dios, et que Dios era conusco.[133]

Conforme o teor da narrativa, D. João Manuel nos informa que seu pai nasceu em Carrion dos Condes. Segundo o relato desenvolvido pelo escritor, o Infante da Casa Real foi batizado pelo Bispo da cidade de Segóvia, D. Ramón Losana, que lhe deu o nome de Manuel. A documentação histórica dos conventos de Carrion, porém, não apresenta tampouco nenhum registro sobre seu nascimento e batismo.[134] Também é bastante duvidosa a intervenção realizada por D. Ramon de Losana no batizado de D. Manuel, uma vez que, precisamente por esta época, o religioso não havia ainda assumido o Bispado da cidade de Segóvia. Estas informações dadas por D. João Manuel no "Livro das Armas" são, portanto, inverossímeis. Em vista disso, como assinala Derek Lomax:

> (...) esta historieta de Juan Manuel suena a algunos de los cuentos seudo-históricos del Conde Lucanor; es decir, un cuento tradicional y folklórico, adornado con topónimos, nombres de personas históricas y otros detalles realistas para más verosimilitud. Quizás Carrión sea tan poco de fiar como el Bispo de don Remón de Segovia.[135]

---

[133] JUAN MANUEL, Don. Libro de las Armas. Op.cit., p.76-77.
[134] LOMAX, Derek. El padre de Don Juan Manuel. In: Don Juan Manuel. VII Centenario. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X, el Sabio, 1982, p.163-165.
[135] Ibidem, p.164.

Quanto à procedência do nome Manuel, atribuído ao Infante castelhano e à sua linhagem, é preciso considerar alguns aspectos importantes acerca dos costumes onomásticos existentes na Casa Real de Castela. De um modo geral, pode-se dizer que existe uma certa regularidade onomástica nos costumes das grandes estirpes nobiliárquicas e nas famílias reais.[136] Com efeito, fixar a memória e a grandeza dos antepassados pelo uso regular de alguns nomes, especialmente nas famílias mais proeminentes, constitui um elemento importante para a afirmação da identidade aristocrática. Nos círculos aristocráticos da sociedade medieval, o nome é signo de uma vocação ou indicativo da procedência, do lugar, do solar da estirpe, mas também é marca de prestígio social e sinal visível de continuidade do poder linhagístico ao longo das gerações.[137]

No caso da família real castelhana, os nomes que Fernando III e Beatriz de Suábia escolheram para seus filhos procedem em sua maioria de seus próprios pais, avós e tios.[138] Por parte da ascendência dinástica do monarca castelhano, os nomes de Afonso, Berenguela, Fernando, Leonor e Sancho lembravam, respectivamente, a seus pais, avós, e bisavós. Já Felipe e Fadrique, por exemplo, recordavam ao pai e ao avô de Beatriz. Segundo a onomástica da família real, o nome Manuel, atribuído ao Infante e, posteriormente, também à sua linhagem, recordava os antepassados

---

[136] Para Isabel Beceiro Pitta e Ricardo Córdoba de la Llave: "Más claramente se advierte en la familia real una cierta preferencia en la elección como cognomen del nombre del infante fundador o de su forma patronímica mediante la adición de – ez: los Manuel, los Enríquez surgidos de don Enrique el Senador, o los futuros Enríquez del período trastamarista". BECEIRO PITTA, Isabel, CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. Op.cit., p.77.

[137] Segundo Duby, a memória linhagística organiza-se em torno "da consciência de uma raça e de um sentimento de linhagem cuja expressão, cujo sustentáculo, é um cognomen, um apelido patronímico". DUBY, Gerges. Op,cit., p.141.

[138] No que tange à onomástica característica da família real castelhana, veja-se: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X el Sabio: Historia de un reinado (1252-1284*). Palencia: La Olmeda, 1999.

maternos de Beatriz, cuja mãe, Irene, era filha de Isaac II Angelos, imperador de Bizâncio.[139] Neste aspecto, a escolha do nome Manuel, por parte dos soberanos castelhanos, alterava uma certa regularidade onomástica mantida na família real. Tal fato permitiu a D. João Manuel explorar melhor o significado etimológico e simbólico presente no nome de seu pai, contribuindo para a afirmação de uma identidade dotada de forte e especial sentido messiânico.

Outros aspectos simbólicos relevantes seriam levantados ainda por D. João Manuel, para corroborar ainda mais o sentido da vocação divina da figura paterna. O nascimento de D. Manuel como o último filho varão e a idade avançada dos pais constituíam igualmente fatores importantes para comprovar a veracidade da eleição divina do Infante, com relação aos demais filhos da família real, inclusive face ao primogênito, o rei Afonso X. Segundo Maria Cecília Ruiz:

> El hecho de que nasció varón se presenta como prueba de que el sueño que tuvo la reina Beatriz fue, en efecto, mensaje de Dios, quien al anunciar el nacimiento de un linaje anunciaba necesariamente el nacimiento de un varón. Como segunda prueba de que este niño era hijo especial de Dios, el autor observa que habían pasado muchos años desde la última vez que la reina Beatriz había "acaeçido", es decir, se había embarazado. Los reys "eran ya commo desfuzados que non abrían mas hijos.[140]

---

[139] Sobre os principais aspectos históricos que envolvem o caráter onomástico da linhagem Manuel, pode-se consultar o artigo de: LOMAX, Derek. . El padre de Don Juan Manuel. In*: Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.193-176.
[140] RUIZ, Maria Cecília. Op.cit., p.84.

O fato de o casal real ter concebido um filho varão em idade bastante avançada, possibilitava garantir uma dimensão ainda mais consistente à intenção de divinização do nascimento do Infante. De qualquer modo, tal circunstância remetia diretamente aos notáveis exemplos bíblicos de figuras modelares de homens justos que, por intermédio divino, puderam ver suas mulheres conceber na velhice ou em situações extremamente adversas. Destes exemplos extraídos das narrativas da história sagrada, pode-se destacar o caso de Sara, que concebeu Isaac na velhice, de Isabel, que era estéril e teve por filho João Batista, o anunciador de Cristo, mas também a própria figura de Jesus, filho da Virgem.

Em vista disto, pode-se dizer que o escritor reforçou amplamente o poder e a proeminência da sua linhagem ao promover a divinização do nascimento da figura paterna, buscando atribuir-lhe uma justificação sobrenatural.[141] Também para Deyermond, o sonho premonitório da rainha Beatriz e a interpretação da onomástica da linhagem, colocam D. João Manuel na tradição messiânica, que tanta influência exerceu nas crenças e no pensamento político cristão da Baixa Idade Média.[142] De todo modo, a escolha do nome paterno contribuía largamente para corroborar sua proposição basilar da eleição divina da estirpe. O nome do cabeça de linhagem, efetivamente, era também portador tanto do poder quanto dos próprios desígnios salvacionistas da missão messiânica.

---

[141] MATTOSO, José. Op,cit., p.11-13.
[142] DEYERMOND, A.D. *Historia de la literatura española. La Edad Media.* Barcelona: Ariel, 1999, p. . Sobre os movimentos messiânicos que floresceram ao longo da Idade Média, veja-se: COHN, Norman. *En pos del milenio.* Madrid: Alianza Editorial, 1997. Para o caso da religiosidade messiânica hispânica, veja-se também: GÓMEZ GARCIA, Pedro. *Religión popular y messianismo. Análises de cultura andaluza.* Granada: Universidad de Granada, 1991.

No decurso da narrativa do “Livro das Armas”, D. João Manuel põe em destaque o tipo de educação ideal que seu pai recebeu, sob a orientação dos conselheiros do monarca Fernando III e da Rainha Beatriz. Segundo os princípios educativos[143] da sociedade da época, os jovens da alta nobreza e os Infantes das famílias reais, em geral, eram criados na Corte ou junto à casa de um aio ou conselheiro, que detinha a função de orientar seus primeiros anos de formação. Com efeito, na Idade Média, de acordo com os modos de funcionamento dos processos de socialização empregados comumente nas sociedades tradicionais, grande parte da educação recebida pelos leigos tem como base um núcleo familiar privado.[144] Em decorrência destas práticas educativas, o Infante D. Manuel foi instruído por homens de confiança da Casa Real.

Nesta passagem da obra, assinala D. João Manuel a formação exemplar que seu pai teve ao lado do chanceler de Castela, D. Pero Lopez de Ayala. Sob a orientação cuidadosa do chanceler, o Infante foi criado nas localidades de Pampíglia, Vilamundo e Mayamundo. Sua educação era semelhante à que ele mesmo havia

---

[143] Sobre as práticas educativas deste período, ver: BUENAVENTURA, Delgado. La literatura didactica medieval. In: *Historia de la educación en España y America. I: La educación en la España antigua y medieval.* Madrid: S.M., D.L., 1992, p.403-474 e, do mesmo autor, Pedagogos cristianos y sus escritos sobre educación. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España. I: Edades Antigua, Media y Moderna.* Madrid: BAC, 1995, p.99-127, ALFONSO, Marta. Ramon Llull y Juan Manuel. *Perspectivas Paedagogicas,* Barcelona, v.6, n.13-15, p.108-121, 1964, CASTRO Y CALVO, José Maria. *La educación de Príncipes en la Edad Media según las obras de Juan Manuel.* Madrid: Faculdad de Filosofia y Letras da Universidad de Madrid, 1940. 4v, PALACIOS MARTÍN, B. La educación de los Principes. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España.* Madrid: BAC, 1995, p.315-325.

[144] CAMBI, Franco. *História da Pedagogía.* São Paulo: UNESPE, 1999, p.176. Sobre estes traços característicos da educação medieval. Op.cit., p.43-53.

recebido de Afonso Garcia, um cavaleiro muito experiente e dos bons costumes, que vivia em sua casa.

D. João Manuel foi um crítico exarcebado da educação ministrada em sua época. Na visão social conservadora do escritor[145], os infantes da família real eram criados com muito mais autoridade no tempo de seu pai, que nos anos seguintes. Para o autor, as grandes transgressões morais e religiosas verificadas na criação dos filhos dos reis constituíam uma grave ameaça à conservação da ordem social e política do reino. Preocupado em retomar os procedimentos de uma educação tradicional, o escritor aponta os males que afligiam os costumes da sociedade de sua época. Como refere D. João Manuel:

> Et porque entonçe non era costumbre de criar los fijos de los reys com tan Grant locura nin con tan grant bufana commo agora, toviendo que las grandes costas que las devían poner en serviçio de Dios et en acrecentamiento de la sancta fe et del reyno, et que lo que se podía escusar de la costa que lo devían guardar para esto, criavan sus fijos guardando la salud de ses cuerpos la más simple mente que podían; así que luego que los podían sacar de aquel lugar que nascían, luego los davan a alguno que los criase e su casa.[146]

Também neste texto, a educação da nobreza e dos príncipes mostra-se como objeto de especial atenção e significado nas concepções do pensamento político e social de D. João Manuel. A esse respeito, importa correlacionar este enunciado do "Livro das Armas" com os materiais educativos encontrados nas demais obras do

---

[145] MARAVALL, José. Op.cit., p.465.
[146] JUAN MANUEL, Don. Libro de las Armas. Op.cit., p.77

autor, que circunscrevem preceitos instrutivos voltados à formação da nobreza. Seus escritos demonstram que a educação dos nobres devia obedecer a critérios e procedimentos extremamente diferenciados socialmente. As práticas educativas deviam ser guiadas, principalmente, segundo os diversos níveis das etapas de crescimento e o estatuto social dos jovens.[147] Com efeito, a educação medieval está intimamente ligada aos princípios hierárquicos que sustentam a base da organização da sociedade estamental. Para cada estamento social corresponde um tipo particular de sociabilidade educativa. Uma estrutura social rigidamente hierárquica divide e contrapõe os distintos modelos educativos e culturais. No que concerne às etapas iniciais do desenvolvimento humano, o vocabulário dos séculos XIII e XIV estabelece uma divisão entre criança (niño), moço e mancebo. Em seus textos, D. João Manuel também emprega esta mesma classificação para distinguir as etapas de formação dos jovens da nobreza. Porém, os limites etários de cada fase não são demarcados claramente pelo escritor. De acordo com D. João Manuel:

> Çiertamene en la criança de los ninnos et de los moços et de los mancebos que son de grant estado et de grant sangre, ay muy granr diferencia et grant departimiento; ca unas cosas les pertenece(n) en su criança dellos, et otras en su moçedat et otras en su mancebía. Pero para en todos estos tiempos es mester mucho la gracia et la merced de Dios sobre todas las cosas; ca el ninno á la mester commo aquel que non sabe, nin entiende, nin puede decir, nin mostrar ninguna cosa de quanto ha mester.[148]

---

[147] A esse respeito, veja-se: ROCQUOI, Adeline. Éducation et société dans la Péninsule ibérique médiévale. *Histoire de l'education,* n.69, Institut nacional de Recherche Pádagogique, Paris, 1996, p.3-8.
[148]JUAN MANUEL, Don. . Livro Infinito ou Libro dos Castigos e Conselhos. Op.cit., p.105.

Como afirma o autor, nos primeiros tempos da vida infantil a preocupação maior dos pais deve ser para com a preservação da saúde da criança, com a lactância e os demais cuidados que esta delicada etapa do crescimento exige. Sobre os cuidados físicos e morais que este período da criação impõe, diz D. João Manuel:

> ...dévenles catar buenas amas, que sena de la mejor sangre et más alta et más linda que pudieren aver. Ca çierto es que del padre o de la madre en afuera, que non ay ninguna cosa de que los omnes tanto tomen, nin a qui tanto salgan nin a que tanto semejan en sus voluntades et en sus obras, commo a las cuya leche mamaran.[149]

Na sociedade linhagística medieval, postulava-se que a boa lactância da criança transmitia uma perfeita disposição do caráter, enquanto que as más inclinações da conduta, ao contrário, eram decorrentes da amamentação feita por mulheres mercenárias ou de baixa e vil condição social. Por esta razão, a própria legislação do período prescrevia, em especial, os cuidados que deveriam ser observados na criação dos Infantes das Casas Reais. De acordo com estas prescrições:

> (...) amas que ayan leche assaz, e sean bien acostumbradas, e sanas, e fermosas, e de buen linaje, e de buenas costumbres: e señaladamente que no sean sañudas [insensatas, locas]. Ca si ouieren abondança de leche e fueren bien complidas e sanas, cria los niños sanos e rezios. E si fueren fermosas, e apuestas, amar las han los criados, e aurán mayor plazer, quando las vieren, e dexar los han mejor criar; e si no fueren sañudas, criar los han más amorosamente, e com mansedumbre, que es cosa que han mucho

[149] JUAN MANUEL, Don. Libro de los Estados. Op.cit., p.283.

> menester los niños para crescer ayna. Ca de los sosaños [burlas] e de las feridas, podrían los niños tomar espanto, porque valdrín menos, e rescibirían ende enfermedades o muerte.[150]

Quanto à educação dos moços, etapa que se iniciava por volta dos três ou quatro anos, D. João Manuel recomenda que devem ser ensinados a aprender a desenvolver bons hábitos, que sejam "bien costumbrados en comer et en bever et en amostrarles buenas maneras et buenas costunbres".[151] Conforme os ideais da educação aristocrática e dos modelos específicos da instrução cavaleiresca[152], D. João Manuel traça um verdadeiro programa de instruções práticas para a boa conformação física dos jovens da nobreza. A formação ideal do cavaleiro modelo incluía, evidentemente, o aprendizado das técnicas de equitação, os exercícios de armas e os jogos:

> (...) luego que los ninnos comiençan andar, que deuen a las vezes subir los em las vestias et [vayan] omnes em pos dellos que los tengan...Et desque vieren que se puede tener em cauallo, deuen le fazer andar poço a poço em él, fasta que sin reçelo lo pueda remeter. Et después, cada dia faziendo más, fasta que se atreua a poner espuelas a qualquier cauallo. Otrosí, deuen lê mostrar caçar et

---

[150] DELGADO, Buenaventura. Op.cit., p.79.
[151] JUAN MANUEL, Don. Op.cit., p.283.
[152] No que diz respeito ao movimento de ordenamento da conduta e de estilização da vida cultural e social na Baixa Idade Média, particularmente nos séculos XIV e XV, veja-se: HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média.* São Paulo: Verbo, 1978. Para uma abordagem sociológica e histórica dos processos de modelação social o comportamento e dos costumes na civilização ocidental, veja-se: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. Também um estudo interessante sobre preceitos de conduta e formas de recepção literária, pode ser visto em: BURKE, Peter. *As fortunas d'O Cortesão.* São Paulo: UNESP, 1997. Sobre o desenvolvimento das práticas de sociabilidade e de etiqueta na sociedade castelhana baixo-medieval, veja-se também: ALLARD, Jeanne. La naissance de l'etiquette: les regles de vie a la cour de Castille a la fin du Moyen-Age. In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). *El discurso político en la Edad Media*. Buenos Aires: Programa de Investigaciones Medievales – Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas, 1995, p.11-28.

> correr monte et bofordar et armarse et saber todos los juegos et las cosas que pertenesçen a la cauallería.[153]

Segundo os preceitos basilares desta pedagogia nobiliárquica, os bons costumes e as normas destinadas à regulação do comportamento aristocrático deveriam ser aprendidas já durante os primeiros anos da mocidade. Como observa o escritor:

> (...) las cosas que se aprenden em mocedat mejor las sabe et retiene home despues em toda su vida: así que en mocedat comienza home en bondat, et después que llega à mancebía por malos consejeros ó por alguna ocasión ó desaventura se parte del bien que solia facer, por muchos yerros que faga, si después la face dios tanta merced que torne á las bondades primeras, mucho las manterná mejor et se guardará de los yerros que fizo, que si en su mocedat non fuera criado en buera vida, et en buenas costumbres.[154]

No âmbito dos preceitos e dos códigos de conduta concebidos como de real relevância à educação dos jovens, João Manuel distingue, pois, o das boas maneiras.[155] No capítulo V do "Livro dos Estados", o autor mostra a importância da aprendizagem desses saberes: "Et por onde las buenas maneras sos cosas muy buenas et muy opuestas, que se ganas aprendiéndolas, e non las puede home haber si outro non gelas muestra".[156]

---

[153] Idem.
[154] Ibidem, p. 284.
[155] Em linhas gerais, a ênfase dada à aprendizagem das boas maneiras traduz uma preocupação característica da maioria das obras, que integram o conjunto da literatura normativa européia, de fins da Idade Média e início da Época Moderna. Segundo Norbert Elias, elas representam a expressão mais evidente do processo civilizador, desencadeado ao longo destes séculos. Elias, Norbert. Op.cit., p.79-85.
[156] Idem.

Com base nisso, João Manuel propõe um código de pertença às elites nobiliárquicas, tendo em vista, basicamente, sua função político-militar e sua posição de superioridade na hierarquia social. O comportamento modelar da nobreza concerne, pois, a necessidade de dar expressão e visibilidade aos atributos qualificativos do poder e da honra social.[157] Todos estes aspectos implicavam numa configuração social e ética da conduta nobre. Assim, paralelamente, aos atributos da hereditariedade familiar, que definem e caracterizam o estamento nobre, desenvolvem-se as qualificações culturais e sócio-morais do comportamento aristocrático.

Um dos aspectos fundamentais para se compreender essa função cultural, associada às boas maneiras, é, sem dúvida, perceber que ela se insere numa formulação mais vasta sobre o papel desempenhado pelo saber na aprendizagem social de uma conduta superior. Em D. João Manuel, o saber é elemento constitutivo fundamental para o aprimoramento ético e social da nobreza.[158]

Todas as aprendizagens da vida humana têm como ponto de partida o desenvolvimento da capacidade intelectiva, moral e espiritual. Além disso, nas

---

[157] PEDRAZ, Miguel Vicente. *El imaginário de la Exelencia corporal en el "Libro de los Estados" y sociedad em la obra política de Don Juan Manuel.* Buenos Aires: Fundación Archipélago, 2002, p.87-88.

[158] Para Castro y Calvo, a valorização dos saberes e sua incorporação ao pensamento político e social de D. João Manuel evidenciam certas peculiaridades culturais. Segundo o autor: "(...) hay que sentar com base inconmovible que si Don Juan utilizó y condensó el saber de su época e de la anterior, no es menos cierto que tuvo un criterio proprio, una visión personal de las cosas. Y adaptó temas, leyendas y pensamientos dentro de su sentir medieval." CASTRO Y CALVO, José Maria. Op.cit., p.53.

concepções manuelinas, saber e poder são dimensões cruciais para o desempenho pleno das funções sócio-políticas diretivas atribuídas à nobreza.

Nos preceitos instrutivos que dedicou ao seu filho no “Livro Infinito”, obra de caráter fundamentalmente didático, D. João Manuel expõe suas formulações básicas a cerca dos atributos, que definem o campo dos saberes, salientando seu significado e importância no conjunto das principais virtudes do comportamento humano:

> Ca por el saber conosçen los omnes lo que se puede alcançar de Dios et de las cosas que so[n] en Él; ca por el saber es el omne apartado de todas las animalias, et por el saber se salvan las almas, et por el saber se onran et se apoderan et se apoderan et se enseñorean los unos omnes de los otros, et por saber se acrecientan las buenas venturas et por el saber se contrallan las fuertes ocasiones. Quién podría decir quanto bien á en el saber? (...). Et así como ninguna cosa del mundo non se puede fazer sin poder et saber et querer, que son éstas tres virtudes et cosas que son Dios et en Dios, et manguer que la cosa es una, todas estas tres cosas son en ella.(...).[159]

O modelo aristocrático de comportamento ilustrado proposto por D. João Manuel à nobreza não excluía a aprendizagem das letras. Segundo o escritor, os Infantes e os jovens da nobreza deveriam conciliar o exercício das armas com o estudo e a leitura. No programa educativo traçado pelo escritor, as atividades de leitura começavam aos cinco anos de idade. Nesta etapa de sua formação, os jovens deviam aprender a ler “com falago et sin premia”, a “fablar et entender latin”. Para

---

[159] JUAN MANUEL, Don. Libro Enfenido. Op.cit., p.95.

conciliar de modo adequado os exercícios físicos com a formação religiosa e o estudo das letras, D. João Manuel recomenda o seguinte programa de atividades durante a semana:

> Et desque tornare da caza et hobiere comido et folgado como es dicho, em la tarde debe oir su leccion et facer conjugacion, et declinar et derivar, ó facer proverbio ó letras. Et otro dia, martes, después que hobiere oido misa, debe oir sú lección et estar aprendiendo fasta hora de comer; et desque hobiere comido folgar, como desuso es dicho, et tornar á leer et á repetir su lección, et facer conjugación, et las otras cosas, et como es dicho pasar así toda la semana leyendo un dia et cazando otro, et el sábado repetir et confirmar todas las lecciones de la semana.[160]

Dentro do quadro dos saberes da educação medieval, também as crônicas e os livros de História constituem um tipo de conhecimento substancial à formação da cultural aristocrática. O elogio à bravura e aos feitos extraordinários de armas dos grandes personagens do passado contribuía para exemplificar e dar uma imagem concreta aos valores constitutivos do *ethos* cavaleiresco. O gosto medieval pela leitura das crônicas históricas denota, antes de tudo, a percepção de um sentido de utilidade prática para o bom governo dos grandes senhores e dos príncipes.[161] Tal inclinação dos hábitos culturais tem como ponto de partida, especialmente, a idéia de que para conquistar o poder e governar melhor é preciso conhecer e seguir o exemplo transmitido pelos feitos grandiosos do passado. A personificação das virtudes e das ações valorosas em determinados modelos e em determinadas figuras

---

[160] JUAN MANUEL, Don. Libro de los Estados. Op,cit., p.317.
[161] BECEIRO PITA, Isabel. Cultura nobiliar y bibliotecas: cinco ejemplos de las postrimerías del siglo XIV a mediados del XVI. *História, Instituiciones, Documentos.* Madrid, n.12, p.217-350, 1985.

do passado glorioso constitui um procedimento típico dos costumes educativos da Idade Média. Conforme refere o texto:

> E despues deuen fazer quanto pudieren por que tomen plazer em leer las coronicas de los grandes fechos et de las grandes conquistas et de los fechos de armas et de cauallerías que acaecieron; et en commo los grandes señores llegaron a grandes estados por su vondat e por su esfuerço; et quando mal passaron en su vida et quan mal acabaron et quan mala fama dexaron de si los emperadores et reys et grandes sennores que fizieron malas obras et fueron medrosos et flacos de corazón.[162]

É importante observar que o processo de elaboração e difusão destas narrativas históricas atua como elemento instrutivo "auxiliar da moral".[163] Herdeira de uma tradição da cultura histórica da Antiguidade Clássica greco-romana, a Idade Média concebeu o valor da História "como mestra da vida" e a idéia de História "como instrumento de uso político".[164] Toda a narração dos acontecimentos históricos está assim condicionada ao propósito maior de ensinar lições morais.Tal como na concepção do historiador Cícero, o que dá verdadeiro sentido à história é o seu caráter de ensinamento prático para a vida dos povos.[165] Ao lado destes textos, os próprios livros de aventura compostos nessa época constituem importantes materiais instrutivos para a educação da nobreza.[166] Desde o século XIII, uma das obras de maior difusão na cultura medieval hispânica foi o "Livro de Alexandre", texto

---

[162] JUAN MANUEL, Don. Libro de los Estados. Op,cit., p.214.
[163] LE GOFF, Jacques. *História e memória.* São Paulo: UNICAMP, 1992, p.117.
[164] RUI, Adailson José. A elaboração da História na Idade Média: o exemplo de Alfonso X, o Sábio. In: DE BONI, Luis Alberto. *A ciencia e a organização dos saberes na Idade Média.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p.211.
[165] COSTA NUNES, Ruy Afonso. *História da educação na Idade Média.* São Paulo: EDUSP, 1079, p.248.
[166] CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura européia e Idade Média latina.* São Paulo: HUICITEC, 1996, p.223-240.

que gira em torno do governante helênico do século IV a.C. Transformado em herói guerreiro das narrativas cavaleirescas de fundo predominantemente feudal, com sua Corte de condes, de bispos e pares de cavaleiros andantes, Alexandre foi um dos heróis mais apreciados da Idade Média.[167]

Conforme assinala Ramón Menéndez Pidal, também esta época conheceu uma etapa culminante das canções de gesta[168], da recitação de poemas e narrativas de cunho épico, como o "Poema de Fernán Gonzalez" e a chamada canção de Mio Cid. A recitação e o canto dos feitos de armas , que exaltavam comumente as façanhas heróicas dos grandes guerreiros apresentavam-se como recursos culturais de excepcional relevância na educação das camadas dirigentes. Tanto nos ambientes de sociabilidade[169] das Casas senhoriais quanto nos momentos de recreação das Cortes reais, os jograis dedicados à recitação e ao canto das gestas desempenharam uma importante função cultural ao mesmo tempo lúdica e instrutiva. Dentro desta mesma linha de compreensão, D. João Manuel aconselha aos príncipes como devem aproveitar o tempo especialmente depois das refeições :

> Desque hobiere comido et bebido, lo cual conviene con templanza et con mesura, a la mesa debe oír, si quisiere, juglares

---

[167] Conforme o texto espenahol, a dimensão heróica da figura de Alexandre, o Grande, é elaborado nos seguintes termos: "Quiero leer un liuro de vn rey noble pagano / que fue de Grant esfforçio, de coraçon loçano / Conquisto todel mundo, metiol so su mano / Terné se lo compriere, que soe bon escriuano. Del prinçepe Alexandre que fue rey de Greçia / Que fue franc e ardit e de Grant sabençia / Vençio Poro e Dário dos reys de gran potençia / Nunca connosçió omne su par en la sufrençia. El infante Alexandre luego en su niñez / Començó a demostrar que serie de grant prez: / Nunca se quizo mamar leche de mugier rrafez / Se non fue de linaje o de grant gentiles." DIAZ-PLAJA, Guillermo. *Historia de la literatura española a través de la crítica e de los textos. Siglos XII-XX.* Buenos Aires: Ciordia y Rodríguez Editores, 1953, p.49.

[168] MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Poesía Juglaresca y juglares.* Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1975, p.211.

[169] PATERSON, Linda M. *El mundo de los trovadores. La sociedad occitana medieval (entra 1100 y 1300).* Barcelona: Península, [s.d.], p.99-102.

> que le canten et tangan estormentes ante él, diciendo buenos *cantares* et buenas *razones de caballería et de buenos fechos*, que muevan los tallantes de los que los oyeren para facer bien.[170]

Com base nisso, pode-se dizer que os textos da prosa narrativa do período apresentam-se como fontes importantes tanto para perscrutar o campo das aprendizagens sociais quanto para demonstrar os próprios padrões ético-morais projetados no comportamento aristocrático.

Com efeito, a obra de D. João Manuel foi fortemente marcada pelos tratados de educação moral, veiculados pelos princípios doutrinais tomistas. Em Castela, teve excepcional influência e relevância doutrinária a obra de Egídio Romano, um dos discípulos de São Tomás de Aquino, que, entre 1277 e 1279, escreveu "*De regimine principum",* uma importante obra do gênero "Espelho de Príncipes"*,* que tinha por objeto estabelecer um modelo de conduta ideal aos príncipes. O livro de Egídio Romano destinava-se à educação do futuro soberano francês, Felipe IV, o Formoso (1285-1314), mas logo alcançou grande repercussão se difundindo amplamente pela Europa. No decorrer da Idade Média, com o desenvolvimento da cultura escrita, logo este tratado se estendeu também à nobreza. Como coloca Bonifácio Palácios:

> La aparición de los espejos de nobles no es algo totalmente nuevo, pues ya en el siglo XIII la educación de los hijos de los nobles era contemplada, junto a la de los príncipes, en algunos de los tratados que hemos analizado. Por otra parte, la difusión de la cultura cortesana y del espíritu caballeresco había dado lugar a una

[170] JUAN MANUEL, Don. Libro de los Estados. Op.cit., p.

> didáctica particular orientada a instruir al noble en general y al caballero en especial en sus códigos de conducta.[171]

Dessa maneira, nascidos no interior da alta cultura teológica medieval, redigidos por clérigos ou por leigos sob sua orientação doutrinária, os Espelhos de Príncipes desempenharam um papel importante na tipificação das virtudes cristãs associadas diretamente ao exercício da função régia ou à regulação da conduta aristocrática. Por dimensão ética, estes doutrinadores medievais, de acordo com as premissas aristotélicas, entendiam: "a consciência de irradiação da vida moral"[172],ou seja, a ênfase no elemento intencional como fator determinante na conformação da conduta moral. Tal concepção diz respeito, portanto, ao reconhecimento dos imperativos da razão na orientação do comportamento harmonioso e equilibrado.

Nestes termos, a difusão do ideal aristotélico de temperança e justa medida, sem dúvida, contribuiu para estabelecer estratégias morais de regulação da conduta. Os saberes morais constituem elemento importante neste processo de ordenação do comportamento humano. Na Idade Média, a noção de mesura responde a esse ideal de ponderação e equilíbrio na condução da vida virtuosa. Segundo Maravall:

> En una época en que, como sucede en los siglos bajomedievales, la palabra mesura es talvez la que expressa la actitud vital de las gentes y el término que alcanza uno de los más

---

[171] PALACIOS, Bonifácio. La educación de los príncipes. In: MARTÍNEZ, Bernabé Bartolomeu. (Org.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España. I:Edades Antigua, Media y Moderna.* Madrid: 1995, p.324.
[172] REALE, G., ANTISERI, D. *Historia da filosofia. Antiguidade e idade Média.* São Paulo: Paulus, 1990, p.567.

> altos índices de frecuencia, la sociedad estamental representa la medida de cada uno.[173]

Desse modo, em relação ao papel desempenhado pela mesura na conformação da conduta virtuosa, Juan Manuel assinala que um nobre deve ser acima de tudo "sofrido et manso et de bueno talanta (...) mesurado, lo primero en sus dichos; lo segundo en los fechos; lo tercero en como se mueve à las cosas que le vienen e le acaecen; lo cuanto, cuanto más sanudo estoviere, debe refrenar su saña con mesura".[174]

Evidentemente, a mesura requer uma disposição interior, representa, portanto, um apelo à contenção da conduta, impõe o domínio de si um controle sobre os afetos e as paixões. Ela invoca a internalização de uma disciplina que, todavia, se projeta na conduta social, colocando ambos os plano, o interno e o externo, em conformidade e harmonia. Assim, segundo Spina, pode-se defini-la como:

> (...) a moderação e o respeito constante da justa medida implica dominação de si mesmo e vitória da vontade moral sobre as paixões; exige o reconhecimento, o repúdio do excesso em qualquer circunstância no comportamento e nas palavras compreende a temperança.[175]

Em vista dos padrões ideais de comportamento social pertencer plenamente ao estamento nobiliárquico implicava em incorporar costumes específicos e formas

---

[173] MARAVALL, J. A. *Estúdios de historia del pensamiento español.* Madrid: Cultura Hispánica, 1983, p.463.
[174] Juan Manuel, Don. Op.cit., p.46.
[175] SPINA, Segismundo. *A lírica trovadoresca.* São Paulo: EDUSP, 1996, p.392.

de excelência na conduta, de tal modo que os valores, as atitudes e os gestos da figura do aristocrata, parecessem fundidos e até confundidos com a própria qualidade do seu sangue. Como bem observa Pedraz:

> (...) la robustez, la pericia, el porte, la belleza, los buenos modales y, en general, todos los signos externos del individuo, que en la moralización cortesana de la actitud corporal eran definidos como los atributos distintivos de la *excelencia*, tenían que constituir el reflejo del prestigio del linaje y, por lo tanto, la expresión de una naturaleza heredada.[176]

Nesse sentido, D. João Manuel procura demarcar claramente todos os aspectos normativos peculiares, que estão intimamente associados aos hábitos e costumes da conduta superior, e que distinguem a nobreza das demais categorias sociais. A apresentação e exaltação corporal e física dos membros da aristocracia comporta o uso social adequado da indumentária. Estes aspectos que caracterizam e contribuem para expressar sua superioridade na escala social são amplamente notados pelo autor em sua obra. Para D. João Manuel, os senhores que ocupam o estamento superior da sociedade não devem descurar das regras sociais que regulam o uso do vestuário. De acordo com as advertências do escritor:

> (...) que bien así commo una manziella paresçia muy peor en un paño muy preciado que en otro muy feo ey muy vil, quer bien así quanto el señor es de mayor estado et debe fazer siempre mayores

[176] PEDRAZ, Miguel icente. Op.cit., p.127.

> fechos et dar de si mayores exenplos a las gentes, paresçíale muy peor et faria mayor maldat en fazer cada una destas casas.[177]

A dignidade aristocrática apresenta-se também como uma virtude corporificada na aparência do vestuário. Segundo Jacques Le Goff, a indumentária constitui um código extremamente relevante de estatuto social e de situação. Para o autor:

> Estes códigos funcionaram com particular eficácia na sociedade feudal, pois ocupavam uma posição essencial no estatuto social e no sistema de valores. Através deles se exprimiam, com muita força, as intenções de aparência.[178]

No tocante à educação dos jovens da alta nobreza, D. João Manuel dedicou especial atenção ao papel primordial assumido pela figura instrutiva do aio.[179] A moralidade e a sabedoria dos responsáveis pela boa formação dos nobres e dos príncipes, constituem elementos basilares para o desenvolvimento harmonioso e ponderado no ordenamento de uma conduta virtuosa. É durante a etapa da mocidade que aios e mestres, com o auxílio da sabedoria divina deveriam "fazer al moço de buen entendimiento, apuesto, cumplido, de sus miembros, ligero, valiente, esforçado, franco e de buena palabra".[180] Conforme as prescrições normativas que regularam os procedimentos hierárquicos e distintivos da educação estamental, a

---

[177] JUANMANUEL, Don. Libro de los Estados. Op.cit., p.333.
[178] Jacques Le Goff, ao tratar dos "códigos vestimentar e alimentar", no romance cortes arturiano, particularmente na obra "Erec et Énide", de Chrétien de Troyes, procura chamara a atenção para o fato de que, no plano das representações coletivas, estes aspectos sinalizam uma referência simbólica primordial do sistema de valores da cultura aristocrática. Tal forma de abordagem dos textos, permite mostrar o valor assumido pelas obras literárias como documentos históricos. LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval.* Lisboa: Estampa, 1994, p.207-226.
[179] JUAN MANUEL, Don. Libro del Cavallero et del Escudero. Op.cit., p.38.
[180] JUAN MANUEL, Don. Libro de Conselhos e Castigos. Op.cit., p.126.

escolha dos aios destinados à orientar a conduta e à criação dos filhos dos grandes senhores revestia-se, pois, de especial significado no discurso pedagógico de D. João Manuel. É interessante observarmos as principais considerações traçadas pelo escritor, principalmente acerca do caráter seletivo das escolha dos aios e preceptores da nobreza. Como propõe o texto manuelino:

> Sennaladamente esto se deve catar mucho en los que crían et castigan a los moços que son de grant linaje, así commo de reys o de grandes sennores. Ca una dellas cosas por que pueden seer bien criados et bien acostumbrados fijos de los grandes sennores, es que aquellos que los castigan sean de buena razón et de buena palabra; ca los fijos de los grandes sennores en ninguna guisa non deven seer feridos nin apremiados commo los otros omnes de menores estados. Et por ende tengo que los que los an de criar, queles sepan decir tan buenas razones et en tales tiempos, por que ayan sabor de aprender las cosas por que valdrán más (...).[181]

De acordo com os ideais nobiliárquicos de D. João Manuel, a excelência da cavalaria procedia tanto de sua linhagem e de sua boa aptidão física no exercício das armas quanto de seu comportamento mesurado e cortês nas relações sociais. Com efeito, no bojo destes preceitos normativos de conduta propostos aos futuros cavaleiros, estava também a preocupação dos moralistas laicos e eclesiásticos com o controle da violência e da selvageria do comportamento da camada social guerreira.[182] Este processo de ordenação social e de modelação ética da conduta dos membros da cavalaria, sem dúvida, era uma antiga aspiração do setor clerical.

---

[181] JUAN MANUEL, Don. Libro del Cavallero et del Escudero. Idem.
[182] DUBY, Georges. *O cavaleiro, a mulher e o padre.* Lisboa: Publicações Don Quixote, 1988, p.39-41.

Desde os séculos XI e XII, pelo menos, a Igreja congregava grande parte de seus esforços neste sentido. Alguns importantes movimentos de regulação das forças guerreiras, como aqueles esboçados nas instituições da Paz de Deus e da Trégua de Deus,[183] passaram a introduzir, mais decisivamente, novas formas de controle social através da ampla difusão de preceitos ético-religiosos, destinados à moralização dos costumes livres e turbulentos do mundo dos cavaleiros. No decurso desta época, também nas cortes régias e senhoriais difundiam-se os modelos da conduta cortês, que visavam assegurar o abrandamento e a civilidade das relações sociais no novo ambiente de corte.[184] Toda esta preocupação acerca dos códigos de conduta da elite cavaleiresca fundamentava-se, pois, na necessidade de uma sapiência aristocrática que deveria contribuir para o comportamento virtuoso tanto na vida militar quanto na esfera política e social.

Após toda uma etapa de formação e aprendizado esmerado dos costumes aristocráticos, D. João Manuel dá destaque ao momento da entrega das armas. Tendo a seu pai como modelo do comportamento aristocrático bem formado, o escritor desenvolve um pequeno relato sobre os emblemas heráldicos da sua estirpe. Com a descrição dos elementos constitutivos da simbólica heráldica de sua linhagem, D. João Manuel procura evidenciar um dos significados basilares que permeiam a composição do “Livro das Armas”.

---

[183] DUBY, Georges. *O ano mil.* Lisboa: Edições 70, 1992, p.159.
[184] MARAVALL, José Antonio. La cortesía como saber en la Edad Media. *Cuadernos Hispano-americanos,* Madrid, n.186, 1965, p.255-267.

Quanto à entrega das armas e da heráldica[185] distintivas da Casa nobiliárquica Manuel, o autor afirma que, quando seu pai chegou à idade de tomar armas, o rei D. Fernando encarregou também ao arcebispo de Sevilha, D. Ramón, a tarefa de desenhar para o jovem o escudo. Em primeiro lugar, há que se sublinhar que, devido à ascendência régia de seu pai, evidentemente, os signos distintivos das armas da linhagem Manuel nascem como decorrência da difusão do modelo heráldico da realeza castelhana. Conforme o relato apresentado pelo autor, o emblema das armas de sua estirpe está dividido em quarteirões brancos e vermelhos "commo las traen los reyes". De qualquer maneira, com a descrição de suas armas heráldicas o autor quer, antes de tudo, ressaltar e reforçar decisivamente sua proximidade linhagística com a monarquia e, por conseguinte, chamar a atenção sobre sua alta posição social dentro do quadro nobiliárquico do reino. A esse respeito, o nobre faz apenas algumas ressalvas. Pois, enquanto que nos símbolos heráldicos da monarquia aparecem as representações dos castelos distintivos da Coroa no emblema da Casa Manuel, ao contrário, figuram uma mão alada e a espada. Assim, o jovem cavaleiro da estirpe régia deveria ter como distinção pessoal e familiar, o seguinte emblema:

> Et en el quarterón bermejo, do anda el castiello de oro, puso él una ala et de oro con una mano de omne en que tiene una espada sin bayna; et en quarterón blanco, en que anda el león, puso a esse mismo león; et así son las nuestras armas alas et leones en

[185] Sobre a renovação dos enfoques historiográficos no estudo dos emblemas heráldicos da época medieval, sobretudo no que se refere aos novos conceitos, métodos e propostas analíticas, veja-se: PARDO DE GUEVARA, Eduardo. El estudio de los emblemas heraldicos del medievo peninsular. Estados de la question. *Hispana,* n.175, 1990, p.1003-1016. Outras obras importantes sobre esta temática são: MESSÍA DE LA CERDA Y PITA, Luis Fernando. *Heráldica española. El disseño heráldico.* Madrid: Aldaba Ediciones, 1990. MENÉNDEZ PIDAL, F. *Heráldica medieval española. La casa real de Castilla.* Madrid: Hidalguía, 1982. PASTOUREAU, M. *L'hermine et le sinople. Etudes d'heraldique médiévale.* Paris: Le Leópard d'Or, 1982.

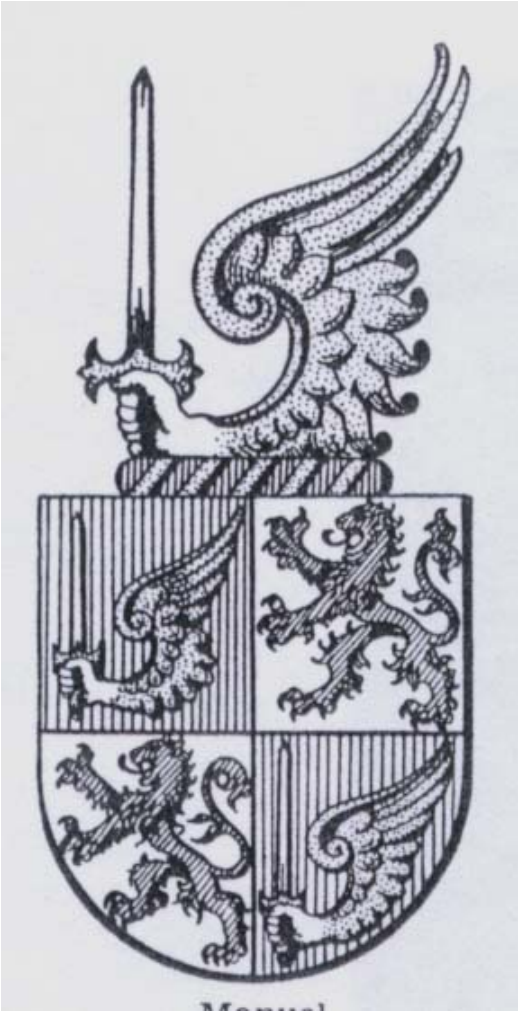
> quarterones, commo son las armas de los reys castiellos et leones en quarterones.[186]

Na explicação dos símbolos heráldicos, o escritor assinala, primeiramente, o significado da espada, a arma por excelência na representação simbólica da aristocracia guerreira. Como era fato comum à mentalidade guerreiro-cruzadista presente nas operações bélicas da Reconquista Cristã, em D. João Manuel a entrega das armas adquire um caráter sacramental.[187] Toda a simbólica heráldica da Casa Manuel relaciona-se diretamente aos propósitos de uma missão divina. A própria intervenção do bispo na elaboração do emblema expresso no escudo familiar, sem dúvida, revela claramente este aspecto. De acordo com o sentido alegórico usado pelo escritor, a espada tinha um triplo significado simbólico, indicando as virtudes da fortaleza, da justiça e da cruz. Segundo a explicação alegórica empregada pelo autor, principalmente no que se refere às razões desta representação, importa ressaltar suas próprias observações:

> Et dizem que dixo el arçobispo que estas armas devisava en esta guisa por estas razones que se figuran daqui adelante. Et en el primer quarterón bermejo va el ala et la mano et el espada, así que la primera cosa que va en el quarterón es la espada. Et esta espada significa tres cosas: la primera fortaleza, porque es de fierro; la segunda justiçia, porque [corta] de armas las partes; la terçera, la cruz.[188]

---

[186] CASTRO Y CALVO, José M., RIQUER, Martín de. Op.cit., p.78-79.
[187] Como assinala Flores Arroyuelo, o papel desempenhado pelas Ordens Militares na Cristandade ocidental contribuiu amplamente para dimensionar esta sacralização da vida militar. Para o autor: " Así, el ideal caballeresco, un ideal mundano y guerrero, de orgullo de estirpe y sobrevaloración de las propias cualidades, se vio revestido del manto de lo sagrado y de lo monástico, siendo encauzado a una acción colectiva y a jugar un papel crucial en la aventura de la cristandad.". ARROYUELO, Francisco J. Flores. Op.cit., p.116.
[188] CASTRO Y CALVO, José M., RIQUER, Martín de. Op.cit., p.78-79.



Heráldica da Casa Manuel: a mão alada, a espada e os leões do escudo nobiliárquico.

Esta explicação simbólica das armas da Casa nobiliárquica Manuel, não é exclusiva do discurso alegórico produzido por D. João Manuel mas faz parte da cultura geral da aristocracia militar do período. Dentro da literatura medieval ibérica, todo este simbolismo alusivo aos ideais religiosos da cavalaria pode ser também encontrado, por exemplo, no "Livro da Cavalaria", obra composta em catalão, por Ramón Llull, em fins do século XIII.[189]

No sistema cultural da aristocracia guerreira da Idade Média, as principais alegorias heráldicas tipificavam uma junção dos valores aristocráticos com o objetivo da fé cristã. Neste sentido, as próprias armas do cavaleiro cristão deviam representar claramente o quadro destes valores essenciais. De todo modo, este é o sentido básico da interpretação alegórica desenvolvida por D. João Manuel, no "Livro das Armas". De acordo com o escritor:

> La fortaleza es mester , para que este suenno se cunpla, para conquerir et vençer aquellos que non cren la verdadera fe de Jesucristo; la justiçia es mester para esto: ca sin ser omne justo et derechudero non podría aver la gragia de Dios para acabar tan grant fecho. La cruz, otrosí, es más mester que ninguna cosa; ca qui tal fecho quier acabar, conviene que siempre tenga en su coraçon la relenbrança del nuestro sennor Jesucristo, que por redemir los pecadores non dubdó de tomar muerte en la cruz; et commo quier que sea muy pequenina conparaçión commo de omne a Dios, pero en quanto el su poder es para acabar esto, deve tener que en

[189] COSTA, Ricardo da. La caballería perfecta y las virtudes del buen Caballero em el Libro de la orden de Caballería (CA. 1279-1283), de Ramon Llull. In: FIDORA, A., HIGUERA, J.G. *Ramon Llull caballero de la fe. El arte luliana y su proyección en la Edad Media.* Navarra: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2001, p.11-40.

> ninguna manera por reçelo de la muerte non deve dexar de fazer quanto pudiere en ensalçamiento de la sancta fe católica.[190]

A defesa e o revigoramento dos ideais de Guerra Santa, cristalizadas nas armas que identificam a linhagem Manuel no sistema nobiliárquico serão reiteradas em muitos outros trechos do “Livro das Armas”. De qualquer maneira, foi a defesa doutrinária do cristianismo guerreiro-cruzadista que sustentou, em grande medida, o arcabouço ideológico de legitimação do poder e da força da estirpe do escritor. Em função disso, pode afirmar-se que as guerras da Reconquista Ibérica exerceram um impacto decisivo nos destinos da Casa Manuel. Como em tantas outras famílias nobiliárquicas de Castela, que durante longos séculos da Idade Média, alimentaram seu prestígio social, sua riqueza patrimonial e seu poder nos quadros da monarquia cristã peninsular.

Na segunda parte, o autor reforça a história proeminente de sua linhagem, salientando os motivos pelos quais a Casa Manuel ocupava um lugar destacado na guerra e nas funções de mando político do reino castelhano-leonês. Neste ponto da narrativa, o autor enfatiza o papel messiânico se sua linhagem, colocando-a como eleita por Deus para governar sobre as demais.

Na segunda parte do “Livro das Armas”, D. João Manuel, procura reforçar a história proeminente de sua linhagem, demarcando no texto um questionamento

---

[190] CASTRO Y CALVO, José M., RIQUER, Martín de. Op.cit., p.78-79.

inicial e assinalando três temáticas essenciais. A pergunta introdutória esboçada pelo autor nesta parte da narrativa, se resume basicamente no levantamento da seguinte questão: Por que a linhagem Manuel possui o direito de armar e fazer cavaleiros?[191] Já os principais temas circunscritos e examinados no desenrolar dos relatos apresentados são, em especial: o casamento de seu pai; a visão crítica do escritor sobre os monarcas castelhanos e a problemática da concessão régia do reino de Múrcia. No entanto, esta passagem da obra, não começa propriamente pelo tratamento da questão proposta pelo escritor. De fato, D. João Manuel só vai retomar novamente tal questionamento, nas passagens finais do seu texto. Sua atenção se dirige para a narração de breves histórias familiares que traduzem, antes de tudo, suas formulações de caráter político-moral sobre a conduta dos monarcas castelhanos e as relações de poder configuradas no seio das Casas Reais hispânicas. Um dos objetivos primordiais da narrativa é contrapor o comportamento desordenado dos membros da Casa Real de Castela com a conduta nobre e exemplar da linhagem Manuel. O outro propósito importante do escritor é criar uma base de legitimidade ao exercício pleno e autônomo do seu poder no território de Múrcia.

A trama inicial da narrativa concentra-se na descrição dos fatos que vão desembocar na história do trágico casamento de D. Manuel com a Infanta aragonesa, D. Constança, uma das filhas do monarca Jaime I, o Conquistador. Deste modo, o autor inscreve o cenário de seu relato, especialmente, no entorno das

---

[191] JUAN MANUEL, Don. Libro de las Armas. Op.cit., p.80.

Cortes do reino de Castela e da Coroa de Aragão. O período cronológico enfocado compreende, notadamente, a primeira metade do século XIII, durante os reinados de Afonso X, o Sábio (1252-1284) e o de Jaime I de Aragão (1213-1276). Também aqui neste relato, o escritor castelhano faz menção aos diferentes testemunhos que procurou ouvir sobre o conteúdo desta história familiar. Em vista disso, face a seu interlocutor, o Frei D. Afonso, comenta:

> (...) vos respondo que bien así commo de suso vos dixe que todas estas cosas non las vi en un día nin las oý a una persona señalada, mas oýlas a muchas, a unos unas cosas et a otros, de quien puede ayuntar esto por qual razón se faze.[192]

Preocupado com a autenticidade de suas fontes, o escritor busca comumente estabelecer estas referências. Quanto às principais figuras das Casas Reais que integram o enredo das histórias político-familiares narradas por D. João Manuel nessa passagem do texto, adquirem especial relevo: o rei Afonso X e seus irmãos mais novos, o Infante D. Manuel e D. Henrique. Estão também retratados na narrativa, o soberano aragonês, D. Jaime I e sua mulher, a rainha Violante da Hungria, e suas três filhas, D. Violante, que se casou com Afonso X, em 1246, a Infanta D. Constança, que contraiu matrimônio com o Infante D. Manuel, o pai do escritor, e D. Sancha, uma religiosa de grande devoção, que morreu em peregrinação à Terra Santa, durante as Cruzadas. Também são citados na narrativa os dois filhos de Jaime I, os Infantes D. Pedro e D. Jaime, e a Infanta D. Branca. O relato começa com a descrição dos membros da família real aragonesa:

---

[192] JUAN MANUEL, Don. Libro de las Armas. Op.cit., p.80.

> Vos devedes saber que el rey don Jayme de Aragón fue casado con donna Violante, fija del rey de Ungría. Et ovo en ella al rey don Pedro de Aragón et al rey don Jaymes de Mallorcas, et ovo fijas la infanta donna Volante, que fue la mayor, que casó con el rey don Alfonso de Castiella, et la Infanta donna Blanca, que casó con el rey don Felipe de Francia, fijo de Sant Loýs, et a la infanta donna Constança, que casó con el infante don Manuel, mío padre, et a la infanta donna Sancha, que nunca casó.[193]

As principias informações que podemos constatar na trama novelesca da narrativa de D. João Manuel, referem-se à descrição das grandes artimanhas e maldades cometidos pelo casal real de Castela, o monarca Afonso X e a rainha D. Violante, contra seus irmãos menores. Segundo D. João Manuel, os infantes das Casas reais eram duramente atingidos pelas crueldades, perjúrios e deslealdades arquitetadas pelo comportamento astucioso da rainha e do rei de Castela. Em primeiro lugar, o escritor descreve a conduta repleta de enganos de D. Violante, que antes mesmo de casar-se com Afonso X, morta de inveja da beleza e formosura de sua irmã menor, a Infanta D. Constança, buscava por todos os meios fazer-lhe mal. De acordo com o relato de D. João Manuel:

> Et oy dezir, al mío cuydar, a donna Saurina de Bedés, una mucho onrada duenna et muy buena, que crió a la infanta donna Constança, con que yo casé, que donna Violante, reyna de Castiella, seyendo donzela en casa de su madre, que quería muy grant mal a la infanta donna Constança, su hermana, segund oy dezir, por grant envidia que avía della, ca, segunt dizen, al su tiempo non avían más

[193] Idem.

> fermosa muger en ninguna tierra, et su madre amábala mucho, et depagávase muy fieramente de donna Violante, et esso mismo fazia el rey, su padre (...).[194]

Contudo, mesmo depois do casamento de Violante com o rei castelhano, as discórdias familiares na Casa Real persistiram. Em vista disso, a rainha aragonesa, temendo pela vida de sua filha menor, procurou obter o juramento solene de Jaime I, que, para sua segurança, a jovem princesa somente poderia casar-se com um rei. Neste meio tempo, conforme relata D. João Manuel, seu tio, o Infante D. Enrique, irmão de Afonso X, resolveu então pedir a Jaime I a Infanta D. Constança em casamento:

> Et oy dezir que otros que quando don Anrique se biera con el rey de Aragon en Malvenda, que por auentera oviera entre don Anrique et la infanta encubiertamente palabras de casamiento, ca sin dubda ellos se ama y an mucho el uno al otro. Et aun me dixieron que, y endo la infanta de un lugar a otro, que fue el infante don Anrique, desconocido cabo ella en el lugar del omne que la leuaua las salidas; et así fue fablando con ella bien tres lenguas. Onde paresce que razón avia de sospechar, que pudiera aver entre ellos alguna palabra de casamiento.[195]

Mas, o consentimento do monarca aragonês para a realização do enlace matrimonial entre os infantes, implicava fundamentalmente na conquista de um reino, por parte de D. Enrique. De acordo com o relato manuelino: “Et el rey de Aragon dixo que gela daria de buena mente, salvo por la jura que avia fecha; et finco el pleito

---

[194] Ibidem, p.81.
[195] Ibidem, p.82.

entrellos que si don Anrique pudiesse auer alguno reyno, quel daria la infanta, su fija, muy de grado".[196] O Infante de Castela empreende, então, uma campanha militar para conquistar o reino muçulmano de Niebla. No entanto, o monarca aragonês não chegou a dar seu consentimento ao casamento dos infantes, devido, basicamente, à intervenção de D. Violante, que suplicou ao pai que não casasse sua irmã, pois isto colocaria em risco a própria Coroa de Castela. Como relata D. João Manuel:

> Et estando el pleito en esto, entendiendo el rey de Castiella et la reyna donna Violante, su muger, que si este casamiento se fiziesse que les era muy grant danno et grant mouimiento en su regno, oy dezir que tomara la reyna donna Violante al infante D. Ferrando et a la infanta donna Berenguela, que eran ya nacidas, en una azemita et ella en otra, et un capellan consigo, et fuese para el rey don Jaymes, su padre, a Catalud. Et quando fue cerca de la villa, enbiol dezir con "un" omne de pie que su fija donna Violante, non se llamando reyna que se venia para el con sus nietos. El rey, quando la oyo, fue muy maravillado.[197]

Na verdade, dentro deste quadro das relações de poder, segundo D. João Manuel, Violante e Afonso X passaram a temer a constituição de um novo reino nas proximidades de Castela e, de outro, sentiam-se igualmente ameaçados por esta aliança matrimonial entre os infantes, que contribuiria para aumentar e consolidar o poderio de D. Enrique. Em síntese, D. João Manuel condena o comportamento ardiloso e de "tan fondo enganno et tan grant maestria"[198] da rainha castelhana, que,

---

[196] Idem.
[197] Idem.
[198] Ibidem, p.83.

conseguiu convencer o rei de Aragão e impedir o casamento dos infantes, que tanto se amavam. Conforme o escritor:

> El rey don Jaymes, commo era omne bueno et leal, non se catando de tan fondo enganno et tan Grant maestría, dixo a su fija que era en muy grant coita, ca de una parte non quería fazer ninguna cosaporque ella et sus fijos perdiesen el regno; de otra parte que él non sabía qué fazer contral pleyto que pusiera con don Anrique, pues avía cobrado el reyno de Niebla, pues él non podía casar a la infanta donna Constança, su fija, sinon con rey, segund la jura que fiziera a la reyna, su muger.[199]

Para dar solução ao problema do matrimônio de D. Constança, a ardilosa rainha do reino castelhano sugere então a seu pai, as bodas de sua irmã com o Infante D. Manuel. Em contrapartida, D. Violante comprometia-se a assegurar a posse do Reino de Múrcia ao novo pretendente. Nestas circunstâncias, efetivou-se o contrato matrimonial entre a Infanta aragonesa e o Infante D. Manuel, o pai do escritor:

> Entonçe dixo la reyna que si él quisiese, quanto a esto que bien fallaría consejo, ca él et el rey, su marido, podrían muy aýna cobrar el reyno de Murçia, con que los moros se avían entonçe alçado, et darlo al infante don Manuel et a la infanta donna Constança, et así sería guardada la su jura, et ella e su marido et sus fijos sin reçelo de perder ala onra que avían; et tanto dixo a su padre, lo uno quexándose de la su pérdida que recelaban, lo ál monstrando la gran onra que reçebía en cobrar aquel reyno, en que los moros se avían alçado, et fazer ende reyna a la infanta donna Constança, su fija, que

[199] Idem.

> se ovo el rey avenir et otorgógelo et bino el rey de Aragon para Soria et biénrose y él et el rey de Castiela et firmaron el casamiento del infante et de la infanta donna Constança. (...). Otrosí, el rey don Jaymes fue çercar a Murçia, et andando en estas cosas fue mío padre casar con la infanta donna Constança a Catalud.[200]

Depois da realização do casamento dos infantes, no entanto, prosseguem as artimanhas e falsidades cometidos pelos reis castelhanos. O desfecho trágico da narrativa manuelina é marcado pela morte cruel sofrida pela Infanta aragonesa. De forma semelhante aos episódios que caracterizam o enredo narrativo da historieta da Brabca de Neve Constança morre envenenada por comer cerejas que lhe foram enviadas numa cesta, por sua irmã, a rainha invejosa e malvada de Castela. Neste relato, construído sob a forma ficcional e novelesca, o escritor contrapõe, portanto, dois padrões de conduta, o comportamento virtuoso de seu pai, e a conduta ardilosa e perversa dos reis castelhanos. Conforme D. João Manuel: "Mio padre era omne Bueno et leal et amava mucho al rey, et commo quier que algunos gelo dizían, nunca le pudieron fazer creyente que esta maestría viniere por el rey".[201]

Por outro lado, na versão de D. João Manuel, depois da ocupação do Reino de Múrcia pelas forças militares dos exércitos cristãos, o rei de Castela, no entanto, não cumpriu o acordo estabelecido, quebrando um código de honra e lealdade contratual, ao negar-se a ceder o território ao Infante D. Manuel. Com efeito, uma das principais bases do código moral aristocrático firmava-se na manutenção da

---

[200] Ibidem, p.83-84.
[201] Idem.

honra, válida tanto para um nobre quanto para um rei, que é considerado o cabeça de toda a hierarquia nobiliárquica. A honra linhagística, ou dinástica, segundo observa Gibello Bravo, é uma qualidade que corporifica a perpetuação de atitudes honestas e dos pressupostos morais valorativos de uma estirpe de geração em geração.[202] Com efeito, a honra é o fundamento essencial de qualificação pelo qual se assenta a condição da vida nobre. Para o autor:

> (...) será una de las cualidades tanto personales como sociales más preciadas y por ello, deseadas por todos los hombres en el Medievo. En ella confluyen dos corrientes perfectamente interrelacionadas: la autoestima y el respeto personal, de un lado; y el prestigio y reconocimiento públicos, de otro. Si las primeras suponen la consideración individual de la propia dignidad, las segundas tienden a concebirse como el reconocimiento y la aceptación social de los hechos "virtuosos" y, por ello meritorios, dignos de aprecio y respeto (el influjo de estos últimos qué duda cabe, será su impulsor fundamental).[203]

Em D. João Manuel, o sentimento de vergonha constitui igualmente uma das bases fundamentais para a configuração da conduta nobre. A vergonha representa uma capacidade de contenção do comportamento e discernimento entre o bem e mal, entre o que é aceito ou negado socialmente. Ela é um impedimento à realização de ações impróprias ou perniciosas. Evita que a conduta cavaleiresca se incline pelas ações de vilania, estabelecendo um limite de divisão e separação moral entre vícios e virtudes:

---

[202] GIBELLO BRAVO, Victor. *La imagen de la nobleza castellana en la baja Edad Media.* Cáceres: Universidad de Extremadera - Servicio de Publicaciones, 1999, p.103.
[203] Ibidem, p.104.

> La vergüenza, otrosí, cunple mucho al cavallero más que otra cosa ninguna, et tanto le cumple que yo diría que valdrá más al caballero aver en sí vergüenza, et non aver otra manera ninguna buena, que aver todas las buenas maneras et non aver vergüenza; ca por buenas maneras que ayan, sy vergüenza non oviere, tal cosa podrá fazer algún día, que en los días que biva siempre será enagannado; et sy vergüenza oviere, nunca fará cosa por que la aya. Et otrosí abrá vergüenza de fazer lo que non debe, ca tan grant vergüenza es a omne en dexar de fazer lo que debe, commo de fazer lo que debe a Dios et al mundo.[204]

A crítica de D. João Manuel à Corte Real de Castela, decorre da visão moralizadora do escritor, que proclama no âmbito das virtudes das elites nobiliárquicas, a moderação das disposições do comportamento e o controle das paixões. Para D. João Manuel, a Corte castelhana pecava por seus vícios dando margem às ações desordenadas, pautadas na falta de contenção e moderação da conduta. Com efeito, nos códigos de boa conduta, os princípios do comportamento exemplar evocavam a constante moderação das atitudes dos governantes. A influência dos pressupostos do "Regimento de Príncipes", de Egídio Romano, na obra de D. João Manuel contribui decisivamente para o delineamento de suas formulações sócio-morais e políticas. Segundo estas formulações:

> [Quienes] más viven por pasión que por razón, no pueden templar sus pasiones ni sus codiciais e facen todas las cosas con sobrepujanza. Et si estas mañas costumbres son de denostar en los mancebos, mucho más lo son en los mayores que en los menores, e aún más en los reyes que en otros ningunos, ca no deven ellos ser

[204] JUAN MANUEL, Don. Livro do cavaleiro e do escudeiro. Op.cit., p.17

> seguidores de pasiones ni deven ser movedizos, ni deven creer de ligero ni deven ser peleosos ni metirosos ni porfiosos ni deven haver soberbia en sus fechos.[205]

No “Livro das Armas”, a elaboração ideológica desta memória familiar revela a existência de três aspectos característicos e primordiais na construção da maior parte da literatura de base aristocrática e linhagística: a exaltação da honra da estirpe, a legitimação de um poder e uma pretensão à autonomia política, manifestada, no desejo de confirmar um direito patrimonial.

Em vista disso, pode-se dizer que o final deste relato da narrativa, busca ressaltar a defesa da honra da estirpe Manuel e, ao mesmo tempo, promover a desqualificação moral do comportamento do monarca castelhano. De qualquer modo, o que interessa neste relato não é a veracidade factual da narrativa, mas, sim, o caráter de sua formulação discursiva. Trata-se de uma cuidadosa elaboração ideológica do autor, que pretende afirmar e legitimar o direito da estirpe Manuel sobre o controle de Múrcia. Afinal, o acordo de casamento de seu pai com a infanta aragonesa, segundo a promessa de Jaime I, implicava na cláusula de sua elevação ao trono. Promessa esta que a perfídia de D. Violante não permitiu concretizar.

O interesse político primordial de D. João Manuel ao longo de sua vida, foi o de ter o pleno controle e o domínio absoluto sobre Múrcia e toda a região de fronteira do reino castelhano. Nesse sentido, pode-se afirmar que suas práticas políticas

---

[205] Glosa Castellana al Regimiento de Príncipes de Egidio Romano. In: PEDRAZ, Miguel Vicente. Op.cit., p.87.

estavam ancoradas num conceito puramente autonômico e senhorial de poder. Segundo assinala Torres Fontes, a aspiração política permanente do nobre castelhano foi a de afirmar sua completa autonomia face à jurisdição real. De acordo com o autor:

> Porque pretensión permanente de don Juan Manuel en cuanto se refiere al reino de Murcia fue la de su total sumisión, la de ejercer una jefatura que no era precisamente la que podía proporcionarle su oficio de adelantado mayor, sino dentro de un concepto enteramente señorial, en donde su voluntad e interés personal se sobreponía a los fueros e privilegios reales.[206]

Mas, por outro lado, como foi notado anteriormente, este texto evoca igualmente uma dupla significação discursiva, reveladora de suas profundas contradições políticas. Sua narrativa não deixa de mostrar suas altas ambições e pretensões de ter nascido filho de rei, e não de Infante. De acordo com Cecília Ruiz, seu relato evidencia também suas aspirações e projeções ao controle do trono real:

> (...) que él debió de haber nacido rey, y que el reino de Múrcia debía de haber sido suyo y de su linaje. Hubiese sido demasiado osado ponerle a la razón un título que correspondiese plenamente a esta mensaje. (...). Lo muy importante que es sólo lo descubrimos al final; el defender su derecho y el de su linaje a poder armara caballeros sin ser ellos caballeros(...).[207]

---

[206] TORRES FONTES, Juan. Murcia y Don Juan Manuel: tensiones y conflictos. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.357.
[207] RUIZ, Cecília. Op.cit., p.90.

Assim, ao proclamar que sua linhagem possuía o direito de armar cavaleiros, D. João Manuel expressava seu propósito maior de afirmar sua total autonomia diante da realeza. Afora isto, pode-se interpretar que sua crítica ao comportamento político de Afonso X, consistia numa projeção vigorosa de seus enfrentamentos com o monarca Afonso XI. Dessa maneira, ao recriminar o comportamento do rei Sábio, na verdade, o escritor atacava toda a sua linha de descendência dinástica.

No final do "Livro das Armas", D. João Manuel apresenta um relato reconstituindo seu diálogo com o rei Sancho IV de Castela, antes de sua morte, em 1295. Conforme o discurso do rei moribundo à D. Juan Manuel:

> Et agora vedes que estades vos vivos et sano, et que me mantan ante vos, et nom me podedes defender nin acorrer. Ca bien cred que esta muerte que yo muero non es muerte de dolençia, mas es mouerte que me dan míos pecados, et sennaladamente por la maldición que me dieron mío[s] padre[s] por muchos mereçimientos que les yo mereçí. La otra razón porque vos debe pesar de la mi muerte, es por yo fío por Dios que vos biverdes mucho et veredes muchos reys en Castiella, mas nunca y rey avrá que tanto vos ame et tanto vos reçele et tanto vos tema como yo. Et diziendo esto tomól una tos tan fuerte, non podiendo achar aquello que arrancava de los pechos, que bien otras dos vezes lo tobiemos por muerto; et lo uno commo beýemos que él estava et lo ál por la palabras que me dizía, bien podedes entender el quebranto et el duelo que teníemos en los coraçones.[208]

[208] Ibidem, p.89.

Os acontecimentos narrados por D. João Manuel nesta altura da obra, adquirem uma feição nitidamente autobiográfica. À glorificação do pai, evocada largamente na primeira parte de sua obra, sucede agora a auto-glorificação do filho, que confirma todo o legado das virtudes transmitidas pelo bom sangue e a excelência moral do comportamento da estirpe.

No epílogo da narrativa, o escritor ressalta as confidências que Sancho IV lhe fez em seu leito de morte, durante a última entrevista que com ele manteve, em 1295, na cidade de Madri. O rei moribundo fala a D. João Manuel, num tom confessional, ressalta os pecados e as torpezas que cometera em vida, o peso da maldição que carregava de seu pai e o legado de morte que, por fim, pairava sobre a estirpe régia. Nesta cena decisiva da narração, o escritor estabelece um notável quadro de contrastes: a maldição da estirpe régia e o legado de bendições da estirpe Manuel. Pelo discurso final do rei moribundo, a monarquia agoniza, pelo legado de bendições da herança paterna do escritor, a estirpe Manuel se eleva. O ponto culminante da narrativa é, sem dúvida, a entronização simbólica e discursiva da linhagem Manuel, que se alça ao mais alto poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os principais aspectos históricos da obra manuelina que foram delineados ao longo deste estudo, cumpre assinalarmos algumas conclusões primordiais. Dessa maneira, primeiramente, cabe explicitarmos que o entendimento da obra do escritor castelhano pressupõe, antes de mais nada, pensar e demarcar sua estreita vinculação com uma configuração histórica específica, que lhe dá maior visibilidade e na qual se insere profundamente.

Nesta perspectiva de análise, os marcos de inscrição social da trajetória do escritor na sociedade castelhana tornam-se, evidentemente, premissas básicas para uma ampla compreensão de seu pensamento e de suas práticas políticas. Situado dentro de um contexto sócio-histórico de intensa ebulição das forças sociais, caracterizado pela emergência das grandes sublevações nobiliárquicas instauradas contra a monarquia, D. João Manuel ocupa um lugar de relevo na sociedade política peninsular, de fins do século XIII e primeira metade do século XIV..---------- Na perspectiva de análise aqui apresentada, podemos constatar que o “Livro das Armas”, de D. João Manuel, enquadra-se num vastíssimo programa didático-social, direcionado à conservação das estruturas linhagísticas no sistema social e político. Suas formulações normativas de caráter sócio-moral traduzem as novas tensões instaladas nos meios nobiliárquicos, durante as crises da Baixa Idade Média hispânica.

Seu discurso político, de caráter literalizado, sem dúvida, representa uma resposta a um período de intensas transformações na ordem política e social da sociedade hispano-castelhana.

Tratam de instruir, conformar e disciplinar os jovens de Corte na aquisição dos valores nobiliárquicos, então, ameaçados pelas transformações sociais e pelas lutas internas nas instâncias de mando político da monarquia castelhana. Portanto, tais textos, produzidos numa época de intenso recrudescimento das tensões sociais entre os grupos da alta e média nobreza, bem como pelos conflitos gerados com a presença dos chamados “homens novos” no ambiente de Corte, assinalam o universo de ambigüidades característico de uma sociedade em processo de transição histórica. Em síntese, tais formulações moralizantes e disciplinares projetam, assim, culturalmente, os procedimentos modelares mais adequados à afirmação da superioridade social que, neste contexto, o jovem da alta nobreza, bem cedo terá que internalizar e expressar em sua conduta hierárquica e distintiva dos demais grupos da sociedade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS:

01. *Crónicas de los Reyes de Castilla. Crónica del rey Don Alfonso Decimo.* Ed. Don Pascual de Gayangos. Biblioteca de Autores Españoles. Madrid: Real Academia Española, 1953. Tomo Sexagésimo Sexto.
02. *Crónicas de los Reyes de Castilla. Crónica del rey Don Alfonso el Onceno.* Ed. Don Pascual de Gayangos. Biblioteca de Autores Españoles. Madrid: Real Academia Española, 1953. Tomo Sexagésimo Sexto.
03. ALFONSO X, EL SABIO, Don. *Cantigas de Santa Maria.* Ed. Walter Mettmann. Coimbra: Universidad de Coimbra, 1972.
04. _____. *Fuero Real de Alfonso X el Sábio.* Ed. Alfredo Pimenta. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1946.
05. _____. *Las siete partidas.* Ed. Real Academia de Historia. Madrid: Real Academia de Historia, 1972.
06. _____. *Setenario.* Ed. Keneth H. Vanderford. Buenos Aires: Instituto de Filosofia, 1945.
07. GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *Colección Diplomática.* Zaragoza: La Académica, 1932.
08. JUAN MANUEL, Don. *Libro de las armas.* Ed. José M. Castro y Calvo e Martín Riquer. Obras de Don Juan Manuel. Barcelona: CSIC, 1955.
09. _____. *Libro de la caza.* Ed. Blecua J. M. Obras Completas. Madrid: Gredos, 1982.
10. _____. *Libro del caballero et del escudero.* Ed. José . Castro y Calvo e Martín Riquer. Obras de Don Juan Manuel. Barcelona: CSIC, 1955.
11. _____. *Libro de los enxiemplos del Conde Lucanor e de Patronio.* Ed. Alfonso Sotelo. Madrid: Cátedra, 1993.
12. _____. *Libro de los Estados.* Ed. Don Pascual de Gayangos. Biblioteca de Autores Españoles. Madrid: Atlas, 1952.
13. _____. *Libro Infinido.* Ed. Blecua J.M. Don Juan Manuel. Obras completas. Madrid: Gredos, 1982.

14. _____. *Tractado en que se prueba por razon que Santa Maria está en cuerpo e alma en Paraíso. (Tractado de la Asunçion de la Virgen).* Ed. Don Pascual de Gayangos. Biblioteca de Autores Españoles. Madrid: Atlas, 1952.
15. SANCHO IV. *Castigos e documentos del Rey don Sancho.* Ed. Don Pascual de Gayangos. Biblioteca de Autores Españoles. Madrid: Atlas, 1952.

DICIONÁRIOS E OBRAS DE REFERÊNCIA:

01. BECKER, Udo. *Dicionário de símbolos.* São Paulo: Paulus, 1999.
02. CANTO SPERBER, Monique. *Dicionário de ética e filosofia moral.* São Leopoldo: Universidade do Rio dos Sinos, 2003.
03. CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
04. LURKER, Manfred. *Dicionário de simbologia.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.
05. LE GOFF, Jacques, SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval I.* São Paulo: EDUSC, 2002.
06. _____. *Dicionário temático do Ocidente medieval II.* São Paulo: EDUSC, 2002.
07. *Semana de Estudios Medievales. La Historia Medieval en España: un balance historiográfico (1968-1998).* Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1999.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SOBRE D. JOÃO MANUEL:

01. ABAD, Francisco. Lugar de Don Juan Manuel en la historia de la lengua. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia - Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p. 9-15.
02. ALFONSO, Marta. Ramon Llull y Juan Manuel. *Perspectivas Paedagogicas,* Barcelona, v.6, n.13-15, p.108-121, 1964.
03. ALVAR, Manuel. Dos modelos lingüísticos diferentes: Juan Ruiz y Don Juan Manuel. *Revista de Filología Española,* Madrid, tomo LXVIII, p.13-32, 1988.
04. ARALUCE CUENCA, J. R. *El Libro de los Estados. Don Juan Manuel y la sociedad de su tiempo.* Madrid: Jose Porrúa Turanzas, 1976.

05. AYERBE-CHAUX, Reinaldo. Don Juan Manuel y la Corona de Aragon, la realidad politica y el ideal de los tractados. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.17-26.
06. BAQUERO GOYANES, Mariano. Perspectismo en “El Conde Lucanor”. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X, el Sabio, 1982, p.27-50.
07. BARCIA, P. L. *Analisis d’El Conde Lucanor.* Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1968.
08. BENITO Y DURÁN, Angel. *Filosofia del Infante Don Juan Manuel.* Alicante: Excma. Diputación Provincial de Alicante, 1972.
09. CANALEJAS, F. de P. *Raimundo Lulio y don Juan Manuel. (siglos XIII y XIV). Revista de España,* n.II y IV, 1968, Estúdio Literária.
10. CARREÑO, A. La vergüenza como valor sociológico y narrativo en Don Juan Manuel. El exemplo de El Conde Lucanor. *Cuadernos Hispanoamericanos,* n.314-315, p.495-510, 1958.
11. CASALDUERO, J. G. Libro de los Estados de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1992, p.149-161.
12. CASTRO Y CALVO, Jose Maria. *El arte de gobernar en las obras de Don Juan Manuel.* Madrid: CSIC, 1945.
13. _____. *La educación de Príncipes en la Edad Media según las obras de Juan Manuel.* Madrid: Faculdad de Filosofia y Letras da Universidad de Madrid, 1940. 4v.
14. CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, Diego. Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí: el testimonio de la Crónica Abreviada. In: MACPHERSON, J. (Ed.). *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1981, p.17-51.
15. DARBORD, Bernard. Acerca de las técnicas de la expression alegorica en la obra de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.51-61.
16. DEVOTO, Daniel. *Introducción al estudio de Don Juan Manuel y en particular de El Conde de Lucanor: una bibliografia.* Madrid: Castalia, 1972.

17. DEYERMOND, A.D. Cuentos orales y estructura formal en “El Libro de las Tres Razones”. In: *Don Juan Manuel. VII Centenário.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.75-87.
18. DIEZ DE REVENGA, F. J. “El Libro de las Armas” de Don Juan Manuel: algo más que un libro de Historia. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.103-116.
19. _____. Denominación y titulos de don Juan Manuel. *Miscelánea Medieval Murciana,* n.VIII, p.11-29, 1981.
20. DODDIS MIRANDA, A., SEPÚLVEDA DURÁN, G. *Estudios sobre Don Juan Manuel.* Santiago do Chile: Universitária, 1957.
21. ESQUER TORRES, Ramon. Rasgos estilísticos en Don Juan Manuel. *Revista de Filologia Española,* Madrid, tomo XLVII, p.429-435, 1964.
22. FLORY, D. A. *El Conde de Lucanor: Don Juan Manuel en su contexto historico.* Madrid: Pliegos, 1995.
23. GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *Don Juan Manuel. Biografia y estudio critico.* Zaragoza : La Académica, 1932.
24. GIMENO CASALDUERO, Joaquín. El “Libro de los Estados” de Don Juan Manuel: composición y significado. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.149-161.
25. HERRERA CASADO, Antonio. El Estado itinerante de Don Juan Manuel. *Actas del I Congresso Internacional de Caminería Hispánica,* Madrid, tomo II, p.11-28, [s.d.].
26. ISOLA, Della L. Las instituiciones en la obra de Don Juan Manuel. *Cuadernos de Historia,* Buenos Aires, n.21-22, p.70-145, 1954.
27. LIDA DE MALKIEL, Maria Rosa. Três notas sobre Don Juan Manuel. In: *Estudios de literature española y comparada.* Buenos Aires: EUDEBA, p.92-133, 1966.
28. LIZABE DE SAVASTANO, Gladys Isabel. *Don Juan Manuel y la tradición de los tratados de caballeria: el Libro del caballero e del escudero en su contexto.* Syracusa: Syracuse University, 1988.
29. LOMAX, Derek W. El padre de Don Juan Manuel. In*: Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.193-176.

30. MACPHERSON, J. Los cuentos de un Gran Señor: la doctrina de El Conde Lucanor. In: RICO, Francisco (Dir.). *Historia y critica de la literatura española.* Barcelona: Critica, 1980, p.197-201.
31. MARTÍN, José Luis. Don Juan Manuel. Fundador del convento de San Juan y San Pablo de Peñafiel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.215-226.
32. MARTÍNEZ PASCUAL, Lope. Los ofícios y la concilleria en el señorio de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.259-285.
33. ORDUNA, Germán. La autobiografia literaria de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia de Alfonso X el Sabio, 1982, p.245-258.
34. _____. El ejemplo en la obra literária de Don Juan Manuel. In: MACPHERSON, J. (Ed.). *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1981, p.119-142.
35. PEDRAZ, M. V. Educación corporal y distinción nobiliária en el Libro de los Estados de Don Juan Manuel. *APUNTS*, Barcelona, n.43, p.13-22, 1996.
36. _____. *El imaginário corporal del Libro de los Estados. Representaciones somaticas de la sociedad y representaciones sociales del cuerpo en la obra política de Don Juan Manuel*. Buenos Aires: Fundación Archipiélago, 2002.
37. PEDRERO-SÁNCHEZ, M.G. Ética e política em Don Juan Manuel. In: DE BONI, Luiz Alberto. *Idade Média: ética e política.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.463-471.
38. PRETEL MARÍN, Aurelio. Aproximación al estudio de la sociedad en la Mancha Albacetense bajo el señorio de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.287-311.
39. _____. Documentos de Don Juan Manuel a sus vasallos de la villa de Chinchilla. AL-BASIT. *Revista de Estudios Albacetenses,* Albacete, n.5, p.92-110, 1978.
40. _____. *Don Juan Manuel, señor de la llanura. Repoblación y gobierno de la Mancha Albacetense en la primera mitad del siglo XIV.* Albacete: CSIC, 1982.

41. RÚBIO GARCIA, L. La fecha de la muerte de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.325-336.
42. RUIZ, Maria Cecília. *Literatura y política: el Libro de los Estados y el Libro de las Armas de Don Juan Manuel.* Potomac-Maryland: Scripta Humanística, 1989.
43. SÁNCHEZ RODRIGUEZ, Marciano. Programa educativo del Infante Don Juan Manuel. Historia de la Educación. *Revista Interuniversitária,* Salamanca, n.5, p.131-148, 1986.
44. STEFANO, Luciana de. Don Juan Manuel y el pensamiento medieval. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.337-351.
45. _____. La sociedad estamental en las obras de Don Juan Manuel. *Nueva Revista de Filología Hispánica,* México, n.16, p.329-354, 1962.
46. TAYLOR, Barry. De Jaime de Jérica y el publico de El Conde Lucanor. *Revista de Filología Española,* Madrid, tomo LXVI, p.39-58, 1986.
47. TORRES FONTES, Juan. Don Juan Manuel y Peñafiel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p. 385-395.
48. _____. Las tensiones sociales en Castilla en tiempos de Don Juan Manuel. In: MACPHERSON, J. (Ed.). *Juan Manuel studies.* Londres: Tamesis Books, 1981, p.181-192
49. _____. Murcia y Don Juan Manuel: tensiones y conflictos. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario.* Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.385-395

BIBLIOGRAFÍA GERAL:

01. ALBORG, J. L. *Historia de la literatura española.* Madrid: Gredos, 1981.
02. ALFONSO A., Isabel. Poder local y diferenciación interna en las comunidades rurales gallegas. In: PASTOR, Reina (Coord.). *Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna.* Madrid, 1999, p.203-223.

03. ALLARD, Jeanne. Le naissance de l'etiquette: les règles de vie à la cour de Castille à la fin du Moyen-Age. In : GUGLIELMI, Nilda, RUCQUOI, Adeline (Coord.). *El discurso politico en la Edad Media.* Buenos Aires: Programa de Investigaciones Medievales – Consejo Nacional de Investigaciones Técnicas y Científicas – CONICET – Centre de la Recherche Scientifique, 1995, p.11-28.
04. _____. L'Etiquette de table a la cour de Castille ao Bas Moyen-Age. *Temas Medievales,* Buenos Aires, n.3, Programa de Investigaciones Medievales – Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas, p.5-15, 1993.
05. ALONSO ROMERO, M. P. *Universidad y sociedad corporativa. Historia del privilegio jurisdiccional del estudio salmantino.* Madrid: Tecnos, 1997.
06. ÁLVAREZ BORGE, J. *Monarquia feudal y organización territorial: alfoces y merindades en Castilla (siglos X-XIV).* Madrid: CSIC, 1993.
07. ARIÈS, Philippe. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime.* Tradução de Miguel Serras Pereira e Ana Luisa Faria. Lisboa: Relógio d'Água, 1988.
08. ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (Org.). *História da vida privada: da Europa feudal à Renascença.*Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 4v.
09. ARÓSTEGUI, J. Violencia, sociedad y política: la definición de la violencia. *Ayer,* n.13, p.17-55, 1994.
10. AUERBACH, E. *Lenguaje literario y publico en la baja latinidad y la Edad Media.* Barcelona: Seix Barrial, 1969.
11. AYALA MARTINEZ, C. *La monarquía y Burgos durante el reinado de Alfonso X.* Madrid: Universidad Autónoma, 1994.
12. _____. *Directrizes fundamentales de la politica peninsular de Alfonso X.* Madrid: Antiqua et Mediavalia, 1986.
13. BALANDIER, G. *El poder en escenas. De la representación del poder al poder de la representación.* Barcelona: Paidós Studio, 1994.
14. BARBERO, A.,VIGIL, M. *La formación del feudalismo en la Peninsula Iberica.* Barcelona: Crítica, 1982.
15. BECEIRO PITA, Isabel. Educación y cultura en la nobleza (siglos XIII-XV). *Anuário de Estudos Medievales,* Madrid, n.21, p.571-590, 1991.
16. _____. La conciencia de los antepassados y la gloria del linaje en la Castilla bajomedieval. In: PASTOR, Reyna (Comp.). *Relaciones de poder, de*

producción y parentesco en la Edad Media y Moderna. Aproximaciones a su estudio. Madrid: CSIC, 1990, p.329-349.

17. _____. *Las vias de acceso a la instrucción en la Baja Edad Media.* Alcalá de Henares: Antonio Castillo Gómez, 1996.

18. _____. Los dominios de la familia real castellana (1250-1350). In: *Génesis medieval del Estado Moderno: Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: Ambito, 1987, p.79-106.

19. _____. Los estados señoriales como estructuras de poder en la Castilla del siglo XV. In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). *Realidad e imágenes del poder. Espanã a fines de la Edad Media.* Valladolid: Ambito, 1988, p.293-323.

20. BECEIRO PITA, Isabel, CORDOBA DE LA LLAVE, R. *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana (siglos XII-XV).* Madrid: CSIC, 1990.

21. BECEIRO PITA, Isabel, FRANCO SILVA, A. Cultura nobiliar y bibliotecas: cinco ejemplos de las postrimerías del siglo XIV a mediados del XVI. *História, Instituiciones, Documentos.* Madrid, n.12, p.217-350, 1985.

22. BELTRÁN, Vicente. Los trovadores en la corte de Castilla y León. I: Boniface Calvo y Airas Maniz d'Asme. *Cultura Neolatina,* Roma, n.45, p.45-57, 1986.

23. _____. Los trovadores en la corte de Castilla y León. II: Alfonso X, Guirant Riquier y Pero da Ponte. *Romania,* Paris, n.107, p.486-503, 1986.

24. BERMEJO CABRERO, Jose Luis. *Derecho y pensamiento politico en la literatura española.* Madrid: G. Feijoo, 1980.

25. BIZZARRI, Hugo. Reflexiones sobre la empresa cultural del Rey Don sancho IV de Castilla. *Anuario de Estudios Medievales,* 31/1, 2004, p. 429-449.

26. BLANCO AQUINAGA, C., RODRÍGUEZ PUÉRTOLAS, J., ZAVALA, J.M. *Historia social de la literatura española.* Madrid: Castalia, 1978. 1v.

27. BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos.* Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

28. BOTELLA POMBO, Esperanza. *La Serna: ocupación, organización y exploración del espacio en la Edad Media (800-1250).* Santander: Tantin, 1988.

29. BROCCHIERI, Mariateresa Fremagalli. *Il pensiero politico medievale.* Roma-Bari: La Tereza, 2000.
30. BUENAVENTURA, Delgado. *Historia de la infancia.* Barcelona: Ariel, 1998.
31. _____. La literatura didactica medieval. In: *Historia de la educación en España y America. I: La educación en la España antigua y medieval.* Madrid: S.M., D.L., 1992, p.403-474.
32. _____. Pedagogos cristianos y sus escritos sobre educación. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España. I: Edades Antigua, Media y Moderna.* Madrid: BAC, 1995, p.99-127.
33. BÜHLER, J. (Coord.). *Vida y cultura en la Edad Media.* México: Fondo de Cultura Económica de España, 1996.
34. BURGUIÈRE, A. (Dir.). *Historia da família. Tempos medievais: Ocidente e Oriente.* Lisboa: Terramar, 1997. 2v.
35. BURNS, R. I. *Emperor of culture. Alfonso X, the learned of Castille and his thirteenth century renaissance.* Philadelphia: University Philadelphia Press, 1990.
36. BURKE, Peter. *A arte da conversação.* Tradução de Álvaro Luis Hatther. São Paulo: UNESP, 1995.
37. _____. *A escrita da História: novas perspectivas.* Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
38. _____. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV.* Tradução de Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
39. _____. *As fortunas d'O Cortesão: a recepção européia ao "Cortesão de Castiglione".* Tradução de Álvaro Luiz. São Paulo: UNESP, 1997.
40. _____. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
41. CARDAILLAC, Luis. *Toledo, século XII-XIII: muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p.176
42. CARRERAS Y ARTAU, T., CARRERAS Y ARTAU, J. *Historia de la filosofia española. Filosofia cristiana de los siglos XIII al XV.* Madrid: Real Academia de Ciencias Exactas, Fisicas y Naturales, 1939. 1v.

43. CASADO ALONSO, Hilário. Las relaciones poder real – ciudades en Castilla en la primera mitad del siglo XIV. In: *Génesis medieval del Estado Moderno: Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: Ambito, 1987, p.193-215.
44. CASEY, James. *A história da família*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1992.
45. CASTRO, A. El taller historiografico alfonsí. Métodos y problemas en el trabajo compilatorio. *Romania*, Paris, n.84, p.354-375, 1963.
46. _____. *La realidad historica de España*. México: Porrua, 1975.
47. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
48. _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV-XVIII*. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: UnB, 1994.
49. CIPOLLA, Carlo M. *Educación y desarrollo en Occidente*. Barcelona: Ariel, 1983.
50. COHN, Norman. *En pos del milenio*. Madrid: Alianza Editorial, 1997
51. CORTES, Marta Haro. *La imagen del poder real atraves de los compendios de castigos castellanos del siglo XIII*. Londres: Department of Hispanic Studies, Queen Mary and Westfield College, 1996.
52. COSTA, Ricardo da. La caballeria perfecta y las virtudes del Buen Caballero en el libro de la Orden de Caballeria (1279-1283), de Ramon Llull. In: FIDORA, A., HIQUERA, J.G. (Ed.). *Ramon Llull caballero de la fé. El arte luliana y su proyección en la Edad Media*. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2001, p.13-40.
53. CUESTA BUSTILLO, Josefina. *Memoria e história.* Madrid: Marcial Pons, 1998, p.12-16
54. CURTIUS, E. R. *Literatura européia e Idade Média latina. Tradução de Paulo Ronái e Teodoro Cabral*. São Paulo: EDUSP-HUICITEC, 1996.
55. DE GUEVARA PARDO, Eduardo V. El estudio de los emblemas heráldicos del medievo peninsular. *Hispania,* L/2, n.175, 1990.
56. DELGADO, B. (Dir.). *Historia de la educación en España y America: la educación en la Hispania Antigua y Medieval*. Madrid: Morata, 1992. 3v.

57. DELUMEAU, Jean. *Uma história do paraíso. O jardim das delícias*. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1992.

58. DEYERMOND, A.D. *Historia de la literatura española. La Edad Media.* Barcelona: Ariel, 1971.

59. DÍAZ DE DURANA, José Ramón. *La lucha de bandos en el Pais Vasco: de los parientes mayores a la hidalquia universal: Guipúzcoa, de los bandos a la provincia (siglos XIV a XV).* Bilbao: Edição de José Ramon Diaz de Durana Ortiz de Urbina, 1998.

60. _____. Violencia, disentimiento y conflicto en la sociedad vasca durante la Baja Edad Media. La lucha de bandos: estado de la cuestión de un problema historiografico. In: *Violencia y conflictividad en la sociedad de la España bajomedieval. Aragon en la Edad Media, sesiones de trabajos IV Seminário de Historia Medieval.* Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995, p.27-58.

61. DÍAS MARTÍN, L. V. *Castilla, 1280-1360: política exterior o relaciones accidentales? In: Génesis medieval del Estado Moderno: Castilla y Navarra (1250-1370)*. Valladolid: Ambito, 1987, p.125-147.

62. DÍAZ-PLAJA, Fernando. *La vida cotidiana en a España medieval*. Madrid: EDAF, 1995.

63. _____. *A vida quotidiana na Espanha muçulmana*. Tradução de Artur Lopes Cardoso. Lisboa: Notícias, 1993.

64. DÍAZ Y DÍAZ, M. C. *De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular.* Barcelona: Al Alvir, 1976.

65. DOUBLEDAY, Simon R. Aristocracia y monarquia en los reinos de Castilla y León: el caso de la familia Lara. *Hispania,* Madrid, v.61, n.209, p.999-1016, 2001.

66. DUBY, Georges. *Amor e sexualidade no Ocidente*. Tradução de Ana Paula Faria. Lisboa: Terramar, 1998.

67. _____. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. Tradução de Eugênio Michel da Silva. São Paulo: UNESP, 1998.

68. _____. *A Idade Média na França (987-1460): de Hugo Capeto a Joana d'Arc*. Tradução de Clóvis Marcos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992

69. _____. *A sociedade cavaleiresca*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1989.
70. _____. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo.* Tradução de Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1982.
71. _____. *El siglo de los caballeros*. Tradução de Mauro Armiño. Madrid: Alianza, 1995.
72. _____. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo.* Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
73. _____. *Idade Média, Idade dos Homens. Do amor e outros ensaios.* Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
74. _____. *O cavaleiro, a mulher e o padre. O casamento na França feudal.* Tradução de G. Cascais Franco. Lisboa: Don Quixote, 1988.
75. _____. *O Domingo de Bouvines – 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
76. _____. *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade (980-1420).* Tradução de José Saramago. Lisboa: Estampa, 1993.
77. DYER, Christopher. *Niveles de vida en la baja Edad Media*. Barcelona: Crítica, 1991.
78. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
79. FALBEL, Nachman. *Heresias medievais.* São Paulo: Perspectiva, 1977.
80. FERNANDES, Fátima. As cortes medievais portuguesas e a sua relação com o poder régio. In*: Anais da XIX Reunião Anual da SBPH*. Curitiba: SBPH, 2000, p.141-144.
81. _____. As elites políticas e o conceito de fronteira na Península Ibérica medieval. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.30, n.1, p.7-32, 2004.
82. _____. O modelo de criatio regio e senhorial em Portugal (séc. XIV). Trabalho apresentado na XXIII reunido do SBPH, Curitiba, 2003.
83. _____. *Sociedade e poder na Baixa Idade Média portuguesa. Dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza portuguesa*. Curitiba: UFPR, 2003.

84. FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Tradução de M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1992.

85. FLETCHER, Richard. *Em busca de El Cid*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalo Zimbres. São Paulo: UNESP, 1998.

86. FLORES ARROYUELO, Francisco J. *El caballero: hombre y prototipo.* Murcia: Editorial del Departamento de Historia Medieval – Universidad de Murcia, 1982.

87. _____. El torneo caballeresco: de la preparación militar a la fiesta y representación teatral. Medioevo y literatura. In: *Actas de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval.* Granada: Juan Paredes, 1995, p.257-278. 2v.

88. FOURQUIN, Guy. *História econômica do Ocidente medieval.* Lisboa: Edições 70, 1981.

89. _____. *Los levantamientos populares en la Edad Media*. Madrid: EDAF, 1976.

90. _____. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1992.

91. FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Eva Barbada: ensaios de mitologia medieval.* São Paulo: EDUSP, 1996.

92. _____. *Cocanha: a história de um país imaginário.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

93. _____. *Peregrinos, monges e guerreiros: feudo-clericalismo e religiosidade em Castela medieval.* São Paulo: HUICITEC, 1990.

94. FRIGHETTO, Renan. *Cultura e poder na Península Ibérica*. Curitiba: Juruá, 2001.

95. _____. O curso da vida na Gallaecia hispano-visigoda em finais do século VII: o exemplo de Valério de Bierzo. In: *Actas de las Primeras Jornadas de Historia de España*. Buenos Aires, v.2, n.1, p.43-62, 2000.

96. GAIBROS, M. *Historia del reinado de Sancho IV de Castilla*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1922. 3v.

97. GALINO CARRILLO, M. Angeles. *Los tractados sobre educación: de Príncipes (siglos XVI y XVIII)*. Madrid: CSIC, 1948.

98. GARATE CÓRDOBA, José Maria. *Espiritu y milícia em la España medieval.* Madrid: Publicaciones Españolas, 1967.
99. GARCIA DE CORTÁZAR, J. Angel. La epoca medieval. In: ARTOLA, Miguel (Dir.). *Historia de España Alfaguara*. Madrid: Alianza, 1994. 2v.
100. _____. *Organización social del espacio en la España medieval: la Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Ariel, 1985.
101. GARCIA FERNÁNDEZ, Manuel. Cultura, ciencia y magia en la Edad Media. In: *Cultura de elites y cultura popular en Occidente (Edades Media y Moderna)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p.109-141.
102. _____. La politica internacional de Portugal y Castilla en el umbral de la Baja Edad Media. Nuevas reflexiones sobre viejos sistemas de alianzas dinásticas peninsulares (1279-1357). *Revista de Ciencias Historicas*, Porto, n.14, p.61-80, 1999.
103. GARCIA FITZ, F. La didáctica militar en la literatura castellana (segunda mitad del siglo XIII y primera del XIV). *Anuario de Estudios Medievales*, Barcelona, n.19, p.271-283, 1989.
104. GARCIA MARTÍN, J. M. *El oficio publico en Castilla durante la baja Edad Media.* Sevilha: Universidad de Sevilla, 1974.
105. GARCIA-PELAYO, Manuel. *El Reino de Dios, arquetipo politico. Estudio sobre las formas politicas de la alta Edad Media*. Madrid: *Revista* de Occidente, 1959.
106. GARCIA-VILLOSLADA, R. (Dir*.). Historia de la Iglesia en España*. Madrid: BAC, 1982. 2v.
107. GERBET, Marie-Claude. *Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XIV*. Madrid: Alianza, 1997.
108. GIALLONG, A. *Il bambino medievale: educazione e infanzia nel medioevo*. Bari: Dedalo, 1990.
109. GIBELLO BRAVO, Victor M. *La imagen de la nobleza castellana en la baja Edad Media.* Cáceres: Universidad de Extremadera - Servicio de Publicaciones, 1999.
110. _____. La violencia convertida en espetáculo, las fiestas caballerescas medievales. In: *Curso de Cultura Medieval. Fiestas, juegos y espectaculos en la sociedad medieval*. Palencia: Ediciones Polifemo, 1999.

111. GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
112. GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *La Edad Media en la Corona de Aragón*. Barcelona – Buenos Aires: Labor, 1930.
113. GIMENO CASALDUERO, J. *La imagen del monarca en la Castilla del siglo XIV*. Madrid: revista de Occidente, 1972.
114. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
115. GLICK, T. *Cristianos y musulmanes en la España medieval (711-1250).* Madrid: Alianza, 1991.
116. GODINHO, H. (Org.). *A imagem do mundo na Idade Média*. Lisboa: Ministerio da Educação, 1992.
117. GÓMEZ GARCIA, Pedro. *Religión popular y messianismo. Análises de cultura andaluza.* Granada: Universidad de Granada, 1991.
118. GONZÁLEZ CRESPO, E. *Colección documental de Alfonso XI*. Madrid: Universidad Complutense, 1985.
119. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X el Sabio: Historia de un reinado (1252-1284*). Palencia: La Olmeda, 1999.
120. _____. *Alfonso X, el Sabio (1252-1284).* Palencia: La Olmeda, 1993.
121. _____. Historia politica y estructura de poder. Castilla y León. In: *La Historia Medieval en España. Un balance historiográfico (1968-1998). Actas de la XXV Semana de Estudio Medievales de Estella*. Pamplona: Departamento de Educación y Cultura – Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1999, p.175-283.
122. GONZÁLEZ MINGUEZ, Cesar*. Fernando IV de Castilla (1295-1312). La guerra civil y el predominio de la nobleza*. Vitoria: Universidad de Valladolid, 1974.
123. GONZÁLEZ RUIZ, Ramón. La Escuela de traductores de Toledo. In: BARTOLOMÉ MARTINEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España: Edades Antigua, Media y Moderna.* Madrid: BAC, 1995, p.268-275.
124. GUREVITCH, A. J. *As categorias da cultura medieval.* Lisboa: Caminho, 1991.

125. GUGLIELMI, Nilda. Actitudes y comportamientos en el Roman de Flamenca. *Temas Medievales*, Buenos Aires, n.3, p.171-203, 1993.
126. GUGLIELMI, Nilda, RUCQUOI, Adeline (Coord.). *El discurso político en la Edad Media*. Buenos Aires: Programa de Investigaciones Medievales – Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas, 1995.
127. HACHETTE, L. *Orígenes de la família moderna*. Barcelona: Crítica, 1979.
128. HARO CORTÉS, Marta. Los compendios de castigos del siglo XIII: técnicas narrativas y contenido etico. *Revista Cuadernos de Filologia,* valéncia, n.XIV, Universidad de Valencia, 1995, p.16.
129. HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Campinas: Papirus, 1998.
130. HERNÁNDEZ RODRIGUEZ, E. Valoración de la didactica luliana. *REP*, Madrid, n.4, p.77-119, 237-266, 1946.
131. HERRERO, J. S. Catequesis y predicación. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España: Edades Antigua, Media y Moderna. Madrid*: BAC, 1995, p.204-233.
132. HOMET, Raquel. Niños, adolescencia y sanidad en tiempos visigodos. *Actas de las Primeras Jornadas de Historia de España*, Buenos Aires, v.2, p.21-42, 2000.
133. _____. Niños y adolescentes en fiestas y ceremonias: aportes para su estudio en la España medieval, Madrid, n.24, p.145-170, 2001.
134. _____. *Los viejos y la vejez en la Edad Media. Sociedad e imaginario.* Buenos Aires: Universidad Catolica Argentina, 1997, p.35-42.
135. HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média.* Lisboa: Ulisséia, 1960.
136. IRADIEL, Paulino et al. *Historia de la España cristiana*. Madrid: Cátedra, 1995.
137. KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
138. KEEN, M*. La caballería*. Barcelona: Ariel, 1986.
139. KINKADE, Richard P. Sancho IV: Puente literário entre Alfonso el Sabio y Juan Manuel. *Publications of the modern language association of America*, n.87, p.1038-1051. 1972.

140. KLAPISCH-ZUBER, Christiane. A mulher e a família. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989, p.193-208.
141. KOECHLIN, Bernard. A realidade gestual das sociedades humanas. In: POIRIER, Jean (Dir.). *História dos costumes. O amor, a palavra, o gesto e os modos de pensar.* Lisboa: Estampa, 1990, p.117-172.
142. KRUS, L. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1388).* Lisboa: Fundação Calaiste Gulbenkian, 1998.
143. LADERO QUESADA, M. A. Estado, hacienda, fiscalidad y finanzas. In: La historia medieval en España. Un balance historiografico (1968-1998). *Actas de la XXV Semana de Estudios Medievales de Estella.* Pamplona: Departamento de Educación y Cultura – Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1999, p.457-504.
144. _____. Marco histórico: Iglesia, sociedad y educación. In: H*istoria de la acción educadora de la iglesia en España. I. Edades Antigua, Media y Moderna.* Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p.105.
145. LAPESA, R. *Historia de la lengua española.* Madrid: Gredos, 1981.
146. LAS HERAS, Isabel. Os conflictos políticos como espacio de la delincuencia en la Castilla bajomedieval. *Temas Medievales*, Buenos Aires, n.1, p.163-194, 1991.
147. LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1984. 2v.
148. _____. A história política continua a ser a espinha dorsal da História? In: *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994, p.351-367.
149. _____. *O apogeu da cidade medieval*. Tradução de Antônio Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
150. _____. *O homem medieval.* Lisboa: Presença, 1989.
151. _____. *O imaginário medieval*. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994.
152. _____. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.
153. _____. *Para um novo conceito de Idade Média*. Tradução de Maria Helena Dias. Lisboa: Estampa, 1980.
154. _____. *São Francisco de Assis.* Rio de Janeiro: Record, 2001.
155. _____. *São Luis. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

156. LEVI, G., SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *História dos jovens : da antigüidade à era moderna.* Tradução de Cláudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
157. LIDA DE MALKIEL, Maria Rosa. *La idea de la fama en la Edad Media castellana.* México: Fondo de Cultura Económica, 1952.
158. LINEHAN, Peter. Ideologia y literatura en el reinado de Alfonso XI de Castilla. In: *Génesis medieval del Estado Moderno: Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: AMBITO, 1987, p.229-243.
159. _____. *La Iglesia española y el papado en el siglo XIII*. Salamanca: Universidad Pontifícia, 1975.
160. LLINARES, A. Algunos aspectos de la educación en la Doctrina Pueril de Ramon Llull. *Estudios lulianos*, Palma de Mallorca, n.2, p.201-209, 1967.
161. LLULL, Ramón. *O Livro da Ordem de cavalaria.* Tradução de Ricardo da Costa. São Paulo: Giordano, 2000.
162. LOMAX, Derek W. Reforma de la Iglesia y literatura didáctica: sermones, ejemplos y sentencias. In: RICO, Francisco (Dir.). *Historia critica de la literatura española.* Barcelona: Crítica, 1979, p.83.
163. MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. Tradução de Marina Appenzelle. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
164. MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
165. MARAVALL, J. A. *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid: Intituto de Estudios Politicos, 1981.
166. _____. *Estudios de historia del pensamiento español*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica del Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1983.
167. MARQUEZ VILLANUEVA, Francisco. *El concepto cultural alfonsí.* Madrid: Mafre, 1995.
168. MARTÍN, José Luis. El niño en la Edad Media. *Studia Paedagogica,* Salamanca, n.6, p.39-53, 1980.
169. _____*. La Península en la Edad Media.* Barcelona: Teide, 1993.
170. _____. Tratados de caballeria. Desafios, justas y torneos. Espacio, tiempo y forma (Série III). *História Medieval,* v.4, p.161-242, 1991.

171. MARTÍNEZ MARTÍNEZ, M. La territorialización del poder. Los adelantados Mayores de Murcia (siglos XIII-XV). *Anuario de Estudios Medievales,* Murcia, n.25, p.549-569, 1995.
172. MARTÍNEZ SOPENA, Pascual. La nobleza de León y Castilla en los siglos XI y XII. Un estado de la cuestion. Hispania, Madrid, n.185, v.53, p.801-822, 1993.
173. MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1981.
174. _____. *Fragmentos de uma composição medieval.* Lisboa: Estampa, 1981.
175. _____. *Narrativas dos livros de linhagens.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
176. MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino. *Orígenes de la novela. Nueva Biblioteca de autores españoles.* Madrd: Baily/Bailliere, 1925.
177. MENÉNDEZ PIDAL, R. Alfonso X y las leyendas heroicas. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, enero-febrero, p.13—37, 1948.
178. _____. De Alfonso a los dos Juanes. Auge y culminación del didactismo (1252-1370). *Studia Hispánica in honorem R. Lapasa*, Madrid, v.1, p.63-73, 1972.
179. _____. *El Império Hispánico y los Cinco Reinos: dos épocas en la estructura política de España.* Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1950.
180. _____. *La epopeya castellana a través de la literatura española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1974.
181. _____. *Los españoles en la Historia*. Madri: Espasa-Calpe, 1991. (Colección Austral).
182. _____. *Poesia juglaresca y juglares. Aspectos de la historia literária y cultural de España*. Buenos Aires – México: Espasa-Calpe, 1945.
183. MENJOT, Denis. Enseigner la segesse. Remarques sur Moyen Age. In: GUGLIELMI, Nilda, ROCQUOI, Adelina. *El discurso político en la Edad Media.* Buenos Aires: CONICET, 1995, p.217-231.
184. MIETHKE, Jürgen*. Las ideas politicas de la Edad Media.* Tradução de Francisco Bertelloni. Buenos Aires: Biblos, 1993.

185. MITRE, Emílio. *Cristianos y musulmanes y hebreos: la dificil convivencia de la España medieval*. Madrid: Anaya, 1988.
186. _____. *La España medieval: sociedades, estados, culturas*. Madrid: Istmo, 1999.
187. MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média.* Rio de Janeiro: Campus, 1989.
188. MOURA, Odilão. A doutrina do direito natural em Tomás de Aquino. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). *Idade Média: ética e política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.219-231.
189. MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. *Cuadernos de Historia,* Madrid, n.3, p.1-210, 1969.
190. _____. El auge de la burocracia castellana en la Corte de Alfonso XI. El camarero Fenán Rodriguez y su hijo, el tesorero Pedro Fernández. In: *Homenaje a A. Millares Carló*. Las Palmas: Real Academia de Madrid, 1975.
191. _____. El património dominical de un consejero de Alfonso XI. Los señorios de Fernand sanchez de Valladolid. *Revista de la Universidad Complutense*, Madrid, n.85, v.22, enero-marzo, p.123-142, 1973.
192. _____. *Feudalismo y nobleza en la Castilla medieval*. Madrid: real Academia de História, 2000.
193. _____. La nobleza castellano-leonesa en la Edad Media. Problemática que suscita su estudio en el marco de una historia social. *Hispania*, Madrid, n.114, v.30, p.5-68, 1970.
194. _____. La promoción política y social de los letrados en la corte de Alfonso XI. *Hispania*, Madrid, n.129, p.5-29, 1975.
195. _____. La sociedad politica castellana en la epoca de Alfonso XI. *Cuadernos de Historia*, Madrid, n.6, p.184-326, 1975.
196. MOYANO MARTÍNEZ, J.M. Familia y poder político en la Murcia bajomedieval (siglos XIV y XV). *Miscelánea Medieval Murciana*, Murcia, v.17, p.9-41, 1992.
197. MUSSI DA SILVA, O. *Crítica e autocrítica das Cortes reais e nobres de Leão e castela na época de Alfonso, o Sábio: o caso particular dos judeus nos cancioneiros galaico-portugueses*. São Paulo, 1981. Tese

(Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2v.

198. NICASIO SALVADOR, M. Una cultura del libro. La literatura medieval española. In: La historia medieval en España: un balance historiografico (1968-1998). Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1999.
199. NIETO SORIA, J. Manuel. Cultura y poder real a fines del medioevo: la política como representación. In: *Aragón en la Edad Media. Sociedad, culturas y ideologias en la España bajomedieval*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2000, p.7-31.
200. _____. *Fundamentos ideologicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XIV).* Madrid: EUDEMA, 1988.
201. _____. *Ideologia y poder monarquico en la península. In: La historia medieval en España: un balance historiografico (1968-1998).* Pamplona: Departamento de Educación y Cultura – Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1999, p.335-381.
202. _____. Imágenes religiosas del rey y del poder real en Castilla del siglo XIII. In: *La España medieval: homenaje al Prof. D. Ángel Ferrari Nuñez.* Madrid: EUDEMA, 1986. 2v.
203. _____. La ideologia política bajomedieval en la historiografia española. *Hispania*, Madrid: n.175, p.667-681, 1990.
204. _____. Las monarquias castellana y portuguesa a fines del medievo: algunas perspectivas para una historia comparativa. História. Questões & Debates: Instituições e poder no medievo, Curitiba, n.37, v.19, p.11-36, 2002.
205. _____. *Sancho IV. 1284-1295.* Palencia: Diputación Provincial de Palencia – Editorial La Olmeda, 1994. (Série Reyes de Castilla y León).
206. NUÑEZ RODRÍGUEZ, M. “Non avemos mayor sobre no en la temporal”: Alfonso X y la image de autoridad. *Temas Medievales*, Buenos Aires, n.3, p.29-45, 1993.
207. OAKLEY, T. *Los siglos decisivos. La experiencia medieval*. Madrid: Alianza Editorial, 1980.
208. OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura. As novas teorias alemãs.* São Paulo: Ática, 1996.

209. ORTUÑO, J.M. *El adelantado de la corona de Castilla*. Murcia: Universidad de Murcia, 1993.
210. PALACIOS MARTÍN, B. La educación de los Principes. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España.* Madrid: BAC, 1995, p.315-325.
211. _____. Los simbolos de la soberania en la Edad Media española. El simbolismo de la espada. In: *VII Centenario del Infante Don Fernando de la Cerda (1275-1975).* Madrid: Instituto de Estudios Manchegos – CSIC, 1976, p.274-296.
212. PASTOR DE TOGNERI, Reyna. *Conflictos sociales y estancamiento económico en la España medieval.* Barcelona: Ariel, 1973.
213. _____. Familias y linages. Subpoblaciones monacales y sus redes. Siglos X a XVIII. *Hispania*, Madrid, v.53, n.185, p.791-800, 1993.
214. PATERSON, Linda M. *El mundo de los trovadores. La sociedad occitana medieval (entra 1100 y 1300).* Barcelona: Península, [s.d.].
215. PÉREZ-ALFARO, Cristina J. La participación de un noble en el poder local a través de su clientela. Un exemplo concreto de fines del siglo XIV. *Hispania*, Madrid, v.53, n.185, p.861-884, 1993.
216. PÉREZ-PRENDEZ MUÑOZ DE ARRACO, J.M. Derecho y poder. *Historia general de la España y America. La España de los Cinco Reinos (1085-1369).* Madrid: Rialp, 1984. 4v.
217. PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, Maria Isabel. *Infanzones y caballeros. Su proyección en la esfera nobiliaria castellana-leonesa (siglos IX-XIII).* Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1979.
218. PESCADOR, C. La caballería popular en León y Castilla. *Cuadernos de Historia de España,* Buenos Aires, n.33-34, p.101-238, 1961.
219. PISKORSKI, W. *Las cortes de Castilla en el transito de la Edad Media a la Moderna (1188-1520).* Barcelona: Albir, 1977.
220. POIRIER, Jean (Dir.). *História dos costumes. O amor, a palavra, o gesto e os modos de pensar.* Tradução de Filipe Guerra. Lisboa: Estampa, 2000.
221. POMAR Y FUSTER, J. El beato Ramon Llull como pedagogo. *Revista Luliana*, Barcelona, n.3, p.244-248, 1905.
222. PROCTER, E.S. *Alfonso X of Castile*. Oxford: Claredon, 1951.

223. QUIDORT, João. *Sobre o poder régio e papal.* Tradução e Introdução de Luis Alberto De Boni. Petrópolis: Vozes, 1993.
224. QUINTANILLA RASO, Maria Concepción. Consideraciones sobre la vida em la frontera de Granada. In: *Actas del III Coloquio de Historia Medieval Andaluza*. Jaén: Sociedad Provincial de Artes Gráficas, 1994, p.501-519.
225. _____. Historiografia de una elite de poder: la nobleza castellana bajomedieval. *Hispania*, Madrid, v.61, n.175, p.719-736, 1990.
226. REALE, G., ANTISERI, D. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média.* São Paulo: Paulus, 1990.
227. REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel. *Espacio y poder en la Castilla medieval. Los Montes de Torozos (siglos X-XIV).* Valladolid: Diputación Provincial, 1994.
228. RIBEIRO, Ana Beatriz. A normatização do projeto político de Alfonso X. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). *Idade Média: ética e política.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.331-346.
229. RICHÉ, Pierre. *La educación en la cristandad antigua*. Barcelona: Herder, 1983.
230. RICO, Francisco. *Alfonso el Sabio y la general historia*. Barcelona: Ariel, 1973.
231. _____. *El pequeño mundo del hombre: varia fortuna de una idea en la cultura española.* Madrid: Alianza, 1986.
232. _____ (Dir.). *Historia y critica de la literatura española.* Barcelona: Critica, 1979.
233. RIQUER, Martín. *Caballeros andantes españoles*. Madrid: Espasa-Calpe, 1967.
234. RIVERO, Isabel. *Compendio de historia medieval española*. Madrid: Istmo, 1982.
235. RODRÍGUES LÓPEZ, A. Linajes nobiliarias y monarquia castellano-leonesa en la primera mitad del siglo XIII. *Hispania*, Madrid, v.53, n.185, p.841-859, 1993.
236. RODRÍGUES PUÉRTOLAS, Julio. *Literatura, historia, alienación.* Barcelona: Labor, 1976.
237. ROJAS, Beatriz (Comp.). *Obras selectas de Georges Duby*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

238. ROMANO, Egídio. *Sobre o poder eclesiástico.* Tradução de Cléa Pitt Vel Lejbaman e Luis Alberto De Boni. Petrópolis: Vozes, 1991.
239. RUCQUOI, Adeline. De los reyes que non son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. *Temas Medievales*, Buenos Aires, n.5, p.163-186, 1995.
240. _____. Éducation et société dans la Péninsule ibérique médiévale*. Histoire de l'education,* n.69, Institut nacional de Recherche Pádagogique, Paris, 1996, p.3.
241. _____. El reye sabio: cultura y poder en la monarquia castellana medieval. In: *Repoblación y reconquista. Actas del III Curso de Cultura medieval*. Madrid: Centro de Estudios del Romanico, 1993, p.77-87.
242. _____. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa : Estampa, 1995
243. _____. *Les discours politique ao Moyen Age*. Argentina : Programa de Investigaciones Medievales – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, 1995.
244. _____. Pouvoir royal et oligarchies urbaines d'Afonse X a Fernando IV. In : *Génesis medieval del Estado Moderno : Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid : AMBITO, 1987, p.173-192.
245. _____. Studia generalia y pensamiento hispánico medieval. Relaciones. *Estudios de Historia y Sociedad*, México, n.75, p.243-280, 1998.
246. SÁNCHEZ ALBORNOZ, Cláudio. *España, un enigma historico.*2v. Barcelona: EDHASA, 1981.
247. _____. *Estudo sobre las instituiciones medievales españolas*. México: Universidad nacional Autónoma – Instituto de Investigaciones Historicas, 1965.
248. _____. *Viejos y nuevos estudios sobre las instituiciones medievales españolas.* 3v.Madrid: Espasa-Calpe, 1976-1980.
249. SÁNCHEZ ALONSO, B. *Historia de la historiografia española. Ensayo de uno examen de conjunto*. Madrid: CSIC, 1947.
250. SANCHEZ-ARCILLA, B.J. *Alfonso XI. 1312-1350.* Palencia: Diputación Provincial de Palencia – La Olmeda, 1995.

251. SÁNCHEZ I, José. Las relaciones de Alfonso XI con el clero de su época. In: *Génesis medieval del Estado Moderno: Castilla y Navarra (1250-1370).* Valladolid: AMBITO, 1987, p.23-47.
252. SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. Aspectos de una teoria de la competencia señorial: organización patrimonial, redistribuición de recursos y cambio social. *Hispania*, Madrid, v.53, n.185, p.885-905, 1993.
253. SARANYANA, Josep-Ignasi. La ciencia política de Tomás de Aquino. In: DE BONI, Luiz Alberto (Org.). *Idade Média: ética e política.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.233-258.
254. SCHMITT, Jean-Claude. A moral dos gestos. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.). *Políticas do corpo. Elementos para uma história das práticas corporais.* Tradução de Mariluce Moura. São Paulo: Estação Liberdade, 1995, p.141-161.
255. SEIBT, Ferdinand, EBERHARD, Winfried. *Europa 1400: la crisis de la baja Edad Media*. Barcelona: Critica, 1992.
256. SERRA RUIZ, Rafael. *Honor e injuria en el derecho medieval español.* Murcia: Departamento de Historia del Derecho de la Universidad de Murcia, 1969.
257. SILVA, Victor Deodato da. *Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média.* São Paulo: UNESP, 1990.
258. SOUZA, José Antônio de. *O reino e o sacerdócio: o pensamento político na Alta Idade Média.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
259. SPINA, *Segismundo. A lírica trovadoresca.* São Paulo: EDUSP, 1996.
260. STRAYER, Joseph. *As origens medievais do Estado Moderno.* Lisboa: Gradativa, [s.d.].
261. STREFLING, Sérgio Ricardo. *Igreja e poder: plenitude do poder e soberania popular em Marsílio de Pádua.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
262. ULLMANN, Walter. *Il papato nel medioevo.* Roma: Laterza e Figli, 1999.
263. _____. *Principios de gobierno y politica en la Edad Media*. Madrid: Alianza, 1985.
264. VALDEAVELLANO, L.G. *Curso de Historia de las instituiciones españolas*. Madrid: Revista de Occidente, 1975.

265. _____. *El feudalismo hispánico y otros estudios de historia medieval.* Barcelona: Ariel, 1981.
266. _____. *Historia de España.* Madrid: Alianza, 1980. 2v.
267. _____. *Orígenes de la burguesia en la España medieval*. Madrid: Espasa-Calpe, 1991.
268. VALDEÓN BARUQUE, Julio. *Las cortes medievales castellanas-leonesas en la historiografia reciente.* Barcelona: Albir, 1977.
269. _____. *Los conflictos sociales en el Reino de Castilla en los siglos XIV y XV*. Madrid: Siglo XXI, 1979.
270. _____, SALRACH, J., ZABALO, O. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV).* Barcelona: Labor, 1980.
271. VAUCHEZ, André. São Domingos, "o mal amado". In: BERLIOZ, Jacques. *Monges e religiosos na Idade Média.* Lisboa: Terramar, 1996, p.263-269.
272. VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Tradução de Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.
273. ZILLES, Urbano. *Fé e razão no pensamento medieval.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
274. _____. *Quatro evangelhos apócrifos.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
275. ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral.* São Paulo: HUICITEC, 1997.
276. _____. *A letra e a voz. A "literatura" medieval.* São Paulo: Companhia das Letras, [s.d.].